

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

MANIFESTAÇÕES URBANAS DO CONFLITO ARMADO
INTERNO COLOMBIANO: O CASO DO ASSENTAMENTO
INFORMAL DE MORAVIA NA CIDADE DE MEDELLÍN

Autor: Alejandra Zapata Guerra

Brasília, 2021

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

MANIFESTAÇÕES URBANAS DO CONFLITO ARMADO
INTERNO COLOMBIANO: O CASO DO ASSENTAMENTO
INFORMAL DE MORAVIA NA CIDADE DE MEDELLÍN

Autor: Alejandra Zapata Guerra

Tese apresentada ao Departamento
de Sociologia da Universidade de Brasília/UnB
como parte dos requisitos para a
obtenção do título de Doutora.

Brasília, Junho de 2021

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

TESE DE DOUTORADO

MANIFESTAÇÕES URBANAS DO CONFLITO ARMADO
INTERNO COLOMBIANO: O CASO DO ASSENTAMENTO
INFORMAL DE MORAVIA NA CIDADE DE MEDELLÍN

Autor: Alejandra Zapata Guerra

Orientador: Doutor Arthur Trindade Maranhão Costa

Banca:

Profa. Dra. Délia Maria Dutra da Silveira Margalef – UDELAR

Examinadora externa à UnB

Prof. Dr. Martin Léon Jacques Ibáñez de Novion - ELA/ICS/UnB

Examinador externo ao PPG/SOL

Profa. Dra. Christiane Girard Ferreira Nunes - PPG/SOL/UnB

Examinadora interna do PPG/SOL

Profa. Dra. Christiane Machado Coêlho - PPG/SOL/UnB

Suplente

*Para o meu pai, por ter sido, como nenhuma outra
pessoa que tinha conhecido na vida, dedicado à
educação dos seus filhos.*

*Em todos os caminhos que temos percorrido, todas as
aventuras que temos traçado, todos os desejos que
temos idealizado, cada conquista, grande ou pequena,
e em cada derrota que tem entristecido e desnortado,
você sempre esteve, você sempre está. Você é símbolo
sagrado de amor e parceria.*

Para cada vítima do conflito armado interno na Colômbia, as reconhecidas, as que ainda aguardam e as que nunca o serão.

*À minha Pátria,
Violenta pátria minha; espero que a morte não me alcance sem antes te saber liberada da tormenta de sangue na que levas décadas orbitando, e que por ameaçar com ser perpétua, tem devorado a esperança dos teus, desgastado e desvirtuado neles [em nós] toda confiança possível de uma Colômbia melhor.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, pela vida e as oportunidades.

Agradeço as longas conversas, os sorrisos abertos e por vezes escandalosos, o carinho atento, a dedicação sem fim, as palavras amorosas e os silêncios cúmplices. Agradeço todas as formas de amar e cuidar que se reinventaram à força com a distância e o tempo para, embora tudo, eu seguisse me sentindo bem-querida por onde andei.

Agradeço a meu pai, aos seus olhos de semblante sempre sereno e gentil e a sua voz sempre disposta, infinita de motivação e acolhida. Agradeço a meu irmão, pela companhia e o apoio em tantos sentidos, agradeço o seu exemplo de disciplina e determinação. Agradeço a minha irmã, a pequena gigante, ser maravilha dotado de luz, agradeço suas risadas e empolgação, agradeço como a leveza da sua vida envolve a minha e me torna um ser melhor. Agradeço a Emma, pelos cuidados e a torcida que nunca cansam. Agradeço tudo que faz por mim e tudo que faz pelos que amo.

Agradeço tanto ao Wanderley (embora só as palavras não sejam capazes de englobar minha gratidão, pretendo com elas então, manifestar a minha admiração). Agradeço, por cima de tudo, a confiança e motivação, essas que não conhecem a intimidação pela penumbra. Agradeço os cuidados, a dedicação, os desvelos e a resignação. Agradeço os silêncios, os respiros fundos e os olhares serenos que o desespero nunca venceu (quando eu já estava vencida). Agradeço suas mãos cuidadoras, seus abraços protetores, sua paciência infinita, sua calma. Agradeço seu amor, quando a dor me levou à louca. Agradeço infinitamente que seu carinho sanador me ajudasse a encontrar de novo o caminho, quando a tristeza e a incompreensão abriram passo para a derrota. Seu apoio emocional é de incalculável importância, assim como seu apoio acadêmico e científico, sou muito grata pelas suas leituras atentas, suas indagações constantes e suas correções precisas durante essa longa travessia.

Agradeço ao Arthur, de quem sinto profundo respeito como professor, orientador e ser humano. Realizar uma tese e trabalho de campo em tempos de profundas incertezas, proliferou o temor, mas me sentir respaldada em todo momento por ele, fez toda diferença. Agradeço as aulas, as conversas, as orientações e agradeço de forma pontual, ter o feliz

privilégio de ter contado com ele toda vez que precisei, sempre disposto, sempre certo, com uma clareza e uma inteligência admiráveis. Agradeço muito o apoio, a confiança e a liberdade. Sou muito grata também pelo apoio moral, pela sua acolhida, pelas suas palavras, pela paciência e entendimento, agradeço muito suas diversas estratégias para encarar as tribulações e desafios do trabalho de campo e da vida mesma.

E o que seria dessa travessia toda longe de casa, sem os amigos, os de sempre e os que Brasília me deu. As conversas e debates amplos entre cafés e cervejas, a cumplicidade, os momentos de desespero acadêmico, que quando compartilhados parece ficar mais leves. Agradeço também as alegrias, as minhas, que felizmente estendi a eles e as alegrias deles que tornei minhas também. Agradeço especialmente aos bons amigos que este processo forjou, agradeço pela amizade, pelo carinho, por acompanhar este processo, seus júbilos e revezes.

Agradeço aos amigos que viraram família, ao suporte de todas as horas, à torcida sempre animada, sempre empolgada. Agradeço a Juliana por todos esses anos me abraçando, sendo melhor amiga, alma gemia e família, sendo refúgio e consolo constantes. Agradeço a serenidade das suas palavras, sempre tranquilizantes e iluminadoras. Agradeço a Lilo, fonte ininterrupta e imperecível de amor e proteção singular. Agradeço ao Wil, Cachetón, Eduardo pela bela amizade e a Luci Mattei, além de agradecer uma amizade muito valiosa, agradeço todas as formas nas que cuidou de mim e protegeu meus interesses.

Agradeço imensamente a todos aqueles que gentil e generosamente contribuíram à realização deste trabalho. Ao longo de todos esses anos tive a sorte de conhecer pessoas maravilhosas, cujo aporte foi essencial para a realização deste trabalho. O suporte técnico e documental prestado pelas pessoas do Centro de Desenvolvimento Cultural de Moravia e a Prefeitura de Medellín se conjugou magicamente com todos os relatos narrados e compartilhados pelos seus habitantes, todos ricos em detalhes e emoção. Sou infinitamente grata com Moravia e seus habitantes por ter me permitido entrar no seu espaço, transitar nas suas dinâmicas e conhecer a história na profundidade que eu queria, agradeço a recepção e o acolhimento sempre alegre, agradeço as boas amizades que forjei lá e hoje levo comigo no meu círculo de afetos. E mesmo que estou longe de ter uma adequada compreensão e entendimento de todas as lógicas e processos sociais e urbanos perseguidos neste trabalho, devo a todos eles os câmbios significativos nas formas que hoje tenho de

ver e entender a cidade de Medellín, seus processos e transformações urbanas, bem como o conflito armado interno colombiano, suas manifestações e dimensões.

Agradeço muito a dona “Maria” pelo acolhimento em Moravia, pela doçura, pelos nossos papos extensos realizados por cada beco de Moravia, agradeço os cafés, as risadas, os abraços, a cumplicidade. Agradeço me apresentar e mostrar o bairro indicando cada detalhe de transformação urbana e agradeço ter compartilhado comigo as histórias dos seus agitados, intensos e radicais processos sociais, mesmo que isso por vezes lhe causasse dor e tristeza.

Agradeço também tudo o suporte técnico e acadêmico prestado pelo Centro Nacional de Memória Histórica de Colômbia, em Bogotá, em especial às secretarias da Direção Geral e aos especialistas da Direção Técnica de Arquivos dos Direitos Humanos.

Faço extensiva a minha gratidão ao meu querido fisioterapeuta André Maia – Hospital de Base, Brasília-, pelo empenho nos cuidados e pela sua inesgotável generosidade e paciência na hora de resolver e acalmar meus (*reiterativos*) questionamentos e temores em relação ao processo de cicatrização e recuperação.

Agradeço muitíssimo ao CNPq pela bolsa de estudos. Talvez este agradecimento devesse abrir esta seção, pois sem cabimento a nenhuma dúvida, sem esses recursos eu não teria tido a possibilidade de ter feito este doutorado. Agradecerei por sempre ter tido oportunidades que no contexto social e acadêmico do meu país são inexistentes. Agradeço à Universidade de Brasília e ao Programa de Pós-graduação em Sociologia pelos espaços e experiências para o desenvolvimento deste trabalho. Conjuntamente faço extensiva a minha gratidão aos funcionários da secretaria das Pós, que tantas vezes auxiliaram e orientaram nesses anos.

De igual forma agradeço os diversos apoios financeiros concedidos pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia e pela Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos – FINATEC, por permitir a participação em vários eventos científicos internacionais, que enriqueceram esta peça acadêmica.

RESUMO

Na Colômbia, quando falamos do conflito armado interno, é comumente atribuída uma delimitação física e espacial concentrada no interior dos seus campos ou nas zonas rurais próximas deles, onde de fato foram efetivadas e detonadas a maioria das modalidades violentas que este conflito registra, em mais de meio século de história. Mas este conflito não limita as suas manifestações àqueles lugares, ele também estende as suas dimensões longe das regiões da perpetuação dos atos criminais primários. Dentro delas, uma dimensão pouco explorada, na sua longa trajetória, são *as suas expressões e manifestações nos contextos urbanos*. Dentro delas, duas são especialmente relevantes para esta tese; em primeiro lugar estão as redefinições das lógicas e dinâmicas sociais e urbanas dadas pelos intensos fluxos migratórios de pessoas que saíram deslocadas forçosamente pela violência no interior dos campos e que chegaram massivamente à cidade. Esta modalidade violenta é a que maior número de vítimas não letais se inscrevem no marco deste conflito, afetando a mais do 16% do total da população nacional. Em segundo lugar estão as extensões dessas modalidades violentas reinantes nos campos, com novos enclaves nos contextos urbanos, surgidos a partir da expansão das forças armadas ilegais consolidadas nos campos ou pelo reagrupamento de antigos membros de grupos armados, agora em cenários urbanos. Assim, esta tese trata, de um modo específico, da relação que existe entre o conflito armado interno colombiano e as cidades contemporâneas colombianas. De modo pontual, a cidade de Medellín, como complexo urbano integrador do fenômeno e dentro dela, o assentamento informal de Moravia. Assentamento que representa um caso paradigmático dentro da urbanização mundial contemporânea, por estar consolidado a partir do lixo a céu aberto da cidade, em uma centralidade urbana, construído em grande medida por migrantes deslocados pela violência e por ter integrado e replicado no seu interior muitas manifestações violentas de domínio e controle social e territorial, imperantes no interior dos campos colombianos. A definição do argumento central desta tese é estabelecida a partir da exploração nas experiências de vida e as narrativas dos habitantes em Moravia, destacando dentre elas três, pela sua riqueza em vínculos com o conflito e seus efeitos prolongados, tanto na sua forma rural, quanto urbana.

Palavra chave: conflito armado interno colombiano, deslocamento forçado, Moravia.

RESUMEN

En Colombia, cuando hablamos del conflicto armado interno, es comúnmente atribuida una delimitación física y espacial concentrada en el interior de sus campos o en las zonas rurales próximas de ellos, donde, de hecho, fueron efectivadas e detonadas la mayoría de las modalidades violentas este conflicto registra, en más medio siglo de historia. Pero este conflicto no limita sus manifestaciones a aquellos lugares, él también extiende sus dimensiones lejos de las regiones donde se perpetúan los actos delictivos primarios. Dentro de ellas, una dimensión poco explorada, en su larga trayectoria, son sus *expresiones y manifestaciones en contextos urbanos*. Dentro de estas manifestaciones, dos son especialmente relevantes para esta tesis; en primer lugar están las redefiniciones de la lógica y dinámicas sociales y urbanas dadas por los intensos flujos migratorios de personas desplazadas forzosamente por la violencia al interior de los campos, que arribaron masivamente a la ciudad. Esta modalidad violenta, es la que mayor número de víctimas no letales se inscriben en el marco de este conflicto, afectando a más del 16% de la población total nacional. En segundo lugar están las extensiones de estas modalidades violentas, reinantes en los campos, con nuevos enclaves en los contextos urbanos, derivados de la expansión de fuerzas armadas ilegales consolidadas en los campos colombianos o por el reagrupamiento de antiguos miembros de grupos armados, ahora en escenarios urbanos. Es así como esta tesis trata, de manera específica, de la relación que existe entre el conflicto armado interno colombiano y las ciudades colombianas contemporáneas. De modo puntual, la ciudad de Medellín, como complejo urbano integrador del fenómeno y dentro de él, el asentamiento informal de Moravia. Asentamiento que representa un caso paradigmático dentro de la urbanización mundial contemporánea, por estar consolidado a partir del basurero a cielo abierto de la ciudad, en una centralidad urbana, constituido en gran medida por migrantes desplazados por la violencia y por haber integrado y replicado en su interior muchas manifestaciones violentas de dominio y control social y territorial, imperantes en el interior de los campos colombianos. La definición del argumento central de esta tesis, es establecida a partir de la exploración en las experiencias de vida e narrativas de los habitantes en Moravia, destacando de entre ellas tres, por su riqueza en vínculos con el conflicto armado e sus efecto prolongados, tanto en su forma rural, cuanto urbana.

Palabra clave: conflicto armado interno colombiano, desplazamiento forzado, Moravia.

ABSTRACT

In Colombia, when we talk about the internal armed conflict, it is commonly attributed a physical and spatial delimitation concentrated within its fields or in rural areas close to them, where in fact most of the violent modalities that this conflict registers were carried out and detonated, of half a century of history. But this conflict does not limit its manifestations to those places, it also extends its dimensions far from the regions of perpetuation of primary criminal acts. Within them, a dimension little explored in its long trajectory are its expressions and manifestations in urban contexts. Within them, two are especially relevant to this thesis; in the first place are the redefinitions of social and urban logics and dynamics given by the intense migratory flows of people who left forcibly displaced by violence in the countryside and who arrived massively in the city. This violent modality is the one with the highest number of non-lethal victims inscribed in the framework of this conflict, affecting more than 16% of the total national population. In second place are the extensions of these violent modalities prevailing in the countryside, with new enclaves in urban contexts, arising from the expansion of illegal armed forces consolidated in the countryside or by the regrouping of former members of armed groups, now in urban settings. Thus, this thesis deals, in a specific way, with the relationship that exists between the internal Colombian armed conflict and contemporary Colombian cities. In a specific way, the city of Medellín, as an urban complex that integrates the phenomenon, and within it, the informal settlement of Moravia. Settlement that represents a paradigmatic case within the contemporary world urbanization, for being consolidated from the city's open dump, in an urban centrality, built largely by migrants displaced by violence and for having integrated and replicated many manifestations within it, of domination and social and territorial control, prevailing within the Colombian countryside. The definition of the central argument of this thesis is established from the exploration of the life experiences and narratives of the inhabitants of Moravia, highlighting three among them, for their richness in links with the conflict and its prolonged effects, both in its rural and urban.

Key word: Colombian internal armed conflict, forced displacement, Moravia.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
Apresentação	3
- Área metropolitana-	7
-Cidade de Medellín-	9
-Moravia-	12
O conflito armado manifestado longe da região de perpetuação dos atos criminais	16
Organização do texto	20
CAPÍTULO 1.....	23
Estrutura da pesquisa	24
Contextualização geral do conflito armado interno colombiano da última metade do século XX:	24
Urabá, a região cerne de todas as manifestações violentas do conflito armado interno colombiano.	28
A cidade como receptora de migração em alta escala;	35
Moravia, lar doce lar?	37
A pesquisa	42
Características do trabalho de campo	51
Especificidades de uma etnografia preocupada com questões urbanas e sua relação com a violência	65
CAPÍTULO 2.....	70
Relação das migrações com os processos de urbanização	71
Dados e revisão da literatura	79
Dados – as vítimas e o seu processo prolongado de invisibilidade -	79
Dados – a ocupação em Moravia –	86
CAPÍTULO 3.....	88
Colômbia: a violência como coluna vertebral das nossas relações.....	88
CAPÍTULO 4.....	100
Seu Hernán	101
Seu Hernán como figura que representa a migração “voluntária” dentro do contexto da globalização e a industrialização	102
A subsistência a partir do lixo	110
Moravia, ganhos e perdas; a casa que deu, os filhos que levou	114
As marcas que a violência deixou - “ <i>um pai que entrega seus filhos à guerra, convencido de que fazia seu dever pela comunidade</i> ”.	118
As milícias na cidade de Medellín e a sua aparente necessidade de existência	121
Quando o único que resta é a fé	132
CAPÍTULO 5.....	133
Seu José	134
As promessas de progresso e pluralidade que persegue a migração	136
A construção simbólica, social e urbana de Moravia	138
Quando a necessidade abunda, a ajuda é sempre bem recebida e pouco importar da onde vem. A incursão política e ação social de Pablo Escobar em Moravia.	140
Fantasias sociais e culturais alimentadas pelo narcotráfico e suas máfias	148
A organização comunal e a autogestão para o controle da segurança interna	152

CAPÍTULO 6.....	156
Dona Maria	157
As mulheres no marco do conflito armado	158
As permanentes lutas para o estabelecimento de vínculos e para a reivindicação do direito ao lugar	161
O conflito armado consagra o silêncio e torna perpétuas as incertezas	163
CAPÍTULO 7.....	170
Uma breve passagem pelas conquistas e fracassos na construção da paz na colômbia	171
Era Belisario Betancur (1982 – 1986)	172
Era Virgilio Barco (1986 – 1990)	174
Era César Gaviria (1990 – 1994)	175
Era Ernesto Samper (1994 – 1998)	176
Era Andrés Pastrana (1998 - 2002)	177
Era Álvaro Uribe Vélez (2002 – 2010)	178
Era Juan Manuel Santos (2010 – 2018)	183
A colômbia disse não ao plebiscito para a paz	184
As travas para a paz e as ameaças de recrudescimento do conflito no país	187
Velhos problemas bem conhecidos que continuam sendo mal resolvidos	193
Qual é a implicação dos infindáveis embates para a efetivação do acordo de paz no contexto urbano colombiano?	200
CONCLUSÃO.....	205
Notas finais	206
Reflexão final	222
REFERÊNCIAS.....	227

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Mapa da área metropolitana do Vale do Aburrá-Antioquia e da área total da cidade de Medellín. Fonte: Zapata, 2016.	8
Figura 2- Mapa divisão política área urbana e área rural da cidade de Medellín. Fonte: Zapata, 2016.	10
Figura 3- Zona urbana da cidade de Medellín e localização de Moravia, dentro da cidade.	11
Figura 4- Vista panorâmica da cidade de Medellín em direção Sul para o Norte. Fonte: GNU Free Documentation Licens, 2005.	11
Figura 5- Vínculos urbanos do bairro Moravia. Fonte: Plan Parcial de Mejoramiento Integral del Barrio Moravia. Documento Técnico, Tomo I. Departamento Administrativo de Planeación, Alcaldía de Medellín. 2006.	13
Figura 6- Fluxograma	35
Figura 7- Aproximação dos processos de transformação em Moravia entre os anos 70 e 1983, ano em que fechou o lixão. Fonte: Zapata 2016.....	39
Figura 8- Moravia antes de ser transformada em lixão a céu aberto no centro da cidade de Medellín.....	44
Figura 9- Caminhões depositando o lixo da cidade em Moravia. Fonte: Centro de Desenvolvimento Cultural de Moravia.....	44
Figura 10- A sobrevivência a partir dos resíduos. Fonte: Gabriel Carvajal, 1977.	45
Figura 11- Catadores em Moravia -1. Fonte: Centro de Desenvolvimento Cultural de Moravia.....	46
Figura 12- Catadores em Moravia -2. Fonte: Centro de Desenvolvimento Cultural de Moravia.....	46
Figura 13- Catadores em Moravia - 3. Fonte: Centro de Desenvolvimento Cultural de Moravia.....	47
Figura 14- Conformação e configuração urbana a partir do lixão -1. Fonte: Jesús Abad Colorado	47
Figura 15- Conformação e configuração urbana a partir do lixão – 2. Fonte: Centro de Desenvolvimento Cultural de Moravia.....	48

Figura 16- Conformação e configuração urbana a partir do lixão – 3. Fonte: Centro de Desenvolvimento Cultural de Moravia.....	48
Figura 17- Conformação e configuração urbana a partir do lixão – 4 Fonte: Centro de Desenvolvimento Cultural de Moravia.....	49
Figura 18- Conformação e configuração urbana a partir do lixão – 5. Fonte: Centro de Desenvolvimento Cultural de Moravia.....	49
Figura 19- Conformação e configuração urbana a partir do lixão – 6. Fonte: Centro de Desenvolvimento Cultural de Moravia.....	50
Figura 20- consolidação e configuração urbana a partir do lixão - 7	50
Figura 21 - Censos populacionais da Colômbia entre os anos 1938 e 2020. (ZAPATA, 2016).....	73
Figura 22- Consolidação processos de invasão “Morro de Moravia”.....	87
Figura 23- Aproximação a tipologia edilícia do “Morro de Moravia”. Fonte: Barrio Moravia (Medellín), Proyectos culturales, 2010. http://barriomoravia.blogspot.com.br/ ..	87
Figura 24- Foto mural entrada do bairro. Tomada do Jornal Clarín.com, Un trágico mito, “Pablo Escobar”, el barrio que rinde culto al capo del narcotráfico. 27/11/2018.	146
Figura 25- Foto escadas que estruturam o bairro. Tomada do Jornal Clarín.com, Un trágico mito, “Pablo Escobar”, el barrio que rinde culto al capo del narcotráfico. 27/11/2018. ...	147

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Censos populacionais da Colômbia entre os anos 1938 e 2020. (ZAPATA, 2016)	
.....	73

LISTA DE SIGLAS

ACNUR: Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados da Organização das Nações Unidas - ONU-

ACCU: Autodefesas Camponesas de Córdoba e Urabá

ADO: Organização Paramilitar Autodefesas Obreiras

AUC: Organização Paramilitar: Autodefesas Unidas da Colômbia

BACRIM: Bandas Criminais

CAI: Centros de Atenção Imediata da Polícia Federal

CODHES: Consultoria para os Direitos Humanos e o Deslocamento

CONADEP: Comissão Nacional sobre Desaparição das Pessoas – Argentina.

CONVIVIR: Cooperativas de Vigilância e Segurança Privada para a Defesa Agrária ou Associações Comunitárias de Vigilância e Segurança Privada, conhecidas como “CONVIVIR”, foram empresas criadas com o objetivo de prestar serviços de vigilância e segurança privada, em resposta do Estado colombiano para dotar de um novo marco legal para a defesa dos proprietários de grandes extensões de terra, perante as ameaças e hostilidades dos grupos guerrilheiros que o Estado não conseguia combater nem controlar eficazmente. A sua criação foi amparada no Artigo 42 do Decreto Lei 356 de 1994, sub a justificativa de criar um novo instrumento de participação comunitário, focado na conquista da paz e a segurança nos campos colombianos¹.

COOSERCOM: Cooperativas de vigilância, segurança e serviço à comunidade.

CNMH: Centro Nacional de Memória Histórica da Colômbia

CNG: Coordenadora Nacional Guerrilheira Simón Bolívar

CNRR: Comissão Nacional de Reparação e Reconciliação

CNV: Comissão Nacional da Verdade

¹ Arquivo Redação do Jornal “El Tiempo”, “ASÍ NACIERON LAS CONVIVIR”, 14 de julio 1997, Bogotá, Colombia.

DANE: Departamento Administrativo Nacional de Estadística

DIH: Direito Internacional Humanitário

DIJIN: Direção de Polícia Judicial e Investigação na Colômbia

DIPEC: Divisão de informação, Polícia Judicial e Estatística

ELN: Organização Guerrilheira - Exército de Liberação Nacional

EPL: Organização Guerrilheira - Exército Popular de Liberação

FAC: Força Aérea Colombiana

FARC: Organização Guerrilheira - Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia

FARC-EP: Organização Guerrilheira - Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia - Exército do Povo

FARC: Partido Político - Força Alternativa Revolucionária do Comum (constituído por desmobilizados das antigas FARC-EP como partido político, depois do Acordo de Paz da Habana em agosto de 2017)

Fiscalía: Fiscalía (Procuradoria) Geral da Nação (FGN) é um órgão independente vinculado ao Poder Judiciário na Colômbia. Sua principal função é investigar e denunciar os supostos responsáveis pela prática de crime com base no sistema penal oral acusatório instituído pela Lei 906 de 2004.

Grupos Paramilitares ou organizações de Autodefesas: Na Colômbia, estes grupos de ideologia anticomunista, com diferentes denominações segundo a sua região de acionar, são organizações que surgem, segundo os seus mentores, como mecanismo de defesa privada da propriedade, em resposta aos excessos das guerrilhas de extrema esquerda. São abundantes as denúncias e assinalamentos, civis e militares, que indicam que estes grupos estabeleceram alianças com a força pública, elites políticas, econômicas, empresariais, grandes fazendeiros e narcotraficantes para conseguir o poder, expandi-o e se afiançar nele.

Ao presidente Álvaro Uribe Vélez é atribuída a responsabilidade de ter fortalecido as estruturas paramilitares no país e de institucionalizá-los em sua gestão de governo².

IDEPAZ: Instituto de Estudos para o Desenvolvimento e a Paz

INTERPOL: Organização Internacional de Polícia Criminal

IPC: Instituto Popular de Capacitação

JEP: Jurisdição Especial para a Paz (Definida no Acordo de Paz da Havana)

M-19: Organização Guerrilheira – Movimento 19 de Abril. Perfilada como guerrilha urbana.

MAQL: Organização Guerrilheira - Movimento Armado Quintín Lame.

MMM: Milícias Metropolitanas de Medellín

MP/PP: Milícias Populares do Povo e para o Povo

MP/IVA: Milícias independentes do Valle do Aburrá

PARES: Fundação Paz e Reconciliação

Parapolítica: como Parapolítica é conhecido o escândalo político desatado na Colômbia, a partir de 2006, pela revelação de vínculos de políticos com grupos paramilitares. Constituindo e configurando um clientelismo com mecanismos informais de lealdades assimétricas, através do qual, eram intercambiados bens e serviços por apoio eleitoral, gerando umas dinâmicas de interação que involucram cada vez um menor grupo de pessoas, dentro dos benefícios que pode oferecer um Estado débil como o colombiano³.

PEPES: Perseguidos por Pablo Escobar

Personeríaa de Medellín: As “Personerías” são órgão do Ministério Público que exerce, monitora e controla a gestão das prefeituras e entidades descentralizadas do governo nacional; asseguram a promoção e proteção dos direitos humanos; fiscalizam o devido processo, a conservação do meio ambiente, do patrimônio público e a prestação eficiente

² RIVERA, Edgar de Jesús Velásquez. Historia del paramilitarismo en Colombia. Historia (São Paulo) [online]. 2007, vol.26, n.1, pp.134-153. ISSN 1980-4369. On-line versión ISSN 1980-4369 <https://doi.org/10.1590/S0101-90742007000100012>.

³ Guillermo, O'Donnell, Contrapuntos. Ensayos escogidos sobre autoritarismo y democratización, Buenos Aires, Paidós, 1997.

dos serviços públicos, tem como função garantir aos cidadãos a defesa de seus direitos e interesses.

PNR: Plano Nacional de Reabilitação

PRT: Organização Político Militar de Esquerda - Partido Revolucionário dos Trabalhadores

RNI: Rede Nacional de Informação

RRI: Reforma Rural Integral

RUV: Registro Único de Vítimas da Colômbia

UP: Partido Político União Patriótica

INTRODUÇÃO

Introdução

2 de janeiro de 2018, por volta das 8 horas da manhã cheguei na estação de metrô “Caribe”, da cidade de Medellín. Era a primeira vez que chegava em Moravia com propósito de dar início ao meu trabalho de campo do doutorado. A cidade parecia ainda anestesiada, resultado da intensidade com que costumam serem comemoradas as festas de fim de ano. Essa quietude estava em claro contraste com todas as emoções ativas, curiosas e temerosas que me dominavam naquele momento...

Voltava para Medellín depois de dois anos de doutorado no Brasil, voltava para minha cidade reconhecendo várias mudanças nela, que diante dos olhos desgastados pela cotidianidade dos seus cidadãos, se tornavam pouco perceptíveis, ou talvez indiferentes.... Voltava me sentindo como quase todas as pessoas que migram se sentem ao voltar; pertencente e não pertencente... Daqui e de lá...

Fiquei mais de três horas contemplando Moravia desde longe, desde a estação do metrô; olhava suas formas, suas cores, suas fragilidades. Olha suas pessoas indo e vindo, olhava seu rio com chalupas, que em um primeiro momento me pareceram abandonadas, mas depois descobri não era bem assim.

Tentei entender desde fora, como tinham acontecido tantas coisas naquele lugar, de que forma e por que razão isso tudo tinha acontecido em tão pouco tempo... Queria entender como cidadã, como colombiana, como urabaense⁴, como arquiteta, como acadêmica, mas precisava entender também isso tudo a partir do olhar das ciências sociais... Queria entender “desde fora”, porque era dessa forma, sem falar com ninguém que eu queria elaborar minhas primeiras ideias sobre Moravia.

⁴ Gentílico dado às pessoas nascidas na região do Urabá, região Nordeste do país.

Foi tudo em vão. Moravia não se abre para a cidade, pode ser porque a cidade deu as costas para ela durante muitos anos. Para conhecer Moravia se tem que entrar nela, mas para entrar, para verdadeiramente entrar, primeiro é preciso encarar a profunda resistência ao desconhecido que entre seus habitantes reside. Para conhecer Moravia se tem que transitar nela, mas para transitar é preciso saber que ela estabelecerá seus ritmos (pelo menos em quanto você continuar sendo “aquela pessoa estranha ao lugar comum”). Para conhecer Moravia é preciso vivê-la, mas para vivê-la sem ser de lá, é preciso, além de muito tempo e paciência, muita discrição.

Apresentação

Esta tese trata, de um modo específico, da relação que existe entre o conflito armado interno colombiano e as cidades contemporâneas colombianas. De modo pontual a cidade de Medellín.

Apesar das diversas relações que podem (e de fato devem) ser exploradas, estudadas e analisadas, dentro das relações do conflito armado interno colombiano e seus efeitos na contemporaneidade, esta tese opta por uma específica: a relação das manifestações violentas exacerbadas, acontecida no interior dos campos colombianos, e que datam de mais de meio século, com as formas de cidade e os processos urbanos e sociais de ocupação, apropriação e permanência que têm se manifestado nas suas principais cidades a partir deles. Todos estes processos, urbanos e sociais, emergiram e se consolidaram em meio de tensões medidas pela participação e intervenção de muitos atores, especialmente pela relação e contato entre os deslocados pela violência e a cidade preexistente, suas lógicas e suas dinâmicas. Nesse ponto, convém então, explicar algumas importantes noções como migrações, refugiados, deslocamentos internos, deslocamentos internos forçados pela violência e processos urbanos acelerados de ocupação e expansão.

A migração, na sua definição mais ampla, aparece como um conceito geográfico que perfila o deslocamento, e que não se refere exclusivamente a uma ação individual e sim a qualquer deslocamento da população humana que implica uma mudança de residência. No entanto, esta definição também é usada em outras áreas para se referir à migração animal. No caso da migração de pessoas, ela pode acontecer de forma voluntária, individual ou coletiva, motivada por desejos de mudanças ou na procura de incrementar o acesso a oportunidades, bens e serviços. Porém, existe outro tipo de migração que é aquela que acontece de forma forçada. Esta categoria implica uma série de consequências em resposta a acontecimentos que podem ser de origem natural (como inundações, furacões, terremotos, mudanças climáticas, entre outros). Mas também se têm as migrações dadas por atuações humanas (como projetos e intervenções de desenvolvimento, guerras, conflitos armados, violência, perseguições, pobreza, desigualdade, insegurança alimentar, exclusão social, etc.). Os processos migratórios, como categoria analítica, aparecem como um fenômeno mundial e têm feito parte de todas as diversas épocas da história da humanidade e de todos os lugares do planeta, de fato, é possível afirmar que a história da

humanidade como espécie é uma inacabável composição de migrações. Da primeira migração de seres humanos que se tem registro no planeta foi a saída do *Homo Sapiens Sapiens* da África e a mais recente, que ainda não tem terminado, é a vinculada aos processos de globalização e aos diversos conflitos armados ao redor do mundo.

Castles (1998) assinala que os processos migratórios forçados se diferenciam dos processos migratórios voluntários, principalmente, porque estes afetam às pessoas de muitas formas, estando presentes em boa parte dos diferentes âmbitos da vida, assim como nos fenômenos e nas transformações que caracterizam a sociedade atual. Nesse sentido, o autor argumenta que os impactos imediatos desta forma de migração se manifestam, em primeiro lugar, no nível econômico, afetando também as relações sociais, a cultura, a política nacional e as relações internacionais. São diversas as teorias desenvolvidas ao respeito da migração forçada desde meados do século XIX, no entanto, a maioria destas teorias versam sobre a migração internacional e o refúgio e não com foco na migração interna (deslocamentos acontecidos ao interior do país), que é o foco desta pesquisa.

As migrações internas ou deslocamento interno são as migrações que se dão por razões econômicas, sociais, conflitos armados ou violência, de maneira voluntária ou involuntária, desde o lugar que se reside habitualmente, para outro lugar, mas dentro das fronteiras que delimitam seu próprio país.

A migração que acontece de maneira forçada ou violenta, integra uma série de categorias legais e políticas, amparados na figura do refugiado, porém, esse conceito e o encaixe legal nas ofertas e proteções que dele se derivam, são restritos às pessoas que tenham saído das fronteiras do seu país de origem. As vítimas da migração interna violenta ou os deslocados forçados internos por razões violentas, são reconhecidas pelo regime internacional diferente à categoria de refugiados, por se tratar de migrantes que se deslocam dentro do seu próprio país de origem.

A Lei 387 de 1997 da Colômbia define a pessoa deslocada pela violência como:

“Toda pessoa que se tem visto forçada a migrar dentro do território nacional, abandonando a sua localidade de residência ou atividades econômicas habituais porque sua vida, sua integridade física ou liberdade tenham sido vulneradas ou se encontrem ameaçadas com ocasião de quaisquer das seguintes situações causadas pelo homem: conflito armado interno, distúrbios ou tensões interiores, violência generalizada,

violação ao DIH ou outras circunstâncias emanadas das anteriores, que possam alterar ou alterem dramaticamente a ordem pública”⁵.

A grande e histórica diferenciação que existe entre refugiados (vítimas reconhecidas pelos deslocamentos forçosos internacionais) e os deslocados pela violência (vítimas reconhecidas pelos deslocamentos forçosos ao interior do seu próprio país) é que os refugiados, mesmo sem desacreditar ou diminuir sua condição de vítima, procuram nos convênios e nas normas internacionais figuras e amparos legais que o país de recepção e a comunidade internacional podem lhes prover. Dentro das principais figuras de proteção aos refugiados que aparecem no contexto internacional, estão os esforços e as medidas para identificar as pessoas que precisam atenção como refugiados dentro do fluxo migratório, proporção de assistência humanitária de maneira flexível e sistemática em lugares de acolhida e criação de alternativas com soluções duradouras nos âmbitos de acesso ao mercado laboral, educação e saúde⁶.

Já no caso dos deslocados internos, geralmente a atenção, acolhida e proteção das vítimas depende de normas, diretrizes e recursos cada país.

De fato, a categoria de deslocados internos, tem a sua origem, muito depois da categoria de refugiado, só na década dos noventa, especificamente no ano de 1992, quando por pedido da Comissão dos Direitos Humanos, o Secretário Nacional das Nações Unidas, delegou um comissionado para atender as questões dos deslocamentos internos. O comissionado responsável, Francis Deng, realizou análises e valorações sobre as questões destas situações e as consequências destas sobre essas pessoas.

Na pretensão de fornecer proteção e assistência a estas pessoas, a partir de amparos e marcos institucionais existentes, e inclusive através de diálogos com os governos e demais órgãos competentes, no ano de 1998 o representante do Secretário Geral, por solicitação do escritório do Alto comissionado das Nações Unidas para os refugiados (ACNUR) definiu que, a efeitos dos princípios reitores, se entendesse que os deslocados internos são as pessoas ou os grupos de pessoas que têm se visto forçadas ou obrigadas a

⁵ Para ampliar a discussão sobre a condição diferenciada de migrante, refugiado e deslocado forçado, se sugere a leitura do artigo de Gómez, M. Astaiza, M. Minayo “Las migraciones forzadas por la violencia: el caso de Colombia”. En: *Ciência e Saúde Coletiva* V.13 N. 5 Rio de Janeiro Set/Out 2008. Disponível em www.abrasco.org.co/cienciaesaudecolectiva Igualmente o libro de Rebón, J. “Conflicto armado y desplazamiento de población Chiapas 1994-1998”. México: FLACSO, 2001.

⁶ Filippo Grandi/ ACNUR (2017).

escapar ou fugir dos seus lares ou lugares de residência habitual, particularmente como resultado de evitar os efeitos de um conflito armado, de situações violentas generalizadas, de violações dos direitos humanos ou de catástrofes naturais provocadas pelo ser humano e que não tem cruzado uma fronteira estatal internacionalmente reconhecida (ACNUR, 1998).

Em resumo, a migração interna (melhor definida como deslocamento) e a migração externa (definida como migração), como um conceito de migração moderna, têm como consequência que a migração externa considera ao migrante um estrangeiro para todos os efeitos, legais, regularizados, sem documentos, entre outros. Por outro lado, os migrantes internos, se apresentam como a aparição de certos indivíduos alheios, porém não estrangeiros, assentados em certas áreas do seu próprio território.

Segundo Castles (1998), quando a migração (seja ela interna ou externa) acontece de forma involuntária, forçada ou violenta, esta deriva e transforma as pessoas afetadas, geralmente forçando-as a se integrarem a grupos mais vulneráveis, dentro dos grupos migratórios em geral. Serrano (2007) indica que os efeitos adversos para esta população se estendem a todas as dimensões do bem-estar social, com perdas que vão além da dimensão material, dado que são afetados todos seus direitos fundamentais e a condição de deslocado forçado limita o desenvolvimento pessoal e social destas pessoas.

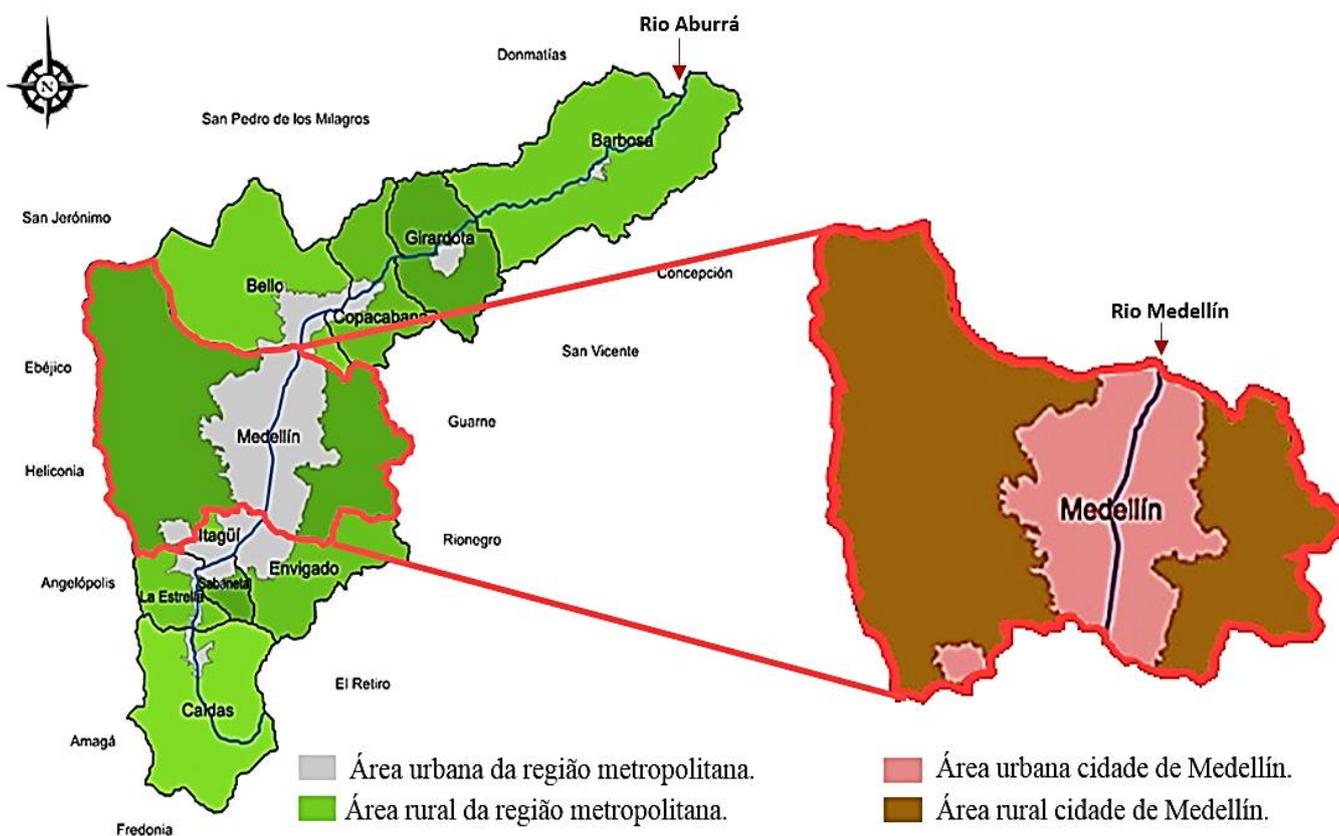
Na maioria dos casos, tanto se tratando de refugiados, quanto de deslocados internos pela violência, o lugar de recepção desta população costumam ser as grandes cidades. Muitas vezes, particularmente nos casos de deslocados pela violência (onde não se tem controle sobre os processos migratórios e seu assentamento nas grandes cidades) a chegada à cidade desta população incrementam consideravelmente os, já naturais, processos urbanos acelerados de ocupação e expansão que vêm experimentando ao longo do último século os grandes centros urbanos no mundo. A expansão da cidade acontecida a partir destas dinâmicas, costuma promover novos processos de vitimização, dados pelas precárias condições de recepção e pela baixa capacidade para a inserção nas lógicas econômicas e sociais da cidade receptora. Este trabalho centra sua pesquisa em um desses tantos assentamentos informais que se concentram na América Latina.

O objeto de estudo deste trabalho é a dimensão social e urbana que resulta na criação e consolidação de Moravia; um assentamento informal e precário da cidade de Medellín. Nosso argumento é que o conflito armado interno colombiano não se resume apenas na sua dimensão rural, ele tem efeitos e reflexos nas dinâmicas urbanas e sociais das cidades colombianas. No caso de Moravia, boa parte dos seus habitantes passou por processos de deslocamentos forçados causados pelo conflito armado interno, dessa forma, as causas são originadas comumente em contextos rurais, mas seus efeitos podem ser estendidos até os contextos urbanos, como acontece especialmente no caso da modalidade de violência definida como *deslocamento forçado*. Esta tese argumenta que a criação, configuração e desenvolvimento de Moravia é um desses efeitos do conflito armado.

Na continuação apresentaremos uma contextualização da área estudada

- Área metropolitana-

Antes de contextualizar o bairro, convém caracterizar um pouco a região metropolitana e a cidade na que o bairro está inserido. A área Metropolitana do Vale do Aburrá na Colômbia é integrada fisicamente por um total de dez municípios, ver Figura 1, conformando uma aglomeração urbana que se estruturou sempre a partir da cidade de Medellín, estabelecendo ela como seu núcleo central. Esta cidade pela sua vez é a capital do Estado de Antioquia. As demais cidades que compõem a área metropolitana são: Caldas, La Estrella, Itagüí, Sabaneta, Bello, Copacabana, Girardota e Barbosa. A cidade de Envigado política e administrativamente não está mais integrada à área metropolitana, já que se auto excluiu no dia 28 de fevereiro de 1983 mediante decreto do conselho do Estado.



Área Metropolitana do Vale de Aburrá.

Área total da cidade de Medellín.

Figura 1- Mapa da área metropolitana do Vale do Aburrá-Antioquia e da área total da cidade de Medellín. Fonte: Zapata, 2016.

O Vale do Aburrá foi a primeira área metropolitana consolidada na Colômbia. Atualmente é a segunda maior área metropolitana do país (com a segunda maior população da Colômbia) depois da capital do país, Bogotá. De acordo com o Departamento Administrativo Nacional de Estadística (DANE), em 2019, a área metropolitana contava com uma população de 3.729.970 habitantes. A criação desta área metropolitana foi o reflexo das intenções de integração econômica e social para o desenvolvimento dos municípios que a integram.

Em termos geográficos e morfológicos, esta área metropolitana é caracterizada pelo assentamento e desenvolvimento urbano linear, estendido longitudinalmente sob o eixo natural do Rio Medellín. Esta condição faz como que o Rio seja o principal eixo

estruturador e articulador dos processos de urbanização em toda área metropolitana do Vale de Aburrá.

O Vale de Aburrá encontra-se localizado entre dois ramais da cordilheira Central dos Andes e tem como característica central a suas variáveis e altas precipitações de altura, devido a seu marco geológico e técnico complexo, que apresenta variações de inclinações entre moderadas e fortes nas ladeiras nas costas Leste e Oeste e que se traduzem em alta vulnerabilidade frente a desastres por questões ambientais e de estabilidade dos seus solos.

Na extensão total do Vale de Aburrá, os indicadores demográficos de educação, emprego e pobreza determinam um padrão de ocupação urbana regido pela segregação sócio espacial, fundamentada na separação dos estratos socioeconômicos.

Na área metropolitana, a população mais vulnerável tende a se assentar de forma concertada ao norte, entre os municípios de Bello e Copacabana. Já na cidade de Medellín as ladeiras noroestes e nordestes concentram a população mais vulnerável. Em contraposição a este cenário, a população de mais alta renda e com melhores níveis de qualidade de vida encontra-se localizada ao sul do Vale (o mesmo fenômeno acontece na cidade de Medellín).

Zapata (2016) indica que esta situação que evidencia o desequilíbrio na distribuição do uso do solo, também se expressa na concentração das principais áreas de produção e de geração de empregos no Centro e Sul do Vale e sua conseqüente conformação de cidades dormitório ao Norte.

-Cidade de Medellín-

A cidade de Medellín tem uma extensão total de 380,64 km², divididos em 105,02 km² pertencentes ao solo urbano, que representam 27,60 % da área total do território e 270,42 km² pertencentes ao solo rural, que representam 71,06% do total do território (ver Figura 2). Adicionalmente a cidade conta com 5,09 km² destinados a solo para expansão urbana, que representam 1,34% do total do território.

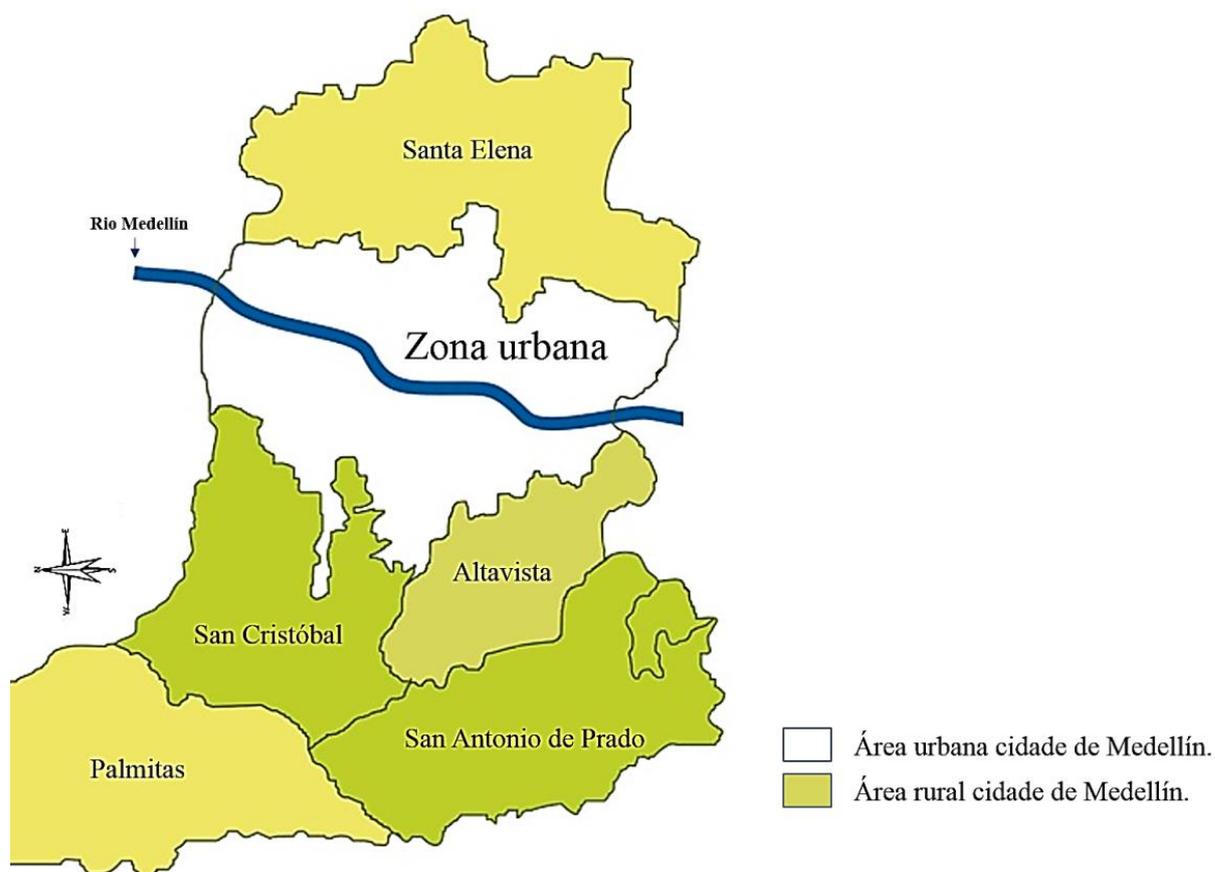


Figura 2- Mapa divisão política área urbana e área rural da cidade de Medellín.

Fonte: Zapata, 2016.

A zona urbana da cidade é composta por 16 regiões administrativas que somam um total de 249 bairros (ver Figura 3), 20 áreas institucionais e uma zona rural integrada por 5 corregimientos, seu limite físico está estabelecido pelo Norte com os municípios de Bello, Copacabana e San Jerónimo, pelo Sul com os municípios de Envigado, Itagüí, La Estrella e El Retiro, pelo Leste com os municípios de Guarne e Rionegro e pelo Oeste com os municípios de Angelópolis, Ebéjico e Heliconia.

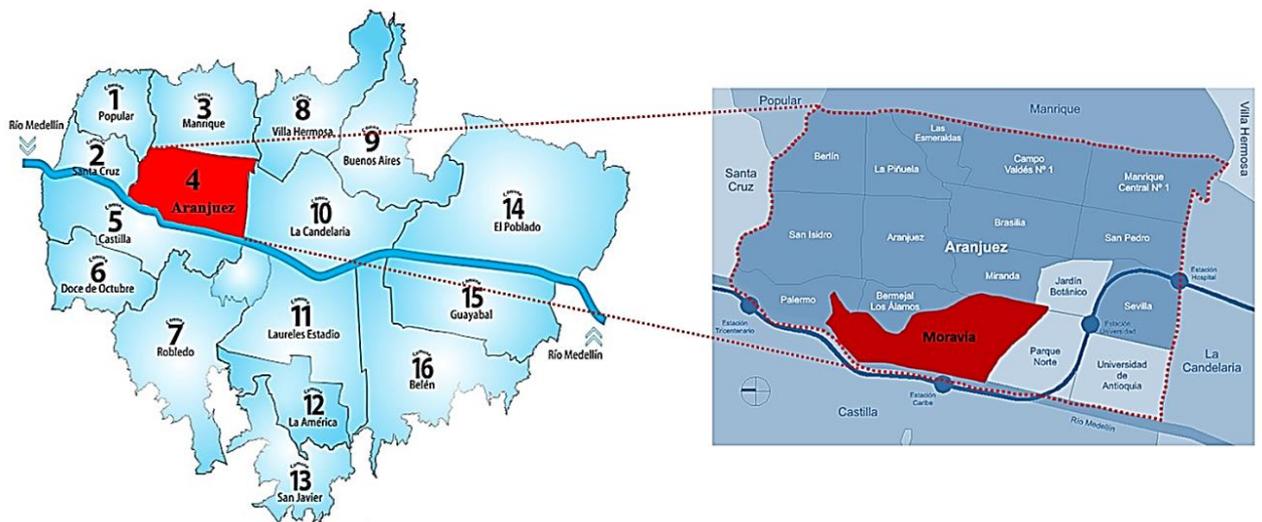


Figura 3- Zona urbana da cidade de Medellín e localização de Moravia, dentro da cidade.
 Fonte: Zapata, 2016.

A temperatura média da cidade é 22° C e conta com altitudes variáveis que vão desde os 1.460 metros sob o nível do mar na sua altura mais baixa (Río Medellín) e 3.200 metros sob o nível do mar na sua maior altura nas regiões de Romeral, Padre Amaya e Baldías localizadas no Oeste⁷.

Só a parte central da cidade está em forma de planície, saindo desta parte central a cidade está demarcada por altas montanhas nos seus 4 pontos cardiais (ver Figura 4)



Figura 4- Vista panorâmica da cidade de Medellín em direção Sul para o Norte. Fonte: GNU Free Documentation Licens, 2005.

⁷ Documento técnico de suporte Plan de Ordenamiento Territorial –POT- Capítulo 4, Medellín y su población [Acuerdo 46/2006]

Os processos de crescimento urbano acelerado da cidade ocorrem inicialmente por ela ser o principal centro econômico do Estado, pelo seu intenso desenvolvimento industrial a partir dos anos 30 e nas décadas subsequentes pelo sofrimento uma aguda violência nas regiões rurais, que provocarão grandes êxodos da população rural para a cidade. Com o passar do tempo e os acelerados processos de ocupação, aconteceram fenômenos de conurbação, de modo que o limite físico entre os municípios que compõem o Vale do Aburrá não existe mais hoje. Deste modo, esta região Metropolitana pode ser considerada como um único complexo urbano.

-Moravia-

Localizado na costa oriental do rio Medellín, na região administrativa N. 4 (Aranjuez), este assentamento urbano informal é composto por cinco bairros (El Bosque, Moravia, El Morro, El Oasis Tropical e La Herradura), está localizado a uma distância de dois quilômetros do centro da cidade e é caracterizado pela sua excelente localização dentro do contexto urbano, em razão da sua proximidade e fácil acesso, com importantes equipamentos de ofertas e serviços. (ver Figura 5).

Moravia é definido pela administração municipal como “uma centralidade popular” possuidora de grande relevância pelo seu posicionamento entorno de lugares, eixos e equipamentos de caráter urbano-regional relevantes, tais como o metrô, a rodoviária intermunicipal e interestadual, o sistema de vias estruturantes do rio Medellín (rio Aburrá), a carreira 52 Carabobo, a via de conexão Morava-Acevedo, a Universidade de Antioquia, o Jardim Botânico, o Parque Explora, o Parque Norte, o Parque dos Desejos e o planetário⁸.

⁸ Macroproyecto Urbano Moravia ,Plan Parcial de Mejoramiento Integral del Barrio Moravia 2004 – 2011, Documento Técnico, Tomo I, Alcaldía de Medellín, Acuerdo 03 del 8 de junio de 2004

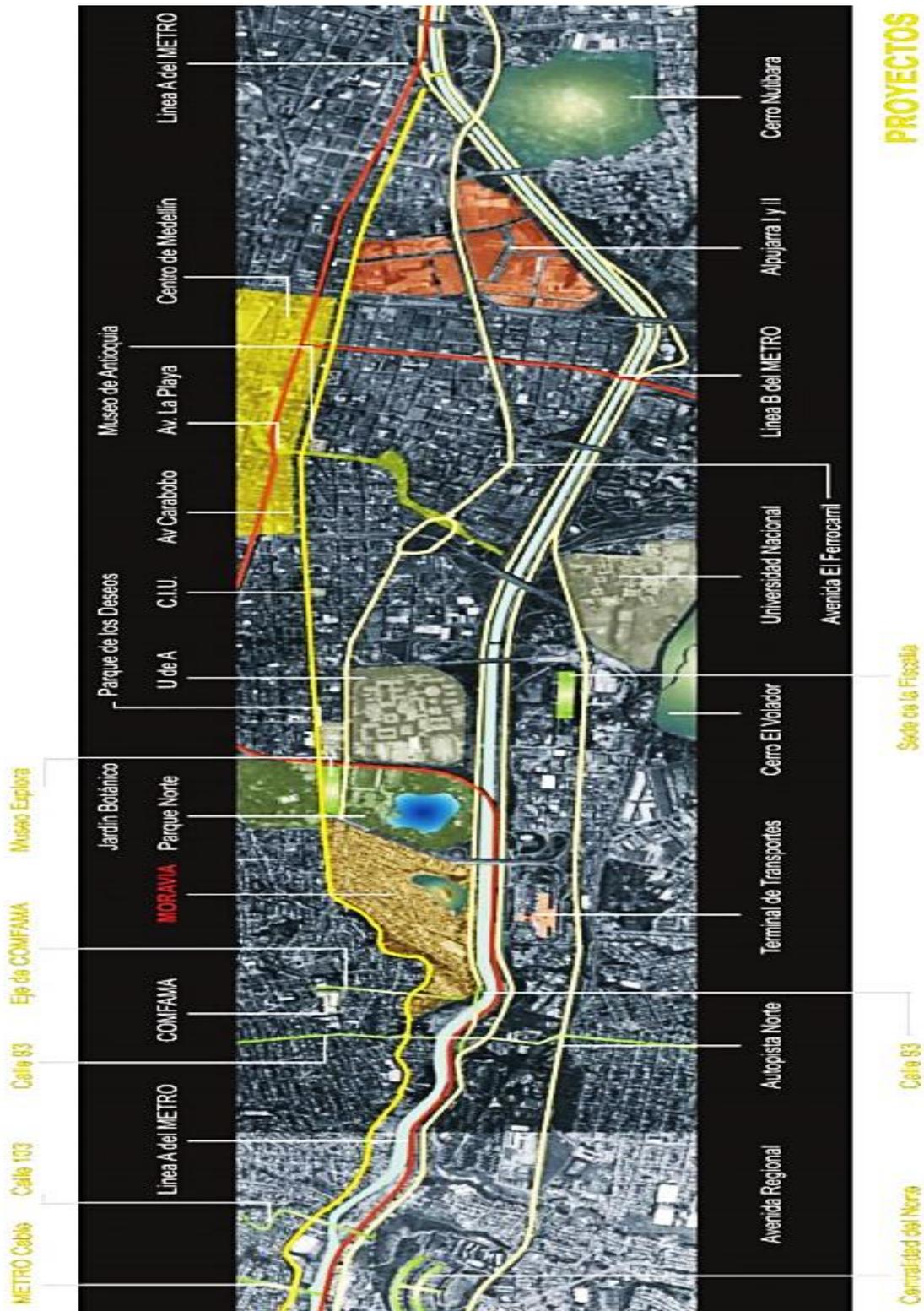


Figura 5- Vínculos urbanos do bairro Moravia. Fonte: Plan Parcial de Mejoramiento Integral del Barrio Moravia. Documento Técnico, Tomo I. Departamento Administrativo de Planeación, Alcaldía de Medellín. 2006.

Qualquer um, dos outros tantos assentamentos precários disseminados pela cidade de Medellín poderiam ter sido objeto desta análise, mas o bairro Moravia foi escolhido por quatro razões fundamentais; em primeiro lugar porque este assentamento informal foi constituído e consolidado na sua maioria por população deslocada forçosamente pela violência, em grande parte proveniente da região do Urabá Antioqueño⁹, lugar onde nasci e cresci.

Em segundo lugar, o bairro Moravia possui uma característica que nenhum dos outros bairros da cidade possui; este bairro se formou sobre o antigo lixão a céu aberto da cidade e estabeleceu sua conformação e configuração física, social e econômica a partir da catação lixo e posteriormente na exploração das potencialidades econômicas que aquela centralidade comercial concentra nas suas proximidades.

Em terceiro lugar, por este lixão / bairro representar um caso paradoxal do urbanismo, se contrapondo às lógicas estruturantes dos demais assentamentos informais constituídos por população deslocada na cidade de Medellín, majoritariamente consolidados nas regiões periféricas da cidade, nos espaços baldios e que de muitas maneiras se encontravam distantes das centralidades de circulação e do poder administrativo local. No caso de Moravia, antigo lixão, sua localização está na região central urbana da cidade de Medellín e a destinação destes terrenos para o uso do depósito de lixos se deu mediante aval da administração pública local (prefeitura da cidade de Medellín), que foi institucionalizado mediante o Acordo 03 de 1977, do concelho da cidade. Ou seja, a localização do lixão a céu aberto na região central da cidade é resultado

⁹ Urabá é o nome da região geográfica colombiana localizada na confluência entre os estados de Antioquia, Córdoba e Chocó, no *Tapón del Darien* e em fronteira com Panamá. Por pertencer a 3 estados, existem 3 regiões do Urabá; Urabá Antioqueño, Urabá chocoano e Urabá cordobés. O Urabá Antioqueño é a região litoral do estado de Antioquia e está localizada sobre o mar Caribe. A região é conhecida por contar com uma privilegiada posição geográfica, dado que é o cruzamento de caminhos entre o oceano pacífico e oceano atlântico, dois importantes oceanos para a economia mundial, em especial pela sua conexão com da América do Norte e da América Central com América do Sul e vice-versa. É justamente a sua condição geográfica o que tem feito com que esta região tenha se tornado a rota de saída preferida por muitos grupos criminais e estruturas do narcotráfico, desde a época do Cartel de Medellín, sob comando de Pablo Escobar, até os tempos recentes com o cartel do Golfo. A região de Urabá é uma das regiões do país que mais agudamente tem sofrido o conflito armado interno, devido em grande medida à disputa pelo domínio territorial por parte destes grupos armados ilegais.

de um consenso por parte da administração pública local e da sua posterior execução mediante o amparo de figuras legais.

Neste acordo se decidiu que os terrenos onde hoje existe o bairro Moravia, fosse localizado *temporária e transitoriamente* o depósito final dos lixos da cidade. Estes terrenos estavam destinados inicialmente à expansão de um parque público, no entanto, pela ativa extração de material aluvial, para ser usados na indústria da construção civil, se foi formando um grande buraco nas margens do rio e nesse lugar começaram a serem depositados os resíduos da cidade. A ideia inicial da prefeitura era ir depositando os lixos nesse buraco só até que com o preenchimento dos lixos fosse atingida o nível da terra rasa. Também pretendiam que aquilo fosse só uma saída emergencial ao problema do depósito de lixos, uma saída momentânea que representaria no máximo, meses de depósito naquele lugar, enquanto se encontravam os novos terrenos para o lixão definitivo da cidade.

Paralelamente, no interior dos campos colombianos o conflito armado provocava grandes processos migratórios de população em direção às grades cidades. É assim como Moravia apareceu como boa opção para atender as necessidades de moradia e sustento econômico destas pessoas (em meio de um contexto de baixas capacidades para se inserir nas lógicas econômicas da cidade). Desta forma cresce aceleradamente o assentamento humano, em função dos labores de catação e recuperação de materiais.

Finalmente, em quarto lugar, tem-se que o assentamento de Moravia da conta de mais de 20 anos de ausência Estatal, que deram como resultado de uma determinação que tratava de ser temporária, a consolidação de uma montanha de lixo de mais de 45 metros de altura, numa extensão ocupada de 42 hectares, que se tornou moradia de mais de 42 mil habitantes. Esta densidade populacional (1.000 Hab/Hect) representa a mais elevada, registrada dentro dos 249 bairros que configuram a zona urbana da cidade de Medellín¹⁰, e possivelmente uma das mais elevadas no contexto nacional.

Este lixão se configurou como bairro, dada sua rápida ocupação. E mesmo sofrendo um acelerado processo de ocupação e expansão, ao ponto de se conurbar com seus bairros próximos (legais e formais), o bairro Moravia, seu espaço físico e a população que nele

¹⁰ Plan Parcial de Mejoramiento Integral del Barrio Moravia, Documento Técnico, Tomo I, Departamento Administrativo de Planeación, Alcaldía de Medellín, 2006.

reside, sofreu por anos uma profunda estigmatização, segregação e exclusão pelo resto da população da cidade de Medellín.

O conflito armado manifestado longe da região de perpetuação dos atos criminais

O conflito armado interno colombiano possui uma dimensão pouco explorada na sua longa trajetória; *as suas expressões e manifestações nos contextos urbanos*. Dentro dessas manifestações, duas são especialmente relevantes; em primeiro lugar estão os intensos fluxos migratórios de pessoas deslocadas pela violência no interior dos campos, que chegavam à cidade e em segundo lugar estão as extensões dessas violências reinantes nos campos, com novo enclaves nos contextos urbanos. Este último se apresentou principalmente de duas formas; pela expansão das forças armadas consolidadas nas regiões rurais e nos campos colombianos ou pela organização de novas estruturas criminais, a partir do reagrupamento de antigos chefes e membros de grupos armados, com presença no interior, que foram dissolvidos ou que entregaram as armas em negociações de paz anteriores com o governo.

No primeiro caso, os deslocamentos forçados, que colocaram às principais cidades colombianas como receptoras de intensos fluxos migratórios, são responsáveis por importantes mudanças nos territórios urbanos e têm causado, além de mudanças radicais nas dinâmicas e configurações da ocupação e uso do solo urbano, novos processos sociais principalmente vinculados à discriminação, segregação, exclusão, precarização e novos ciclos de vitimização, que vêm replicando nos contextos urbanos, as dimensões rurais do conflito armado interno colombiano.

De fato, a modalidade de violência conhecida como deslocamento forçado é a modalidade violenta que mais vítimas registra o conflito ao longo de todos seus anos, neste caso, trata-se de vítimas não letais. Esta modalidade violenta, em termos territoriais, também é a que tem maior capacidade de impacto tanto nas regiões rurais, quanto nas regiões urbanas.

Em relação à territorialidade, se manifesta principalmente em três grandes momentos; 1). A expulsão por causas violentas dos lugares de origem; 2). Os períodos de

deslocamento até os novos lugares de ocupação e 3). E os novos lugares de ocupação, que costumam serem as cidades de maior porte dentro do estado em que acontecem os crimes que provocam os deslocamentos forçados.

Estes intensos fluxos migratórios provenientes do campo estimularam os acelerados processos de expansão nas principais cidades colombianas, e aportaram para a redefinição dos sistemas espaciais e sociais no interior dos seus territórios, trazendo como uma das suas maiores manifestações, a formação e disseminação de assentamentos informais e precários no interior dos contextos urbanos e nas suas delimitações mais próximas. Esse é o caso do assentamento informal de Moravia na cidade de Medellín.

A condição de pouca exploração desta dimensão do conflito, pode ser explicada a partir da complicada e violenta condição de ordem pública pela qual tem passado a Colômbia nas últimas décadas. Situação que levou a que mesmo tendo um conflito de longa duração, representando inclusive o conflito armado, ao interior de uma nação, mais prolongado no mundo, caracterizado por ter tido em cena, diferentes atores armados como protagonistas, contendo inclusive os grupos guerrilheiros mais antigos e com maior tempo de sobrevivência que a história contemporânea já registrou e retratando uma ampla gama de modalidades de violência, só em tempos recentes o país viu emergir as vítimas desse conflito, no contexto público nacional e internacional.

Processos de paz, entrega de armas por parte dos grupos armados, reinserção à vida civil dos combatentes, entre outros, têm favorecido à mudança no panorama social colombiano, no qual falar, opinar, indagar ou questionar era absolutamente inamissível. O assédio moral e social, o silêncio imposto, obrigado e coagido, o desaparecimento forçado, a tortura e a morte, durante muito tempo configuraram os condutos regulares, que os grupos armados usaram para a “contenção social” nas regiões em conflito.

O novo panorama, não plenamente resolvido, mas também não mais absolutamente radicalizado, tem vindo abrindo timidamente as portas para que a pesquisa, a memória, o reconhecimento e a reconstrução dos fatos, a reparação e a justiça possam começar a ter um lugar no marco do conflito armado interno colombiano.

Estas pesquisas do conflito, das suas modalidades de violência, das suas incidências e intensidades, dos seus fatores de estímulo, do seu vínculo com determinados grupos

armados e do reconhecimento das suas vítimas, têm se desenvolvido com foco principalmente no lugar da efetivação da violência, ou seja, são pesquisas normalmente realizadas tendo como objeto de estudo as regiões do interior do país, nos espaços pouco conectados, de difícil acesso, nas margens, nos lugares distantes das grandes cidades, ou seja, nos lugares que geralmente estão longe da concentração de poder público.

Desta forma temos que mesmo que a modalidade de deslocamento forçado é a modalidade de violência que mais vítimas tem deixado o conflito na Colômbia, e mesmo sendo de amplo conhecimento nos contextos urbanos que tais deslocamentos têm produzido acelerados processos de ocupação na cidade, modificando intensamente as suas dinâmicas internas e demandando intervenções sociais e urbanas específicas e pontuais para fazer das cidades contemporâneas, espaços em concordância com a realidade e espaços que promovam a justiça social, a realidade não demonstra isso.

A realidade indica que a forma de ocupação desta população nas grandes cidades é representada acentuadamente de duas formas, na maioria dos casos em assentamentos informais ou precários, ou ambas, e em outros casos em projetos em forma de habitação de “interesse social”¹¹.

Em relação a assentamentos informais ou precários, são diversas as realidades no continente, que mostram as limitações com que os habitantes destes assentamentos costumam viver.

Em relação aos projetos de interesse social, a realidade do mal chamado progresso urbano nacional, com frequência reflete apenas desejos incontrolláveis de ocupar os territórios e construir desmesuradamente, trazendo inclusive muitas vezes nos casos dos projetos nacionais e regionais de habitação de interesse social, soluções copiadas,

¹¹ Na maioria dos países da América Latina a maior parte da sua população está concentrada nos territórios urbanos. Esta condição contemporânea é resultado de uma mudança radical demográfica apresentada com maior força no continente a partir da segunda metade do século XX, passando de ser predominantemente rural a ser predominantemente urbana, no que poderia ser considerado um curto período de tempo. Como uma solução aos problemas de déficit habitacional nas cidades, apareceram os projetos de habitação de interesse social e se tornaram um modelo bastante popular e aplicado. Em muitos dos seus casos a produção deste modelo de construção, é traduzido na realidade como “megaprodução de micro habitação na periferia”, numa periferia distante, que além de tudo, costuma não estar bem servida de infraestruturas e cujas conexões e o acesso com as ofertas e serviços consolidados nas cidades, geralmente demandam grandes períodos de deslocamento. Estes modos de produzir cidade promovem a segregação e a injustiça social. Sousa (2004) indica que a crescente complexidade dos problemas urbanos carece de opções estratégicas e que a reincidência do fracasso da promoção da justiça social culminará na reprodução da atual miséria no futuro; daí a urgência de os diversos segmentos da sociedade atuarem em conjunto para “mudar a cidade”.

carimbadas e replicadas como soluções universais. Soluções que atendem prioritariamente parâmetros econômicos e que pouco ou nada tem a ver com a população destino, que no caso colombiano, são majoritariamente deslocados pela violência. Ou seja, é uma população com maior vulnerabilidade, justamente por já ter sido vítimas de processos violentos, obrigados a fugir.

Este tipo de soluções, quando dadas, são realizadas predominantemente nas margens da cidade. E são insistentemente executados projetos de moradia que não são acompanhados de infraestruturas de bens e serviços básicos para o desenvolvimento humano contemporâneo, como saúde, educação, transporte e forma de ativação e prevalência das dinâmicas econômicas locais. (Isso porque aqui não vamos entrar no mérito da qualidade arquitetônica desses espaços).

Desde o ponto de vista do direito à cidade, tanto os assentamentos informais quanto os projetos de habitação de interesse social exemplificam várias negações em relação ao direito à cidade. Harvey (2012) assinala que o direito à cidade deve ser compreendido também como o direito a se pensar e transformar constantemente vida urbana, a se criar e recriar desde os imaginários, os desejos e as necessidades. Nesse sentido a cidade deve ser o espaço para que todos seus habitantes exerçam o direito de decidir sobre ela e que este não seja um direito reduzido só a uns poucos privilegiados, amparados em poderes políticos ou econômicos.

Os índices de equidade sócio espacial manifestados neste tipo assentamentos, continuam representando em muitos casos um fracasso e, portanto, um dos maiores desafios urbanos da sociedade moderna. Neste sentido, a América Latina guarda estreitas semelhanças entre seus países, em termos de demandas sociais e urbanas insatisfeitas, portanto em tema de necessidade de soluções estratégicas.

Na última metade de século em condição de conflito, mostra que diversos têm sido os atores armados conflitantes e as modalidades bélicas que tem definido seu caráter sistemático, exacerbado e prolongado. Estas modalidades violentas, que têm se manifestado, historicamente, com maior intensidade nas regiões rurais e suburbanas do país, aparecem também como responsáveis de grandes transformações nas estruturas e dinâmicas sociais nos contextos urbanos, estimulados principalmente pelos intensos

processos de expulsão forçada do campo e seu decorrente processo de recepção massiva de população nas cidades.

Acompanhando essas lógicas, a Antioquia aparece como um dos Estados que mais intensamente tem vivido todas as manifestações violentas deste conflito, devido principalmente a que muitos dos grupos violentos, armados e insurgentes que a Colômbia registra, têm tido presença ativa neste Estado e têm se enfrentado entre si, historicamente por divergências ideológicas e por disputas pelo controle e domínio dos seus territórios.

Sua capital, a cidade de Medellín, tornou-se receptora de migração em alta escala de deslocados pela violência, provenientes de muitos municípios no interior do Estado e de Estados vizinhos, convertendo-se numa das cidades que mais deslocados pela violência tem recebido em todos os anos de conflito.

Organização do texto

Este trabalho desenvolveu a sua análise, mediante a execução de quatro etapas de pesquisa, as duas primeiras concentradas na dimensão rural do conflito e as duas últimas na sua dimensão urbana.

A primeira etapa contempla o traçado de um mapa geral do conflito armado interno colombiano da última metade do século XX, englobando às suas lógicas e dinâmicas e apontando às principais questões e implicações sociais e urbanas de interesse desta tese, a fim de contextualizar as condições de um conflito prologado e exacerbado com especificidades sociais únicas, dentro do hemisfério Sul da América Latina¹². Nesta introdução também são apresentadas as características do território estudado, partindo de uma escala global e regional, até chegar a uma escala local. Ainda nesta parte são apontadas as manifestações e os efeitos do conflito armado interno com cenário rural, nos cenários urbanos, com o fim de estabelecer a relação que existe entre as cidades contemporâneas e seus processos de crescimento, urbanização e consolidação com essa violência, que durante décadas se presumiu exclusiva de contextos rurais e semirurais.

¹² Diversos autores indicam que o conflito armado interno colombiano tem suas origens muito além da última metade do século XX, este trabalho concentra sua pesquisa nesse período de tempo porque considera que é o período do conflito que maior interferência tem tido nas mudanças nos contextos urbanos, particularmente a partir da década dos 80, com o surgimento das forças paramilitares das denominadas *Autodefesas* e todas as formas de violência que seu proceder militar representa.

A segunda etapa foca essa revisão geral do conflito na região de Urabá, tendo ela como cerne de todas as manifestações violentas do conflito armado interno colombiano e como um dos lugares da Colômbia que registra com maior intensidade processos de explosão local dos seus habitantes por causas violentas e, em consequência, intensos fluxos migratórios forçosos em direção à cidade. Ao chegar à cidade, desprovidos de recursos, orientações, acolhimento e redes de apoio, estas comunidades comumente estabelecem suas moradias de forma irregular e precária nos terrenos baldios da cidade, distantes dos controles e domínios do poder público local. Este trabalho concentra sua pesquisa em um assentamento específico *Moravia*, com características excepcionais no centro da cidade de Medellín. A comunidade deslocada pela violência da região de Urabá constitui em boa medida o assentamento informal de Moravia.

A região de Urabá é caracterizada por possuir intensos antecedentes violentos, registrando a presença, disputas e enfrentamentos de diversos grupos amados de esquerda e direita, que têm sido atraídos a esta região e ao seu golfo pela sua privilegiada localização, que serve de corredor estratégico de conexão da Colômbia com o mundo, para a consolidação e expansão de todo tipo de mercadorias e pelas suas riquezas naturais que permitem o cultivo, a criação e o crescimento de várias formas de negócios legais e ilegais. Os seus habitantes, população civil desarmada, sempre esteve na metade do fogo cruzado e são as grandes vítimas deste conflito. Mas os processos de vitimização não acabaram com os intempestivos deslocamentos como forma de escape dos lugares da origem da violência, esses processos se tornaram extensivos e insistentes nos contextos urbanos.

A terceira etapa localiza a pesquisa na sua dimensão urbana, colocando a cidade de Medellín como receptora de migração em alta escala. Esta condição sugere uma diferenciação importante nos processos de expansão urbana das cidades colombianas, em relação aos fenômenos de expansão urbana da América Latina. Esta etapa aponta que se bem, historicamente as grandes cidades do Centro e Sul do continente têm-se apresentado nos últimos anos como um importante foco de recepção de migração voluntária e pacífica, promovida pela pluralização de oportunidades de emprego, educação, lazer, e em geral de variadas condições de ofertas e serviços em relação às ofertadas pela vida rural, no caso colombiano, a cidade aparece como foco de recepção massiva também por questões forçadas e violentas, vinculadas ao conflito armado interno colombiano. Estas condições diferenciadas de migração, também possuem implicações diferenciadas de produção, uso e

apropriação dos espaços nas grandes cidades da Colômbia contemporânea e claro, nas lógicas e dinâmicas sociais e urbanas que no seu interior acontecem.

Assim na Colômbia, os efeitos e tendências econômicas globais têm se vinculado a elementos sociais e políticos locais, dando origem a uma dinâmica e expressão particular do fenômeno da migração e urbanização nos seus polos urbanos. Esses intensos êxodos internos na Colômbia, aconteceram em um curto período de tempo e provocaram a redistribuição de uma ampla porção da população rural nas grandes cidades.

A quarta etapa foca seu interesse em um assentamento específico da cidade: *Moravia*. Mediante a reconstrução do seu processo de formação e consolidação, pretendem ser analisadas, além das marcas e formas de cidade resultado do conflito rural, os processos de deterioro e marginalização vividos por esta comunidade durante tantos anos de ausência Estatal e indiferença social. Em esta etapa são apresentadas trajetórias individuais e familiares para demonstrar parte da heterogeneidade dos assentamentos informais e precários na cidade, estas trajetórias relatam as transformações sociais e urbanas acontecidas nesta zona e seus vínculos com o conflito armado colombiano. São apresentadas experiências e perspectivas, muito distintas entre si, vinculadas com diferentes organizações criminais de direita e esquerda que tiveram influencia em Moravia e na cidade. Em cada uma delas serão ampliados os processos de surgimento e consolidação desses grupos armados ilegais, suas técnicas e estratégias de militância, bem como as dinâmicas sociais que eles pautavam ao interior da comunidade e da Cidade de Medellín como um todo. Ainda nessa etapa são apresentadas as relações entre conflito armado rural / espaço / conflito armado urbano.

Finalmente é realizado o traçado de um mapeamento global dos infindáveis, porem fracassados, esforços na Colômbia para conquistar a paz e um panorama geral da situação do conflito interno e segurança pública nos tempos recentes, em um contexto pós pacto histórico de acordo de paz.

CAPÍTULO 1

Estructura da pesquisa

Minelia se escondió debajo del árbol al escuchar los disparos que traía el río desde la ribera. Los guerrilleros entraron a Vigía del Fuerte y asesinaron a veintiún policías y se llevaron diez, no sin antes sacar de sus casas a ocho pescadores a los que dieron dictamen de auxiliares de los paramilitares y fusilaron arrodillados. [...] A las seis de la mañana desde los puntos donde se atrincheraban los guerrilleros, empezaron a disparar. Minelia corrió a busca al padre Antún. Por las calles la gente despavorida llevaba a sus niños en los brazos para protegerlos en la casa de Dios. Más de trescientas personas se refugiaron en los ciento diecisiete metros cuadrados de templo de San Pedro Apóstol. Las ráfagas seguían y el círculo se achicaba. [...] Minelia contaba historias a los niños para que las ráfagas no los asustaran. [...] Los paramilitares y la guerrilla afianzaban posiciones y los rezos seguían murmurados dentro de la iglesia. Miraban los ojos suplicantes del Cristo y le pedían piedad para con sus hijos. [...] Minelia cantó una tonada lastimera que nadie había oído, como si quisiera adormilar a los hombres en combate. Pero la madrugada del miércoles, dos de mayo, llegó con más disparos y gritos. [...] De pronto sonó un bombazo que hizo estremecer la tierra, una pipeta de gas lanzada por la guerrilla desde la distancia, en busca de sus enemigos. [...] Las madres cubrían a sus hijos y Minelia no dejaba de cantar. Detrás de la iglesia una escuadra de paramilitares respondía el fuego. Minelia dejó de cantar porque escuchó el silbido de la tercera pipeta, el cilindro venía directo al techo de la capilla. Como rayo fulminante estalló contra las tejas y dejó escapar sus desperdicios: explosivos, pedazos de hierro oxidado, cachas de machetes, fragmentos de baterías viejas, piedras y costales, clavos y vidrios.

Los velos de la memoria, Jorge Eliécer Pardo

Estrutura da pesquisa

A pesquisa teve um desenvolvimento em quatro grandes eixos;

- *Contextualização geral do conflito armado interno colombiano da última metade do século XX.*
- *Urabá, a região cerne de todas as manifestações violentas do conflito armado interno colombiano.*
- *A cidade como receptora de migração em alta escala.*
- *Moravia, lar doce lar?*

Cada um dos eixos é detalhado a continuação.

Contextualização geral do conflito armado interno colombiano da última metade do século XX:

O trabalho na sua parte inicial apresenta uma contextualização geral da trajetória da violência na Colômbia nos últimos 60 anos, desde suas origens, fatores de estímulo, atores, detonadores, alcances e mecanismos de reprodução até seus impactos, implicações e representações nos tempos contemporâneos.

A passagem geral pelos momentos neurálgicos da violência na Colômbia, permitirá entender e contextualizar de forma geral as dinâmicas deste conflito armado, a pluralidade dos seus atores armados e as manifestações violentas que, no foco desta tese está nos grandes processos migratórios do campo para a cidade.

Este período de tempo contempla duas grandes conjunturas violentas na Colômbia;

Em primeiro lugar, encontra-se o período conhecido como “A Violência” (1946-1958), que é resultado de uma guerra civil não declarada entre os dois partidos políticos tradicionais da Colômbia (Partido Liberal e Partido Conservador) ¹³.

Esta guerra que foi caracterizada por ter constantes enfrentamentos armados entre a população civil e por estruturar e consolidar alianças entre os liberais com os camponeses e os conservadores com a polícia, teve um grande detonante a partir do assassinato do líder

¹³ Boot J. A. Rural violence in Colombia: 1948-1963. *The Western Political Quarterly*, Associação de Ciência Política Ocidental, Universidade de Utah, Salt Lake, 1974

liberal Jorge Eliécer Gaitán no ano de 1948, cuja repercussão se manifestou através de enormes protestos populares conhecidos como “*El Bogotazo*”, que se deram inicialmente na capital da Colômbia (cidade de Bogotá) e posteriormente se estenderam no nível nacional. Gómez (2008) indica que esse período da história colombiana foi estimulado pelos constantes enfrentamentos bipartidários, porém foi fortalecido a partir de interesses pela exploração e redistribuição de terras, mediante a expansão de latifúndios que beneficiavam a grandes fazendeiros, corporações pecuaristas e agroindustriais. Resultado deste período violento, se tiveram grandes processos migratórios do campo para a cidade que redefiniram a ocupação e uso do solo tanto nos cenários rurais, quanto nos urbanos.

Em segundo lugar, tem-se o período violento da história colombiana acontecido a partir décadas dos 80, que se dá pela consolidação da autonomia municipal e regional conseguida pelas diversas organizações armadas insurgentes na Colômbia (grupos guerrilheiros e grupos paramilitares) e pelas suas eternas disputas territoriais pelo domínio e controle de terras e de comunidades.

Echandía (2001) assinala que por um lado, a partir dos anos 80 os grupos guerrilheiros começaram a variar a sua condição de organização rural (com influência exclusiva nas regiões periféricas) com propósito de atingir e consolidar a sua influência em regiões mais centrais do território nacional, mediante a conquista do poder local em municípios de médio e grande porte.

Simultaneamente no país, se estruturavam e consolidavam grupos armados ilegais de extrema direita, que se originaram e organizaram sob o lema de “se autodefenderem” e prestar serviços de autodefesa privada para combater os ataques, ameaças, perseguições e extorsões dos grupos armados ilegais de esquerda (grupos guerrilheiros) ¹⁴.

Estes grupos se instauram para combater principalmente duas modalidades que os grupos guerrilheiros utilizavam para seu financiamento a partir da população civil; as extorsões e o sequestro de grandes empresários e fazendeiros.

¹⁴ Carlos Castaño Gil, líder e fundador das Autodefesas colombianas (junto com os seus irmãos Fidel e Vicente), confessa no livro intitulado “*Mi Confesión, autobiografía de Carlos Castaño Gil*”, escrito por Mauricio Aranguren Molina e publicado em 2001, que os grupos armados paramilitares se constituem a partir de uma vingança pessoal dos irmãos Castaño Gil com os grupos guerrilheiro, pelo sequestro, assassinato e desaparecimento do corpo do pai deles (Jesús Antonio Castaño) em 1980. Posteriormente, as autodefesas se consolidam e estendem pelo território nacional como um grupo armado ilegal “de segurança” / exército privado ao serviço de grandes fazendeiros e grupos agrônomos e industriais estabelecidos nas suas áreas de influência.

Desde suas origens na Colômbia, os grupos paramilitares das denominadas “Autodefesas” têm estado vinculados com altos mandatários de diversas esferas do governo nacional e têm sido amplamente denunciadas a sua coação com as forças militares nacionais. Inclusive muitas destas denúncias oficiais têm sido feitas pelos próprios ex-chefes paramilitares cativados, mediante versão livre *ou depoimento livre oficial* e também por alguns membros e diretivos de entidades ao serviço do Estado.

Desde novembro de 2006, na Colômbia começou a se tornar, parcialmente público, o escândalo referido às relações de políticos, empresários, altos fazendeiros, religiosos, industriais, comerciantes, comunicadores, organismos de segurança do Estado e militares com as Autodefesas Unidas da Colômbia- AUC. Este fenômeno tem se conhecido como o escândalo da “parapolítica”. VELÁSQUEZ, E. (Historia del paramilitarismo en Colombia). História, São Paulo, v. 26, N° 1, p 134-153, 2007.

Em relação a tais denúncias, Velásquez (2007) assinala que a expansão dos grupos paramilitares no território nacional aconteceu em várias vias; em primeiro lugar, estes grupos armados cresceram graças a uma aparente indiferença por parte de distintos governos nacionais de turno frente a esse fenômeno. Em segundo lugar, pelo estabelecimento de um Estatuto legal¹⁵ que estimulou a criação de instituições ou cooperativas de vigilância e segurança privada, que permitiu que grupos civis pudessem portar armas e promoveu que tais grupos trabalhassem em parceria com as Forças Militares Colombianas.

Amparados no Artigo 42 do Decreto Lei 356 de 1994, em setembro desse ano, o Governo Nacional autorizou a criação das Associações Comunitárias de Vigilância Rural para a autodefesa agrária. Em 27 de abril de 1995¹⁶, a superintendência de vigilância e segurança privada da Colômbia expediu uma resolução no que se estabelecia que estes serviços “especiais” de vigilância se denominariam “CONVIVIR” “*com a finalidade de criar um novo instrumento de participação comunitária, focado para conseguir a paz e a segurança nos campos*”.

¹⁵ Decreto 356 do 11 de fevereiro de 1994, pelo qual se expede o Estatuto de Vigilância e Segurança privada na Colômbia. Superintendência de vigilância e segurança privada, Ministério da defesa nacional, República da Colômbia.

¹⁶ Resolução 368 de 27 de abril de 1995 “Criação das Associações Comunitárias de Vigilância Rural para a autodefesa agrária”. Superintendência de vigilância e segurança privada, Ministério da defesa nacional, República da Colômbia.

Em 1996 o então governador do Estado de Antioquia, Álvaro Uribe Velez, declarou a região de Urabá como “Zona Especial de Ordem Pública” e colocou sob controle militar os municípios da região, promovendo que a administração estadual formalizasse as cooperativas de vigilância e segurança privada –CONVIVIR-, que em total foram treze instauradas na região¹⁷.

Desta forma, as CONVIVIR foram organizações criadas em resposta oficial para detonar um novo marco legal de autodefesa nos lugares onde a ordem pública fosse considerada precária ou em defesa dos grandes fazendeiros e seus negócios, diante das crescentes ofensivas e ameaças dos grupos guerrilheiros. É dessa forma como as organizações da CONVIVIR, serviram como fichas chaves na montagem da fachada para a estruturação, expansão e consolidação do paramilitarismo no Estado de Antioquia e em outras regiões do país.

Em 2011 mediante declarações de versão livre, na Sala de Justiça e Paz do Tribunal Superior do distrito judicial de Bogotá, José Hébert Veloza García, pseudônimo 'HH', ex-chefe paramilitar das Autodefesas Unidas da Colômbia –AUC- declarou que desde que foram criadas as CONVIVIR, elas estiveram ao serviço das ACCU¹⁸.

Assim, amparadas nessa figura de “legalidade”, as forças paramilitares se legitimaram até se desbordarem e se converterem numa organização criminal que a história recente da Colômbia assinala como a responsável dos mais violentos mecanismos de terror, entre eles ressaltando a torturas, massacres e sua responsabilidade majoritária nos êxodos forçados da população rural.

Os grupos paramilitares de autodefesa são caracterizados por operar em territórios específicos, porque geralmente estão a serviço de grandes organizações ou empresários com elevado respaldo econômico.

Nesse ponto é importante ressaltar que na região de Urabá se originaram, cresceram e se expandiram as diferentes estruturas ilegais paramilitares das AUC [*Bloco Bananeiro*],

¹⁷ -Verdade abierta.com- Frente 5 de las FARC, protagonista de la guerra. [em línea], disponível em: <http://www.verdadabierta.com/reconstruyendo/243-la-historia/farc/4293-frente-5-de-las-farc-protagonista-de-la-guerra-en-antioquia>

¹⁸ As Autodefesas Campesina de Córdoba e Urabá (ACCU) foram o principal grupo paramilitar regional que precedeu às Autodefesas Unidas de Colômbia (AUC), depois da sua consolidação como grupo armado em diversas regiões da nação.

autodenominadas inicialmente Autodefesas Camponesas de Córdoba e Urabá –ACCU-. Não obstante, nessa mesma região desde muito tempo atrás, já se contava com a presença de diversos grupos armados guerrilheiros que estabeleceram na região diversas frações de apoio.

Estes grupos armados ilegais tiveram todo tipo de divergência ideológica, disputas e enfrentamentos físicos, entre outras razões, facilitados pela baixa presença militar das forças nacionais nessa região. Desta forma a violência política e a luta pela terra representam os dois grandes eixos do conflito armado nesta região.

Urabá, a região cerne de todas as manifestações violentas do conflito armado interno colombiano.

Histórias populares contam que o nome Urabá, na linguagem dos grupos indígenas Emberá Katio¹⁹, significa “*a terra prometida*”. Situada no Noroeste da Colômbia, na fronteira com Panamá, esta região que é caracterizada pela sua privilegiada e estratégica localização geográfica “*no melhor canto da América do Sul*” inclui o Golfo de Urabá, e tem ligação direta com o Oceano Atlântico e conexão com o Oceano Pacífico.

Esta região, com histórica escassa presença Estatal, contempla parte de três Estados; Chocó, Antioquia e Córdoba e além de ser reconhecida pela sua importância como corredor estratégico para o mercado mundial, dada sua condição de porto e pelas vias de conexão com o mar (que facilita a introdução e consolidação de diversas indústrias) também se destaca pelo seu potencial em riquezas naturais, possuindo uma extensa floresta tropical úmida, terras baixas litorâneas, savana e diversos abanicos aluviais, bem como proximidade com sistemas montanhosos e selváticos.

As condições do solo na região de Urabá são especialmente férteis e estão acompanhadas de condições favoráveis ambientais de elevada umidade relativa do ar e de constantes precipitações chuvosas que promovem uma grande quantidade de recursos naturais e permitem o desenvolvimento de amplos sistemas agroindústrias. As maiores modalidades de cultivos extensivos na região são a bananeiras, as madeiras e a criação

¹⁹ O observatório ADPI – Observatório pela Autonomia e os Direitos dos Povos Indígenas na Colômbia indica que a maior parte de concentração dos povos Emberá Katio estão localizados na região de Urabá. Estes povos também têm sido vítimas de ameaças, assassinatos, desaparecimentos e deslocamentos forçados.

de gado. Somando todas estas características é fácil entender porque é chamada de *terra prometida*.

Porém, diante uma débil presença do Estado, o mercado legal, cedeu espaço para ilegalidades de todo tipo, em particular para abertura do mercado ilegal das armas, cultivo e contrabando de drogas, que obedecendo aos interesses de grupos armados ilegais, desencadearam uma disputa feroz, pelo controle do território.

Para entender as razões pelas quais a região de Urabá tem estado constantemente em meio de disputas territoriais é preciso elaborar uma trajetória histórica e militante dos seus diversos atores e grupos armados conflitantes.

Além das razões estratégicas já citadas, que fazem da região de Urabá ser a terra da que todos querem ser donos, existem condições ideológicas, táticas e metodológicas militares de insurgência que também justificam tantos anos de conflito e enfrentamento.

Para começar é importante indicar que as primeiras forças militares insurgentes que tiveram presença na região de Urabá, foram os grupos guerrilheiros. Estes grupos registram a presença das guerrilhas do Exército Popular de Liberação –EPL- e das Forças Armadas Revolucionarias da Colômbia, *Exército do Povo* –FARC-EP-.

Sánchez (2014) assinala que desde meados da década de 60 as FARC chegaram à região de Urabá, se-expandido em zonas rurais dos municípios de Chigorodó, Apartadó e o Norte de Turbo. No ano de 1974 este grupo armado se ratifica na região com a consolidação do quinto frente dessa organização. Porém simultaneamente têm-se registros da presença do grupo guerrilheiro do Exército Popular de Liberação - EPL-. No obstante serem grupos de origem guerrilheira, existiram muitos enfrentamentos entre eles também, por conta das discrepâncias ideológicas e pelo domínio e influencia nos territórios.

Durante a década de sessenta e princípios da década de setenta a economia da região foi impulsionada pelo auge de inversões por parte de grandes empresários e fazendeiros. Este crescimento econômico se apresentava num contexto que contrastava com as precárias condições trabalhistas dos operários do campo.

A Comissão Nacional de Reparação e Reconciliação²⁰ –CNRR- assinala que na medida em que a indústria bananeira e as demandas pela recuperação da terra cresceram na região de Urabá, também foram surgindo os primeiros movimentos e organizações sindicalistas. Em 1964 se constituiu *Sintrabanano*, posteriormente *Sintagro*, *Sinaltraifru* e *Sindejornaleros* até chegar à atual sindicato *Sintrainagro*.

Mesmo que ambas as frações guerrilheiras se dedicaram, em vias diferentes, a estruturar suas bases sociais entorno de um projeto sindical, capaz de promover e impulsionar a defesa dos direitos trabalhistas, mediante esforços para a regularização das condições na produção da banana e o fomento à invasão das terras, elas se apresentavam contrastantes em muitos outros aspetos, inclusive levando a enfrentamentos armados entre elas mesmas²¹.

Foi assim como os guerrilheiros passaram rapidamente a adotar a causas dos camponeses e operários das bananeiras, tendo grande influência sobre os grupos sindicais, intensificando os desentendimentos e confrontos entre patrões e trabalhistas, dado que até aquele momento os direitos à associação não existiam e o trabalho sindical era quase proscrito na zona, pois os empresários e grandes fazendeiros não os reconheciam. Rapidamente estas lutas terminaram provocando confrontos pelo poder político e o controle territorial da região

Estes dois grupos guerrilheiros, com divergências políticas e ideológicas, tiveram suas primeiras discrepâncias sérias, a partir da dissidência e deserção das filas originais de membros da organização das FARC, que foram acolhidos pelo EPL. Esta situação foi considerada pelos altos comandantes das FARC como “uma traição à causa revolucionária” seguida pela “proteção aos traidores” por parte do EPL²².

O Instituto Popular de Capacitação –IPC- indica que posteriormente estes dois grupos armados de esquerda, agudizaram suas divergências e enfrentamentos por questões

²⁰ Criada a partir do processo de Justiça Transicional, no marco da promulgação da Lei de Justiça e Paz, em julho de 2005, pelo Congresso da República.

²¹ Verdadeabierta.com Frente 5 de las FARC, protagonista de la guerra. [em línea], disponível em: <http://www.verdadeabierta.com/reconstruyendo/243-la-historia/farc/4293-frente-5-de-las-farc-rotagonista-de-la-guerra-en-antioquia>

²² TRIBUNAL SUPERIOR DEL DISTRITO JUDICIAL DE BOGOTÁ - Sala de Justiça e Paz, sentencia ao postulado, José Barney Veloza García, [Número de Radicado: 110016000253200680585] Bogotá D.C., 31 de janeiro de 2012.

da terra e disputas agrárias, dado que desde meados da década dos 80 ambos os grupos promoveram invasões massivas de terrenos e propriedades, que segundo as ideologias da base social deles, tinham que ser recuperadas pelo povo, já que não estavam sendo produtivas e em mãos de camponeses poderiam estar sendo mais bem utilizadas.

Dentro da lógica de apropriação de terras se podiam evidenciar como os grupos das FARC, no seu pensar e proceder político, desenvolvia processos de colonização e invasão em terra rural. Já pela sua parte os grupos do EPL, se concentraram nas modalidades de invasões nas regiões municipais, mediante a figura de extinção de domínio exercendo controle político nos grandes centros municipais, como foram o caso de Apartadó e Turbo. (Instituto Popular de Capacitación – IPC- Informe Especial, Hacienda Monteverde: Historia de las víctimas de despojo, Medellín, 2010).

A partir dos desentendimentos ideológicos e das diversas modalidades de invasões da terra, provocadas por esses dois grupos guerrilheiros se dá início a uma longa história de disputas territoriais no Urabá Antioqueño.

[As pressões e desentendimento entre estas frações guerrilheiras cresceram tanto que inclusive passaram a assassinar aqueles trabalhadores, que em um começo diziam defender]... [A movimentação política e o confronto violento foram tão grandes, que rapidamente a mídia nacional denominou a região de Urabá como a “esquina vermelha” do país. (-Verdadabierta.com- Frente 5 de las FARC, protagonista de la guerra. consultado 10 de mayo de 2017).

Nos anos seguintes outras dinâmicas contribuíram para o agravamento das disputas territoriais nesta região, com a inserção de novas formas militantes e opositoras no contexto local; chegam os grupos paramilitares à região, com pretensão de estabelecer novas ordens nas dinâmicas econômicas e sociais na região de Urabá.

Os grupos sindicalistas apoiados pelos grupos guerrilheiros, geraram demandas que estabeleceram pressão nos empresários e nas elites políticas locais da época, tendo implicação direta no incremento no índice de perdas econômicas no interior dos seus negócios.

A resposta por parte das elites políticas e econômicas locais não demorou muito tempo em aparecer; as elites se organizaram e estruturaram com a finalidade de impedir a movimentação dos grupos sociais e sindicalistas da região, mediante mecanismos

repressivos. Era nessa época, em que começou a ter aparição na região de Urabá o grupo armado ilegal de segurança privada capaz de realizar ações ilegais, ao serviço dos interesses econômicos e políticos de pequenos e privilegiados setores; *paramilitares denominados Autodefesas*²³.

Desta forma, os grupos de autodefesas se consolidam não só como estruturas para a defesa da perseguição e impertinência dos grupos guerrilheiros, eles se consolidaram como grupos armados à mercê das elites econômicas, capazes de enfrentar e solucionar, por via das armas, qualquer condição que ameaçasse a estabilidade e integridade dos seus sistemas econômicos. Às estruturas armadas das autodefesas, se lhes atribui a ocorrência dos atos criminais de maior gravidade sobre a população civil da região de Urabá²⁴. Pelo seu proceder, os grupos de Autodefesa, se terminaram convertendo em milícias.

As magnitudes da violência na região de Urabá, executada pelos grupos de Autodefesas, superam todos os antecedentes de manifestações violentas na Colômbia, dando conta inclusive com o extermínio de um partido político de esquerda, a União Patriótica-UP-.

A União Patriótica nasceu em 1984 como resultado dos acordos de Paz entre o governo do presidente Belisario Betancur e a guerrilha das FARC. Foi a fórmula para consolidar um processo de paz e ao mesmo tempo para que o movimento guerrilheiro pudesse ter uma saída política do conflito armado. Porém, esta saída fracassou totalmente, dando como resultado o extermínio físico e político deste novo movimento. O balanço deixa uns assassinados, outros exiliados e ameaçados e duas décadas mais de violência na Colômbia. (Verdadabierta.com, El saldo rojo de la Unión Patriótica. Consultado 29 de mayo de 2017).

As diversas modalidades de violência que levaram ao extermínio da UP na região de Urabá, também provocaram processos migratórios forçados desta região para as grandes cidades da Colômbia, representados pelo deslocamento dos membros familiares sobreviventes e pelas famílias completas que fugiam pelo temor das retaliações.

²³ -Verdadabierta.com- Frente 5 de las FARC, protagonista de la guerra. [em línea], disponível em: <http://www.verdadabierta.com/reconstruyendo/243-la-historia/farc/4293-frente-5-de-las-farc-rotagonista-de-la-guerra-en-antioquia>.

²⁴ Tribunal Superior Do Distrito Judicial De Bogotá - Sala de Justiça e Paz, Ministério Público N. 17, Magistrado: EDUARDO CASTELLANOS ROSO. Sentencia ao postulado HÉBERT VELOZA GARCÍA. [Número de Radicado. 11-001-60-00 253-2006 810099 Rad. interno 1432] Bogotá D.C., 30 de outubro de 2013.

Suárez (2007) indica, que todas estas dinâmicas tem-se conjugado para que em Urabá tenha-se livrado uma guerra com estratégias baseadas no despejo, transferência, ocupação e apropriação forçada de terras, constituindo instrumentos de poder, tornando a região um dos cenários mais violentos do país, envolvido em um círculo de permanente violência, que criaram uma crise humanitária caracterizados pelo incremento da criminalidade e a violação dos direitos humanos, com ações como os massacres e o deslocamento forçado.

Todas estas disputas e confrontos se dão em meio de um contexto no que o Estado parece incapaz de assumir a normalização da ordem pública da região, nem de confrontar todas as formas de insurgência que no seu interior se estavam conformando.

Dentro deste marco de conflito é importante destacar que todas estas formas de violência não se apresentam em cenários abertos de confrontação exclusivos entre unidades militares, com as características de uma guerra regular; pelo contrário, revestem características de irregularidade onde o foco de ataque é a população civil, como objetivo militar dos grupos armados dominantes²⁵.

Desta forma, todos os grupos insurgentes de esquerda e de direita deliberaram suas batalhas, configurando e direcionando seus ataques também a comerciantes, camponeses, comunidades indígenas, sindicalistas, líderes políticos e comunitários, ocasionando processos de deslocamento forçado de centenas de pessoas, até inclusive deixar setores absolutamente desabitados²⁶.

Estas vítimas emigrantes das suas terras de origem, frequentemente têm passado por um segundo processo de vitimização nos seus lugares de recepção, que geralmente são as grandes cidades mais próximas, pela sua falta de reconhecimento, atenção integral e pela falta de oportunidades para sua inserção nas lógicas e dinâmicas urbanas.

Na região de Urabá o conflito se prolongou durante décadas, porque como explica Velásquez (2008), depois de o conflito iniciar, independentemente das motivações e

²⁵ BELLO, M. las familias desplazadas por la violencia un tránsito abrupto del campo a la ciudad, Revista de Trabajo Social N.º 2, Universidad Nacional de Colombia, Departamento de Trabajo Social, Bogotá, 2000.

²⁶ -Verdadeabierta.com- Frente 5 de las FARC, protagonista de la guerra. [em línea], disponível em: <http://www.verdadeabierta.com/reconstruyendo/243-la-historia/farc/4293-frente-5-de-las-farc-protagonista-de-la-guerra-en-antioquia>

estímulos iniciais, são criadas dinâmicas onde todos os grupos envolvidos procuram e desenvolvem mecanismos a fim de garantir sua sobrevivência, tanto no nível estratégico, quanto no econômico. Neste sentido, a apropriação da terra, tem representado historicamente uma forma eficaz de financiamento, subsistência, preservação e intensificação do conflito.

É assim como a região de Urabá se escreve na história da Colômbia como epicentro da confrontação armada, que desempenhou um papel relevante para a nação como eixo de disputa e polaridade pela concentração, propriedade, posse e exploração de terras com o propósito de abrir espaços para o mercado internacional.

O observatório do Programa Presidencial de direitos humanos (DDHH) e de direito Internacional Humanitário (DIH) indica que se referir de maneira breve à história do conflito em Urabá não é tarefa fácil, devido à complexidade dos diversos conflitos sociais e econômicos que têm envolvido sindicatos, partidos políticos, setores agrários, empresários do campo e camponeses; além do surgimento de estruturas armadas subversivas e antissubversivas, que têm canalizado as tensões existentes para provocar disputas e gerar alianças, sob o influxo crescente de economias legais, mas também do narcotráfico.

Estas razões têm feito com que no contexto histórico violento nacional, Urabá tenha sido referência e cenário de múltiplos conflitos entre seus atores legais e ilegais. Esta região entre a década de 1980 e a primeira metade da década de 2000, viveu a maior onda de violência que a Colômbia registra na sua história²⁷.

Nesta tese o estudo do conflito armado interno colombiano é focado na região de Urabá Antioqueño, porque muitos dos mecanismos violentos efetivados nesta região, provocaram processo massivos de deslocamento forçado para a cidade de Medellín. Já na cidade, a maioria, sem redes de apoio local, se estabelecem em assentamentos informais.

Dentro desses assentamentos informais destaca-se um, localizado na região central urbana da cidade e da área metropolitana do Vale do Aburrá. O assentamento informal de

²⁷ Público.es, 2010, “El crimen se enquistó en América Latina”, Sitio Web Público.es, [em línea], disponível em: <http://www.publico.es/internacional/333151/el-crimen-se-enquista-en-america-latina>, consulta: 01 de julho de 2015.

Moravia que tem a sua origem e processo de consolidação a partir do antigo lixão a céu aberto da cidade de Medellín.

A cidade como receptora de migração em alta escala;

Neste eixo se realiza uma exploração pelas reconfigurações territoriais e sociais nos contextos urbanos, provocadas pelos massivos processos de recepção nas cidades de população migrante por causas violentas, a raiz do conflito armado interno colombiano.

Este eixo localiza sua aproximação prática na cidade de Medellín, categorizada pela Consultoria para os Direitos Humanos e o Deslocamento- CODHES- como a cidade que tem sofrido mais intensa e dramaticamente transformações por causa do deslocamento forçado.

Dessa forma, é feita uma exploração pelos processos e condições de recepção nas cidades dos deslocados pela violência, suas estratégias e lutas de sobrevivência, permanência e apropriações, bem como pelas novas dinâmicas, marcas e transformações que sua massiva migração tem gerado no cenário urbano, ou seja, *as formas de cidade resultado da violência rural*.

Neste eixo se verifica a hipótese de que as grandes cidades colombianas, igual que muitas cidades da América Latina passaram por acelerados processos de expansão urbana, mas que as causas no caso colombianos são absolutamente excepcionais no contexto latino-americano. E que tais causas excepcionais, também têm gerado demandas e desafios igualmente excepcionais, mesmo que no contexto nacional, tal realidade parece ter sido reduzida e ignorada.

Hurtado (2013) indica que os processos de expansão urbana das cidades colombianas a partir dos fenômenos de migração forçada podem ser entendidos mediante fluxograma da Figura 6.

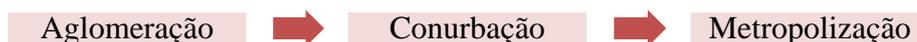


Figura 6- Fluxograma

E que em meio destes processos de novas formas de cidade, aparece um processo imposto de construção de cidadanias desde as cotidianas e exclusivas formas de vida

camponesas, que se contradizem em quase todos os sentidos às dinâmicas urbanas, mas que são obrigadas de criar pela necessidade perante de convivência, nas dinâmicas alheias.

A cidade de Medellín, durante o século XX (e com maior intensidade a partir da segunda metade do século, como em toda América Latina) foi receptora de diversas ondas migratórias que saíam principalmente de sub-regiões do Estado. Esta população durante décadas constituiu e consolidou diversos assentamentos urbanos na cidade de Medellín, que na sua maioria eram originalmente ilegais e lentamente se consolidaram e legalizaram mediante a vaga ação governamental (Naranjo, 1992).

A diferenciação da urbanização na Colômbia em relação a outros países não foi em si a rápida concentração urbana, mas a forma como se deu, foi um processo pressionado, não natural... Um movimento imposto com braveza, operado mediante uma guerra que deixou no meio dos combates a classe camponesa e uma autêntica guerra agrária que desencadeou êxodos massivos, forçados e prolongados, em condições bélicas por expulsão e desterro de camponeses preocupados só por sobreviver ao conflito. (Aprile-Gnisset, 1992).

A fim de ter uma visão amplificada da cidade e da área metropolitana do Vale do Aburrá, em relação ao deslocamento forçado, serão apresentadas algumas cifras.

A Rede Nacional de Informação –RNI- registrou até o primeiro de novembro de 2019 que o Estado tem um total de 2.061.002 vítimas de deslocamento forçado²⁸.

Referente à cidade de Medellín, uma pesquisa feita pela prefeitura da cidade realizada em 2018 indica que só na cidade de Medellín mais de 150.000 pessoas têm chegado como deslocados pela violência, provenientes de regiões rurais da Colômbia. A direção do programa de atenção às vítimas indica que o Vale do Aburrá atende deslocados provenientes predominantemente dos estados de Antioquia, Chocó e o Eixo Cafeteiro.

No entanto, as cifras que surpreendem são as cifras de deslocamentos interurbanos que a cidade registra. O estudo revela que mais de 500.000 pessoas têm sido vítimas de deslocamento forçado interurbano por diferentes razões, o que quer dizer que 20% da população total da cidade é vítima deste flagelo.

²⁸ Classificado como Evento: ocorrência de um fato vitimador a uma pessoa, num lugar (município) e uma data determinada.

Os assentamentos informais e precários disseminados pela cidade, são compostos em importante medida tanto pelos deslocados rurais, quanto pelos deslocados urbanos. É importante ressaltar que muitos destes deslocados denominados urbanos, foram deslocados rurais, que passaram por um segundo processo de expulsão.

O assentamento foco de estudo desta tese, Moravia, possui características excepcionais dentro do contexto nacional e local, e a partir deste assentamento serão traçadas as trajetórias do conflito armado interno colombiano, manifestadas mediante a modalidade de deslocamento forçado, focando no deslocamento com origens no cenário rural, até sua reconfiguração no contexto urbano.

Moravia, lar doce lar?

O assentamento informal de Moravia na cidade de Medellín, objeto de estudo deste trabalho, teve a origem do seu processo de configuração de forma espontânea a partir dos anos 60. A ocupação informal paulatina de Moravia respondeu inicialmente as oportunidades que proporcionava a sua estratégica localização no centro da cidade; situado nas margens do Rio Medellín, o Bairro Moravia se encontra próximo ao sistema ferroviário do Estado de Antioquia e por ter-se estabelecido nas zonas de inundação do rio e em córregos afluentes, tinha acesso às atividades de exploração e extração de material granular da planície aluvial do rio, para ser utilizados na indústria da construção civil²⁹.

Álvarez & González (2017) indicam que os primeiros povoadores que chegaram a Moravia, são resultado de uma onda migratória do campo para a cidade que ocorreu a partir de dois fenômenos; em primeiro lugar, camponeses atraídos pelas ofertas e oportunidades de desenvolvimento que as grandes urbes, aparentemente, ofereciam. Em segundo lugar, tem-se que a violência por causas bipartidárias que teve como cenário central os campos colombianos, provocando grandes deslocamentos da população camponesa.

Oquist (1978) indica que quase dois milhões de pessoas migraram de maneira forçada durante esse período de tempo, provocando à primeira importante mudança da

²⁹ Plan Parcial de Mejoramiento Integral del Barrio Moravia, Documento Técnico, Tomo I, Departamento Administrativo de Planeación, Alcaldía de Medellín, 2006.

configuração demográfica no país e passando a redefinir as relações campo/cidades até então estabelecidas.

Para meados dos anos 70 já se tinha formado em Moravia (na beira do rio) um enorme buraco, resultado da extração de material granular. No ano de 1977³⁰ o Conselho Municipal de Medellín, enfrentando um problema pela ausência de um lugar destinado para o depósito do lixo da cidade, decide utilizar aquele grande buraco, localizado na zona central da cidade, como depósito “provisório” dos lixos produzidos em Medellín.

A medida provisória se tornou permanente e os processos de ocupação aceleraram rapidamente, promovidos pelas atividades de catação de lixo e recuperação de materiais.

Na década dos 80 a Colômbia sofre uma nova oleada violenta, desta vez promovida pelos enfrentamentos e as disputas territoriais entre as forças insurgentes de esquerda (diversos grupos guerrilheiros), de direita (grupos paramilitares) e a Força Pública Nacional. Estes enfrentamentos provocam processos massivos de migração do campo para as grandes cidades.

Diante da incapacidade da administração pública local em atender e oferecer oportunidades para esta população migrante, Moravia aparece como solução para os problemas da moradia e do sustento econômico, mediante as atividades de catação de lixo e seus derivados. Só para o ano de 1983, quando se esgotaram os terrenos para o depósito de lixos, a administração pública declara que deixará de depositar lixos em Moravia e que será aberto “La Curva de Rodas” o novo lixão da cidade, localizado no autopista Norte, que comunica a cidade de Medellín com a cidade de Bogotá.

Resultado da medida “provisória” do ano 1977 o original buraco se transformou numa montanha artificial de lixo de 45 metros de altura, com uma extensão de 42 hectares e uma população superior aos 42.000 habitantes³¹. (Ver figura 5)

³⁰ Acuerdo 03 de 1977, Concejo Municipal, Alcaldía de Medellín.

³¹ ARANGO G. Seminario Internacional de procesos urbanos informales, Moravia una historia de mejoramiento urbano. Universidad Nacional de Colombia. Medellín, 2006.

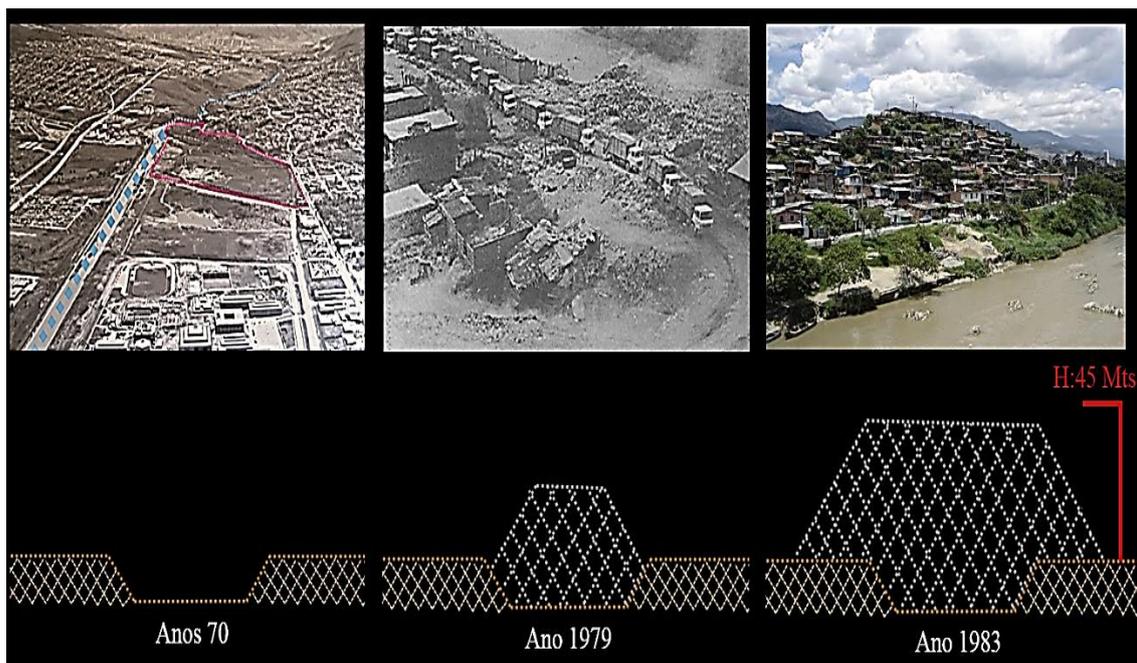


Figura 7- Aproximação dos processos de transformação em Moravia entre os anos 70 e 1983, ano em que fechou o lixão. Fonte: Zapata 2016.

A falta de atendimento governamental e a falta de oportunidades de inserção nas dinâmicas sociais, econômicas e urbanas da cidade, forçaram a que essa população se estabelecesse onde pudesse. Nesse sentido, o Lixão a céu aberto de Moravia, representava um dos melhores lugares capazes de ser foco da recepção de migração em alta escala na cidade de Medellín.

Porém o recomeço no lixão a céu aberto de Moravia representa um duplo processo de vitimização e invisibilidade para esta população (majoritariamente camponesa). Em primeiro lugar por terem sido expulsas dos seus lugares de origem mediante a utilização de mecanismos violentos. Esses processos violentos constituem a chave para entender os diversos e constantes processos de fragilização, decomposição e reestruturação dessas comunidades, bem como os processos de desarraigo econômico, físico e emocional que isso representa. Em segundo lugar, pelas precárias condições nas que tiveram que se estabelecer durante anos na cidade, em ausência de assistência estatal que facilitara canais de inserção social.

A trajetória de vida da população deslocada que ocupou o assentamento informal de Moravia, pode representar em várias medidas as angústias, sofrimentos, incertezas, dilemas

e desafios que muitos outros deslocados, assentados em diversas regiões do país padeceram e ainda padecem.

Todos eles enfrentando prolongados processos de fragilização e invisibilidade e um processo de reconhecimento, verdade, memória, justiça e reparação que caminha devagar e tem muitos assuntos pendentes por contemplar e responder.

Para o desenvolvimento destes quatro eixos foi elaborado uma proposta inicial de um trabalho de campo em três regiões da Colômbia;

- Região de Urabá, por ser uma das regiões que mais deslocados pela violência registra a Colômbia e por ser a região de origem de muitas pessoas que ocuparam Moravia – Medellín.
- Cidade de Medellín, por ser uma das cidades da Colômbia com maiores índices de recepção de migração interna, a raiz do conflito armado interno.
- Cidade de Bogotá, por ser a sede do Centro Nacional de Memória Histórica, assim como de vários outros institutos de pesquisa do conflito armado e por ter a maior quantidade de registro históricos da violência na Colômbia.

Mesmo a proposta inicial planteava a realização de entrevistas e indagações de caráter mais abetas na região de Urabá, não tive coragem de consolidar este objetivo, por várias razões que explicarei a continuação.

Nas minhas memórias, e posterior entendimento a partir do discurso do meu pai e minhas leituras, a maioria das pessoas que foram assassinadas, torturadas ou desaparecidas na região de Urabá quando eu era criança [*e com as que eu tinha algum contato ou das que tinha alguma referência*] e que não pertenciam a grupos armados, sofreram dessa violência na sua maioria por pertencer a grupos de sindicatos, por ter vínculos públicos com essas pessoas, assim como por serem líderes sociais ou simples pessoas que manifestavam publicamente seus pareceres e que pelo contexto polarizado, sempre, ou quase sempre, eram entendidos como discursos simpatizantes por uns ou opositores por outros e em ambos os casos sempre existia quem não gostasse. Ou seja, em uma linguagem popular e simplificada, sofreram dessas formas de violência por ter indagado, questionado, opinado ou falado “demais” [*Acompanhando essas outras formas de violência e revitimização, nas*

que nos faziam acreditar que aquelas vítimas sempre carregam a culpa dos seus desenlaces violentos].

Além disso, mesmo que a região já tem passado por vários acordos de paz, entrega de armas, desestruturação de grupos armados e reinserção à vida civil dos seus ex combatentes, isso nunca aconteceu plenamente na vida real.

Esse tipo de negociações políticas não têm uma aceitação absoluta dentre seus membros, sempre existem dissidências (isso por não entrar em detalhes sobre as amplas denúncias sobre a veracidade de tais atos políticos, altamente publicitados). No contexto da região de Urabá, como em quase todos os contextos da Colômbia, esses tempos de trégua e paz, após consenso entre as partes, duravam e continuam durando muito pouco. Os grupos armados se reestruturavam muito rapidamente, estivessem eles compostos por quem for, alçando as bandeiras ideológicas que fossem e mudando de nome, tanto quanto fosse necessário para revalidar seus interesses. Com esses ciclos, as velhas formas de violência se reciclavam e apareciam novamente. Hoje em dia, na região de Urabá a existência de todos esses grupos armados é persistente, com maior ou menor intensidade, porém, se acredita popularmente que os grupos vinculados à extrema direita, são os grupos que exercem um maior controle social. E a estes grupos é atribuída de forma histórica e social, os atos mais violentos e bárbaros de ataques contra a população civil. Então, mesmo que meu compromisso com a pesquisa e esta tese é enorme, são maiores minhas preocupações com a minha família, pois a minha mãe ainda reside lá, meu pai viaja frequentemente e meu irmão e eu viajamos para Urabá nos períodos de férias, quando possível.

A pesar de não realizar pesquisas em Urabá, em Moravia foram realizadas várias entrevistas a pessoas que foram expulsas pela violência nessa região.

A pesquisa

A cidade de Medellín é um dos municípios que integra a região metropolitana do “Valle de Aburrá” ela, junto com mais outros nove municípios.

Geograficamente “El Valle de Aburrá” parece uma extensão com uma forma que assemelha a um retângulo traçado no seu território. A cidade de Medellín está localizada na região central dessa grande massa. No extremo Sul da área metropolitana está localizado o município de Caldas, município em que eu fiquei hospedada durante o tempo de pesquisa e trabalho de campo na Colômbia. Para chegar até Moravia, no município de Medellín, saindo de Caldas, tinha que tomar um ônibus até o metrô, aí tomar o metrô e depois de 16 estações e entorno de uma hora e trinta minutos de tempo de deslocamento, por fim chegava à estação mais próxima de Moravia, daí caminhava até o bairro. Em nenhuma das minhas viagens até Moravia fui capaz de ficar calma durante o tempo de deslocamento até chegar lá. A ansiedade, as incertezas e o planejamento cotidiano das minhas estratégias de inserção, permanência e acesso à informação, agitavam e descontrolavam as minhas emoções e expectativas.

Colômbia, Antioquia, Medellín



Localização da Colômbia dentro da América Latina.

Localização do Estado de Antioquia dentro da Colômbia.



Localização da cidade de Medellín dentro do Estado de Antioquia.



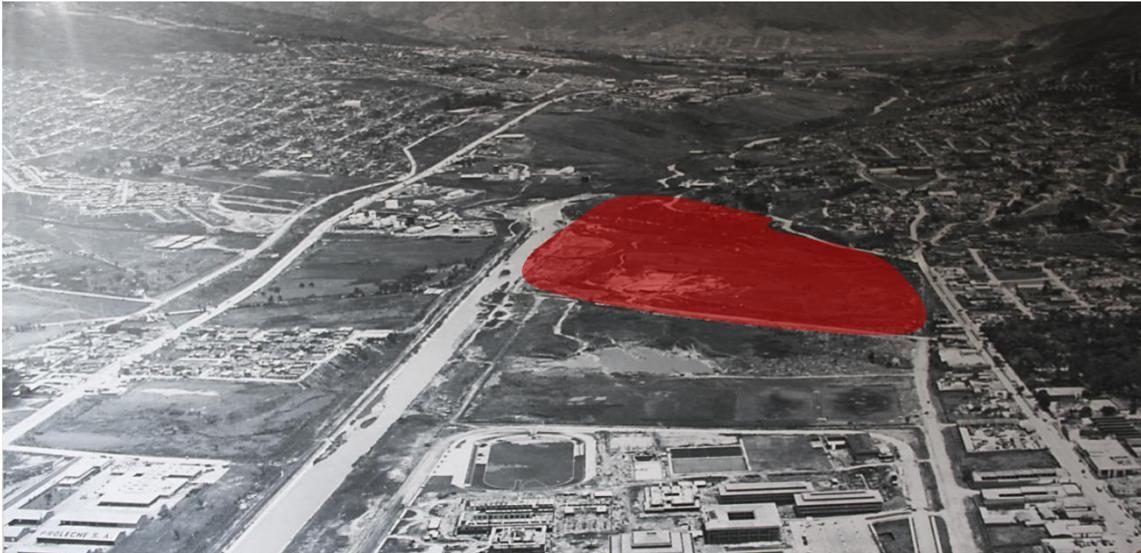


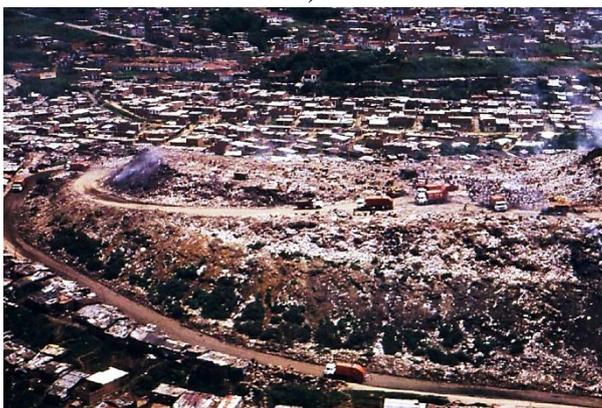
Figura 8- Moravia antes de ser transformada em lixão a céu aberto no centro da cidade de Medellín.



a)



b)



c)



d)

Figura 9- Caminhões depositando o lixo da cidade em Moravia. Fonte: Centro de Desenvolvimento Cultural de Moravia



e)

Figura 11- Caminhões depositando o lixo da cidade em Moravia. Fonte: Centro de Desenvolvimento Cultural de Moravia - continuação



Figura 10- A sobrevivência a partir dos resíduos. Fonte: Gabriel Carvajal, 1977.



Figura 11- Catadores em Moravia -1. Fonte: Centro de Desenvolvimento Cultural de Moravia



Figura 12- Catadores em Moravia -2. Fonte: Centro de Desenvolvimento Cultural de Moravia



Figura 13- Catadores em Moravia - 3. Fonte: Centro de Desenvolvimento Cultural de Moravia



Figura 14- Conformação e configuração urbana a partir do lixão -1. Fonte: Jesús Abad Colorado

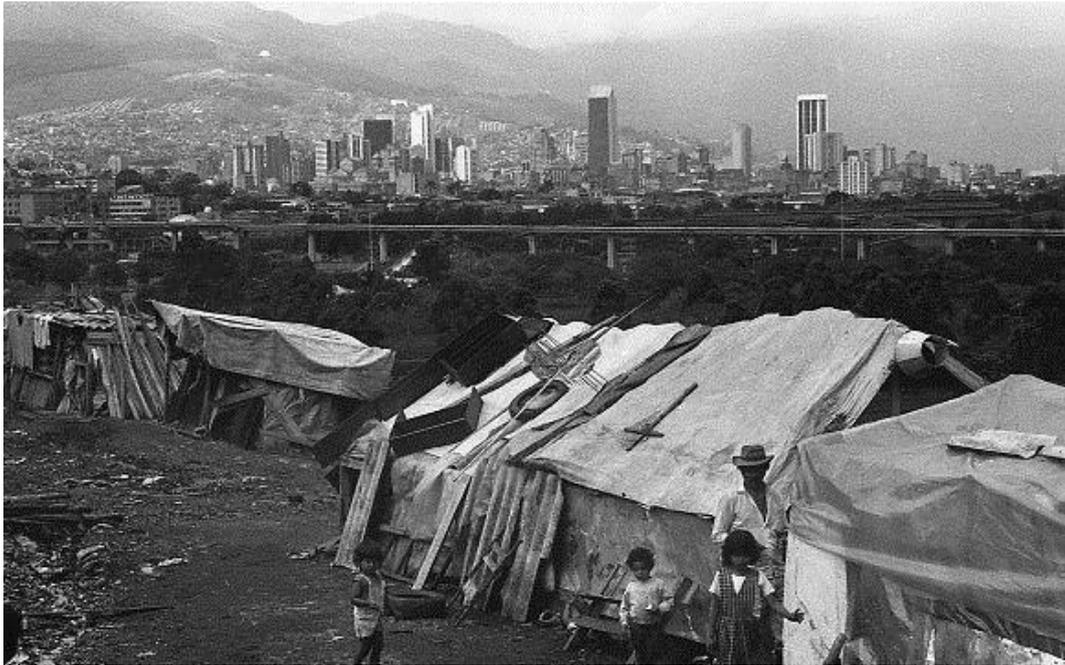


Figura 15- Conformação e configuração urbana a partir do lixão – 2. Fonte: Centro de Desenvolvimento Cultural de Moravia



Figura 16- Conformação e configuração urbana a partir do lixão – 3. Fonte: Centro de Desenvolvimento Cultural de Moravia



Figura 17- Conformação e configuração urbana a partir do lixo – 4 Fonte: Centro de Desenvolvimento Cultural de Moravia

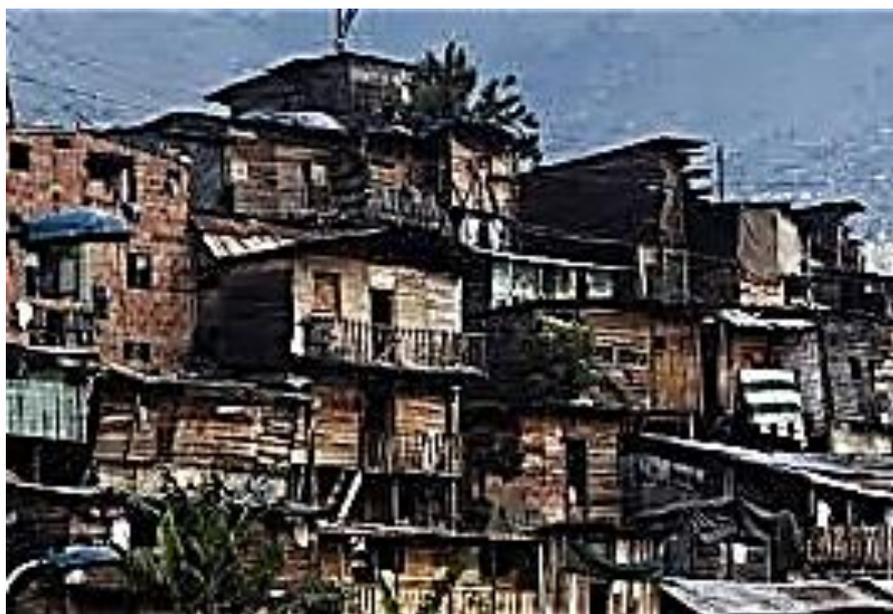


Figura 18- Conformação e configuração urbana a partir do lixo – 5. Fonte: Centro de Desenvolvimento Cultural de Moravia



Figura 19- Conformação e configuração urbana a partir do lixão – 6. Fonte: Centro de Desenvolvimento Cultural de Moravia



Figura 20- consolidação e configuração urbana a partir do lixão, ano 2004 - 7

Características do trabalho de campo

O contato inicial com seu Hernán foi muito conturbado. O “líder vinculador ” levava já vários dias falando com ele para tentar com que aceitasse falar comigo. Sua resistência foi enorme, até que enfim ele pediu para me ver. A primeira vez que vi ele foi chocante. Ele, que mesmo velho, continua sendo um homem alto e forte, olhou para mim com profunda desconfiança, sentado numa cadeira distante, e com seus olhos começando a se encher de lágrimas me perguntou “*O que você quer saber? Quer saber de um velho sumido numa vida de profunda miséria, abandono e solidão? Quer saber de um velho que perdeu todos os filhos nesta maldita guerra?*”. Baixei a cabeça e fiquei em silêncio por um tempo. Depois pedi desculpas se minha presença tinha gerado incômodos e falei que não iríamos falar se isso geraria magoas nele. Sugerí que podíamos terminar por aí a visita e agradei por toda a atenção prestada. Sem olhar de novo para mim só falou que era para eu retornar no dia seguinte, 8 horas da manhã.

Dona Maria tinha, acima de tudo, um interesse nas minhas orientações políticas. No nosso primeiro e longo encontro fez muitas perguntas, por momentos senti que me achava um tanto desmerecedora de aprofundar nesses assuntos pelo fato de “não ter aportado mortos ao conflito” como ela mesma falou, por não ter vivido a violência em carne própria ou pelo fato de ter tido algumas oportunidades privilegiadas em relação às pessoas que moravam em Moravia e que eram oriundas do Urabá. Ao final, (e só depois de ter tido um longo debate sobre política e atuações do Estado) parece que passei em seu teste e rapidamente ela passou a me contar das suas interessantes histórias, dos seus longos processos, tensões, lutas, perdas e conquistas dentro do bairro. Das suas migrações e dos seus retornos com tintes de fracasso. Com o tempo descobri porque a política e o posicionamento político são tão importantes para ela.

Dois anos depois desses primeiros encontros, continua me resultando profundamente difícil a separação entre o emocional e o estritamente analítico. Escrever sem trazer todas essas emoções, todos esses sentimentos, toda essa dor, será o maior desafio de todos.

A minha relação com Moravia não começou com a pesquisa do doutorado, também não teve origem com a minha pesquisa de mestrado. Provavelmente Moravia, seus conflitos e suas manifestações, tenham relação com minha vida toda. Levei muito tempo

para poder falar para qualquer pessoa, e mesmo sem me sentir totalmente confortável, esta tese é uma ótima oportunidade para libertar essas tensões.

Meus primeiros relacionamentos com Moravia foram caracterizados por dois sentimentos constantes, manifestados de forma intensa; a inquietação e a vergonha. Estes dois sentimentos são resultado do reconhecimento (tardio e chocante) de uma realidade que ignorei (por forças externas e por conforto pessoal) durante quase as duas primeiras décadas da minha vida.

Sou colombiana, nasci no município de Apartadó, na região central do Urabá Antioqueño, no ano de 1986. Em meio de uma das mais agudas condições de conflito armado interno que a Colômbia já viveu.

A região do Urabá aparece como epicentro do conflito armado colombiano por várias razões; primeiro, pela sua localização geográfica estratégica que facilita a abertura de rotas de comércio internacional, legal e ilegal. Entre o comércio ilegal, é fundamental destacar o tráfico de drogas e de armas através do Golfo do Darien e o Golfo de Urabá e sua conexão direta com Panamá, Cuba, os Estados Unidos e a Europa. A região de Urabá é uma das zonas do país que tem sofrido uma das mais intensas disputas e um dos mais sangrentos enfrentamentos entre grupos armados ilegais que a história colombiana registra, pelo domínio dos seus territórios.

Das 14 grandes modalidades de violência que o Centro Nacional de Memória Histórica da Colômbia tem categorizado, três têm marcado especialmente minha vida e não precisamente por ter sofrido elas em carne própria, mas pelas inquietações que surgem em mim, após ter crescido nesse cenário e não ter “percebido” elas nunca: assassinatos seletivos, despejos físicos/terra arrasada e deslocamentos forçados massivos.

Hoje, com exceção da minha mãe que ainda mora em Urabá (e meu pai que vai com frequência), minha família está radicada na cidade de Medellín. Mas a história da nossa família em Urabá começa muito antes do meu nascimento. Na época em que meus pais estavam terminando a graduação (sem se conhecerem) ambos decidiram fazer seus estágios práticos no que era por aquele então, um dos municípios que integrava uma das regiões mais pobres do Estado; Apartadó.

Por umas e outras, decidiram ficar naquele município, na região de Urabá. Ambos trabalharam sempre na área da saúde, a minha mãe como técnica em enfermagem e meu pai na execução de projetos de saneamento ambiental.

Rápido chegaram os filhos, meu irmão mais velho e eu. E em relação a nós dois, meus pais orientaram todos seus esforços para tentar “tirar” seus filhos, ainda crianças, daquele contexto de violência exacerbada. Porém, determinadas situações eram impossíveis de ocultar.

A convivência com a morte foi frequente na minha infância, não por ter acontecido com alguém da nossa família (pelo menos não na região do Urabá. Em Medellín, três tios foram assassinados), mas por acompanhar frequentemente velórios e enterros de vizinhos e conhecidos. Nesse sentido tem uma história particular, da qual falo pouco, talvez por vergonha, espanto ou assombro... Continuo sem definir bem esse sentimento. A região de Urabá, ainda hoje continua sendo predominantemente rural e os rituais da morte nas zonas rurais da Colômbia costumavam ser particularmente, vamos dizer... “especiais e diferentes”.

O esquema de salas de funerárias, de mortuário ou capelas para velório não existiam naquela época, pelo menos, não naquela região, portanto as honras fúnebres se realizavam na sala da casa do defunto. Existiam quatro coisas que nunca faltavam em todos os velórios em Urabá nos que eu já fui: orações coletivas, café, cigarros individuais dispostos numa enorme bandeja e chá... Aquele chá gostoso que eu adorava. Às vezes penso que talvez pela cultura da morte ou pelos vínculos simbólicos, aquele chá específico só era realizado e oferecido nos velórios, portanto, por exemplo, na minha casa de jeito nenhum poderia se querer pensar na ideia de fazer aquele chá dentro da cotidianidade do dia a dia.

Então, como a minha mãe sempre levava seus filhos com ela, inclusive nos velórios e nos enterros, eu rapidamente passei a me questionar, quando passava algum tempo sem beber aquele chá, que intrinsecamente estava vinculado à ida a um velório. Naquela época, eu cheguei a pensar comigo mesma; “será que essa semana não vai morrer ninguém?”.

Sim! É espantoso e vergonhoso, mas esse foi meu raciocínio, como criança entornado dos 5 anos, essa foi uma das formas nas que eu entendi a morte por alguns anos. Quando cresci e percebi que eu tinha tido esse raciocínio, não dava conta de acreditar (ainda hoje fico chocada e cheia de inquietações e culpas quando penso nisso).

Histórias como essas, eu tenho muitas, acreditem, muitas mesmo. Penso que um dia devo escrever só sobre isso, sobre as convivências, as relações, o entendimento e particularmente os processos de naturalização pelos que passam as crianças em um ambiente de conflito. Isso e as implicações pessoais e sociais de

quem nascem e crescem em meio de uma condição de conflito social permanente.

Termos como assassinatos, torturas, sequestros, desaparecimentos, massacres, mutilações, atentados entre outros, foram cotidianos na minha infância e adolescência (e de muitas formas, foram próximos).

Meu irmão e eu crescemos e sobrevivemos em Apartadó, e quando falo “sobrevivemos”, falo de todos os integrantes da minha família primária, porque mesmo que a morte na Colômbia estivesse concentrada entre homes jovens e adultos, crianças, mulheres e idosos também integram estas listas.

Depois de crescer e ir elaborando um processo reflexivos em relação daquela violência, percebi que, porém sempre ter estado na minha frente, como é assombroso, quase inacreditável que todo aquele conflito não tinha nos atravessado de forma pontual e violenta. Surpresa reconhecia que até hoje gozamos da vida, da propriedade e do livre trânsito.

Sai com 16 anos de casa para a cidade de Medellín, na procura do sonho acadêmico. No primeiro semestre na faculdade de Arquitetura peguei uma disciplina na qual se realizavam visitas aos diferentes assentamentos urbanos informais da cidade... Na primeira visita de campo o professor falou que aquela população, assentada naquelas condições precárias, era integrada por deslocados pela violência da região do Urabá. Eu não tive (e continuo sem ter) palavras para descrever o que eu senti naquele momento, mas resumirei dizendo que eu não entendia como aquelas pessoas eram Urabá, se eu era Urabá e não estava lá e pior do que aquilo, era não ter percebido quando isso tudo tinha acontecido. Nas seguintes visitas de campo aconteceu exatamente o mesmo nos outros diferentes assentamentos informais espalhados pela cidade.

Ao termino desse primeiro semestre, na volta para a casa pelas férias, pedi para meu pai não me pegar na rodoviária, e caminhei devagar pelas ruas da minha terra, do meu bairro, reconhecendo pela primeira vez cenários de conflito, lembrando-me dos ausentes, das suas formas de partidas, dos inúmeros funerais nos que já fui, das minhas idas e vindas pelo cemitério.

Parecia que o mundo tinha parado, que não existiam barulhos cotidianos, nem mais pessoas por perto. Esse reconhecimento tardio provocou, além de um desespero e uma tristeza imensurável, inúmeros questionamentos em todas as direções... Pessoais, familiares, sociais e acadêmicos... Chegando em casa tive a fortuna de poder entender algumas coisas através dos relatos do meu pai (foi a primeira que

levantei questionamentos em relação ao conflito e à violência, porque cresci encaixada no marco em que as crianças não podem perguntar, crianças não podem questionar).

Essa chuva de sentimentos e conversas permitiu orientar meus interesses sociais e urbanos desde aquele então, sobre o conflito armado interno colombiano e sobre seus efeitos nas cidades.

A minha pesquisa formal de doutorado em Moravia começou em janeiro de 2018. Depois de estar vários dias por minha conta no bairro, entrei em contato com a administração do Centro de Desenvolvimento Cultural (que também funciona como centro administrativo do bairro, vinculado à prefeitura da cidade). Na primeira reunião com seus representantes apresentei vários documentos que certificavam meus vínculos com a Universidade de Brasília e os meus interesses em desenvolver a pesquisa de doutorado em Moravia. Nessa reunião consegui expor de uma forma mais detalhada meu projeto de pesquisa, as minhas ideias para desenvolver o trabalho de campo, as minhas propostas de inserção na comunidade e os meus propósitos com as entrevistas. Os meus comentários e solicitações foram bem acolhidas, todas as pessoas presentes naquela reunião se dispuseram a ajudar na minha pesquisa de campo.

Daquela reunião obtive as primeiras sugestões para dar início ao trabalho campo e também algumas recomendações para transitar de melhor maneira dentro do bairro.

A aprovação nessa reunião me deixou bastante animada, pois tinha clareza que sem o apoio deles, qualquer tentativa de realizar trabalho de campo, além de ser perigosa, se não fosse inútil, aconteceria de maneira extremamente devagar.

Naquele momento, tinha como ideia central conhecer pessoas da região, de perfis diferentes, o propósito era reconstruir as suas histórias, suas trajetórias, suas lutas e sobrevivências.

Depois de vários dias de percorrer o bairro sozinha, entraram em contato da prefeitura avisando que tinham designado um “líder vinculador ” para que ele me acompanhasse nos percursos pelo bairro e para que ele facilitasse minha inserção no bairro e meu contato com os moradores. Até o começo da minha pesquisa, não conhecia ninguém em Moravia. Mesmo já tendo ido várias vezes a Moravia como acadêmica, pesquisadora e

como arquiteta, sendo técnica da atualização e renovação fundaria da prefeitura de Medellín.

De uma forma muito rápida, entre os representantes da administração e o “líder vinculador ” surgiram vários nomes de pessoas e casos que para eles resultavam bastante instigantes. Histórias que passavam por pessoas mais velhas com trajetória plena em Moravia desde as origens do bairro, pessoas com trajetórias que relatam inúmeras migrações, tanto rurais, quanto urbanas, sempre vinculadas ao conflito e a violência na Colômbia, até chegar às gerações dos jovens que carregam nas suas histórias o peso de toda essa violência exacerbada, da luta, da permanência e da transformação do bairro. Todas as pessoas que eles sugeriram, acompanhavam o critério que se tornava essencial para a tese; os seus vínculos com o conflito armado interno colombiano e os seus vínculos com esse pedaço de cidade que se levanta por conta própria, perante à escassez de possibilidades e em meio ao panorama civil conturbado que as guerras costumam provocar.

A ampla diversidade que existe entre os perfis desses adultos e adolescentes, abriu as portas para entender a trajetória e a realidade deles numa fração de cidade que aparece como resultado da violência e a escassez. Intuito fundamental dessa tese. De uma forma muito geral, os casos que eles propuseram foram os seguintes: o seu José, um líder “protagonista”, envolvido com todos os processos e transformações urbanas do bairro, desde as suas origens até a contemporaneidade, líder que teve contato aberto e público com o narcotraficante Pablo Escobar e com a intensa participação e intervenção “social” dele no bairro. O senhor José, depois de ter tido uma longa trajetória de participação proativa no bairro, sofreu faz alguns anos um AVC hemorrágico que comprometeu as funções motoras da metade do seu corpo, hoje precisa apoio para realizar todas as funções básicas. Faço alusão a sua condição médica porque acredito que a sua fragilidade e os seus repensares da vida a partir dela, ajudaram muito para que ele se abraisse comigo, ele mesmo reconheceu que comigo era a primeira vez que falava de vários assuntos, definidos por ele como “delicados”. O senhor José não tem, pelo menos nos seus discursos, envolvimento com a criminalidade ou com grupos armados insurgentes. No entanto seus vínculos com Pablo Escobar e ter sofrido inúmeras agressões e atentados, desde machados na cabeça até bombas na frente de casa.

Seu Hernán, um ex militante e simpatizante dos grupos milicianos urbanos de esquerda, compostos inicialmente por ex guerrilheiros. De quatro filhos que teve, os três homens foram assassinados em idades jovens de forma violenta, dois dentro do bairro, um em um bairro vizinho. Os filhos também foram militantes das milícias e da filha não tem notícias faz mais de duas décadas, ele suspeita que quando ela sumiu de casa, se dedicou à prostituição em municípios menores, próximos de Medellín. Esta era uma atividade com comum na região entre adolescentes e jovens, facilitada pela proximidade do bairro com a rodoviária interestadual.

Dona Maria, cuja mãe tem grande nome e relevância no bairro por ter promovido e consolidado grandes obras sociais como a primeira e única creche do bairro durante muito tempo, também tem uma longa história traçada por dores e perdas, definidas pelo conflito armado. Dona Maria perdeu de forma violenta vários membros da família, tem uma filha com dependência química plena, que prefere ter dentro de casa, sem estudar nem trabalhar, por medo de ela “se perder nas ruas”. Dona Maria conta que seu esposo realizou um “serviço” para Pablo Escobar, ela presume que foi o assassinato de um alto dirigente do partido político “Unión Patriótica”. Depois disso, ele sofreu uma emboscada dentro de casa, uns homens o tiraram de lá na madrugada e até hoje não sabe quem e porque fizeram isso, nunca teve notícias e ele hoje já tem mais de três décadas desaparecido.

Mesmo que tanto os representantes da administração do bairro quanto o “líder vinculador ” conheciam bem cada um desses casos, eles solicitaram expressamente duas coisas: uma cópia de todos os resultados da pesquisa e resguardo da identificação das pessoas. De fato, como o decorrer das entrevistas, certamente a maioria das pessoas solicitaram não ter seu nome revelado, portanto o nome próprio das pessoas citadas, em quase todos os casos é fictício.

A recepção e o acolhimento que o pessoal da administração pública do bairro teve com a proposta da pesquisa e com o esquema das entrevistas, me deixou bastante entusiasmada e confiante em que poderiam ser abordadas muitas questões em relação ao conflito armado interno colombiano, à extensão dessa violência no interior dos campos nas regiões urbanas e as consequências urbanas e sociais de todos esses anos de conflito.

Os meus primeiros momentos em “oficiais” em Moravia foram tímidos, como os primeiros encontros e as minhas primeiras entrevistas, mas de uma forma bastante rápida

minha presença e convívio em Moravia se tornaram bastantes naturais e fluidos nos meses seguintes.

Nos primeiros meses de 2018 fiz uma imersão quase total em Moravia, incluídos os finais de semana. Procurei permanecer desde as primeiras horas da manhã até ao redor das 22h (por questões de praticidade na mobilidade urbana para voltar para casa). Muitas das conversas com as pessoas superarão o estrito foco da entrevista acadêmica, no conforto das diversas refeições do dia, muitas intimidades afloravam (algumas delas suficientemente doloridas e íntimas, para não ser contadas na frente de uma desconhecida com caderno, tomando nota e com gravador sempre ligado).

Acompanhei as atividades cotidianas dentro dos lares, acompanhei a rotinas dos diferentes ofícios dentro do bairro (todas as pessoas entrevistadas que executam alguma atividade econômica como autônomos ou vinculados, as exercem dentro do bairro). Particpei de diversas atividades, encontros comunitários, reuniões no centro de desenvolvimento cultural e eventos dentro do bairro. Integrei as equipes de trabalho que desenvolviam atividades com as crianças, inclusive na época de carnaval no Brasil, fiz uma festa temática do Brasil lá, realizamos um pequeno carnaval, muito bem recebido pela comunidade. Participando das rotinas deles e lhes levando alguns traços da minha vida, os vínculos se fizeram mais próximos. Além das informações coletadas em campo, documentos complementares foram procurados nas bibliotecas da cidade, nos registros históricos do centro de desenvolvimento cultural e na internet.

As dinâmicas que acontecem em Moravia de dia e de noite são muito diferentes, mesmo sendo muito ativas e intensas em ambos os períodos. Tanto de dia, quanto de noite as ruas em Moravia (ruas que na sua maioria são muito estreitas e com uma malha rodoviária labiríntica e confusa), permanecem cheias de pessoas, na rua mesmo, porque as calçadas são escassas dentro do bairro. As rotinas de dia, estão geralmente vinculadas às atividades comerciais e às dinâmicas que a cotidianidade representa; crianças acompanhadas ou sozinhas indo e vindo das escolas, pessoas indo e vindo dos trabalhos, pessoas comprando de tudo o imaginável na região comercial, pessoas arrumando as casas, com músicas altas, mas de gêneros musicais bem calmos. Já de noite os bares, cantinas e o abundante comércio de comidas desvelam modos de vidas, usos e apropriações que não são perceptíveis de dia. Suas cores, suas formas e até seu cheio parece mudar.

Quando estava no bairro, tentava focar meu trabalho de campo no reconhecimento e nas observações mediante o que eu defini como a “escala de rose”³². Mesmo que tentei entrar no bairro por todas as suas entradas e fazendo uso de diferentes meios de locomoção (caminhando, bicicleta, ônibus, táxi, transporte privado)³³, os meus percursos dentro do bairro sempre foram a pé e muitas das entrevistas foram realizadas no domicílio das pessoas.

Por alguma razão, que só pode ser justificada pela irresponsabilidade e inconsciência minha perante à realidade, meus primeiros percursos no bairro foram sozinha, depois realizei várias “visitas guiadas” bastantes completas com o “líder vinculador”, posteriormente quando conheci uma outra senhora “líder vinculador” com quem me senti muito à vontade e com quem passei a ter mais contato até o fim do trabalho de campo, fiz as mesmas “visitas guiadas” e algumas outras novas. Com ela percorri também bairros próximos, que não conhecia. Ela me apresentou vários outros líderes de longa data no bairro e também me apresentou com cada pessoa que, carinhosamente, a cumprimentava na rua e com cada comerciante formal ou informal que aparecesse no nosso percurso. Mesmo às vezes tendo medo e sentindo insegurança, nunca deixei de visitar Moravia. Com o passar do tempo, alguns eventos mais íntimos foram acontecendo. Entrevistadores que me convidavam às casas dos seus parentes, almoços e jantares mais descontraídos e calmos que permitiram o afloramento de alguns conceitos e histórias sobre o bairro, sobre a condição civil e política do país, e até de uma ou outra novidade que tinha surgido em relação à comunidade.

Mesmo que muitas das entrevistas envolviam só um entrevistador (quem relatava além da sua história, várias histórias de outros familiares como pais, filhos e irmãos), algumas entrevistas terminaram integrando muitos membros da família, alguns vizinhos, vários álbuns familiares, notas de jornais, muitos cafés e salgados. Por vezes as histórias que eram relatadas pelos avós, resultavam muito fascinantes para as gerações mais novas da família, que escutavam esses relatos pela primeira vez. E isso foi muito lindo de ver.

³² Na arquitetura, as escala são usadas como ferramenta de representação da realidade. Elas são utilizadas para reproduzir uma figura ou elementos em conjunto, em um tamanho determinado para um tamanho igual, menor ou maior. Neste caso, defino “escala de rose” como a escala de contato direto, de imersão, de rose pele a pele.

³³ Esta foi uma escolha baseada na necessidade de quer ver, conhecer e entender da forma mais abrangente possível o bairro.

As entrevistas, as conversações informais e os lanches sempre tiveram como foco as histórias e trajetórias pessoais e familiares e seu vínculo ou relação com o conflito armado e a violência urbana³⁴. Temas como as condições que provocaram a migração dos seus lugares de origem, as razões que os levaram a se assentarem em Moravia e suas trajetórias de luta, resistência e permanência também eram assuntos prioritários. Porém, muitas vezes só me dediquei a desfrutar prazerosamente da minha estadia em Moravia, das histórias dos seus moradores, da sua comida de rua, das suas vendas ambulantes carregadas de diversidade e promoções e do seu amplíssimo comércio formal e informal³⁵. Muitas vezes só comprava um picolé e passava horas olhando as pessoas, contemplando suas dinâmicas. Isso inclusive para fazer fluir mais naturalmente os processos de socialização, dado que era fundamental, até por razões de segurança próprias, que eu não fosse uma estranha no bairro.

Depois de ser definido que uma pessoa dentro do bairro me acompanharia nos processos, fiquei confiante. O estabelecimento de um intermediário local amplamente reconhecido pela comunidade, aparecia como uma ideia bastante positiva para a pesquisa e de fato foi. Muitas das melhores conversações e entrevistas que tive em Moravia estiveram vinculadas de uma ou outra forma a essa pessoa, conhecida como “líder conector”. Vinculado com diversas outras razões, sua intermediação ajudou a que eu pudesse realizar entrevistas com personagens que sempre se rejeitaram a falar de Moravia, das suas vidas e das suas histórias.

A sua participação para efeitos da pesquisa foi valiosa (mesmo tendo que aprender a lidar com sua participação excessiva, sua companhia exaustiva e sua intromissão nas entrevistas das outras pessoas), porém, para efeitos da minha estabilidade emocional a participação desse “líder vinculador” foi bastante prejudicial. Esse tipo de coisas são aquelas que dificilmente são consideradas ou esperadas durante um trabalho de campo, mas simplesmente, como em quase tudo na vida, podem fazer parte. Consegui ser paciente com a situação, o máximo que consegui e depois, solicitei que um novo “líder vinculador”

³⁴ Muito aguda na década dos 80 e princípio da década dos 90, a causa da articulação do Cartel de Medellín e pela posterior conformação e atuação dos grupos armados de autodefesa.

³⁵ O setor o bosque do bairro Moravia, localizado na parte mais baixa e esplanada do bairro, concentra uma ampla e variada atividade econômica.

me acompanhasse, indicando que entre mais pessoas pudesse integrar ao processo, os resultados seriam melhores, como de fato foram.

Além dos cadernos de notas de campo, meu arquivo pessoal fotográfico e as fotos históricas proporcionadas pelo Centro de desenvolvimento Cultural, também recopiei diversas pastas com documentos históricos e documentos recentes do conflito e de Moravia, mais as gravações das diversas entrevistas que realizei, também tive acesso a um livro que contém uma etnografia que concentra o processo de consolidação do bairro, realizada por Elkin Herrera Builes entre os anos de 1980 e 1989.

Este último trabalho, que é considerado o maior e mais impotente em termos de pesquisa de campo já realizado em Moravia só existe na sua versão original, realizada em máquina de escrever e sem nenhuma cópia, nem física, nem digitalizada. Durante décadas permaneceu em poder do seu José, líder histórico do bairro, guardado com orgulho e zelo. Eu tive acesso a sua leitura, realizadas na sua casa e em sua companhia, mas depois de várias longas e boas conversas com seu José, consegui realizar a primeira cópia do livro. Este livro narra com detalhe e cronologicamente todos os eventos importantes no bairro durante aqueles anos de intensa consolidação, incluídos todos os processos de negociação com o governo local para que Moravia passasse de ser assentamento informal a obter a categoria e reconhecimento jurídico como bairro.

Desde que realizei as entrevistas, algumas expressões e alguns trechos me impactaram muito e se tornaram recorrente na minha mente no decorrer da elaboração das análises dos seus conteúdos, algumas dessas expressões retumbam até hoje.

Para as citações dos trechos das entrevistas foram definidos alguns parâmetros, para efeitos de um melhor entendimento e na pretensão de privilegiar e proteger ao máximo possível a natureza e as intenções dos seus conteúdos. Em primeiro lugar, se entende que nesta tese o importante é o relato das experiências, das trajetórias e das vivências, e não uma possível avaliação criteriosa sobre as formas adequadas do uso da linguagem. Em segundo lugar cabe citar que algumas outras alterações foram realizadas para facilitar a compreensão dos textos, na transição da forma oral à forma escrita, pretendendo assim evitar que figurações caricaturescas sejam elaboradas do seu locutor.

Nos trechos citados a partir das transcrições das entrevistas, se optou por manter o mais fiel possível a tradução, inclusive com as expressões e grafias próprias do idioma e próprias dos traços culturais da região, cuidando sempre que a tradução não pudesse parecer confusa, mas sem perder o sentido original no discurso.

Na transcrição final foram corrigidos os “erros” que costumam aparecer na linguagem oral, como a falta de concordância entre a singularidade e a pluralidade, bem como alguns casos de falta de concordância verbal e conjugações erradas. Alguns gestos, silêncios e expressões que foram relevantes, simbólicos ou significativos para a compressão das narrativas, durante a entrevista, foram mantidos entre colchetes.

A realização das entrevistas foi usada como técnica exploratória, porém com o passar dos meses, entre uma entrevista e outra, e com a maior imersão na cotidianidade do bairro, alguns relatos conseguiram ser desmitificados e alguns outros aprofundados.

Mesmo com o fato das minhas entrevistas terem sido todas extensas e profundas, em vários casos pela relevância e pelo conteúdo, foram realizadas entrevistas sequenciais com a mesma pessoa ou com o mesmo grupo de pessoas.

Mesmo sem existir um roteiro de perguntas sequenciais, elaborei uma sequência de abordagens que me permitissem, de uma forma natural, focar e pontuar as questões de interesse para minha pesquisa. Estas abordagens costumavam focar na busca da trajetória individual e familiar (quando possível, a trajetória militante) dentro do marco do conflito armado interno colombiano, as migrações forçadas e as formas de apropriação, resistência e permanência em Moravia.

Uma coisa bastante particular aconteceu com todas as pessoas que entrevistei. Mesmo que eu tentasse me apresentar de uma forma livre e aberta e mesmo sempre tentando explicar de uma forma clara e informal o que eu estava fazendo ali e quais eram minhas pretensões e objetivos naquele lugar, nunca parecia ser suficiente. Diversos questionamentos sempre foram levantados entorno de mim como urabaense, colombiana, arquiteta, acadêmica, ex moradora da cidade e em absolutamente todos os casos a minha posição e opinião política sempre foram indagados. Além das trajetórias pessoais e familiares dos entrevistados, também foram exploradas as redes de relações dentro da comunidade, dado que essa contextualização, seus vínculos e os processos de organização

e resistência em comunidade que dele saíram, também são muito importantes dentro das suas histórias individuais.

A maioria das entrevistas foram realizadas nas moradias dos habitantes do bairro, porém muitas delas também foram realizadas nas salas do Centro de desenvolvimento Cultural. Algumas outras entrevistas foram realizadas no Jardim Botânico, em bancos improvisados, na diminuta área de espaço público que o bairro tem, muitos lanchonetes e restaurantes, assim como alguns bares também serviram de espaço para acolher as entrevistas e inclusive várias outras entrevistas foram realizadas fazendo caminhadas pelo bairro e seus redores. Essas últimas costumavam ter um caráter bem mais explicativo e descritivo, porque além servir para mostrar os lugares de referências imediatas para seus discursos e suas histórias, também era comum integrar vários membros da comunidade nos relatos, enriquecendo assim ainda mais a experiência.

Os lugares da realização das entrevistas, bem como a citação de alguns aspectos do conflito armado, tiveram uma incidência representativa nas entrevistas. Outra coisa que também teve uma incidência profunda foi a familiaridade com que eles me enxergavam. Entre mais frequente minha presença e participação no bairro e entre mais frequentes e informais fossem nossas conversas, mais e mais detalhes surgiam, inclusive de assuntos já tratados várias vezes antes.

Outro aspecto que se apresentou de forma bastante diferenciado foi em relação às narrativas e os discursos quando feitos de maneira individual e de forma grupal. Percebi, na maioria dos casos, que quando as entrevistas são realizadas de forma familiar ou em grupos (com pessoas de estreito vínculo pessoal) muitos dados terminam sendo aportados pelas pessoas secundárias na entrevista.

De forma irônica (e um pouco revoltante) também percebi que quando apresentada como pesquisadora colombiana a abertura das pessoas comigo e a facilidade no acesso à informação era de uma forma bem menos entusiasta e generosa, comparada com a recepção e o interesse quando sabiam que fazia doutorado no Brasil. Inclusive, por várias vezes fui chamada “Brasileña” como forma de identificação rápida dentro do bairro.

Descobri também que as entrevistas nas que o primeiro “líder vinculador” participou, os relatos eram muito mais limitados. As pessoas não se abriam muito nessas

primeiras entrevistas, acredito que muito disso tenha acontecido pelo desconforto mesmo de falar de assuntos delicados ou talvez doloridos na presença dele ou pelas constantes interrupções que ele realizava nas entrevistas, querendo aprofundar em detalhes específicos ou até tentando “corrigir” os diálogos dos entrevistados.

Muitas outras variáveis que também tiveram uma participação importante nas entrevistas, estão vinculadas principalmente à forma na qual eu era apresentada, a informalidade ou formalidade/institucionalidade que as pessoas elaboravam de mim, inclusive a minha própria aparência pessoal também parecia ter incidência nessas figurações. Outro fator que notei é que parecia que determinados dias da semana e inclusive determinados horários por vezes facilitavam a abordagem de certos temas mais delicados (vinculados principalmente a episódios doloridos das suas vidas). Por exemplo, os finais de semana, sem a correria do dia a dia, lá para o final da tarde e início da noite, as conversas costumavam ser mais soltas e fluídas.

É possível afirmar que durante a pesquisa de campo, inúmeras foram as variáveis em questão, muitas delas sendo inclusive imprevisíveis e incontroláveis. Como foi, por citar só um exemplo, as reflexões e o afloramento de sentimento, com o assassinato de um pai de família solteiro com 3 filhos menores de 10 anos dentro do bairro. Quando eventos violentos ou dramáticos aconteciam no interior do bairro ou inclusive no contexto nacional, muitos dos relatos passavam a carregar maior peso melancólico e as sensações de perda que por vezes pareceriam estimuladas e a floravam novamente.

Depois de cada entrevista que eu considerava relevante, ao chegar a casa, tentava elaborar reflexões sobre elas e, nos diários de campo, tentava destacar considerações que me tivessem chamado muito a atenção. Particularmente aquelas que tivessem a ver com o conflito e a migração forçada.

A minha entrega em cada entrevista foi plena, meu entusiasmo pelas narrativas de cada entrevistado e cada pessoa que conhecia no bairro era constante, sempre me resultavam muito interessantes suas falas, mesmo sentido às vezes intenções neles de quer me surpreender com seus relatos. No entanto, mesmo achando muito interessante cada nova história, nunca deixei de sentir uma profunda tristeza com cada uma delas, tristeza e um pouco de culpa que até hoje não passa. Acho que tanto a tristeza quanto a culpa vêm de reconhecer a sua dor e não poder fazer nada para diminuir ela.

Meu relacionamento com os entrevistados foi se aproximando muito com cada novo dia em campo, vários convites a eventos e comemorações familiares e da comunidade foram aparecendo na metade da história, de muitas formas sentia minhas, as suas lutas de resistência à dor e ao sofrimento. Muitas vezes chorei ao sair do bairro, nas minhas reflexões pessoais, nas minhas análises acadêmicas, tentado processar aquelas histórias terríveis que tanto me impactavam, no entanto devo reconhecer que em algumas outras entrevistas e situações, particularmente na fase final do trabalho de campo permaneci impassível, talvez pelo cansaço que dominava minha mente e meu corpo por esses dias ou talvez pela, dificilmente, inevitável relação que surge quando se passa a escutar e ver, uma e outra vez, todas aquelas histórias carregadas de tanta perda e tanta dor. Ao final, acredito que é um pouco verdade aquele ditado que diz que como seres humanos, somos capazes de nos acostumar com tudo, inclusive com o mais terrível.

Talvez pela minha imersão intensa no bairro, talvez pelas histórias e depoimentos abundantes em tristeza e desconsolo, talvez pelas tensões e perseguições que o primeiro “líder vinculador” atuou sobre mim, ou talvez por isso tudo junto, logo nos primeiros meses de pesquisa já me sentia esgotada.

A tristeza e choros pelas histórias que escutava se tornavam recorrentes nas saídas do bairro. As escadarias do metrô, que era o meio que geralmente usava para voltar casa, se tornaram meu lugar de desabafo individual, chagava nelas quase sempre de noite, acredito que a escuridão se tornava aliada naquelas horas.

Especificidades de uma etnografia preocupada com questões urbanas e sua relação com a violência

Mesmo que as inquietações pelo conflito armado interno colombiano e seus vínculos com algumas especificidades dos cenários urbanos contemporâneos, vêm de longa data na minha vida, a definição e construção das questões centrais nesta tese não foram trabalho fácil. Em primeiro lugar, porque tanto as questões do conflito quanto as transformações, redefinições e consolidações urbanas vinculadas a ele, representam por si uma vasta abrangência de temas, assuntos, pessoas envolvidas, razões e indagações históricas que se tornam difícil de caracterizar e, sobretudo, de hierarquizar.

Na tentativa de me aproximar com aquilo que eu defino como as formas de cidade resultado da violência rural, sempre tive claro, na definição da minha pesquisa, que tal abordagem seria de caráter experimental e exploratório, com apoio em dados e levantamentos históricos. Porém muitas das ideias que definira esta tese no seu momento original, foram mudando durante o tempo do doutorado.

Como sabia que tinha que tentar encontrar um equilíbrio razoável entre as informações encontradas nos diversos meios de consultas e as informações e relatos que encontraria em campo, já bati logo de frente com o primeiro grande desafio; como garantir uma pesquisa de campo profunda, proposta a ser desenvolvida em um tempo que já por si aparecia limitante? Quando cheguei a Moravia pela primeira vez (com o propósito de fazer pesquisa do doutorado), dos quatro anos do doutorado, já tinham se passado dois.

Portanto, mesmo que tive contato, comunicação, encontros e entrevistas com muitas pessoas, indivíduos e famílias, dentro do bairro, tentei definir o mais rápido possível os meus interlocutores focais, pela relevância das suas experiências e depoimentos para a pesquisa. Defini um recorte de três casos, entre individuais e familiares, e de forma específica com eles passei a ficar muito mais tempo dentro do bairro, superando gradativamente a frequência das entrevistas e os detalhes nelas contidos.

No entanto sendo feito este recorte, muitas situações que nunca considerei foram aparecendo de forma desconcertante e desafiadora. Entender que as questões da migração forçada (que já é uma modalidade de violência) estão vinculadas a muitas outras formas de violência, já aparece como ponto crítico, porque debates emocionais vieram à cena no momento que senti que estava dando prioridade a certas formas de violência sobre outras.

Por outro lado, os deslocados pela violência nas zonas rurais não se estabelecem nas cidades receptoras, concentrados em um só lugar, nem de forma permanente, muitos deles terminam forçados a migrar várias vezes dentro da mesma cidade, novamente por causas violentas. Estas migrações forçadas, englobando contextos e razões plenamente urbanas, têm uma implicação para a urbe muito relevante, que pode trazer consigo inúmeras outras viés de pesquisa, que por sua vez, podem resultar muito interessante para entender melhores determinadas dinâmicas e determinadas lógicas ao redor das novas formas de ocupação a partir dos movimentos migratórios populacionais, que continuam sendo provocados por ciclos de violência que parecem incessantes no país.

Assim, mesmo que a violência foco desta pesquisa é a violência exercida nos contextos rurais e seus efeitos, na Colômbia, particularmente, entre as décadas dos 80 e 90 e a primeira parte dos anos 2000 a violência urbana esteve no seu maior auge, vinculada principalmente à consolidação dos cartéis de drogas e sua guerra contra o Estado e entre eles mesmos. Estas outras formas de violência, tiveram como cenário central a cidade de Medellín, a cidade de Cali e a cidade de Bogotá. Estas formas de violência também provocaram muitos deslocamentos internos (só que no interior da própria cidade) e mesmo que a maioria destes “deslocados urbanos” costumavam encontrar suporte e redes de apoio dentro da cidade, muitos outros, perante a falta de oportunidades, terminaram formando ou ocupando diversos assentamentos precários pela cidade. Portanto é improvável assinalar que qualquer um dos tantos assentamentos informais da cidade esteja povoado por migrantes exclusivos das regiões rurais ou por migrantes exclusivos das regiões urbanas.

Com isto quero dizer que mesmo que efetivamente os processos de migração forçada, vinculados à violência, têm uma importante incidência nos processos de uso, apropriação e urbanização na cidade, não é possível assinalar que todos esses processos estão vinculados de forma exclusiva a migrantes rurais ou a migrantes urbanos. Também não é possível afirmar que existam assentamentos urbanos informais dentro da cidade de Medellín, povoados exclusivamente migrantes de uma única região, mesmo que em alguns casos a região de origem possa ser predominante em alguns assentamentos. Adicionalmente, os mecanismos para tentar estabelecer a incidência de cada um dos grupos dentro de cada assentamento informal e precário na cidade, são difusos e inexatos. Em primeiro lugar porque as vítimas do conflito rural foram reconhecidas de forma tardia (envolvendo também muitos aspectos de medo, ignorância, falta de acesso aos canais de orientação e apoio, bem como desconfiança no aparato Estatal, que também dificultaram o processo) e as vítimas da violência urbana, em qualidade de deslocados pela violência, não foram reconhecidos como vítimas, porque essa modalidade não era reconhecida pelo Estado.

Mais um assunto que foi decidido, foi focar nos relatos e as experiências dentro do trabalho de campo, porque mesmo com muitos contatos dentro das áreas encarregadas desses assuntos urbanos dentro da prefeitura da cidade e demais entidades e órgãos auxiliares encarregados desses assuntos e intervenções, tentei não ter eles como foco, na tentativa de evitar-me involucrar demais só com as definições e os pareceres institucionais.

Caracterizar as relações dos assentamentos informais com as diversas formas de violência (rurais e urbanas) na Colômbia é uma tarefa difícil pela sua profunda heterogeneidade, porém, a partir da minha aproximação, entendo que estas relações superam as relações raciais, religiosas e inclusive as próprias relações econômicas, dado que, por exemplo, no caso dos migrantes rurais, mesmo que a maioria deles não vivesse em condições de riqueza, já tinham estabelecido dinâmicas e geração contínua de recursos dentro dos seus contextos, tivessem sido eles a partir o trabalho e a produção da terra ou a partir do exercício de outras atividades locais. Essa situação de estabilidade econômica também era encontrada em muitos casos de migrantes urbanos, antes que os processos de migração forçada acontecessem, porém, também em muitos desses casos, a migração forçada, implicava além do abandono da moradia, também o abandono dessas fontes de sustento econômico.

A violência, como fator de estímulo, estava presente em quase todas as pessoas com quem falei em Moravia, tivessem a origem, idade e cor de pele que tivessem, bem como o gênero e posicionamento político que fosse, em quase todos os casos as suas vidas estavam traçadas, de uma forma ou de outra, pela violência exercida sobre eles ou sobre seus contextos próximos, gerando pressão. E essa pressão aparecia sempre de forma transcendental, ao ponto de provocar a migração forçada.

No transcurso dos esforços por ir delimitando a pesquisa, muitas coisas que apareceriam sobre a marcha, se tornavam absolutamente interessantes, fossem elas pertinentes ou não. O mal chamado “ajuste de contas” dentro do bairro, a mediação dos traficantes “na resolução” de determinados conflitos, a nova ocupação de pessoas que tinham sido realocadas em outras partes da cidade, um incêndio que consumiu vários barracos, a descoberta de vários livros que já não estão mais à venda, a exploração de inúmeros documentários, os registros dos jornais, fotos antigas e inéditas do bairro, dos seus líderes já não presentes, alguém indo embora, alguém voltando. Tudo parecia interessante, porque tudo parecia trazer consigo uma nova história.

Queria poder dizer que a forma de selecionar o material e as informações obtidas seguiu um rigoroso critério neutro, mas não foi o caso, de tudo que compilei (que ao final foi muita coisa) na maioria dos casos os materiais selecionados foram escolhidos de uma forma com algum grau arbitrário, com frequência terminava descobrindo que mesmo sem

ter um propósito claro e específico, quase todas as minhas escolhas terminavam orientadas a privilegiar o foco da pesquisa.

Um aspecto importante que aconteceu durante o tempo de campo, com minha imersão em Moravia e na vida das pessoas que se abriram para mim, foi ter descoberto a altíssima relevância que tem uma imersão completa (na medida do que mais for possível) dentro das cotidianidades da vida local. Foi assim, na leveza da continuidade das conversas iniciadas anteriormente, no seguimento da resolução dessas situações específicas e no acompanhamento da dureza de certas coisas, que nossas conversas foram sendo cada vez mais íntimas, mais abertas, mais sinceras.

Porém, nem tudo foi fácil assim, parecia ser que todas e cada uma das minhas identidades pessoais, origem (dentro da Colômbia e o que muitos entenderam como a origem da pesquisa, que sempre esteve vinculado ao Brasil), sexo, idade, cor de pele, condição acadêmica, condição social, modos de falar, vestir e me comportar, bem como minhas formas de desenvolver o trabalho de campo, me projetavam de uma ou outra forma com meus interlocutores. Algumas vezes (a maioria delas) foram bem recebidas, inclusive com seus receios e resistências iniciais, mas várias vezes fui desqualificada para indagar em determinados assuntos, pelo que alguns descreviam como uma absoluta incapacidade de entender essas realidades, basicamente por não ter vivido ela em carne própria, nem ter parentes próximos que tivessem vivido aquelas crueldades.

Em várias ocasiões fui também questionada, por pessoas próximas por “ter elegido Moravia” para fazer pesquisa. Para algumas pessoas resultava um pouco difícil entender porque escolher Moravia para fazer um trabalho de doutorado. A maioria dessas pessoas estavam vinculadas à prefeitura da cidade, a secretaria de planejamento urbano e a Empresa de Desenvolvimento Urbano da cidade. Ou seja, ao aparato que representa a institucionalidade.

Adicionalmente, por ter ficado na casa de parentes (toda minha família materna e paterna está radicada na cidade de Medellín) e por frequentar muitos outros lugares fora de Moravia, percebi pela primeira vez, de uma forma clara e lamentável, os imaginários que socialmente são associados à Moravia e a sua gente. O desprezo pela sua trajetória, pelas suas formas de ocupar e estar na cidade é nítido em muitos contextos nos que andei.

CAPÍTULO 2

Dados e revisão da literatura

*Jamás tantos muertos rondaron la casa de los vivos,
jamás tantos vivos habitaron la casa de los muertos.*

*Nunca se oyeron tantas voces,
nunca tanto silencio,
nunca se fue al traste tanta cosa,
y se pudo más y se hizo menos.*

*Siempre es que hemos vivido tanto tiempo,
que uno ya se pregunta qué sería de la tierra
sin el peso gravoso de los hombres,
y qué sería de los hombres sin la tierra.*

*Ahora son las diez de un martes o de un muerto
y mi sangre corre, corre la de los vivos
a dieta de sopas de sangre de sabores diversos,
y huesos enlatados, cadáveres en polvo,
todo el corpus delicti de la A a la Z.*

Jamás tantos muertos, Nicolás Suescún.

Relação das migrações com os processos de urbanização

Dois dos fenômenos sociais mais característicos do século XX no mundo foram a industrialização e a modernização da sociedade e seus decorrentes processos de urbanização em grande escala. Este fenômeno, acentuado com maior força a partir da segunda metade do século, teve a capacidade de redefinir os polos urbanos como territórios centrais e de concentração das principais atividades sociais, culturais, econômicas e políticas (Zapata, 2016).

Oliveira (1972) indica que com os avanços dos processos de industrialização e a modernização, não só avançaram os processos de acumulação de capital, também começou a ter destaque a redistribuição geográfica da mão de obra, alimentada pelas novas rotas de fluxos migratórios da população residente nas áreas rurais, orientados em direção à cidade, atraídos pela crescente concentração trabalho. Mas as cidades concentravam pluralidades de ofertas que estavam além do trabalho; acesso à educação, acumulação do capital, serviços básicos mais desenvolvidos e consolidados, entre outros.

Elizaga (1979) indica que mesmo existindo alguns traços generalizados, a migração deve ser compreendida como um processo complexo, de extrema diversidade enquanto a tipo, formas e motivações, obedece a determinantes psicológicos, sociológicos, culturais e econômicos que, longe de permanecerem constantes no tempo e no espaço, têm conteúdos diferenciais de acordo com muitos fatores como o nível de educação, as aspirações de mobilidade social, as normas e instituições sociais vigentes e a relação entre as necessidades materiais da população.

Os fluxos migratórios foram se tornando cada vez mais intensos nos países industrializados e com eles também surgiram ritmos acelerados de urbanização sem precedentes. Estas dinâmicas, que aconteceram inicialmente nos países industrializados, se estenderam posteriormente aos países de terceiro mundo.

O auge da revolução industrial chegou à América Latina e se se manifestou com maior intensidade a partir da segunda metade do século XX. Este auge provocou muitas migrações voluntárias, estimuladas a partir de particularidades, necessidades e expectativas individuais e familiares, nos seus respectivos contextos sociais, respondendo

principalmente a intenções econômicas e de pluralidade das oportunidades, na idealização da prosperidade.

Dessa forma o século XX viu como de maneira vertiginosa e incontrolável grande parte da população considerada rural, mediante massivos e contínuos fluxos migratórios, se tornou população urbana. A Colômbia, que não escapou a esses processos globais migratórios, que aceleraram os processos de urbanização, teve conjuntamente uma característica que a tornava única, no contexto regional.

No país, concomitantemente com esses processos globais, outros fatores promoveram a migração, estimulados pela disseminação do medo e do terror, no marco de um conflito armado interno. Modalidades violentas que entraram em cena como as terras arrasadas, assédios, ameaças, assassinatos e massacres, configuram alguns dos mecanismos que provocaram estes processos migratórios.

Blanco (2000) indica que a migração forçada, em função do deslocamento humano, integra todos os aspetos de complexidade e repercussão social que as migrações voluntárias manifestam. Mas, enquanto os movimentos migratórios sejam forçados em condições dramáticas pelos seus protagonistas, constituem um dos problemas mais sérios da humanidade. No entanto todos os efeitos devastadores que esta migração gera, até hoje existe pouca teorização construída ao respeito para abordar, entender, dimensionar e conter os efeitos desta particular modalidade de migração, devido principalmente a sua recente visualização e frágil reconhecimento como problema estruturante das sociedades onde ela acontece.

O Centro de Pesquisa Sobre Dinâmica social, da Universidade Externado da Colômbia indica que assim como tem acontecido em muitos países desenvolvidos, e com maior velocidade nos países menos desenvolvidos, na Colômbia, os processos de urbanização têm sido muito acelerados. Em menos de um século, o país passou rapidamente de ser predominantemente rural a ser predominantemente urbano.

Segundo informações do censo nacional demográfico de 1938 e o e as projeções feitas pelo censo nacional de população e habitação de 2018, realizados pelo Departamento Administrativo Nacional de Estatística-DANE-, a proporção de população que residia em centros urbanos no país, passou de ser 2.5 milhões de pessoas em 1938 a 39.241.145

milhões em 2020. Em termos relativos, isto significa que a população urbana passou de constituir o 29,1% a ser o 77,1% do total nacional, em um lapso de pouco mais de 80 anos.

Tabela 1 – Censos populacionais da Colômbia entre os anos 1938 e 2020. (ZAPATA, 2016)

Ano do Censo	População em números			População em porcentagem	
	Total	Urbana	Rural	Urbana	Rural
1938	8.701.816	2.533.680	6.168.136	29,1%	70,9%
1951	11.228.509	4.441.386	6.787.123	39,6%	60,4%
1964	17.484.508	9.093.088	8.391.420	52,0%	48,0%
1973	20.666.920	12.637.750	8.029.170	61,1%	38,9%
1985	30.802.221	20.497.678	10.304.543	66,5%	33,5%
1993	36.207.108	25.086.378	11.120.730	69,3%	30,7%
2005	42.888.592	31.889.299	10.999.293	74,4%	25,6%
2010	45.509.584	34.388.013	11.121.571	75,6%	24,4%
2015	48.203.405	36.846.935	11.356.470	76,4%	23,6%
2020*	50.911.747	39.241.145	11.670.602	77,1%	22,9%

* valores estimados mediante projeções estatísticas.

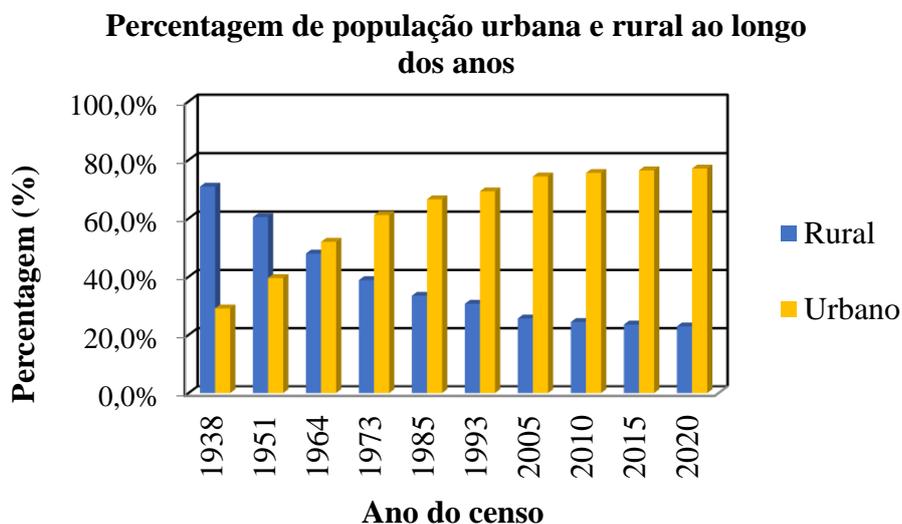


Figura 21 - Censos populacionais da Colômbia entre os anos 1938 e 2020. (ZAPATA, 2016)

Na Colômbia, a migração e os processos de urbanização são duas categorias que se complementam de especial maneira, na hora de entender as configurações espaciais contemporâneas das suas principais cidades.

No país, de igual forma que no contexto mundial, as aceleradas formas de ocupar, geraram grandes transformações, muitas delas com efeitos contraditórios de desigualdade e fragmentação social, que detonaram a polarização nos territórios, dados principalmente pela concentração da capitalização dos recursos em privilegiados enclaves.

Como no país esses fluxos migratórios foram intensificados pela guerra interna que estava acontecendo, os seus efeitos também se viram intensificados. Dessa forma, o incremento descontrolado da população que imigrava nas cidades, rapidamente superou a capacidade administrativa, operativa e institucional das cidades. Os dois primeiros grandes efeitos disso foram a falta de correspondência no incremento da oferta laboral e na produção de habitações, em relação com as crescentes e aceleradas demandas.

Com isso, os polos urbanos se foram tornando espaços cada vez mais competitivos, e nessas lógicas, a população migrante do campo, maiormente aquela que migrava de forma forçosa, por razões violentas, especializada em trabalhos agrícolas, enfrentou limitações para a obtenção de emprego, fontes de sustento e estabilidade habitacional.

Neste sentido é importante falar de uma condição específica que explicará algumas formas de luta e resistência que serão reconhecidas em Moravia; a desestruturação completa do núcleo familiar, mediante a desapareção da figura “cabeça do lar”, geralmente vinculada à figura masculina cônjuge / pai. Por isso em Colômbia, a luta dos que sobrevivem, é representada em grande medida por mulheres. Mulheres que em geral não têm capacitação acadêmica nem profissional, para entrar a competir em um espaço onde já são desfasadas as condições e os salários das mulheres capacitadas acadêmica e profissionalmente frente às condições e os salários dos homens, no mundo laboral.

Em meio desse cenário, as periferias urbanas se foram tornando os principais lugares de acolhida para o estabelecimento da moradia. Isso dado porque aqueles lugares, historicamente, estão distantes do controle e os interesses do poder público e administrador local. Dessa forma se dão início os processos, comumente precários, de colonização periférica e com eles também incrementam os processos de segregação espacial e social.

Zapata (2016) indica que com o desequilíbrio entre o rápido aumento demográfico e a acumulação crescente de necessidades não atendidas, a intensa propagação de assentamentos urbanos informais se deu em meio de condições de miséria, pobreza

extrema e marginalização social. Estas condições também deram passo a novas e diversificadas formas de produção e apropriação dos espaços na cidade.

As condições de recepção nas grandes cidades, terminaram agravando a crise humanitária, de uma população que tem sido vagamente reconhecida na sua condição de vítima, e, portanto, vagamente tem-se levado a cabo seus processos de atenção, memória, reparação e justiça. Esta condição, constitui uma dívida história da nação e a sociedade colombiana com as vítimas do conflito armado. A elaboração desta tese orienta seus esforços na procura da verdade, memória e justiça considerando que estes processos só serão possíveis mediante o reconhecimento absoluto da guerra em todas suas dimensões, e mediante a urgente necessidade de reconhecer sua desproporcional intensidade com as vítimas civis que este conflito tem deixado.

Conflito que mesmo prolongado por mais de meio século e deixando milhões de afetados em diversas modalidades letais e não letais, só em tempos recentes permitiu que as vítimas pudessem começar a ser chamadas e consideradas desta forma e não mais como um excedente, como um efeito residual que acontece, sempre que se tem conflito armado. Desta forma é como durante muito tempo as vítimas do conflito foram categorizadas.

No caso específico da modalidade de violência por deslocamento forçado, os processos de vitimização se estendem além do momento específico da efetivação da violência mediante a expulsão dos lugares de origem (frequentemente nas zonas rurais), e se estendeu até os locais de recepção (frequentemente nas zonas urbanas) pelas precárias condições de inserção, integração e manutenção que as cidades colombianas, historicamente têm proporcionado.

Nesse sentido, é justamente a falta de reconhecimento em tantas dimensões o que tem promovido os reincidentes e persistentes processos de vitimização; a falta de reconhecimento das vítimas no marco do conflito armado, a falta de reconhecimento das famílias das vítimas e as gerações subsequentes, a falta de reconhecimento das manifestações e transformações sociais e espaciais nos contextos rurais e urbanos vinculadas ao conflito, a falta de reconhecimento de tragédias prolongadas e vítimas desatendidas, a falta de reconhecimento de uma sociedade que naturalizou a violência, e não vinculou diversas conflitualidades urbanas atuais com o conflito armado interno da última metade de século.

Honneth (1997) assinala o reconhecimento como a ferramenta conceitual mais acertada para desentranhar todas as experiências sociais de injustiça e para compreender as motivações das resistências sociais no mundo contemporâneo. O autor orienta sua tese a que a procura pelo reconhecimento individual e social deve ser entendido num aspecto mais amplo, indo além das distribuições de oportunidades econômicas e de acesso a bens físicos materiais, porque a justiça distributiva possui um alcance limitado incapaz de abranger a injustiça social em todas suas dimensões³⁶.

Desta forma, Honneth (1997) assinala que a promoção da justiça social se dá através das relações de reconhecimento recíproco nas distintas esferas da vida social, manifestadas através de três dimensões; as relações de aceitação com os próximos (o amor), o reconhecimento jurídico e as práticas institucionais mediante as quais as pessoas se reconhecem como livres e iguais (direito) e a adesão e convivência em comunidade através da valoração social que merece um indivíduo ou grupo pela sua identidade particular (solidariedade)³⁷.

O autor indica que em ausência desses três princípios de reconhecimento – atenção afetiva, igualdade jurídica e estima social- o núcleo normativo de uma concepção de justiça é desestruturado e fragilizado e a experiência dos indivíduos ou grupos não inseridos nestes princípios, se afeta por condicionantes em formas de menosprezo e exclusão. Este trabalho foca as dimensões do reconhecimento através dos dois últimos princípios planteados pelo Honneth - igualdade jurídica e estima social-.

As formas de menosprezo que Honneth (1997) distingue para o princípio da igualdade jurídica se veem manifestadas mediante a privação ou exclusão dos direitos sociais de bem-estar, o precário acesso à justiça e a exclusão social. Para o caso do estigma social, os modos de menosprezo se apresentam mediante desonra e desvalorização social de específicas formas de vida, promovendo processos de invisibilidade, indiferença, menos valia e estigma subjetiva e social.

No caso colombiano, os processos de desvalorização social das vítimas do conflito foram altamente promovidos pela impunidade e ineficiência nos processos penais e no

³⁶ CORTÉS, F. “Reconocimiento y justicia. Entrevista con Axel Honneth”, en: *Estudios Políticos*, 27 (2005), pp. 9-26.

³⁷ HONNETH, A. *La lucha por el reconocimiento: por una gramática moral de los conflictos sociales*, Barcelona: Crítica, 1997, pp. 114-159.

aparato estatal, pela profunda debilidade da democracia e pela fragilidade que a nação demonstrou com as garantias de proteção às vítimas.

No caso específico da população deslocada pela violência, os processos prolongados de invisibilidade na sua condição de emigrantes rurais e imigrantes urbanos, desestimou qualquer possibilidade de acesso a direitos sociais de bem-estar ou à justiça. Conjuntamente, nas grandes cidades o menosprezo à sua condição de vida diferenciada provocou amplos processos de estigmatização, rejeição e segregação, que no caso da população assentada em Moravia, por ser um assentamento urbano emergente a partir de um lixão a céu aberto e estar localizado numa região de elevada especulação imobiliária pelo seu rico entorno urbano, foi sometida a intensas condições de desconsideração e desestima em diversas esferas, que finalmente reduziram toda possibilidade de equidade, inserção ou justiça social.

Alfonso (2001) indica a necessidade de criar e programar ferramentas de planejamento e ordenamento territorial, capazes de oferecer aos grandes centros urbanos e seus entornos metropolitanos oportunidades equilibradas para o desenvolvimento, localização de atividades, construção de habitações, aproveitamento e conservação de ativos ambientais, que garantam a mutua sustentabilidade dos ecossistemas e das economias municipais e metropolitanas. Mas para que isso, de extrema importância no contexto nacional, seja uma realidade é indispensável ter um conhecimento pleno da sua realidade. Ou seja, ao estudo e entendimento das dinâmicas de migração e urbanização que levaram às formas e usos de cidade que temos hoje e a seus requerimentos em matéria de desenvolvimento e demandas por terras, habitação e serviços básicos, também devem ser somados os estudos, as análises e os registros das tendências populacionais de crescimento orgânico, imigração (voluntária e forçosa), concentrações, usos, apropriações, mudanças morfológicas e sociais e tudo aquilo que integre e tenha impactos sobre os processos de urbanização dentro dos núcleos urbanos.

No entanto, concentrar esforços administrativos e institucionais nos contextos urbanos, também não constitui o enfrentamento aos desafios globais que trazem a migração e os processos de urbanização, em decorrência dela. Torna-se fundamental reconhecer que um importante fator de estímulo para estas migrações (principalmente para as voluntárias, mas também podendo ser estendidas àquelas forçadas) é a grande

disparidade que persistem entre as cidades de grande porte, as intermediárias e as pequenas, principalmente em relação à cobertura de serviços básicos e fortalecimento e articulação administrativa e financeira, fazendo com que a sua governabilidade seja débil e que as oportunidades no seu interior sejam limitadas.

A orientação de esforços para promover que as cidades de mediano e pequeno porte consigam ter capacidades e competências homólogas às das grandes cidades, pode-se tornar em um importante fator de contenção populacional no seu interior, evitando assim que as migrações voluntárias continuem sendo promovidas pela imperante necessidade de melhores condições e oportunidades de bem-estar como empregos, unidades acadêmicas, segurança, e acesso integral a infraestruturas e prestação de serviços. Em relação às migrações por causas violentas, é claro que o desejo é que não existam mais dentro do contexto nacional, mas a realidade evidencia, de maneira contundente, que enquanto todos os problemas de ordem pública, surgimento e consolidação de grupos armados ilegais, seu livre exercício na forma de governança sob pressão e violência e a continuidade das disputas para dominar territórios e estenderem as suas áreas de influência, continuam vigentes no país, provavelmente as migrações por motivações violentas, continuam vigentes também.

Então, considerando a continuidade das migrações forçadas, se as cidades de mediano e pequeno porte possuem melhores condições de bem-estar social geral e pluralidade de ofertas, o novo estabelecimento desta população por causas violentas não deve ser, primordialmente, em direção das grandes cidades, lugares distantes onde o mundo do desconhecido prevalece em todas as esferas. Se estas pessoas se puderem restabelecer em cidades medianas e pequenas bem dotadas, cerca aos seus lugares de origem, onde os seus referentes indenitários são mais próximos, as dinâmicas sociais e econômicas lhes são mais familiares e onde existe maior probabilidade de terem redes de apoio, esses terríveis efeitos devastadores que provoca o êxodo forçado, possam um pouco, só um pouco serem mais leves.

Dados e revisão da literatura

Dados – as vítimas e o seu processo prolongado de invisibilidade -

O conflito armado interno colombiano desenvolveu uma guerra duradoura, hostil e desproporcional na que a população civil transitou entre dois estados: *o fogo cruzado e o objetivo militar*.

As vítimas do conflito armado interno colombiano foram colocadas, massacre atrás de massacre, atentado atrás de atentado, assassinato atrás de assassinato, violação dos direitos humanos atrás de violação dos direitos humanos, ano atrás de ano, década atrás de década, sempre como um fator residual do conflito, que faz parte sempre que se têm grupos armados em disputas.

Muitos acontecimentos e registros indicam que a violência na Colômbia durante todos estes anos sofreu mutações várias vezes, se transformou, mudou de protagonistas e ideologias, mudou de causas e perpetradores, mudou de bandeiras e abandeirados, mas o que a Colômbia não tem mudado em todo esse tempo é o fato de sempre ter deixado no meio do fogo cruzado a população civil inocente e desarmada, particularmente aquela mais pobre, como objetivo militar das forças em conflito.

Nesse sentido, as cifras oficiais (que continuam sendo pouco precisas pelas limitações técnicas, pelo medo à denúncia que existe no país e pela falta de garantias no exercício da procura da verdade), são absurdas e desproporcionais.

O observatório de Memória e Conflito do Centro Nacional de Memória Histórica da Colômbia –CNHM- tem divulgado, dez informes nos que assegura que o conflito armado no país, entre os anos de 1958 e 2020, tem deixado 357.108 fatos violentos, com um total de vítimas estimado em 416.808, sendo 265.505 vítimas letais.

Desse total de vítimas mortais, só 17,85% (47.397) representam combatentes, deixando assim um equivalente de 82,15% (218.512) das mortes concentradas na população civil³⁸. Desse total e até a data da publicação do último boletim estatístico do

³⁸ Centro Nacional De Memória Histórica. Estatística do Conflito Armado na Colômbia, consulta online em <http://www.centrodememoriahistorica.gov.co/micrositios/informeGeneral/estadisticas.html>

CNMH 360 pessoas não possuíam informação suficiente para serem categorizadas dentro de um grupo ou de outro.

Os assassinatos seletivos constituem a modalidade de violência que mais vítimas letais se registram no marco do conflito na Colômbia, deixando um saldo de 179.837 mortos. O CNMH indica que os grupos paramilitares são os grupos assinalados como responsáveis da maioria destes crimes contra a vida e integridade física por ataques, afetações à população civil e combates em estado de indefesa, sendo responsáveis pelo 42,89% dos casos, ou seja, 77.132 vítimas. O assassinato seletivo sem identificação dos perpetradores representa um 20.19%, ou seja, 36.309 vítimas. Os grupos guerrilheiros seriam os responsáveis do 15.51%, ou seja 27.892, enquanto que 2,99%, ou seja, 5.377 seriam responsabilidade direta do Estado.

Já relacionando estas responsabilidades em termos absolutos do conflito, contemplando as demais modalidades de violência e as vítimas fatais em cada uma delas o CNMH assinala que 130.891 mortes foram causadas por grupos paramilitares, 86.563 mortes por grupos guerrilheiros, 13.801 por agentes do Estado e 9.081 por grupos criados e reestruturados a partir de processos de desmobilização.

Acompanhando as informações do CNMH, durante esse tempo também foram realizados 4.255 massacres, que têm deixado 24.716 vítimas mortais. Desse total de vítimas, 23.937 correspondem à população civil e adicionalmente se indica que o ano 2001, tem sido até agora o ano com maior número de quantidade de massacres: 406.

Assim mesmo se registram 238 atentados terroristas que tem deixado 3.549 pessoas lesionadas e 732 mortos. Os anos com maiores picos de atentados terroristas foram 2003 e 1989 com vítimas entre ferido e mortes de 697 e 173, respectivamente.

Em relação a violência sexual, no marco do conflito armado o CNMH documentou 15.222 fatos, com um total de 15.738 vítimas. O ano 2002 foi o ano que maior número de vítimas registrou: 1.491. O CNMH também tem registro de 37.094 casos de pessoas sequestradas e um total de 17.804 de casos registrados de menores recrutados.

No caso da desapareição forçada o CNMH registrou 68.524 fatos, com um total de vítimas de 80.610, desse total, 79.295 são vítimas civis. Esta cifra reitera a crueldade do conflito na Colômbia e é, certamente, paradoxal quando comparada com as cifras de

desaparições forçadas das ditaduras militares que aconteceram na América do Sul na segunda metade do século XX. Para exemplificar, se citaram algumas comparações.

Na Argentina, que é o caso com maior número de desapareções forçadas massivas no marco das ditaduras militares do Cone Sul do continente, as forças de segurança desapareceram mais de 10.000 pessoas³⁹ (casos documentados), mas cuja projeção neste crime é de entorno de 30.000 desaparecidos.

No Chile, em 1991, de acordo com informes da Comissão Nacional de Verdade e Reconciliação (conhecido como Informe Rettig), a Corporação Nacional de Reparação e Reconciliação e a Comissão Nacional sobre Prisão Política e Tortura (conhecido como Informe Valech) 3.227 pessoas foram vítimas de execução ou desaparecimento forçado, sendo 2.125 casos de Vítimas letais e 1.102 desaparecidos. Estas cifras, assim como todos os casos de vítimas de desapareções não são exatas e se estima em 3.200 o número total de pessoas vítimas de desapareção forçada⁴⁰.

No Brasil, o informe final elaborado pela Comissão Nacional da Verdade –CNV- relacionou 434 casos de mortos e desaparecidos, sob responsabilidade do Estado no período compreendido entre 1946-1988 (como no caso chileno, as vítimas destas duas modalidades de violência foram unificadas). Já no caso de Uruguai, tem se o Informe Final da Comissão para a Paz publicado em abril de 2003 relata 170 casos, os casos documentados continuaram aumentando após essa primeira publicação.

Este comparativo de cifras, reitero, é paradoxal porque mesmo estes números sendo absurdos e desproporcionais, a Colômbia foi considerada durante muitas décadas como uma das democracias mais estáveis da região, pelo fato de não ter tido ditadura militar na época que se desenvolviam e consolidavam ditaduras militares na região Sul do continente. Por muitos poucos foi considerado o fato de que a Colômbia, em esse estado de

³⁹ Ninguém sabe exatamente quantas pessoas foram detentas-desaparecidas nem quantas foram assassinadas na Argentina pelas Forças Armadas e pela Aliança Anticomunista Argentina, também conhecida como Triple A ou AAA. Em 1984, a Comissão Nacional sobre Desaparição das Pessoas –CONADEP- , publicou uma lista com quase 10.000 nomes de pessoas que tinham sido denunciadas como detentos-desaparecidos. Porém esta lista tem tido muitas denúncias de erros e omissões, muitos deles vinculados à natureza e as incertezas mesmas da desapareção forçada e muitas outras vinculadas à falta de consideração dos múltiplos casos de pessoas que não conseguiram ou quiseram denunciar. No ano 1978 os próprios militares estimavam 22.000 já tinham sido desaparecidas. Tomado do Projeto Desaparecidos, pela Memória, a Verdade e a Justiça em <http://www.desaparecidos.org/arg/victimas/listas/>.

⁴⁰ Consultado em International Commission on Missing Persons.

democracia, acumulou mais desaparecimentos forçados que as ditaduras do Cone Sul do continente.

Na Colômbia, durante anos, o desaparecimento forçado foi negado pelo Estado e estas pessoas eram comumente rotuladas em caracterizações degradadas da condição humana, que sugeriria uma possível razão moral que justificasse o desaparecimento. Existem inúmeros registros e denúncias de parentes de desaparecidos, assinalando que na hora de procurar as autoridades do governo por ajudas e respostas, o que encontravam eram respostas indiferentes e acusações que colocavam a responsabilidade da desapareição na própria vítima.

O informe *¡BASTA YA! Colombia: Memorias de guerra y dignidad*, elaborado pelo Centro Nacional de Memória Histórica da Colômbia⁴¹ –CNMH-, indica que o conflito armado interno colombiano teve como característica central na sua estruturação a violência como método para a resolução de conflitos. O CNMH Indica, que a partir dessa condição específica, podem ser entendidas várias dinâmicas do conflito; os elevados índices de vítimas civis, os persistentes processos de impunidade nos crimes, a denegação dos direitos fundamentais à vida e à liberdade, a exclusão e o medo como forma de coabitação e a discriminação e intolerância no tratamento das diferenças. Desta forma, este conflito tem reproduzido a desumanização, a histórica falta de aceitação das responsabilidades por parte dos grupos armados e tem facilitado a negação e ocultamento da realidade⁴². A somatória de todos estes fatores, determinaram lógicas perversas, nas que o conflito armado promoveu livremente a invisibilidade e o silenciamento das vítimas durante toda sua história.

Outro fator importante que está vinculado à invisibilidade das vítimas, é que o conflito armado interno colombiano mesmo possuindo um caráter sistemático e de longa duração, as suas modalidades e manifestações violentas não ocorreram de forma genérica e homogênea na extensão total do território nacional.

⁴¹ Centro Nacional de Memória Histórica é um estabelecimento público de ordem nacional, adscrito ao Departamento para a Prosperidade Social –DPS- e tem como objetivo reunir e recuperar todo o material documental, testemunhas orais e por qualquer outro meio relativo à violação do que trata o Artículo 147 da lei de Vítimas e Restituição de terras (Lei 1448 de 2011)

⁴² Centro Nacional De Memória Histórica - Grupo DE Memória Histórica-. Informe *¡BASTA YA! Colombia: Memorias de guerra y dignidad*. Imprenta Nacional, Bogotá, 2013.

O conflito armado se manifestou, tradicionalmente, com maior intensidade nas regiões rurais da Colômbia, nas regiões apartadas, distantes das centralidades do poder do Estado. Essa condição parece ter promovido o desenvolvimento de percepções e sentimentos dicotômicos, entre os moradores dessas regiões apartadas (os que viveram integralmente o conflito) e os residentes das regiões urbanas (os que, na sua maioria, acompanharam o conflito através dos meios massivos de comunicação⁴³).

Desta forma a violência, suas diversas modalidades, seus diversos atores armados, as suas lógicas específicas e suas vítimas, tiveram um reconhecimento segregado e precário no território nacional. Essa falta de conhecimento e consenso nacional, levou a um reconhecimento tardio da intensidade real do conflito e, claro, das suas vítimas letais e não letais.

Portanto, só em tempos recentes o país viu emergir suas vítimas na cena social nacional e no seu contexto político, institucional e normativo.

Durante décadas as vítimas do conflito armado interno colombiano foram ignoradas, obedecendo aos discursos legitimadores da guerra. As vítimas foram vagamente reconhecidas sob o rótulo genérico de “população civil” ou pior ainda, sob o descritor pejorativo de “danos colaterais”. Desde essa perspectiva, as vítimas foram consideradas como um efeito residual da guerra e não como o núcleo das regulações desta. SÁNCHEZ G. Informe ¡BASTA YA! Colombia: Memorias de guerra y dignidad. (Informe General Grupo de Memoria Histórica, Bogotá, 2013)

O reconhecimento tardio das vítimas, junto com outras lógicas de temor generalizado, imposição do silêncio e medo à denúncia por acusações e retaliação, levaram a um significativo número descompassado entre as cifras reais de vítimas do conflito armado e as “estatísticas” elaboradas pelo governo nacional e os diversos censos e pesquisas realizados sob pedido dele. Desta forma, existe um enorme distanciamento entre o realmente ocorrido e o até agora conhecido, registrado e publicado.

⁴³ Lembrado que os meios “massivos” de comunicação, realmente não têm sido “massivos” durante os últimos 60 anos (tempo do conflito na Colômbia). A popularização e o acesso plural aos meios de comunicação são um fenômeno que dá conta das últimas duas décadas.

O CNMH assinala que se bem por um lado essas “cifras” registradas representam um reflexo das limitações técnicas do governo no levantamento de dados, também são o reflexo das táticas de invisibilidade utilizadas pelos diversos autores armados. A implementação destas táticas foi facilitada, devido à presença ativa e simultânea de diversos grupos exercendo violência num mesmo território, facilitando o desnorтеio das responsabilidades dos perpetradores dos atos criminosos, dificultando o esclarecimento de crimes em todas suas modalidades e o reconhecimento das suas vítimas.

A percepção de livre prática da violência e crimes, num cenário no que todos bem podiam ser culpados, no qual também não faziam parte indagações nem punições legais, fortaleceu o atuar terrorista dos grupos armados.

O Centro Nacional de Memória Histórica da Colômbia tem classificado em 14 grandes grupos as modalidades da violência no país. Uma dessas 14 modalidades é o deslocamento forçado e constitui a modalidade que mais vítimas tem deixado o conflito armado interno colombiano em todos seus anos de história.

Esta modalidade de violência, que faz várias décadas, se registra em diversos contextos internacionais como inadmissível e condenatória, na Colômbia apenas no seu contexto mais recente aparece como um verdadeiro problema da nação como um todo.

Com tudo e apesar da Colômbia tem sofrido uma história complexa de grandes processos migratórios da população rural para a cidade, especialmente nos últimos 60 anos, só a partir de 1997 o Congresso colombiano adotou o protocolo II de Genebra e criou a lei 387 de 1997 *“pela qual se adotam medidas para a prevenção do deslocamento forçado, a atenção, proteção, consolidação e estabilização socioeconômica dos deslocados internos pela violência na República da Colômbia”*.

Essa condição de reconhecimento e registro tardio, faz impossível ter um balanço real e completo das vítimas do conflito armado interno colombiano na sua modalidade de deslocamento forçado, de fato em todas suas modalidades. O Registro Único de Vítimas da

Colômbia –RUV⁴⁴ - indica que para agosto de 2020 tinham-se registrado 8.553.416⁴⁵ de vítimas do conflito armado interno em todas suas modalidades.

Desse número total, o RUV indica que para a mesma data tinha-se um registro de 7.585.536 de pessoas vítimas deslocadas pela violência, o que equivale ao 88,69% do total das vítimas registradas, o que também representa um 16% do total da população colombiana. O CNMH também indica que os processos de deslocamentos forçados afetaram grande parte do território nacional, já que 1.116 municípios registraram expulsão de população residente como consequência do conflito armado, estes municípios representam 97% do total do território nacional⁴⁶.

Dentro dessas modalidades da violência, o deslocamento forçoso é uma modalidade de violência não letal, promovida principalmente pela desapropriação de bens materiais através de práticas violentas, empregadas majoritariamente pelos grupos paramilitares e em menor medida pelos grupos guerrilheiros.

O CNMH indica que os mecanismos violentos que os grupos armados ilegais têm implementado para se apoderar das terras camponesas vão desde extorsões, massacres, assassinatos seletivos, desaparecimentos forçados, ameaças até violência sexual. Todos com objetivo de forçar aos camponeses a abandonar as suas terras.

Da mesma forma o CNMH também informa que segundo dados oficiais acumulados, entre 1985 e 2012 cada hora foram deslocadas 26 pessoas, como consequência do conflito armado interno. Essas cifras atualizadas em 2013 indicam que a Colômbia é a nível mundial, o país com maior quantidade de deslocados internos por questões violentas⁴⁷.

⁴⁴ O Registro Único de Vítimas - RUV- é composto por uma plataforma virtual de cadastro de vítimas, criado a partir do artigo 154 da Lei de Vítimas 1448 de 2011 e pretende ser a base para garantir os mecanismos de atenção e reparação das vítimas.

⁴⁵ Essa cifra representa quase o dobro de vítimas calculadas pela desaparecida oficina de “*Ação Social*” da Presidência da República (4,5 milhões), então entidade encarregada de brindar as ajudas humanitárias para as vítimas do conflito armado interno. Com base nesse estimativo de vítimas foi formulada e promulgada em 2011 a lei de Vítimas.

⁴⁶ Centro Nacional de Memoria Histórica - Grupo de Memoria Histórica-. Informe ¡Basta Ya! Colombia: Memorias de Guerra y Dignidad. Imprenta Nacional, Bogotá, 2013.

⁴⁷ Os grandes conflitos internos no contexto mundial, têm gerado um grande número de deslocados pela violência, no entanto, a modalidade de migração mais frequente nesses casos é a migração internacional (outra categoria analítica não contemplada nesta pesquisa).

Dados – a ocupação em Moravia –

Apesar das exorbitantes cifras do conflito e sua contraditória indiferença durante tantos anos, a fragilização das vítimas não é determinada exclusivamente pela invisibilidade da sua condição nos contextos rurais, também é promovida por outros processos ainda não resolvidos pelo Estado. Focando na modalidade de deslocamento forçado, às condições de acusações, estigmatização e discriminação por um lado e de indiferença e silêncio social por outro, se somam a fenômenos de exclusão e segregação social, que evidenciam a precária e frágil unidade nacional e a falta de políticas públicas de atenção, assistência e integração humanitária, que finalmente têm se traduzido em formas de facilitar as lógicas do incremento das desigualdades e da pobreza nos contextos urbanos.

García (1999) indica que a população deslocada sai dos seus lugares de origem com *a sua dor sem rumo*, enfrentando gigantescos desafios, principalmente no relacionado à integração com os novos processos e dinâmicas urbanas. Assim, o processo de migração, de origem rural marginal também é traduzido num processo de recepção urbana marginal, no que as oportunidades de inserção se vêm altamente reduzidas.

No assentamento informal de Moravia, a cifras do processo de ocupação não têm tido especial controle. No entanto, existem alguns registros que permitem vislumbrar a magnitude da sua acelerada ocupação.

Registros oficiais da prefeitura da cidade de Medellín indicam que em 1983, quando se finaliza com o depósito de lixo nesta região, por ter se esgotado a área disponível para tais fins, Moravia contava com 14.600 habitantes, distribuídos em 3.072 grupos familiares, cujas moradias estavam constituídas em 70% por materiais de desperdícios ou em processos de transição. Estes registros também indicam que 90% do total das habitações eram constituídas por um só nível⁴⁸.

Entre 1983 e 2003 não se tem registro do número de pessoas que ocuparam e estabeleceram sua residência permanente em Moravia. Só duas décadas depois, em 2004, com a execução do Plano de melhoramento integral do Bairro Moravia, é realizado um censo geral, que indica que a população ali assentada era superior aos 42.000 habitantes e

⁴⁸ Plan Parcial de Mejoramiento Integral del Barrio Moravia, Documento Técnico, Tomo I, Departamento Administrativo de Planeación, Alcaldía de Medellín, 2006.

que as habitações se triplicaram em altura, passando a ter na sua maioria três ou mais níveis.

Nesse mesmo ano, a Personeira de Medellín (Órgão Público que trata dos assuntos e direitos da população) informou que o bairro Moravia registrou os maiores índices de recepção de população deslocada na cidade de Medellín. (Ver Figura 22 e Figura 23).

Mesmo que Moravia registre seus primeiros povoadores desde 1950 e para o ano de 1990 já contava com a maior densidade populacional da cidade, só no ano de 1993 foi categorizada como bairro da cidade de Medellín⁴⁹.



Figura 22- Consolidação processos de invasão “Morro de Moravia”.
Fonte: Jorge H. Melguizo, 2000.



Figura 23- Aproximação a tipologia edilícia do “Morro de Moravia”. Fonte: Barrio Moravia (Medellín), Proyectos culturales, 2010. <http://barriomoravia.blogspot.com.br/>

⁴⁹ Decreto Municipal Número 997 de setembro 13 de 1993. Se identifica com o código 0405.

CAPÍTULO 3

Colômbia: a violência como coluna vertebral das nossas relações

-Pai, eu posso lhe fazer uma pergunta?

-Pode filha.

-Porque é que o senhor está vivo?

-Como assim filha?

- É pai! Porque foi que morreram tantas pessoas? Porque foi que morreram tantos homens? Porque foi que morreram quase todos os pais das minhas amiguinhas do bairro, mas o senhor continua vivo?

Meu pai, talvez sem acreditar na ousadia da minha pergunta, balança a cabeça levemente, faz um gesto com sua respiração, deixa sair um sorriso tímido (um pouco triste, um pouco pesado), olha para mim e baixa a cabeça. Meu pai, com essa serenidade que dão os anos, ou talvez o desgaste próprio da vida, não demora muito para responder.

-“Filha, porque nunca opinei e nunca mexi ou me relacionei com quem opinou”.

Fiz essa pergunta para meu pai quando estava na faculdade, depois de muitos anos de silêncio imposto, silêncio que pelo visto representava de alguma forma segurança, mas também o limitado direito de indagar, atribuído aos menores. As crianças (como até hoje continua sendo) têm pouco direito de questionar e de opinar. As crianças que crescemos no marco do conflito armado colombiano, apoiadas em lógicas como estas e aliadas às condições de absoluta insegurança, crescemos sem entender muito bem o conflito e as suas dimensões, crescemos sem questionar, sem indagar e sem opinar em relação a ele.

Esta primeira conversa, só voltou a ter continuidade no desenvolvimento do meu doutorado, deixo a seguir o registro do seu relato, não porque ele ou nossa família tinha sido vítima “direita” do conflito ou pelo menos não, desse conflito acontecido de forma exacerbada no campo e sim porque seus relatos ajudam bastante na compreensão dos ciclos violentos em Urabá. No entanto essa violência pontual não ter-nos atravessado em Urabá, três tios meus foram assassinados na cidade de Medellín – dois paternos e um materno- entre finais da década dos 80 e começo da década dos 90, período que coincide com o pior período da violência urbana na Colômbia, mas dessas mortes, mesmo minhas inúmeras indagações ao longo da vida, com quase todos os membros da minha família por saber algo mais sobre o assunto, até hoje só sei que foram mortes violentas. Por muitos anos achei que nunca se me foi contado nenhum detalhe da morte deles, porque eu era criança e não “tinha porque saber nada disso”, mas aos poucos fui concluindo que talvez, nem eles mesmos tenham claras as condições das mortes dos meus tios.

Deixo o registro do relato do meu pai, em homenagem à sua sobrevivência e às riquíssimas memórias dele (que espero represente as de muitos outros), deixo seu relato também, porque acredito que nós, sem ter sido vítimas direitas, também somos vítimas um pouco e essa dimensão, também deve ser reconhecida no marco do conflito armado interno colombiano.

Meu pai nasceu em Sonsón⁵⁰, Estado de Antioquia, em 1958. Com um ano de vida, seus pais e o resto dos seus irmãos migraram para a cidade de Copacabana, um dos municípios que integra a área metropolitana do Valle de Aburrá, perseguindo oportunidades e alternativas laborais. Seu pai se tornou funcionário público do governo estadual. A sua mãe sempre foi dona de casa.

⁵⁰ Município localizado ao Sul do Estado.

Começando a idade adulta, meu pai passou a morar em Apartadó, no Urabá Antioqueño.

-Pai, o que você terminou fazendo em Urabá? –depois de ter trancado o curso de direito na Universidade de Antioquia, ingressei no curso de Saneamento Ambiental na Faculdade Nacional de Saúde Pública, querendo começar a minha vida laboral o mais rápido possível. Nesse curso, as três primeiras pessoas colocadas no vestibular ganhavam bolsa de estudos⁵¹ para o curso completo, mas existia uma contraprestação obrigada de serviços. Assim, quando os estudantes terminavam o curso tinham que passar a trabalhar com a Direção Seccional de Saúde, adscrita à governação de Antioquia, no lugar que eles determinarem dentro do Estado. Eu fui nomeado inicialmente para o município de Urrao⁵², mas meu colega de turma que era de lá, foi nomeado para Apartadó, aí ele propôs fazer a permuta e eu concordei. Assim foi como cheguei ao Urabá.

Meu pai, igual aos seus colegas tinham que apoiar os labores de estudos de viabilidade técnica, projeção, planejamento, execução e intervenção de obras para o melhoramento do saneamento ambiental e o saneamento básico rural, principalmente com obras de redes de aqueduto e esgoto, naqueles lugares onde a prestação destes serviços era inexistente ou muito precária. O cumprimento desses labores era conhecido como “comissões” e eram comumente exercidas no interior.

Nesses lugares, que geralmente estavam muito distantes das grandes centralidades locais, costumavam ser lugares muito isolados e desconexos, no interior do mato e geralmente povoados por pessoas muito pobres. Esses lugares, com essas características também costumavam ser territórios onde os grupos armados concentravam as suas estruturas operacionais e desde ali se despregavam. Pelo controle e domínio de muitos desses territórios, os diversos grupos armados travavam grandes disputas violentas.

Meu pai relata que em muitas dessas comissões ele teve que ver e até conviver com os diversos grupos armados na região de Urabá e com suas rotinas de treinamento militar. Ele indica, que esses encontros sempre foram dominados pela tensão e o medo.

⁵¹ Na Colômbia a educação pública superior não é gratuita, são cobradas taxas de matrículas semestralmente. O valor da matrícula é calculado através de uma análise econômica individual dos estudantes.

⁵² Urrao é um município da Colômbia, localizado na sub-região do oeste do departamento de Antioquia.

-Você ou alguém do seu grupo de trabalho sofreram ameaças, hostilidades ou ataques por parte de algum grupo armado? –Não, afortunadamente não. É que a gente tinha que saber manejar muito bem o que falava e o que fazia. Como eram trabalhos como comunidades rurais e a gente nunca sabia quem era quem dentro delas, era melhor sempre ser discretos. Também nunca sabíamos se naquelas comunidades tinham simpatia ou colaboração com algum grupo armado e qual seria esse grupo, então a gente simplesmente se limitava a manejar e conversar só dos aspectos técnicos dos projetos. Nunca tocávamos, nem comentávamos aspectos de tipo social e muito menos opinávamos de um ou outro grupo.

Eu mesmo sempre preferia falar de futebol ou de outro tipo de coisas para não tratar de temas delicados. Nunca fui ameaçado, mas tive sim que viver algumas experiências como enfrentamentos de grupos guerrilheiros e deslocamentos de tropas de grupos paramilitares e inclusive ficamos perto várias vezes de enfrentamentos entre esses grupos. Não que as balas raspassem pela gente, mas sim estávamos muito próximo deles, acompanhando esses barulhos de balas e explosivos por horas e escondidos, morrendo de medo. Inclusive o medo continuava muito tempo depois, porque quando o barulho acabava, o silêncio parecia pior. A gente não sabia se ficar escondido, nem por quanto tempo mais. A gente tinha medo de ficar, mas o medo de sair e encontrar essas pessoas ou o medo do que poderia ser visto depois dos combates, por vezes pareciam serem maiores.

Meu pai relata que em nenhuma dessas experiências, nem ele, nem seus colegas de trabalho resultaram feridos, mas que essa história, com outros funcionários do hospital foi bem diferente. Mesmo que na época, ser servidor da área da saúde representava uma espécie de respaldo e respeito social, inclusive no interior dos grupos armados, meu pai relata que vários funcionários do hospital sofreram ameaças e foram forçados a saírem de Urabá, inclusive vários outros foram feridos e assassinados. A ciência certa, nem meu pai, nem a maioria de pessoas no contexto do conflito, conhecem os verdadeiros motivos de tais atos violentos. Quase todos eles são atribuídos a especulações e suposições generalizadas. Essa, por exemplo, foi a resposta quando questionei a morte dos pais das minhas amiguinhas do bairro. Meu pai ainda comenta: - *Eu não vi matar muitos, mas eu fiquei sabendo de tantas, tantas pessoas que matavam, muitos deles conhecidos.*

Mas nós, como funcionários públicos, só nos limitávamos a fazer o nosso labor. Evitávamos opinar por medo do presente, mas também por medo de que em um futuro nos relacionaram com x ou y grupo. A nossa estratégia para conseguir nos movimentar em territórios em disputas era sempre ficar à margem dos assuntos que involucrassem o conflito, qualquer um que esse fosse. Porque sabíamos que uma semana devíamos estar em um território dominado pelas guerrilhas e na outra semana devíamos estar em territórios dominados pelos grupos paramilitares [...] sabíamos que todos os grupos faziam inteligência e qualquer acusação, mesmo sendo errada, bem podia terminar em morte.

Em Urabá muitos camponeses terminaram “envolvidos” e assinalados sem querer e até sem saber. Por exemplo, se passava uma tropa guerrilheira e pedia água ou comida numa casa, na metade do nada, como eram todas as casas naquela época, as pessoas dessa casa tinham que dar água e as galinhas que tinham e inclusive preparar comida para eles, porque como é que alguém nega um favor à outra pessoa que pede com uma arma na mão? Aí se os grupos de oposição ficavam sabendo “dessa ajuda” já assinalavam a essas pessoas como colaboradores e aí vinham todas essas consequências. Por essas e outras a gente não podia manifestar ou demonstrar certo lado favorável com um grupo ou outro, mesmo que a gente o tivesse.

- Questionei. -Pai, e o senhor tinha certo lado favorável em relação a um grupo armado insurgente naquele então?

Meu pai, talvez sem perceber, olhou para todos os lados antes de responder, no que eu entendi como uma verificação do espaço livre e em segurança para responder. Naquele momento senti uma profunda tristeza, porque entendi que mesmo depois de tantos anos tem-se passado, mesmo a entrevista estar acontecendo em Caldas, na Área metropolitana do Valle de Aburrá, ou seja, a quilômetros de Urabá, e mesmo estando no quarto da minha irmãzinha, no primeiro andar, cheio de cores pastel e tendo como únicas testemunhais das nossas conversas as bonecas dela, ele tomava precauções ao falar. Talvez por um temor que se tornou perpétuo. O medo à fala e as suas consequências, permanecem, inclusive em formas não tão conscientes, no meu pai e tenho certeza de que em muitos outros como ele também.

Mesmo meu pai se animando a responder, ainda divagou muito na sua resposta.

-Eu sempre fui do povo e estudei em universidade pública. Já cheguei a Urabá com uma ideia elaborada. Mas com as idas e vindas por tantos lugares precários em Urabá, onde ficávamos às vezes uma ou duas semanas, em lugares com ausência de todos os serviços públicos, a falta de uma moradia digna, a falta de água, vendo a fome das pessoas, com todo isso eu tinha muito claro que as condições de vida das pessoas que moravam no Urabá Antioqueño e no Urabá Chocoano eram muito ruins. Por isso eu queria poder ter feito alguma coisa para mudar a situação dessas comunidades. E efetivamente eu fiz, o nosso grupo de trabalho fez muito com o aporte técnico desde o ponto de vista social, colaborando com a solução aos problemas de saneamento básico, como o abastecimento de água e a disposição final de resíduos líquidos, entre outros.

Sim, obviamente, eu tinha certas inclinações, mas para cuidar a própria vida e a família, era necessário abster-se de divulgá-las, porque senão terminava morto e eu não queria morrer.

Mesmo com essas declarações, o meu pai continua sem assinar as suas inclinações por um grupo determinado.

-Questionei de novo. -Pai, mas aqui, só entre nós, e essas inclinações eram porque grupo?

Ele começa de novo seu discurso: *- Eu penso que as guerrilhas desejavam cumprir umas reivindicações de tipo social [...] e eu me via como um lutador de tipo social técnico, que queria que melhorassem as condições sociais e econômicas das comunidades, em especial das comunidades rurais. Depois de passar por tantos lugares em Urabá, vendo tantas carências e tanto abandono eu sentia sim que alguma coisa tinha que mudar para que as condições das pessoas melhorassem. Por isso eu sentia uma espécie de identificação com as promessas das FARC, eu sentia que eles eram mais organizados que as guerrilhas do EPL e do ELN.*

Meu pai relata aqui o que muitas pessoas viveram e sentiram em relação às promessas de mudança social e equidade que estruturaram os discursos das guerrilhas das FARC durante tantos anos. A fé nessas promessas de mudanças com uma luta armada contra “a tirania” do Estado colombiano, lhe valeram muitos adeptos, seguidores e simpatizantes a esse grupo guerrilheiro. Também como estas guerrilhas tinham as suas

origens em movimentos camponeses, a identificação com eles nas zonas rurais foi muito maior.

Continuando com a entrevista, perguntei ao meu pai com quantos anos tinha chegado a Urabá e porque tinha ficado lá?

-Cheguei a Urabá com 23 anos e fiquei porque gostei muito da região. Questionei de novo: - Gostou de quê? Gostou por quê?

Apaixonei-me pelo clima, mas tenho um carinho especial porque lá nasceram meus dois filhos mais velhos. Eu tive oportunidades de transferência, mas eu nunca quis mudar, eu já gostava muito de morar lá. – Questionei mais uma vez: - Pai, mas Urabá era tão violenta, as piores coisas que aconteciam no país, aconteciam lá. Porque não sair de lá? Porque não fugir daquele lugar? Você não tinha medo pela sua segurança, pela segurança dos seus filhos? Você nunca pensou em sair de Urabá motivado por toda essa violência que acontecia lá?

Meu pai, sem encontrar muitas explicações, só respondeu que talvez isso possa ser chamado como “masoquismo”. Ele insiste em explicar que quando chegou, o domínio territorial era só de um grupo e nesse grupo e nas suas promessas de mudança social ele acreditava. Ele afirma que quando um território era dominado por um grupo específico e não existiam disputas pelo território, esse grupo armado era quem mandava e quem estabelecia as condições de convivência, ou seja, os que estabeleciam uma espécie de ordem social. Meu pai indica que quando os grupos paramilitares chegaram para disputar o território, as condições sociais e de segurança tomaram outro rumo, mas ele insiste em que ficou porque já tinha estabelecida a sua vida e a sua família lá e depois aquelas possibilidades de traslado nunca mais apareceram.

-Todas as pessoas aprendem a querer as coisas, sobre todas as coisas que a gente mesmo vai construindo. Em Urabá eu tinha o que era verdadeiramente meu na vida; minha família, minha casa, meu emprego estável, umas relações sociais sólidas e uma vida inteira que eu gostava. Eu não queria abandonar isso tudo.

Mesmo que a violência e a morte, durante um tempo, foram rotineiras na sua vida, principalmente no desenvolvimento das suas funções como técnico da área do saneamento ambiental. O meu pai confiava plenamente na sua estratégia de silêncio como melhor

forma de segurança. Essa estratégia, certamente gerou frutos. Além disso, nas palavras dele. *“Nós éramos sempre muito bem-vindos nesses lugares e comunidades distantes, porque sempre chegávamos para prestar um serviço e aquele serviço era muito apreciado por todos”*. Isso pareceu ser vital para o seu respaldo e sobrevivência.

De fato, em quase todas as construções das obras que eles dirigiam, contavam com o apoio físico de mão de obra não qualificada dos habitantes locais. Muitas dessas ajudas foram coordenadas pelos grupos armados dominantes.

Meu pai em diversos momentos da entrevista assinala que *“era tudo melhor quando só um grupo dominava”*. Levantei questionamentos em torno disso. Perguntei por que fazia tanta referência ao estado ideal quando *“só um grupo dominava”*, perguntei por que nunca fez referência ao estado ideal de ordem e segurança em Urabá, dominado pelas forças do Estado. A resposta foi simples: *- O Estado e as suas forças não tinham como dominar. Nunca nem tiveram presença. As formas de organização e intervenção social em Urabá foram conhecidas em grande medida pelos grupos guerrilheiros. Eram eles os que interporiam a ordem social, inclusive intervendo e mediando em conflitos corriqueiros da vida em sociedade, como desentendimentos entre vizinhos ou casais. Em muitos casos eles também eram os que faziam obras de melhoramento da qualidade de vida das pessoas, eram eles os que faziam o que o Estado nunca fez e por isso eu acho que o povo os reconhecia como autoridade. Quando eu cheguei a Urabá, a ausência estatal era completa, não somente em matéria de serviços públicos e sim em escolas, estradas, atendimento da saúde. E essa ausência foi o caldo de cultivo para que todos esses grupos guerrilheiros entrassem a vender a ideia de uma mudança social, para tentar provocar um protesto social estimulado pelo seu projeto político.*

Filha, para que você tenha uma ideia de como as FARC eram a lei em Urabá, vou te contar que todo tipo de problemas que existiam, sociais, familiares e até pessoais eram tratados, mediados e resolvidos a partir deles. Em Apartadó eles tinham uma espécie de “junta de solução de conflitos” bem adentro, lá no monte, em San José de Apartadó. A estrada era péssima e ficava muito longo, e mesmo assim as pessoas recebiam notificações para se apresentarem e todos tinham que ir. Lá não existia polícia. Quer dizer, existia muito pouca e fraca e ninguém respeitava como autoridade, então a autoridade eram as FARC mesmo.

Quando eu cheguei a Urabá, no ano de 1982, o hospital se estava transformando era em um hospital de guerra, por ser o único hospital de segundo nível⁵³ em toda a região. Ele era o que atendia todas as piores coisas que aconteciam em todos os 11 municípios da região, quando explodiram os enfrentamentos entre guerrilha, paramilitares e exército. Naquele então, muitas vezes lá tinham que fazer suturas ou atendimentos iluminados por vela ou lanternas, porque não tinha fornecimento constante de energia e a planta de suprimento de energia para casos de emergência, não tinha manutenção e permanecia quebrada [...] o meu escritório ficava dentro do hospital, na frente de emergências e afastado 20 metros do necrotério.

O necrotério era uma espécie de escritório isolado que não tinha conexão com emergência, nem com qualquer outra área do hospital. Também não existia naquela época um caminho isolado, privado e discreto para transportar os cadáveres das diferentes dependências do hospital até lá. Assim, os cadáveres eram transportados por um auxiliar até lá, sobre uma maca, com um lençol por cima. Em Apartadó o clima é muito quente e úmido, portanto era preciso transportar os corpos para o necrotério, assim que o óbito fosse declarado. Como não existia um horário específico para transportar os corpos, qualquer um que estivesse por perto poderia ver os corpos sendo levados de um lado para outro. Como aconteceu comigo várias vezes quando era criança, enquanto aguardava no escritório do meu pai por ele ou pela minha mãe, até que suas jornadas laborais acabassem e pudéssemos voltar juntos para casa.

Se para mim essas imagens conseguem ser chocantes até hoje, não consigo imaginar o que representam para meu pai, que todos os dias tinha que ver cadáveres sendo transportados pela frente do seu lugar de trabalho.

Urabá, que parece concentrar todas as formas de violência que o conflito interno já experimentou, concentrou também grande número de combates e enfrentamentos entre os diversos grupos armados e o exército. Além disso, também concentrou as maiores e mais

⁵³ Em Colômbia existem quatro níveis de atendimento e responsabilidades na área da saúde. O primeiro nível é composto pelos postos de saúde, clínicas e hospitais com atenção primária ou básica, cuja característica principal é o atendimento ambulatorio. Sem contar o hospital de Apartadó, todos os outros lugares de atendimento em saúde em todo Urabá eram de primeiro nível. O atendimento de segundo nível geralmente implica atendimento de urgência, cirurgia e hospitalização. Já o terceiro e quarto nível são centros de alta especialidade, cujas especialidades, equipamentos e tecnologia não se encontram nos centros de segundo nível. Nesses centros é promovida também a docência e a pesquisa.

sanguentos massacres do país⁵⁴. Todas essas vítimas, feridos e mortos, sempre chegavam, de forma exclusiva, ao hospital de Apartadó.

Quando aconteciam esses massacres, chegavam os caminhões cheios de mortos com as mãos atadas pelas costas e com os mal chamados “tiros de misericórdia”⁵⁵, por quê? Não sei, o quê de misericordioso pode haver nisso? Chegavam como 40 mortos de uma vez só, sem ter onde colocar eles, não restava mais do que jogar eles no chão, ao lado da porta do necrotério. Isso tudo era muito complicado. Quando estava trabalhando no campo a violência estava perto da gente, porque estávamos perto desses grupos, mas quando estava fazendo trabalho de escritório, a violência também chegava, mas de outra forma, porque os feridos e os mortos chegavam ao hospital [...] quando os mortos dos massacres chegavam, o chefe mandava a gente ir embora, porque não éramos capazes de continuar trabalhando com essa situação.

Meu pai faz aqui referência a duas condições específicas que caracterizavam a todos os municípios da região de Urabá naquele então. Urabá, por ser uma região periférica no contexto estadual e por ter municípios relativamente novos, a sua infraestrutura e o abastecimento de serviços básicos não estavam consolidados, nem eram de boa qualidade. Além disso, os grupos guerrilheiros costumavam explodir pontes e torres de energia. Para gerar terror no interior das comunidades. Explodindo as torres, o abastecimento de energia era cortado (e se presumia que dessa forma, as incursões noturnas seriam mais fáceis para eles). Com a explosão das pontes, o ingresso de técnicos para reconstruir as torres danificadas ou para sua reposição era muito mais dispendioso e demorado, porque para poder concertar as torres de energia, primeiro deviam fazer novas pontes. Mesmo sendo criança, tenho lembranças de muitas vezes que ficamos sem energia por semanas e inclusive por meses e claro, até hoje as marcas de quase todas essas pontes explodidas, continuam vivas. As

⁵⁴ Suarez (2007) indica que em Urabá os massacres se manifestaram por cima de um acionar mais do conflito, uma forma de ação social e política com importantes repercussões sobre as dinâmicas e o desenvolvimento da guerra. Os massacres tinham como signo distintivo a prática de violência extrema radical, na derrogação de proscricções sociais e morais com a exploração violenta do estado de indefesa das vítimas, através do seu número coletivo. Nestes, a prorrogação do sofrimento e a profanação material e simbólica dos corpos das vítimas, antes, durante e depois da consumação do ato, apareceram como a generalização das modalidades da violência extrema em Urabá, com a interposição e centralidade da população civil e não diretamente entre os aparatos armados.

⁵⁵ Em espanhol “*Tiro de Gracia*”, em inglês “*Mercy Shot*”, em francês: “*Coup de Grâce*” é uma ação feita, geralmente mediante tiro de arma de fogo, com o propósito de acabar com o sofrimento e agonia de um animal ou pessoa ferido com gravidade. Mas em contextos de conflito armado, como no caso colombiano, o golpe de misericórdia referir-se à execução de combatentes e civis geralmente acometidos quando a vítima está em estado de indefesa. Esse tiro, que também costuma ser único, é proferido na região torácica, próxima ao coração ou na região da cabeça, a fim de garantir uma morte rápida.

construções novas, geralmente de materiais mais levianos, eram sobrepostas sobre os vestígios daquelas pontes explodidas, que geralmente eram em concreto.

Meu pai tinha nove irmãos, mas hoje dois estão mortos. Foram assassinados quando eu era criança. Da morte deles nunca se nos foi permitido falar, nunca quando éramos crianças e nunca até hoje, mesmo com tanto tempo que se tem passado e a gente já ter crescido. Na entrevista perguntei pela morte dos meus tios.

Pai, porque o senhor conseguiu sobreviver a uma condição de conflito tão aguda, mas os meus tios, que moravam na cidade, longe do cerne dessa violência, morreram de forma violenta?

Meu pai, dando muitas voltas no assunto, e sem conseguir falar a palavra morte ou assassinato quando fala dos irmãos, conclui dizendo que “aconteceu isso” por problemas pessoais. No caso do irmão mais velho se tratou de um problema de “saídas” como são popularmente chamados os problemas ou desentendimento que homens têm envolvendo uma mulher. Ele foi esfaqueado e não resistiu aos ferimentos. Da morte do outro irmão já não quis dar detalhes. Ele morreu por arma de fogo.

- “Na verdade, na verdade, eu não gosto de falar disso”.

Provavelmente essa seja a última vez que meu pai e eu falemos desse assunto. Gera tanta dor nele, que eu não conseguiria por nenhum motivo, tentar saber mais.

Esse sentimento do meu pai foi comum em várias pessoas que entrevistei e em várias pessoas com quem conversei. Muitas pessoas deixaram de conversar comigo das suas tragédias pessoais pela profunda dor que os embargava ao falar delas, mas muitos outros também pararam de falar ou se abstiveram de conversar porque tentam deixar esse passado atrás. Em uns e outros, em diferentes medidas, o luto lhes faz sombra. Os acompanha pela vida, em silêncio, mas sempre presente. O duelo da perda de um ser querido de forma repentina e violenta é elaborado e vivido por cada um como der e puder. Na Colômbia a saúde mental vinculado à violência, nunca foi prioridade dentro de programas de políticas públicas ou investimento social. Em muitos casos nem tempo, nem emoções sobraram para elaborar o duelo, a preservação (geralmente às presas) da vida dos que ficavam, se tornava prioridade.

Na entrevista, o meu pai insistiu em atribuir à morte dos irmãos à delinquência comum. Ele relata que a morte deles nada tinha a ver com o conflito colombiano. Porém eu, que não quis questionar, pela evidente dor que falar deles representa para meu pai, continuo achando que na Colômbia, o conflito está muito além da violência gerada pelos grupos guerrilheiros, paramilitares e o exército. Na Colômbia a violência é pandêmica. Presente em todas as esferas da sociedade, de forma pontual, na hora de resolver conflitos e diferenças.

Acredito que essas formas de resolução de conflitos e desentendimentos que se popularizaram no interior do país, implicando o uso da força, a violência e a aniquilação do opositor, se espalharam pelo país inteiro sem controle. Na Colômbia, fazer a lei a critério próprio é uma prática que leva décadas em vigência. E foi amparada e disseminada justamente pelo fato de ter tantos e tantos casos de violência exacerbada, praticada sem ter responsáveis acusados, nem punidos pela figura judicial do Estado.

Na Colômbia a violência, todas as suas formas e efeitos, foram naturalizados pelos seus habitantes. Porém, além dessa naturalização pelo convívio próximo e frequente está o fato dessa violência ter permeado a sociedade civil, induzindo formas radicais de novas sociabilidades. Na Colômbia, todos nós levamos grande parte das nossas vidas submersos nessa realidade, alguns levam a vida toda, carregamos inúmeras experiências em espaços de conflito. A exposição direta e contínua (física, por proximidade, discurso ou audiovisual) a situações de violência que abundaram na Colômbia, levaram a que a violência se viesse e vivesse como um assunto rotineiro, porque quando se convive durante tantos anos com uma realidade, seja ela a que for, parece inevitável torná-la comum, cotidiana, natural, ou como meu pai fala...

Da vivência diária faziam parte essas coisas tão anormais e aberrantes, e como elas eram cotidianas, a gente terminava vendo-as como normais. A morte, a tortura, os massacres, toda essa violência já não gerava mais assombro. A gente sabia que isso chegava todo dia. Naquela época, com vinte e poucos anos eu dizia que com 40 anos que Deus me desse de vida, com isso eu ficava satisfeito.

Hoje meu pai superou essa expectativa de vida e seu amor pela pátria e pelo Urabá permanece intacto. Ele continua esperando o dia em que Colômbia se torne um país sem conflito.

CAPÍTULO 4

O conflicto armado interno colombiano e Moravia

Hay muchas cosas que quisiera hacer antes de morir, cosas buenas y cosas malas también, hasta ahora he hecho pocas cosas que no son ni buenas ni malas, sino estúpidas.

Que no alcanzan para llenar el vacío de una existencia reprimida.

Me preguntó: ¿Qué cosas buenas o malas se pueden hacer sin que se haga evidente la colosal decepción de una generación trágicamente envilecida y de un estilo de vida que ha dado luz a una triste verdad? Tal vez le apueste a dos cosas y que al final no resulten ni buenas ni malas, sino estúpidas. Seguir jugando a lo perdido o esperar sedentariamente la inmensa e infinita muerte que siempre viene, que siempre llega.

Cosas

Tirso Vélez (Agua Clara, Norte de Santander)

Seu Hernán

Seu Hernán foi das últimas pessoas que me foram apresentadas no bairro, ele é de poucos amigos, poucas palavras e poucos sorrisos. Decido começar com o seu depoimento em nossas entrevistas, porque além de ser uma das pessoas com maior permanência no bairro (condição que já por si representa uma riqueza incalculável em relação às memórias da transformação do bairro) é também uma pessoa que de muitas formas pode representar as relações do conflito com os imaginários de necessidade de controle, administração e proteção social, que no caso colombiano têm promovido o surgimento de muitos grupos armados, com ampla participação ao longo do território nacional.

Porém não entender bem como o relato da sua vida poderia servir para fins acadêmicos, seu Hernán, no fim das contas e depois de muita resistência, decidiu falar comigo dele, das suas histórias e das suas dores. A ideia era que ele me falasse da sua vida e que me contasse como foi sua chegada e sua permanência no bairro. Eu já sabia, pela ampla fama que ele tem no bairro, do seu caráter temerário durante o tempo que foi líder social e simpatizante com os grupos armados de esquerda (não obstante, ele nunca, em todas nossas conversas, tenha reconhecido vínculos com esses grupos). Mesmo assim durante nossas entrevistas e conversas informais, sempre que falávamos dos grupos armados ilegais de esquerda ele aportava alguma coisa, algum comentário ampliava o contexto, mas o contrário acontecia quando falávamos dos grupos armados ilegais de direita, onde suas respostas [quando dadas] sempre foram curtas, simples e em quase todas às vezes, apresentadas em negação explícita, inclusive com gestos corporais.

Muitas das pessoas que me falaram do passado firme, corajoso e um tanto legendário do seu Hernán, também me relataram a profunda redução da condição humana que ele tem nos tempos recentes, após a perda violenta dos filhos e as diversas batalhas de saúde, das quais, no entanto ele e a esposa sempre têm sobrevivido, parece que em cada uma delas têm perdido vida aos poucos. O seu Hernán, mesmo sem gostar de falar muito, responde quase todas as minhas perguntas, todos os assuntos são cabíveis de conversação, até que o assunto involucra os filhos dele. Quando o assunto é esse, o silêncio impera e quando ele é superado, toda vez que o senhor Hernán começa a falar dos filhos, a sua voz se quebra.

Seu Hernán como figura que representa a migração “voluntária”⁵⁶ dentro do contexto da globalização e a industrialização

A família do seu Hernán é oriunda do município de Sonsón (localizado ao Sul do Estado de Antioquia). Quando ele tinha 10 anos, a família inteira saiu de lá para a cidade de Medellín na procura de melhores oportunidades.

Chegou ao bairro Moravia faz 38 anos⁵⁷, em 1980, e comprou o lote onde sempre morou. Pagou pelo lote 11.000 pesos colombianos, que hoje em dia representariam ao redor de 1.608.200,00 pesos colombianos, mais o menos 2.045,00 reais.

Em Moravia ele não invadiu como a maioria de pessoas que ocuparam a região, decidiu se mudar para o bairro, mesmo sabendo que era o lugar destinado ao depósito de lixos da cidade fazia alguns anos. Optou, dentro dos estandartes possíveis, estabelecer a sua residência no marco mais próximo à legalidade, pagando pelo terreno e tendo em troca um documento de compra e venda.

Antes disso ter acontecido, o seu Hernán passou por uma longa situação de idas e vindas, na procura do teto estável. Sem conhecer ninguém na cidade, proveniente de um lugar menor, onde primavam as pequenas atividades econômicas e eram mais relevantes as atividades agrícolas, as oportunidades para a família do seu Hernán, não eram particularmente abundantes. Ele relata que além de todas as diversas moradias e mudanças que teve com seus pais e irmãos quando era jovem, na idade adulta quando ele decidiu formar seu próprio lar, todas essas situações se viram novamente replicadas.

Ele passou de morar na casa de sua mãe, junto com esposa, em um bairro formal, porém numa casa muito pequena, para morar mediante modalidade de invasão em um bairro periférico da cidade, porque não tinha dinheiro para comprar casa, nem lote, nem com que pagar um aluguel. De lá também saíram e se estabeleceram definitivamente em Moravia.

Seu Hernán, a migração da sua família e as suas trajetórias de luta pelo lugar, representa a luta de muitas outras pessoas na procura da mesma estabilidade. No seu caso,

⁵⁶ A palavra voluntária aparece no título entre aspas, porque mesmo que não é uma migração forçosa promovida por razões violentas e de preservação da vida, as migrações que se dão pela falta de oportunidades para o desenvolvimento local, no fim das contas, não são cem por cento voluntárias.

⁵⁷ Até quando foi feita a entrevista em 2018.

a migração na procura de melhores oportunidades, não é promovida por fatores externos violentos, porém a dificuldade para se inserir e transitar nas oportunidades que a cidade oferece, terminam incidindo na precarização das condições de vida, pelos esforços eternos e as conquistas escassas.

Este fenômeno de migração voluntária ou pelo menos não promovido por causas violentas é um fenômeno de ocorrência mundial, que nos países chamados de terceiro mundo aconteceu com maior força a partir de mediados do século XX.

Em termos gerais, as sociedades contemporâneas como um todo, vêm sofrendo processos vertiginosos de desarticulação, um dos mais notórios é o da migração em crescentes volumes, jamais experimentados pelos sistemas sociais passados, rompendo e fazendo mais complexos os universos locais. Estes fatos, claro, estão associados à condição individual do ser humano, mas esse dinamismo crescente do fenômeno aparece com a entrada da modernidade. BLANCO, Darío. (2014) (La migración interna contemporánea en Antioquia desde la perspectiva de la teoría de sistemas". En: Revista Virajes, Vol. 16, No. 2. Manizales: Universidad de Caldas).

No caso colombiano, os movimentos migratórios da população foram pouco representativos até finais da primeira metade do século XX. A partir do começo da segunda metade do século XX esta condição se viu radicalmente alterada por dois fatores, primordialmente. Um, que está vinculado à promoção da migração voluntária, dada pelos acelerados processos de industrialização, modernização e ao auge generalizado que envolvia a questão da urbe como um todo e outro que está diretamente vinculado à migração forçada, que é o caso da violência.

No caso da migração voluntária o desenvolvimento das vias de comunicação e as primeiras indústrias atraíram os primeiros deslocados internos, que eram trabalhadores rurais, de tal forma que as cidades começaram a crescer, posteriormente os processos de industrialização, promoveram um modelo de desenvolvimento tendo como marco exclusivo as regiões urbanas, que conseqüentemente parecem ter provocado um decréscimo nas regiões rurais e seu progressivo descuido e abandono. Uma das principais implicações desta condição é que progressivamente a vida no campo se dificultou para estas pessoas. Somado a isto, encontrassem as amplas aberturas comerciais e os diferentes tratados de livre comércio que aconteceram no país, que têm afetado

diretamente a produção agrícola e sua rentabilidade, no caso específico do pequeno agricultor.

Já no caso da migração forçada pela violência de meados de século XX (o primeiro grande período migratório que a Colômbia sofreu) tem dentre seus registros os seguintes dados.

No período da violência de mediados de século se registraram em torno de 300.000 mortos e se calculam em 2 milhões o número de deslocados internos, em meio de processos de uma reestruturação profunda da posse da terra. Uma cifra muito alta, que em seu momento correspondia o 10% do total da população colombiana. Mas a história deste deslocamento forçado, não tem sido sequer se escrita, mesmo se conhecendo os seus traços mais protuberantes e as implicações nas rupturas sociais, políticas e culturais que têm gerado (...) pouco tem importado os interrogantes profundos que são planteados sobre seu sentido histórico e sobre o futuro da nação colombiana e a tendência à fragmentação social que este tem provocado. (“Esta Guerra no es Nuestra”: Niños y desplazamiento forzado en Colombia, Codhes – Unicef, Bogotá, 2000 p.9).

No entanto, o que se advertiria nas décadas seguintes, lá para 1970, era que o resultado desses dois processos migratórios, consolidaria um processo no qual a “a urbanização vinha crescendo paralelamente com a delinquência, o abandono da infância, a ruptura das relações familiares e a concentração da miséria ao lado da concentração da riqueza”⁵⁸. Os verdadeiros efeitos letais desta realidade e sua transformação social seriam manifestados com toda sua crueldade nas décadas seguintes. Estes processos de procura nas expectativas de melhorar as condições de vida ou por encontrar estabilidade, se viram superados por um novo período de violência, a partir da consolidação de um novo grupo armado (os grupos paramilitares).

É assim como velhas formas de violência foram recicladas e muitas outras foram geradas, provocando ondas de violência, que desencadearam a expulsão de camponeses dos seus pequenos terrenos ou dos seus pequenos núcleos municipais em direção à cidade. A profunda hostilidade com que estas formas de violência se deram, conjugaram uma crise econômica generalizada no país, que fez com que as zonas marginais das grandes cidades se expandiram, muito além dos seus limites.

⁵⁸ Carlos Castillo (ed.), *Vida Urbana y Urbanismo*, Instituto Colombiano de Cultura, Bogotá, 1977, p.9.

As dinâmicas migratórias do Estado de Antioquia têm tido, de forma histórica, baixas taxas de emigração para fora dos limites do Estado, porém os índices de deslocamento interno são muito altos. As grandes diferenças econômicas entre suas regiões têm feito com que sejam constantes as intensas migrações internas.

O Estado sempre acompanhou os impulsos do desenvolvimento focado nos centros urbanos, dessa forma, começou o estímulo das migrações populacionais para os lugares mais densamente povoados, com maior urbanização e com muitas mais atividades econômicas. Em todo o Estado, o lugar que concentra todas essas condições é Área Metropolitana do Valle de Aburrá, que integra a capital do Estado.

Antioquia possui um forte desequilíbrio, tanto na distribuição da população, quanto no acesso a serviços e infraestruturas. O boletim Temático Social, do Governo de Antioquia, elaborado em 2005, indica que as zonas com menores índices de pobreza e miséria dentro do Estado, se encontram na Área Metropolitana do Valle de Aburrá e que as zonas que maior pobreza e miséria concentram estão em Bajo Cauca, seguido de Urabá e Magdalena Medio. Este desequilíbrio se vê representado na inequidade na qualidade de vida dos seus habitantes.

Por um lado, a Área Metropolitana, além de ter muita alta cobertura dos serviços básicos (condição que se diminui gradativamente, na medida em que os povoados se distanciam geograficamente dela), a Área Metropolitana também concentra as oportunidades e os benefícios sociais. Adicionalmente, os assentamentos intermediários e de menor porte não se complementam entre si, nem se articulam eficientemente entre eles, nem com outras regiões próximas, nem com outros Estados, portanto algumas dessas cidades que em algum momento tiveram alguma importância regional, vêm perdendo esse potencial (Blanco, 2014).

Estas condições, junto com o recrudescimento do conflito armado interno colombiano a partir da década de 80 e que teve especial representatividade no Estado de Antioquia, têm feito com que importante parte da sua população tenha saído (e continue saindo) massivamente das suas regiões de origem em direção à cidade. De fato, esta nova condição de conflito tem feito com que o Estado de Antioquia tenha as taxas de deslocamento populacional mais elevadas do país.

Sintetizando, a progressão do conflito armado tem sido capaz de suplantar as migrações internas voluntárias que predominaram até a década de 80, nas que se procurava melhorar as condições de vida. No entanto, o recrudescimento do conflito a partir da década de 80, superou também as migrações forçadas do período conhecido como “ A violência” que aconteceu entre os anos cinquenta e setenta do século XX. O que as últimas décadas da história colombiana registram, constitui o êxodo de um país que foge dos exércitos em conflito, isso e o registro de toda a desarticulação e desestruturação social que isso implica⁵⁹.

As lutas agrárias e sindicais na Colômbia, fecharam as portas para os espaços políticos e democratizados e abriram caminhos para a prevalência das armas. Colômbia consegue registrar ao longo da sua história, inúmeros autoproclamados “heróis e guerreiros das nobres causas”, que terminaram na sua maioria fazendo uso da força, das armas, das ameaças e da intimidação, para validar seus discursos como únicos e necessários em uma sociedade marginalizada frente ao Estado.

Na consolidação dos seus objetivos, todos os diferentes grupos armados, muitas vezes ocuparam territórios e obrigaram à população camponesa, rural e semiurbana a fugir, mas desta vez fugir não era mais como na década de 50 do século XX, quando era ainda possível procurar novos lugares para refundar o patrimônio, a casa e os cultivos. Nas últimas décadas, fugir representa uma iminente necessidade de se resolver sobre si mesmo, é de forma pontual não ter lugar de destino, certezas sobre o futuro, nem esperança do retorno. Fugir é quase morrer com o espaço, com os referentes culturais, com os sonos e na tentativa de sobreviver. Fugir é não chegar a nenhum destino [...] O problema da Colômbia hoje é que não tem nenhum lugar para os deslocados da guerra. Quem decide ficar, opta por uma agonia mais prolongada, os que não fogem ingressam automaticamente ao mundo das manhas dos contendentes. Ficam presos em um dos infernos em que se debate a Colômbia; como quando outro ator armado demonizado, ingressa a estes territórios e efetua uma limpeza “política” ou “social”, mediante a eliminação sistemática dos seus povoadores. (Emigración y éxodo en la historia de Colombia, Amérique Latine Histoire et Mémoire de l'Université Paris-VIII, Hermes Tovar Pinzón, June 25, 2018).

⁵⁹ Codhes –Unicef, Un país que huye. Desplazamiento y violencia en una nación fragmentada, Bogotá, 1999.

Mesmo que seu Hernán e sua família não migraram por causas violentas, esta é sim a realidade de muitas, muitíssimas outras pessoas dentro do Estado e claro, dentro de Moravia. Veremos mais adiante que, apesar da violência no cenário rural não tenha provocado estímulos iniciais neles, a posterior disseminação dessa violência nos espaços urbanos, atravessou as suas vidas, deixando rastros eternos de abandono, solidão e morte.

O senhor Hernán que não gosta de entrar em detalhes, continua me contando um pouco mais dele.

(...) saímos da casa da minha mãe, compramos um rolo de tecido de feltro e fomos lá para o morro, para fazer nossa moradia. Lá não podíamos amartelar, tudo tinha que ser amarrado, porque cravar na madeira fazia barulho e esse barulho poderia chamar a atenção da polícia, então amarrávamos tudo para que a polícia não nos escutasse. Foi assim como começamos a invasão, fazendo por nós, mas também ajudando aos outros, porque sempre ajudamos a outros que chegaram nas mesmas condições que as nossas.

Aqui o senhor Hernán nos deixa ver como a migração, entendida como um sistema, funciona por meio de estruturas de redes, que pelas incertezas, devem ser criadas e atualizadas de maneira constante. Ou seja, a migração vai muito mais além do simples ato de deslocamento de indivíduos para outro lugar, envolvendo, um complexo sistema que também inclui extensos e bem estruturados conjuntos sociais.

Giménez (2001) assinala que a migração está intimamente vinculada ao conceito de cultura e território, dos quais derivam outros como o apego, a estima, o pertencimento e a valorização. O sistema migratório se configura contendo a integração cultural e social de todos os territórios nos que o indivíduo estabelece a sua moradia, porque mesmo que os sujeitos possam abandonar seus lugares de origem e morar na metrópole, isso não implica que as relações preexistentes e os referentes se perdem totalmente, ou seja, mais do que abandonar um lugar e simplesmente se adaptar a outro novo, como tem sido entendido o fenômeno historicamente, o que acontece é que urdem relações e pontes entre as duas geografias e o sistema. Desta forma, se dá um aumento na complexidade das novas relações de geografias, culturais, sociais e econômicas.

Blanco (2014) indica que o pilar do sistema migratório é o rol da operação comunicativa para a construção do sistema, que no caso dos assentamentos informais

colombianos, são promovidos, gerenciados e consolidados pelos laços de solidariedade e empatia que surgem da identificação e o reconhecimento próprio dentro das necessidades do outro.

Esta configuração se dá a partir dos códigos de referência *emigrar / permanecer* que permite a redução da complexidade da situação como um todo, mediante a tomada de decisões. Em outras palavras a comunicação aparece como operação constitutiva do sistema social. Segundo o autor o sistema social se reproduz a partir da comunicação e se dá como elemento central e operador definitivo do social, inclusive acima das ações, dado que as ações se podem implementar de forma individual ou solitária, sem implicar uma repercussão social. O social só se pode compor e reproduzir por intermédio da comunicação e é a comunicação (dentro do social) o que cria e mantém a diferença entre o sistema e o entorno (Luhmann, 2007: 88- 89).

Esta comunicação dentro do sistema, como entendido por Luhmann, permite gerar também o dissenso e a diferença, e a partir deles, estabelecer a própria identidade. Outros aspectos do sistema de comunicação compreendem também a raiva, a perturbação e a irritação, como elementos chave dentro de um entorno, deles também se alimentará o sistema e com eles deverá lidar, a partir das suas próprias capacidades para incorporá-los ou rechaça-los para se estabilizar (Luhmann, 2007: 57).

Depois de morar alguns anos lá, vimos para Moravia, eu não vim por violência, eu vim porque aqui era o melhor que tinha, perto de tudo, não no morro. Quando eu cheguei aqui não tinha quase ninguém, mas eu vi o processo das pessoas que foram chegando. Toda essa gente chegou de distintos bairros, de distintos povoados, porque eles já vinham deslocados pela guerra (...) a maior parte de pessoas que ocupou Moravia era população deslocada da Zona de Urabá, do Chocó, de por lá, de todas essas partes começou a chegar gente aqui.

Aqui também todos os que chegaram foram muito bem chegados [atendidos], porque aqui estamos é um monte de gente que por uma parte são deslocados e por outra parte somos vítimas do conflito armado entre a mesma cidade, então aqui todos somos a mesma coisa, todos carregamos uma dor parecida.

O senhor Hernán relata porque toma a decisão, voluntária e familiar, de migrar para Moravia. Na concepção dele (e provavelmente sustentando as suas ideias em redes de

comunicação e informação) Moravia lhe oferecia melhores condições em todos os aspectos que ele e a sua família consideravam precisos.

No seu caso, mesmo que migrar está vinculado ao conceito de partida e abandono do passado, também implica uma ideia (pelo menos esperançosa) de futura estabilidade e permanência. Essa relação *migrar / permanecer* integra em si três grandes aspectos; complexidade, contingência e decisão. Complexidade pelas tensões que geram as abundantes incertezas da migração, contingência que mesmo trazendo consigo riscos imensuráveis, são necessárias na procura de soluções que tentem reduzir o universo da complexidade e abram passo as certezas.

No caso de que o indivíduo, uma família ou uma comunidade comessem a ter alguma dificuldade para reproduzir seus modos de vida (ou as suas projeções de desenvolvimento dentro deles) no contexto da comunidade receptora, a contingência e a decisão nesses casos estabelecem duas principais opções; permanecer no sistema receptor ou voltar ao sistema nativo.

Esta decisão, na maioria dos casos, é fundamentada no panorama que menos precariedade de recursos apresente. Este tipo de possibilidades é (e continua sendo) privilégio exclusivo dos migrantes por desejo próprio, como é o caso do senhor Hernán, já no caso dos deslocados pela violência a única opção que existe é permanecer no sistema receptor, sem importar as condições de precariedade que isto representasse ou gerar um novo processo migratório (que em hipótese nenhuma seria de retorno ao lugar de origem), gerando assim novas cargas emocionais (muito maiores) de pressões e incertezas.

Estas cargas se vêm provocadas praticamente, pelo afastamento do território, do mundo conhecido, da família, dos amigos, da história e a memória própria, que implicam altos custos emocionais pela ruptura desses laços. Superar o apego às seguranças que dá o mundo conhecido e decifrado, se afastar do sistema nativo onde se é fluido e onde são amplamente conhecidos e replicados os códigos de interação, costuma gerar altas doses de angústia, desestruturação, nostalgia e depressão no migrante, marcadas ainda mais pelas formas em que o migrante deve abandonar o lugar nativo, pela fragilidade e vulnerabilidade na que ele fica exposto, a mesma que arrastra até o lugar receptor e parece carregar por muitos anos.

*“Os deslocados têm sido arrancados dos pontos de referência da sua identidade pessoal e coletiva, e inclusive de aqueles e de aquilo que marcaram suas memórias [...] Os deslocados colombianos vivem a experiência da tripla perda descrita por Arendt: perda da inserção social, do significado da experiência e dos direitos, porque não têm tido nunca acesso a uma cidadania plena. O deslocamento não é uma simples conjuntura, ele é vivido como uma condição social quase permanente. (Pécaut, Daniel. “Guerra contra la sociedad”. Ed. Espasa Hoy. Bogota. 2001. *Ibíd.* Pág. 261-262).*

A subsistência a partir do lixo

No mundo atual, os lixões ao céu aberto são uma das formas mais comuns de se desfazer da crescente vertiginosa de resíduos, que acompanham o crescimento econômico global. Estes tipos de espaços oferecem uma solução efetiva desde o ponto de vista econômico e desde sua facilidade para *solucionar* o problema, em comparação com sistemas alternativos como compostagem e outros sistemas mais estruturados de seleção, catação e recuperação de resíduos sólidos e orgânicos. Os lixões a céu aberto, também costumam conter vastos programas informais de catação e reciclagem, que quando administrados pela própria comunidade do local, podem dar conta de eficientes estruturas gerenciais. Os lixões a céu aberto constituem um dos maiores desafios sanitários e ambientais deste século, principalmente nos países em desenvolvimento.

No entanto, estes espaços também têm representado ao redor do mundo uma fonte inquestionável de refúgio e sustento para muitas pessoas. Graças ao lixão, os seus trabalhadores podem combater a fome, porque dele sai o alimento, mas também sai o vestuário, o calçado e até os próprios materiais para formar a casa. O lixão representa também o lugar que provê a criança, adultos e idosos a fonte de geração de recursos econômicos, mediante a catação e venda de materiais como ferro, cobre, plástico, papelão e vidro.

Das toneladas que muitos jogam no lixo, considerando-lhes desperdícios, muitos outros vivem. Mas muitos de nós, que estamos fora e amplamente distantes dessa realidade, não conseguimos entender as razões de chegada e permanência nesses lugares. Estamos acostumados com cifras entregadas a partir de estatísticas, de porcentagem de pessoas consideradas em condição de pobreza extrema, de porcentagens de pessoas sem acesso à

água potável, sem acesso a serviços básicos, em condição de superlotação, sem alfabetização. Estamos acostumados a ler e ver as elevadas porcentagens de menores de idade habitando estes espaços. Com frequência também lemos e vemos informações sobre os riscos potenciais que tais práticas representam para essas pessoas; à exposição constante a contaminantes tóxicos e as iminentes consequências pelo contato e inalação de gases e lixiviados, produzidos pelo acúmulo de resíduos. Por vezes, essas leituras trazem assombro, preocupação e inquietações, mas poucos param para pensar se o panorama real fora do lixão, pudesse representar alguma segurança e estabilidade maior para estas pessoas (que têm poucas capacidades para integrar as dinâmicas econômicas da cidade).

No caso específico do assentamento informal de Moravia é fundamental sempre levar em consideração a sua extraordinária localização no contexto urbano e a proximidade com diversos equipamentos. Esta centralidade favorece oportunidades de desenvolvimento em outros sentidos, pela pluralidade de ofertas.

E é que no caso de Moravia, morar no lixão, as pessoas que procuraram chegar e se radicar lá, perseguiam também oportunidades além da subsistência que os resíduos lhes ofertavam, também existia a possibilidade da casa própria sem pagamento de terreno e serviços (que durante muito tempo foram mediante conexões fraudulentas) e próximo de potenciais fontes de ingressos, não necessariamente vinculadas exclusivamente ao lixão, pois seu rico entorno urbano permitia idealizar oportunidades futuras, mesmo que na sua maioria fossem de caráter informal. Ou seja, Moravia representava as soluções às incertezas e instabilidades presentes, mas para as futuras também.

Nós, os que morávamos aqui, não tínhamos outra opção mais do que ir lá para remexer no lixo e pegar comida para a gente mesmo. Por quê? Pela questão do desemprego. Muito desemprego no bairro e a gente tinha que ir e desenrolar a vida lá nesse morro de lixo. Nós ficávamos tão felizes quando chegava o carro da Noel⁶⁰, todo mundo gritava, fazíamos barulho e ficávamos muito contentes porque eles traziam as sobras da Noel e daí pegávamos o que podíamos do lixo e comíamos. Mas também chegavam muitas outras coisas que nos

⁶⁰ A companhia de biscoitos Noel é uma empresa muito importante no comércio alimentício da Colômbia, é uma empresa tradicional com presença no mercado desde 1916.

serviam no lar; mandioca, batata, bananas ⁶¹. *A gente solucionava a vida inteira nesse lixão.*

*Moravia sempre foi um bairro muito renomado por todas as partes, sobre tudo pela construção que se estava fazendo aqui*⁶², *então todo mundo vinha para cá.... Por quê? Porque estamos a um passo do centro, somos privilegiados, aqui neste lugar que estamos somos privilegiados pela localização, veja Laureles, La Floresta*⁶³ *como estão retirados do centro e estão desesperados por se meterem aqui. Aqui, está tudo bem coladinho de casa.*

De fato, se for por uma avaliação da composição urbana do entorno de Moravia, esta região é sem sombra de dúvidas uma das regiões melhor integrada e articulada da cidade, não só pela sua riqueza urbana próxima, mas também pelas diversas formas de conexão que ela tem, mecanismo que na maioria dos casos integra o deslocamento a pé para dar solução às necessidades cotidianas, seguido do transporte público de curta duração de percurso, pela proximidade com quase tudo.

Para entender as condições de desemprego que seu Hernán cita na entrevista é preciso dizer que uma das razões fundamentais que dificultou a capacidade das pessoas que povoaram Moravia (tanto dos migrantes voluntários, quanto dos migrantes pela violência) a se inserirem nas logicas econômicas da cidade, estão relacionadas principalmente com a baixa escolaridade⁶⁴.

⁶¹ Colômbia é um dos maiores produtores e exportadores de banana no mundo. A dieta colombiana é abundante na rica variedade da banana, particularmente naquela que se come de forma salgada integrada às refeições. No Brasil, seria algo assim como dar muitas formas de uso e consumo à banana da terra, tanto na sua forma verde, quanto na sua forma madura. Ou seja, embora ela seja classificada como uma fruta, em muitos países, como é o caso colombiano, ela é usada mais como legume, preparada de inúmeras maneiras, por tanto a banana era de especial importância, pelas variadas oportunidades de consumo que oferece.

⁶² Quando o senhor Hernán faz referência “à construção que se estava fazendo aqui” se refere basicamente ao acelerado processo de ocupação e urbanização que o bairro sofreu, com a particularidade de estar localizado muito próximo do coração da cidade, numa região plana (das poucas que tem a cidade) e sem ter que pagar pela ocupação do lote. Ou seja, Moravia em grande medida se popularizou por ser uma região com um entorno de elevadíssima especulação imobiliária, que oferecia a oportunidade da casa própria sem pagar um centavo pelo terreno.

⁶³ Se referindo a dois bairros nobres em comparação com Moravia, cuja localização é distante das grandes centralidades urbanas.

⁶⁴ Na Colômbia, a Constituição Política de 1991 (Artigo 67) estabelece o direito à educação como obrigação do Estado, também afirmou a gratuidade dela. No entanto, o artigo 183 da Lei 115 de 1994 – Lei Geral da Educação- estabelece que as pessoas que possam pagar pela educação, paguem, ordenando assim que o governo nacional regulasse as cobranças que pudessem ser feitas por conceito de direitos acadêmicos, em todos os estabelecimentos públicos do país. Posteriormente o artigo 28 da lei 1098 de 2006 estabeleceu que “A educação será gratuita nas instituições do Estado, sem prejuízo de cobrança por conceito de direitos acadêmicos a quem possa pagar por eles” (tudo isso aplicado sempre só à educação básica). Em relação à educação média e superior continua sendo uma história mal resolvida e sem obrigação do Estado. Muitas

Muitas destas pessoas, quando ingressam nas lógicas econômicas da cidade, se convertem por além de mão de obra barata, em mão de obra itinerante ou integrantes de mercados laborais informais. Muitas destas pessoas chegam à cidade sem documento de identidade e muitas vezes, a partir daí começam as travas e os questionamentos para defini-los como cidadão e aparecemos primeiros traços para a negação dos seus direitos.

A fragmentação social e a negação aos direitos acontecem como de forma natural na vida cotidiana, como se a rejeição social fosse inerente e sempre tivesse que fazer parte, e quando não é a rejeição social é a indiferença. Porque em Moravia tanto os deslocados por vontade própria como os deslocados pela violência, são no final das contas migrantes marginalizados.

Com os massivos movimentos populacionais internos que a cidade contemplou passivamente, um entreamado de indivíduos se mobilizou em todas as direções, com trajetórias múltiplas e descontínuas. Os migrantes, saídos na sua maioria de classes populares e camponesas, desembarcaram na cidade desconhecida, arrastando suas vidas instáveis, transitando entre a ruptura da memória, a ilegitimidade política e a precariedade social e econômica.

Para Agier (1999) no caso dos migrantes, a relação com o Estado e a cidadania é uma eterna relação incerta, pois os migrantes internos estão geralmente nas margens da cidade, mas não fora dela. Estas pessoas, eternamente marginalizadas, fazem cidade e comunidade na situação do instante. São formados pelas atividades “do imediato”, mas não definidas pelas identidades fixas. As suas formas de ser e estar geram uma transformação substancial nos modos de organização social e na sua cidadania. Vão criando uma espécie de “urbanismo de contato”, onde habitam e se integram microsistemas econômicos de trocas e se estabelecem hierarquias de poderes locais.

A relação entre a cidade e os migrantes internos está demarcada pela construção de cidadania, a partir da informalidade que gera independência [*que no caso Antioqueño*], leva junto muita criatividade também. Para estas famílias, com vários filhos a cargo, baixo

escolas e institutos continuam cobrando seguindo seus critérios próprios. Meu irmão e eu fizemos o curso profissional na Universidade Nacional da Colômbia (Universidade Federal), cada semestre nosso pai tinha que pagar taxas por conceito de matrícula, avaliados segundo a nossa condição socioeconômica. Paradoxalmente a avaliação socioeconômica e o custo da matrícula semestral nessa universidade, costumava ser o dobro do que na Universidade de Antioquia (Estadual). Isso só evidencia a falta de controle e regularização que ainda existe em relação ao tema na Colômbia. O mesmo se aplica à educação média.

nível de escolaridade, moradias contingentes e a maioria de origem rural, as vendas informais e ambulantes representam a mais frequente forma de trabalho dentro deles⁶⁵.

Desta forma, as cidades têm se visto transformadas pela massiva força laboral autônoma das classes populares, que têm dotado de novos significados e sentidos os espaços públicos urbanos, os reconfigurando a partir dos referentes indentitários deles e da autogestão micro local. Isso tudo acompanhando mais uma vez as lógicas que vão do individual ao coletivo e do local ao global, como acontecido na construção de habitações e consolidações de bairros. Os bairros se urbanizam através da autogestão, depois de ter sido invasões, posterior e progressivamente vão conseguindo a dotação de serviços públicos e desta forma, também vão estabelecendo as suas próprias margens.

Esta população em permanente mudança, termina caracterizando-se por ser mutante e por formar parte de uma transformação social. Poderia ser afirmado que está em uma condição de passo que se torna constante, muito além das suas esperanças de uma vida melhor, poucos sabem para onde vão, mas o denominador comum é a maneira de se adaptar às situações. Este ponto tem que ver com o sentido existencial que está em questão com as transformações da vida moderna. Um indivíduo que se faz responsável por si e que se reconstrói entre os escombros de um passado perdido, muitas vezes violentamente, quer dizer, indivíduos em situação de passo ou transição para a vida moderna e por além deste, ao mundo global, no qual se submergem as cidades contemporâneas, nas que se definem suas práticas, através da organização do sistema social. (del Pilar Mendoza Cecilia, «El desplazamiento y la errancia en la ciudad colombiana», RITA, N°3 : Avril 2010, (en ligne), Mise en ligne le 6 avril 2010. Disponible en ligne <http://www.revue-rita.com/traits-dunion-thema-51/el-desplazamiento-thema-159.html>).

Moravia, ganhos e perdas; a casa que deu, os filhos que levou

Encontrei-me com a que é hoje minha esposa em Castilla⁶⁶, já vamos juntar 49 anos de casados, a gente teve nossos filhos, em total 4, nossa primeira filha morreu com 5

⁶⁵ Um informe entregue pelo DANE - *Departamento Administrativo Nacional de Estadística*- em novembro de 2019 indica que entre as 23 principais cidades da Colômbia e suas áreas metropolitanas, a proporção de ocupados informais corresponde ao 47,2% do total de pessoas ocupadas.

⁶⁶ Castilla é um bairro próximo de Moravia, localizado na comuna N. 5, na zona noroeste da cidade de Medellín.

anos por causa de uma doença e meus outros filhos, todos meninos, já mais velhos, foi quando decidiram entrar em um grupo alçado em armas. Esse grupo se denominava “As Milícias Populares Independentes do Valle do Aburrá”, chegaram trazidos pelo presidente da Junta da Ação comunal deste bairro, não menciono o seu nome [faz uma pausa, olha para mim, olha para fora de casa, respira profundo, faz um gesto de negação com a cabeça, levanta o ombros e continua], eles começaram a limpar o bairro porque aqui haviam os chamados pillos⁶⁷, que eram estupradores, estupravam as crianças em presença dos seus pais, entravam nos estabelecimentos comerciais a roubar o que houvesse, saiam para Carabobo⁶⁸, pegava os taxistas e aqui os enmaletavam⁶⁹, então começou aqui uma limpeza sobre essa gente. Meus dois filhos mais velhos começaram a trabalhar com eles, porque aqui descaram como 60 milicianos dizendo que necessitavam ajuda da mesma comunidade e começaram a limpar o bairro, e deixaram nosso bairro totalmente limpo⁷⁰ (...). Eu perdi meus filhos nessa guerra, eu perdi os dois mais velhos e o mais jovem que era o que ajudava à minha esposa e eu, esse foi acidentado por uma moto. Primeiro foi acidentado por uma moto e ficou descapacitado, depois ele estava fazendo um percurso avisando no bairro a realização de uma reunião para o Macroprojeto e voltando para casa, na paralela⁷¹ teve um acidente e a pancada foi recebida no cérebro, durou 31 dias hospitalizado e morreu. Ou seja, que são três filhos que se contam como mortes violentas. Essa é a minha triste história, de um pai de família que perdeu seus filhos e está abandonado por um governo que não tem sido capaz de reparar essas vítimas, porque o mais velho já vai completar 19 anos de morto e o do meio vai completar 9 anos. Todos meus filhos foram mortos aqui em Moravia.

Em outras conversas o senhor Hernán me contou mais uma história da vida dele, falou da filha que teve fora do casamento, do relacionamento com ela e do que ele achava que tinha acontecido com ela.

-Acontece que eu tive um relacionamento fora do casamento e desse relacionamento saiu uma menina, mas essa menina está totalmente perdida. Ela foi procurar ouro

⁶⁷ Pillo é um dos tanto adjetivos que recebem as pessoas de baixo perfil, que transitam na ilegalidade e o crime.

⁶⁸ Carabobo é a via mais importante do bairro, conecta este com o centro da cidade.

⁶⁹ O termo “enmaletar” faz referência a uma modalidade de crime que consiste em colocar ao motorista dentro do porta-malas morto ou para assassina-lo depois.

⁷⁰ Na narrativa do seu Hernán a expressão “limpar” sempre está referida à mal chamada “limpeza social”

⁷¹ A paralela é uma rodovia federal que atravessa todo o Valle Do Aburrá.

em Yarumal⁷² e por lá, foi pega pela guerrilha. É que saem muitas meninas, é que aqui na rodoviária se encontram um monte de meninas e saem para todos esses povoados [ele baixa a voz e fala], saem para conseguir dinheirinho”. Questionei – Mas em que, na prostituição? Sim, elas saem para se prostituem, é cada 8 dias que elas saem para esses povoados, saem na sexta, voltam segunda. Questionei de novo – Mas sempre voltam, e sua filha nunca voltou - Eu não tenho contato com ela faz muitos anos, mas no meu instinto de pai eu sinto que ela vive.

O senhor Hernán não tem muita certeza do que pode ter acontecido com a filha. Ele elabora duas hipóteses, que na época eram bastante viáveis. Por um lado, o recrutamento forçado de menores é uma prática que acompanha todos os diversos grupos armados, durante toda a história do conflito em Colômbia e pelo outro, segundo narrativas locais, a prostituição era uma prática comum entre jovens, naquela época.

Entendendo a história na que o seu Hernán relata a perda dos filhos (os meninos mortos e a menina desaparecida), é possível notar que todos aqueles critérios iniciais de satisfação ou necessidade para integrar os grupos armados em defesa do bairro, já não existiam mais dentro das suas narrativas (mesmo que elas possam ainda existir na experiência presente). Seu Hernán já não faz mais referência às necessidades imperantes de defesa do bairro, por cima dos próprios riscos e das próprias perdas, incluindo a vida. Nas suas narrativas, todos esses discursos de luta, que ele sempre encaixou como imperiosos, desaparecem.

Enquanto no começo das nossas conversas, eram sempre frequentes as necessidades de defesa, de intervenção para o controle, segurança e estabilidade do bairro, o que passou a integrar seu universo é um sentimento totalitário e constante de perda e abandono, com pouco espaço para a defesa dessas causas que defendeu no passado. Com a inserção dos filhos nos grupos criminais (bênção dele para isso) e com os poucos esforços feitos para saber o que tinha de fato acontecido com a filha, indo inclusive até o ponto de desconhecer se ela continuava com vida, agora velho, fragilizado e com a perda de todos os filhos, também se perde parte significativa dessas referências de valores sociais e de luta organizada na defesa da comunidade local, dessa comunidade, que a seu critério, ninguém mais era capaz de defender. Hoje todas as pessoas que uma vez estiveram vinculadas às

⁷² Yarumal é um município localizado na sub-região Norte do Estado de Antioquia e dista 110 quilômetros de Medellín

milícias e às suas causas, como amigos, conhecidos e familiares, já não estão mais. A organização do território, a intervenção para a segurança e o progresso e até os inimigos caracterizados e declarados, faz muitos anos já não fazem mais parte da rotina e agora só representam um horizonte distante, carregado de nostalgia e desilusão.

Hoje, todos os laços sociais e familiares desapareceram, a maioria dos que restaram vivos, decidiram tomar distância, por recriminação ou temor. A participação e defesa destas organizações lhe passaram fatura ao seu Hernán, e o saldo é, como ele mesmo define, a solidão e a tristeza. Ele sobreviveu a muitas coisas, a muitas dores e a muitas perdas, estar vivo em um contexto aonde poucos chegaram à velhice, bem pode parecer uma façanha. Porém, ele mesmo reconhece que parece ser que neste momento, na sua vida não resta nada mais a perder. Além das fragilidades próprias que chegaram com a idade, tem um corpo mutilado e com ele tem que cuidar de si e da esposa, que ficou cega e que também tem a saúde debilitada. Ela em grande medida depende do seu Hernán para desenvolver as atividades do dia a dia.

Apoiar e defender grupos armados restringiu o estabelecimento e a permanência no tempo de vínculos pessoais. O mundo construído e as sociabilidades cotidianas a partir disso, costuma carregar valores elevados e constantes de violência (que geralmente é armada), riscos, punições e perdas, que em muitos casos são impostos por pareceres de indivíduos ou grupos que definem a parecer próprio a severidade de tais punições.

As dificuldades para estabelecer laços pessoais e a perda dos laços que com dificuldade foram possíveis de se estabelecer, enfraqueceram a legitimidade social que estruturava o discurso inicial, e no contexto atual leva a uma fragilidade em relação ao pertencimento social, ao lugar de ser na sociedade, à função do ser e estar no âmbito social. Essa aparente inexistência ou falta de participação nas lógicas e dinâmicas da sociedade legítima, conjugada com a inexistência de laços familiares, criam uma espécie de sensação de fatalidade, onde a morte é aguardada em calma para finalizar [*e facilitar*] a vida. Ao final, se já não se tem mais o que perder, também não se tem mais o que temer. Esse destemor do destino, da individualidade, se estende ao contexto familiar e social, que perante à precariedade de vínculos, faz perder total sentido de sobrevivência.

As marcas que a violência deixou - “um pai que entrega seus filhos à guerra, convencido de que fazia seu dever pela comunidade”.

Depois de várias conversas, decidi fazer uma pergunta da que hoje me arrependo bastante. Não sinto que me pertença [*nem a esta tese*] esses sentimentos.

Quis indagar um pouco na relação dele e dos filhos com as milícias, quis entender melhor. Avisei que queria fazer uma pergunta delicada e uma vez mais falei que a gente só falaria do que ele quisesse falar.

Da relação dele com as milícias (relação amplamente comentada pelas pessoas do bairro) ele não falou nada. Insistiu o tempo todo em falar que ele sempre foi, durante muitos anos, só um líder comunitário, um líder social.

Da relação dos filhos com as milícias ele respondeu:

Filha veja só, eu via que o bairro estava muito delicado e a gente tem muita estima pelo bairro, e pela mesma estima a gente começa a sentir dor por ele, começa a sofrer por ele. Eu sofria muito vendo meu bairro que tinha noites com até 11 mortos, que a gente tinha que passar por cima dos cadáveres, isso tudo por culpa dos sem vergonhas, pillos que estavam aqui roubando, assaltando e fazendo as vontades deles com a comunidade. Eu me lembro muito bem como começou tudo, aqui tinha um senhor que tinha um depósito [de materiais de construção], se chamava seu Jaime e a ele se aproximaram e lhe disseram um dia de manhã: “Véi, necessitamos 500 conto para comprar pertrechos⁷³ e ele lhes respondeu que de onde iria tirar esse dinheiro, de onde lhes iria dar esse dinheiro (...) como ele não conseguiu lhes servir com essa grana, quando estava abrindo a porta da sua própria casa, aí mataram ele.

Por isso, desde aqui foi uma pessoa a procurar o comandante das milícias e lhe levou a problemática que tínhamos no bairro. Estamos falando de grupos armados da esquerda. Era o EPL⁷⁴. Eles entraram e começaram a limpar o

⁷³ Armas, munições e demais elementos necessários ou habituais para a defesa das posições e praças e para o equipamento dos soldados e buques de guerra / instrumentos precisos para uma atividade ou operação. Definição estabelecida pela FAC – Força Aérea Colombiana.

⁷⁴ O EPL –Exército popular de liberação é uma organização guerrilheira colombiana de extrema esquerda. Foi fundada em fevereiro de 1967 e foi considerado como o terceiro grupo guerrilheiro em tamanho, depois das FARC – Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia e o ELN –Exército de Liberação Nacional, chegando a ter 4.000 combatentes no seu ponto mais álgido. Se desmobilizou e entregou as armas em 1991, mas um 5% dos seus integrantes se recusou à desmobilização. Essa fração hoje em dia não é mais

bairro de toda essa gente que estavam fazendo coisas erradas no bairro, também tinha pessoas com capuz na cabeça assinalando quem eram eles. Muitos foram mortos, muitos foram embora e teve até quem entrou em diálogo com os comandantes das milícias e daí ficou uma conciliação, mas com condição de não representar mais violência para a comunidade.

Meus filhos tiveram que entrar juntos de uma vez só a esses grupos (22 o mais velho, 18 o seguinte). Eu questionei: - Tiveram? –E ele insistiu - Sim, tiveram! Porque o comandante lhes disse “se vocês quiserem ver o bairro limpo, então vão ter que entrar a ajudar a gente”- Questionei de novo - e o senhor que pensa disso?

- Filha, para mim era muito difícil, mas isso estava tão complicado aqui no bairro, que era necessário. Às vezes as coisas são necessárias e mais ainda se é para tirar do caminho a pessoas que estão fazendo tanto mal a um bairro, a uma comunidade, aqui não respeitavam crianças, não respeitavam idosos, eles iam sempre contra de todos.

Aqui o seu Hernán justifica os vínculos dos seus filhos com os grupos armados. Nas suas narrativas, diversos são os motivos que justificam o ingresso dos filhos a um grupo armado; os abusos e os ataques constantes no bairro, a violência com que os criminosos atuavam no bairro, a intimidação que deixa ser chamado diretamente por um líder armado para se juntar a eles, o amor que tinha pelo bairro que viu crescer em contra de todo prognóstico e as tentativas por tornar dele um lugar cada vez melhor, o abandono do Estado e das forças estatais para fazer frente ao problema.

Seu Hernán posiciona de forma pontual as necessidades de intervir para melhorar bairro. O seu amor e a sua preocupação por ele ganham visibilidade e força no cenário de problemas e de necessidades a serem resolvidos. Para isso, juntar forças com os grupos

considerada pelo governo colombiano como um grupo insurgente e sim como uma organização delinquencial tipificadas como Bandas Criminais. Tomado de *El EPL y “Megateo”: ¿El futuro de las FARC?* Jeremy McDermott, InSight Crime, 20 Mayo 2013. Depois do processo de desmobilização e o posterior processo de reinserção na sociedade, adotaram a mesmas siglas que os distinguiam quando eram grupos armados, agora para se definirem como movimento político EPL – Esperança, Paz e Liberdade. Entre os anos de 1991 e 1995 a guerrilha das FARC começou a assassinar de forma seletiva entorno de 200 ex-membros do EPL que se tinham desmobilizado, particularmente a aqueles que tinham se vinculado ao novo movimento político. Segundo investigação e declarações da ONG *Human Rights Watch* – (Observatório de Direitos Humanos), as milícias urbanas deste grupo guerrilheiro foram os responsáveis por esses crimes. Tomado de <http://www.hrw.org/legacy/reports/reports98/colombia/Colom989-05.htm>. GUERRILLA VIOLATIONS OF INTERNATIONAL HUMANITARIAN LAW, May 5, 1997.

armados, que se apresentavam com o propósito de proporcionar a proteção tão desejada, se vislumbrava a possibilidade de consegui-lo. De que forma fosse, não parecia importar tanto.

Já para essa hora, eu tinha certeza que o ingresso dos filhos do seu Hernán às milícias estava intimamente relacionado com as inamovíveis razões que ele tinha em relação ao bairro. A figura do bairro reaparecia constantemente na história, sempre firme nas nossas primeiras entrevistas, como em uma espécie de patamar santificado, como se essas condições sociais tivessem criado uma camada grossa de medo, que por vezes se integrava com sentimentos ferozes de autoproteção e autopreservação. Essa defesa radicalizada, permaneceu intacta durante boa parte das suas narrativas, principalmente no começo delas.

O Seu Hernán relata situações que, entre desconcertos, mostra a realidade. Mas essa realidade que ele tanto defendia não era capaz de reconhecer em momento nenhum, que para acabar com essa violência e essas ameaças das que ele tanto se lamentava, os caminhos a tomar eram de mais violência, só que desta vez organizada desde outras origens e que os incluía como perpetradores. O seu Hernán não reconhecia que tanto ele como os seus filhos, viam na execução do poder armado a sedução do controle sob parâmetros próprios e a hierarquização social dentro do bairro.

Neste caso, o seu Hernán viu os filhos se vincularem a grupos armados e ele os apoiou [*na verdade não consigo entender bem em que ordem aconteceram os fatos*]. Essa separação que existia entre a casa e o uso de armas para exercer controle, entre a casa e a violência, se estreitou tanto que rapidamente se desvaneceu.

Como os resultados prometidos e esperados com a intervenção das milícias deram temporariamente certo, os sentimentos de satisfação tomaram conta de muitos. Alguns desconhecendo ou ignorando e outros justificando os métodos e mecanismo para conseguir tais condições para o bairro. O entendimento de que *a violência que os outros exercem é ruim, mas a que a gente exerce não é*, é a eterna defesa sobre o uso de armas ilegais, força e violência para exercer controle, que já vinha de tempos passados, e continuou se disseminando, e foi amplamente usada como insígnia por muitos outros grupos armados ilegais, de todas as ideologias, que exerceram e exercem controle e justiça ao seu parecer.

Seu Hernán, que passou anos com a convicção inabalável sobre o dever cumprido pelos filhos de forma correta e corajosa, tentou validar as suas certezas de que todo sacrifício bem valia a pena. Com o tempo, a confiança que surgia entre a gente e o peso das perdas e a solidão, suas narrativas foram mudando, abrindo passo para narrativas de tempo presente, onde aquelas do passado já não tinham o mesmo valor.

Mas seu Hernán, na sua convicção, não é único na sua espécie. Existiram e existem ainda muitos como ele na Colômbia, que também defendem e justificam a organização armada como mecanismo de proteção e resguardo social.

As milícias na cidade de Medellín e a sua aparente necessidade de existência

O nascimento das milícias na cidade de Medellín não é acidental e seu crescimento e sua consolidação, foram afiançados por uma longa tradição de autodefesa própria das regiões administrativas do Nordeste da cidade. Estas pequenas, porém, poderosas organizações, nasceram nos bairros pobres da cidade.

As divergências políticas matizadas pela violência, são de longa data na Colômbia. Já desde meados do século XX essas divergências que colocavam como cenário central os campos colombianos, se estendiam à cidade e lá tinha novas manifestações violentas. As disputas pelo controle dos territórios, o não reconhecimento do opositor, nem o respeito à diferença, fomentaram intermináveis embates nas zonas urbanas.

No caso específico da cidade de Medellín, que para meados da segunda década do século XX se expandia velozmente, recebendo migrantes de todas as partes do país, o surgimento dos grupos paraestatais urbanos, muitos organizados a partir da própria comunidade, responde inicialmente à necessidade do controle no ordenamento territorial.

Medina (2006) indica que mesmo que no começo as milícias não atuaram da forma que o faziam as organizações de esquerda, estas nasceram sim do seu mesmo tronco e se alimentaram com a mesma sálvia. A história do surgimento das milícias⁷⁵ na cidade de

⁷⁵ Com a categoria “milícias” a literatura especializada tem tentado categorizar este tipo de organizações armadas que fizeram presença na Colômbia, em alguns centros urbanos durante as últimas duas décadas do século XX e cuja característica central foi o exercício do controle armado sobre a população local, sem importar as suas dimensões, sendo bairros, localidades, comunas e municípios, e dirigidos principalmente a brindar serviço da vigilância (Medina, 2006; Jaramillo, 1994). A sua origem foi diversa; em alguns casos predominavam razões políticas, em outros casos as razões eram de maior carga econômica e social, além disso, alguns grupos foram impulsionados pelos militantes de esquerda, outros pela mesma

Medellín, tem as suas raízes na década de 80, quando um grupo de jovens dos bairros Popular I e Popular II; Andalucía, La Francia, Villa del Socorro e Guadalupe; entre outros bairros, decidiram se organizarem para enfrentar a criminalidade protagonizada por grupos criminais de pequeno e médio porte. Vários dos jovens que integraram os movimentos de autodefesa urbanos contavam com formação política e militar que receberam nos chamados “acampamentos de paz” que se instauraram nas favelas de Medellín durante o processo de paz que o ex-presidente Belisario Betancur (1982-1986) teve com os grupos guerrilheiros do M-19.

Com esses conhecimentos básicos de operações militares e em defesa dos constantes ataques que sofria a população, nasceram as milícias como uma resposta autônoma à violência imposta por indivíduos e pequenos grupos. As milícias iniciaram um período de assassinatos dirigidos contra traficantes de drogas, consumidores, assaltantes, pessoas dedicadas à extorsão e todo aquele que fosse assinalado como “indesejável” nas comunas populares. Todo este acionar era justificado mediante um discurso que exaltava os valores das massas populares e a importância da luta revolucionária⁷⁶.

Todos estes fatores consolidaram o cenário propício para a expansão de pequenas organizações armadas que basicamente ofereciam segurança ao interior dos bairros e que tinham boa aceitação entre a comunidade. Esta boa aceitação se deu basicamente porque ao interior dos bairros se tinha a percepção de que a população ali assentada parecia abandonada a sua sorte pelo poder público e o governo, só pelo fato de ter colonizado as ladeiras mais empinadas da cidade.

De fato, como em quase todos os grupos armados ilegais, a justificativa da sua estruturação original, parecia demandar uma necessidade imperante de existência, sob discursos de defesa social. Em 1991, um dos seus líderes conhecido como “Lucho”, concedeu uma entrevista para o Jornal *El Tiempo* e nela dizia que a organização tinha sido constituída por antigos líderes sindicais “cansados dos ataques das pequenas bandas criminais e decididos a atacar os vendedores de drogas e os assassinos de aluguel”.

população (em forma de autoproteção da vizinhança) e inclusive alguns outros poucos em formas organizativas associadas com bandas criminais e com grupos delinquentiais (Bedoya, 2010; Medina, 2006; Salazar y Jaramillo, 1992). Esta origem díspar impede associar de forma definitiva às milícias como projetos políticos armados de esquerda ou de direita.

⁷⁶ La historia de las milicias en Medellín pasa por Justicia y Paz. VerdadAbierta.com. publicado el 15 septiembre, 2016, consultado el 04 de enero de 2020.

Na entrevista, “Lucho” também assinalou que a diferença do que se especulava, as Milícias estavam integradas além de ex guerrilheiros, por advogados, médicos, enfermeiras, donas de casas, operários e organizações estudantis.

Também negou que essa organização fosse exclusivamente militar e assegurou que participavam de processos culturais, recreativos, associação de pais de família e juntas de ação comunal, além de ter presença em sindicatos e universidades públicas. Indicou também que eram financiados por comerciantes e transportadores que queriam garantir a sua segurança. Como a delinquência comum crescia rapidamente na cidade de Medellín, os grupos milicianos foram cada vez, usando mais e mais a força e a violência como mecanismo de controle e limpeza social. Isso tudo, amparados na fachada de segurança e articulação social que no começo representavam.

Medina (2006) indica que na década de 80 do século XX, na cidade ascendia uma nova geração de delinquentes, com técnicas e ações muito mais sofisticados, eram também muito mais ousados e mais ativos nas dinâmicas da guerra, demandando da mesma forma um enfrentamento frontal e artilhado para a sua contenção. Assim, desde as primeiras ações se estabeleceram as regras do jogo das milícias: o ajustamento de contas e a execução como carta de apresentação. Nesse contexto a persuasão e o diálogo com a delinquência comum como via de pacificação, não tinha cabimento.

Aos primeiros grupos de milícias, rapidamente se vincularam diversas pessoas que anteriormente estiveram vinculadas a organizações de esquerda, mas também se juntaram muitos jovens que tinham sido afetados pela violência dos grupos criminais. Um aporte importante à formação das milícias foi dado por alguns membros do M-19 que participaram dos primeiros acampamentos urbanos desta organização e que colocaram a sua disposição uma base de apoio mais firme (...) O lema que as milícias tinham e promoviam ao interior das comunidades era “dar oportunidade a um destes delinquentes é tirar oportunidades para as pessoas da nossa comunidade”. Assim, a via militar se impôs e os grupos sociais e culturais que se encontravam em expansão na cidade, se converteram em apoio logístico e de informação para as ações das milícias. De fato, estes grupos foram chave para convocar aos setores mais confiáveis da população, para que assistiram a reuniões onde se explicavam de forma muito simples as propostas das milícias populares. (...) em relação à violência urbana que este grupo provocou é importante

destacar que se por um lado esta guerra teve seus inícios heroicos e dramáticos contra os grupos criminais, não foi propriamente uma guerra à morte prolongada, já que quando começaram a cair os principais líderes dessa organização, a maioria dos outros membros desses grupos se acolheram aos Acordos com o governo local, para abandonar seu acionar criminal e começar um processo de reintegração à vida civil. Alguns outros grupos mais bélicos também não foram difíceis de desarticular, já que careciam de disciplina e bons armamento, enquanto que as milícias tinham bons recursos bélicos e bons treinamentos. (Medina Franco, Gilberto. Una historia de las milicias de Medellín. IPC, Instituto Popular de Capacitación, Medellín, Colombia: Mayo 2006).

Os grupos milicianos tiveram um crescimento tão rápido que em finais da década de 80, em Medellín era possível identificar claramente os grupos milicianos. Com o nome genérico de “Milícias Populares de Medellín”, foram agrupadas as três organizações armadas independentes que faziam presença na cidade desde finais da década; Milícias Populares do Povo e para o Povo (MP/PP), Milícias Metropolitanas de Medellín (MMM) e as Milícias independentes do Valle do Aburrá (MP/IVA). Este último grupo tinha principal influência no bairro Moravia⁷⁷. Os outros grupos de milícias tinham presença na região nordeste e noroeste e um insipiente, mas permanente presença na comuna 13 (região Oeste da cidade).

O informe *La historia de las milicias en Medellín pasa por Justicia y Paz* de 2015, elaborado pelo coletivo VERDADABIERTA assinala que, no entanto, estes grupos se consolidaram com o apoio das comunidades locais, também começaram a perder legitimidade progressivamente dentro delas, pelo excesso de poder, pela tomada de decisões arbitrárias e pela geração de mais violência e derramamento de sangue, numa cidade que já estava oprimida e atormentada pelo acionar de um exército de assassinos de aluguel ao serviço do narcotráfico, onde já se advertiam os passos do paramilitarismo urbano. As milícias terminaram se convertendo em mais um ator de uma guerra sem quartel que desbordava a capacidade das entidades do Estado.

Até agora temos falado do surgimento das milícias e da sua aparente necessidade de existência no contexto urbano, também temos falado da relação dessas milícias com a

⁷⁷ Este grupo armado se desmobilizou e entregou as armas, mediante a negociação na denominada “Corrente de Renovação Socialista” em 1994.

sociedade, mas pouco temos falado sobre a relação do Estado com estas milícias e do seu papel durante todo este tempo e suas ações para encarar todas essas formas de violência crescente na cidade.

As repercussões políticas, sociais e econômicas que tiveram o acionar dos grupos milicianos são diversas e por vezes difusas (como diversas e difusas são geralmente também as repercussões de todas as guerras). Devido às práticas executadas sem controle como as de “limpeza social”, ajustes de contas pessoais e inclusive o próprio abuso contra a população civil, a cidade começou a ver um aumento significativo de mortes e deslocamentos interurbanos.

Com o tempo e na procura do enriquecimento pessoal, se foram incrementando novas formas de violência para o sustento das projeções econômicas dos integrantes destes grupos, assim foram criadas “cobranças pela segurança” denominados “vacunas” em português “vacinas” [extorsões], danos à propriedade privada em decorrência do não pagamento dessas cobranças e o conseqüente incremento dos desentendimentos com as pessoas, que estes grupos antes juravam proteger. Isso tudo provocou que, finalmente, se passassem a considerar os grupos milicianos como um grave problema para a segurança pública da cidade. (Caraballo, 2013).

Não bastando com todos os novos problemas de ordem e segurança pública que as milícias estavam gerando, a cidade de Medellín, já demarcada pela violência, a insegurança e o temor, via crescer outros fatores concomitantes e de maior envergadura que aconteciam paralelamente no seu perímetro urbano; o surgimento e consolidação do Cartel de Medellín e da guerra que este livrou contra o Estado, contra o Cartel de Cali e os PEPES. Todas as manifestações violentas que estas organizações estavam gerando, se tornaram de forma muito rápida, em um assunto prioritário para a administração pública local e para a Nação.

A partir dessa percepção pública o presidente de turno, César Gaviria Trujillo, através da Conselheira Especial para Medellín, em 15 de fevereiro de 1994 colocou em marcha um processo de negociações com os grupos milicianos, que se consolidou no dia 26 de maio desse mesmo ano. Nesse dia foi assinado no centro social Media Luna, do corregimento de Santa Elena o “*Acordo final para a paz e a convivência: governo nacional, Estadual e municipal*”.

Jaramillo & Valencia (2015) indicam que vários foram os fatores que estimularam este acordo para a paz; a Assembleia Nacional Constituinte de 1991 e uma década que começava com uma Nova Constituição Política de 1991⁷⁸, somado aos marcos institucionais que fomentavam e respaldavam a entrega de armas. Porém, o maior motivo está constituído pela integração de quatro circunstâncias especiais entre a cidade de Medellín e as milícias; I) o isolamento que as comunidades estavam tendo pela presença e controle destes grupos; II) a ingerência do narcotráfico nas suas atividades econômicas e militares [o que estava diminuindo sua legitimidade]; III) as ameaças latentes de novas incursões armadas por outros atores armados nas suas zonas de influência; IV) e finalmente o fato de que as milícias consideravam que suas lutas armadas tinham chegado a um ponto morto.

No entanto, segundo os autores, mesmo que este processo tinha semelhanças como outros processos de paz, vividos no período Gaviria, se pode considerar como atípico, dado que foi um acordo com uma estrutura armada urbana, cuja origem e composição não foi essencialmente política, também foi um processo no que participaram tanto os governos na esfera nacional, como na esfera Estadual e municipal, também foi um acordo no que se concederam incentivos muito além dos jurídicos e finalmente promoveu uma reintegração à vida civil incompleta, pois a estrutura armada se manteve, devido à permissão outorgada a estas agrupações para se constituírem em Cooperativas de Vigilância, Segurança e Serviço à Comunidade definidas como *COOSERCOM*, que foram apresentadas como uma iniciativa de segurança privada integrada por ex milicianos, que contavam com armas de curto alcance e rádios de comunicação para exercer seus labores de “serviço comunitário”.

Estas cooperativas passariam a se ocupar do controle territorial com ajuda da polícia, através de um grupo especial conformado por “agentes ativos que tivessem apreço das pessoas locais” [ou seja, principalmente construído por habitantes das localidades], policiais de patente baixa e da *Fiscalía*⁷⁹ para agilizar processos de investigação e de outras

⁷⁸ O marco desta nova carta constitucional, além de proclamar a Colômbia como um Estado social de direito e como república democrática (artigo primeiro da constituição Política de Colômbia), se incorporam a descentralização política, administrativa e a participação da cidadania como seus pilares fundamentais, entre outros assuntos, esses pilares favoreciam o debate dos planos de desenvolvimento locais e a participação da população a partir de mecanismos constitucionais. (VELÁSQUEZ y GONZÁLEZ, 2003).

⁷⁹ A “*Fiscalía General de la Nación*” traduzido para o português e para as práticas jurídicas no Brasil como o Gabinete do Procurador-Geral da Nação, é um órgão independente vinculado ao Poder

instituições estatais como inspetores, comissárias de família, Defensorias do Povo, Personería⁸⁰ Municipal, conselhos comunitários⁸¹ e participação da cidadania.

O Coosercom se encarregaria do: melhoramento social e econômico dos seus integrantes, assim como dos membros da comunidade na sua área de influência. Isso tudo mediante a prestação serviços de segurança e vigilância e de serviço de caráter social, assim como do melhoramento da infraestrutura física da zona (Villarraga, 2009).

Anos depois, analistas, ativistas e acadêmicos coincidem em assinalar que este “experimento social” foi um fracasso e além dos seus efeitos locais no curto e médio prazo estavam seus efeitos em longo prazo, na promoção de armar civis para exercer autoproteção, como foi mais tarde o caso da criação das *CONVIVIR*, porta de entrada ao paramilitarismo institucionalizado na Colômbia. Com este processo de Paz, a Colômbia acumulava mais uma tentativa fracassada de negociação com grupos armados, não só pelo fracasso do “experimento social” que pretendia reinserir ex-militantes à sociedade, os dotando de armas e lhes dando amparo jurídico, mas também porque o governo concentrou seus esforços nesse programa, restando atenção aos outros programas de reinserção dos 650 milicianos da zona nordeste da cidade que entregaram as suas armas nesse acordo. Desses milicianos que entregaram as armas, mais de 100 foram assassinados e com a consolidação da cooperativa de segurança (Coosercom), novos abusos e excessos foram cometidos contra a comunidade.

Como forma de sintetizar, vale a pena retomar a Nieto e Robledo (2006), que classificam em três grandes momentos a evolução do conflito armado no contexto urbano da cidade de Medellín; I) a presença de quadrilhas criminais, algumas com fins lucrativos pessoais ou grupais de pouca abrangência, e algumas outras ao serviço do narcotráfico, II) o controle territorial em algumas regiões da cidade por parte das milícias e o enfrentamento

Judiciário na Colômbia. Sua principal função é investigar e denunciar os supostos responsáveis pela prática de crime com base no sistema penal oral acusatório instituído pela Lei 906 de 2004.

⁸⁰ As “*Personerías*” são órgãos do Ministério Público que exerce, monitora e controla a gestão das prefeituras e entidades descentralizadas do governo nacional; asseguram a promoção e proteção dos direitos humanos; fiscalizam o devido processo, a conservação do meio ambiente, do patrimônio público e a prestação eficiente dos serviços públicos, tem como função garantir aos cidadãos a defesa de seus direitos e interesses.

⁸¹ Concebidos como espaços de integração dentro dos bairros com interlocução direta com o Estado, onde participavam sois delegados da junta administrativa local, o chefe do núcleo educativo, representantes párocos da comunidade, dois delegados das organizações cívicas, dois de organizações juvenis e um representante da cooperativa de vigilância. (El Colombiano, 1994, março 3).

a esses grupos criminais a partir de 1992 e III) a incursão e consolidação de grupos paramilitares em aliança com grupos criminais e suas disputas pelo controle territorial contra os grupos milicianos, a partir de 1997, no qual se dá início a um escalonamento do paramilitarismo em Medellín.

O paramilitarismo na Colômbia é um fenômeno seguido de perto pela Anistia Internacional, que através das suas pesquisas indica que, mesmo que na Colômbia vários grupos paramilitares tem-se desmobilizado e dentre dessas desmobilizações sendo a mais emblemática a do grupo Autodefesas Unidas de Colômbia –AUC- em 2006, este projeto que é baseado na violação sistemática dos direitos humanos e a imposição de um domínio político, econômico e social sob as zonas controladas, tem-se desenvolvido particularmente na cidade de Medellín em três fases; em primeiro lugar, está a incursão urbana, com o propósito de “libertar” as regiões de influência por parte da insurgência e dos grupos guerrilheiros. Esta primeira fase, foi caracterizada pelos elevados níveis de violação dos direitos humanos contra a população civil, provocando principalmente deslocamentos forçados (no interior da cidade e da cidade para outras cidades de grande porte), assim como desapareições forçadas, torturas e homicídios.

A ocupação destas zonas, sempre orientadas por interesses estratégicos e econômicos, costumam estar precedidas por operações de inteligência do exército colombiano, onde posteriormente chegam os grupos paramilitares com “listas negras” de pessoas ou grupos qualificados como “subversivos”. Nesta fase também existem registros de operações de incursões militares, conjuntas com as forças armadas oficiais da Colômbia. Em segundo lugar vem a consolidação destes grupos, a partir da ocupação de territórios e a submissão da população mediante o terror provocado a partir do assassinato de todo aquele que fosse considerado uma ameaça, dentre deles os que primeiro destacavam eram os líderes comunitários, os defensores dos direitos humanos, os sindicalistas e os ativistas sociais. Adicionalmente eram cobrados subornos, definidos pelos grupos paramilitares como “impostos” em troca dos serviços de “segurança” e tomavam posse dos terrenos e as propriedades que deixavam as famílias deslocadas. Em terceiro lugar está a legitimação; desde a criação de cooperativas para promover projetos de produção ou organizações “sociais” para participar no trabalho comunitário, especialmente nos bairros pobres e assim tentar controlar os processos eleitorais e políticos locais, regionais e nacionais. Nesse contexto, as violações massivas dos direitos

humanos diminuem na medida em que se “neutralizam” os opositores. Nesse ponto, os paramilitares não precisam manter uma presença militar aberta e a grande escala nas zonas controladas. Em lugar disso, permanecem “nas sombras”, em caso de que sejam produzidos novos ataques das insurgências, mas além disso, para manter as ameaças, os homicídios e as desaparecimentos dos seus opositores civis (AMNISTÍA INTERNACIONAL, 2005, p.9).

Neste ponto vale a pena destacar a importância de citar e situar a trajetória desses grupos armados no contexto urbano, particularmente da cidade de Medellín, dados que todos os grupos armados ilegais que tiveram presença na cidade, não são grupos que têm origem nos contextos urbanos e sim nos contextos rurais, e como esta tese trata das manifestações urbanas do conflito armado interno colombiano, não podemos deixar de mencionar que todas estas formas de violência são originadas no interior dos campos colombianos, deslocadas e instauradas com renovadas estruturas nas regiões urbanas. De todos estes grupos armados, o projeto paramilitar tem especial relevância no entendimento das formas de cidade resultado da violência que a Colômbia tem hoje em dia, já que é a este grupo que se atribui a maior responsabilidade na provocação das migrações internas urbanas, ou seja, são o grupo que maior número de deslocados pela violência têm provocado no marco do conflito armado interno colombiano, não só nas regiões rurais, mas também nas regiões urbanas.

Na época, além das denúncias públicas realizadas por membros das comunidades e inclusive meios como jornais de ampla circulação no país, o próprio informe de inteligência da Polícia, indicava que “as autodefesas controlavam 70%⁸² dos bairros em disputa na cidade de Medellín”. Em relação a todos estes processos violentos se consolidando a partir da disputa pelo território, Naranjo (2005) indica que:

A presença simultânea de ordens diversas levanta questionamentos em torno da capacidade do Estado para governar e exercer o monopólio legítimo da força e em consequência, sua condição como garante de direitos aos cidadãos e árbitro entre os conflitos. (Naranjo, G. Desplazamiento forzado y reasentamiento involuntario. Estudio de caso: Medellín 1992-2004. En: Bello M. Villa M. El desplazamiento en Colombia: regiones, ciudades y políticas

⁸² Jornal *EL Colombiano*, Medellín: 20 años de llanto en las calles AUC controlan 70% de los barrios, dice informe de inteligencia. Por Elizabeth Yarce. Medellín. 30 de Abril de 2002

públicas. Medellín: REDIF, ACNUR, Universidad Nacional de Colombia, Corporación Región. 2005).

Já Nieto e Robledo (2006) assinalam que “a extrema debilidade do Estado”, que se observava através das intensas manifestações de delinquência e criminalidade, levaram a que sucessivas administrações públicas pensassem que “a segurança e a convivência se conseguiriam cedendo a própria territorialidade urbana”, que se fragmentava em micropoderes alternos, de caráter político e apolítico, que suplantavam e deslocavam o poder e controle do Estado, aumentando o déficit que existe na credibilidade da sua institucionalidade em amplas zonas da cidade.

E é amparado nesse panorama de pouca confiabilidade nos métodos dos governos, que inúmeras vezes, inúmeros grupos de pessoas se organizam e se armam para, segundo cada um deles, nos seus discursos autoproclamados legítimos, instaurar a ordem necessária e fornecer os amparos e proteções que o Estado tem sido incapaz de prover.

Quando as minhas conversas com seu Hernán se tornaram mais frequentes e íntimas, decidi, indagar mais pelos filhos. Ele sempre começa falando deles, citando com quantos anos eles estariam agora, se estivessem vivos. No que eu entendia sempre como uma tentativa constante, de quer dar continuidade a existência deles.

Ele me conta que os filhos deixaram as milícias e se tornaram líderes do bairro. Ou seja, os filhos dele não morrem durante o tempo que militaram num grupo armado ilegal. Questionei então, o porquê disso: - *porque não perder a vida no momento mais acervado da violência e sim perder a vida “quando o bairro estava mais tranquilo?”*. Foi a única vez, durante todas as nossas conversas, formais e informais, que ele ficou calado, absolutamente em silêncio, nenhuma palavra, nenhum gesto com o corpo, nenhum olhar. A falta de entendimento certo o embargava vorazmente, o consumia e o derrotava.

Depois de um longo silêncio começou a falar “na bíblia está escrito: se mataram pelo poder”, suas palavras saíam com lágrimas nos olhos. Continua dizendo, “e é isso o que estão fazendo agora, veja a quantidade de mortos pelo poder”. Não dá mais detalhes da morte dos filhos. Sussurra algo baixo que não consigo entender muito bem, faz um gesto com a mão, como indicando silencio, se aproximando as mãos à boca e conclui “Eu não posso abrir a boca”. Em seguida, sem mais comentários, por respeito, mudamos de assunto.

O seu Hernán começa a me mostrar fotos dos filhos, e me diz “morreram na mesma ordem que nasceram”.

Pela longa permanência do seu Hernán no bairro, ele com certeza soube da participação política e da “ação social” de Pablo Escobar dentro do bairro. Quando questionado em relação a ele, a resposta foi clara e sem titubear: - sempre fui muito aparte de saber coisas dele. Questionei o porquê? –

Filha, pela violência da cidade de Medellín [que seu Hernán vincula a Pablo Escobar] (...) com isso ficamos marcados, marcados para sempre. Sempre fui muito aparte das questões dele, não gostei do que ele fez no país, todas essas mortes, todos esses atentados, tanto inocente que caiu nessa.

Quando o questionei em relação do lema de campanha do Pablo Escobar, apoiado e reproduzido por outras campanhas políticas de “Medellín sem barracos” a resposta foi de novo bastante clara.

“De qualquer forma têm que existir” – o que? Os barracos? – Sim, você não acha? –Fiquei calada. Ele continuou... -Porque os deslocados [pela violência] vão continuar chegando à cidade e aonde vão chegar eles? Vão é para a cima, vão para os morros, por lá longe, pelas partes onde é difícil até caminha, imagina então fazer uma moradia. Porque senão, que outras coisas vão fazer as pessoas que chegam aqui do campo? Só resta procurar a invasão e fazer o barraco.

Estas dinâmicas que o seu Hernán relata de forma simplificada, é o relato verídico, dessas dinâmicas da guerra que acompanham as grandes cidades colombianas faz décadas. Ele as tem claras e como ele, muitos residentes na cidade e muitos moradores em regiões suburbanas e rurais também. A cidade é em muitos casos a única solução que resta para os deslocados pela violência. Em Medellín, os seus lugares baldios, geralmente nas suas ladeiras, se transformaram em ninho de refúgio destas pessoas. Ali, estes deslocados, já transformados nos mais novos atores urbanos, tentam restabelecer as suas vidas, geralmente sem produção de imaginários fixos, permanentes e duradouros. Estes nômades forçados procuram desesperadamente segurança, em detrimento de quase todo o resto que até então tinha significado e sentido.

Quando o único que resta é a fé

Faz alguns anos o seu Hernán perdeu uma perna, pouco depois a sua esposa perdeu a visão do olho direito devido à doença do Glaucoma e com o tempo, perdeu a visão do olho esquerdo por uma catarata avançada. O seu Hernán cuida integralmente da esposa, hoje seu sustento econômico se dá pela venda de roupas usadas na sala de casa e pelo aluguel de uma pequena loja comercial dentro do bairro. Hoje os dois estão velhos, sem aposentadoria e sem nenhuma probabilidade de ter.

Eu fui líder aqui no bairro mais o menos 20 anos, eu fui presidente da junta da ação comunal, também fui vice-presidente, eu amo ser líder, amo servir à comunidade... Já hoje sou outra qualidade de líder, já sou um líder espiritual, servindo-lhe a meu senhor Deus, já levo 6 anos lhe servindo a Deus. Porque Deus nos chama, nos prepara e nos envia.

Em relação às formas que ele e a esposa tem tido para sobreviver a essas perdas eles diz que deve tudo a Deus e aos caminhos cristãos (dos quais faz parte há 18 anos e “serve” como ele mesmo o define faz 6 anos) e aos esporádicos laços de solidariedade que de tempo em tempo aparecem. Atribui a eles o poder transformador e a fortaleza para ter sobrevivido a suas perdas. Diz também que mesmo às vezes querendo ir embora de Moravia, a probabilidade de isso acontecer é muito baixa. O apego ao passado é maior que a vontade de ir embora, porque como ele mesmo define, “estando aqui, o passado não dói tanto” e mesmo que a esperança se vê dilacerada pela realidade, essa realidade é dele e é o único de verdadeiro que ele tem na vida.

CAPÍTULO 5

O sentido do ser e estar no território, como sentido de vida.

Seremos felices aquí, Anael, entre el pito de los autos, el cemento de los puentes, las casas con puertas y terrazas fortificadas y el recelo comprensible de la gente que aún no nos conoce. Cerremos el baúl con los antiguos recuerdos y abramos uno nuevo, con el viento y el olvido a nuestro favor. Amarremos tu miedo y mi miedo al primer horcón, salgamos a la puerta, apoderémonos una a una de estas calles, contemos –aunque muy pocos crean y entiendan– el dolor de nuestra historia. Vamos, Anael, esta tarde es la primera tarde de todas las tardes que restan a nuestra vida. La mañana murió. La noche no existe. Estás tú, estoy yo, está esta ciudad que ha sido el sueño de otros. Involucrémonos en ella. Tomémosla prestada. Sólo por un rato, corto o largo. Pero, por favor, por nuestro hijo, por ti, por mí, no me pidas que regrese, no lo hagas, no sea que, de pronto, me desmorone y te haga caso.

La Avianca, Gustavo Ariza Navarro

Seu José

No momento da entrevista havia sete anos que o senhor José tinha sofrido um Acidente Vascular Cerebral –AVC-, medicamente definido como trombose cerebral. Esse episódio e a sua limitada recuperação física têm promovido muitas reflexões nele. Seguindo as suas palavras, hoje tem mais liberdade para falar de assuntos que antigamente achava delicados e até perigosos. Daqueles medos que o prosseguiram por muito tempo, poucos restam.

-Quando a pessoa tem que passar pelo que eu estou passando [por uma trombose] quem vive isso ou morre ou fica com sequelas para vida toda [...]. Eu sinto certa nostalgia, quer dizer, sentia certa nostalgia por lembrar que tive muita atividade e fui muito bom trabalhador, por isso custa tanto me ver tão inútil hoje. Depois, conversando com amigos percebi que nem tudo estava perdido, a vida continua. Porque mesmo nas circunstâncias nas que estou, não estou incapacitado mentalmente, [depois do acidente] tenho podido prestar serviço comunitário a várias pessoas que por uma ou outra razão chegam com um problema, uma necessidade e eu, com meus meios, não soluciono, mas sei quem soluciona.... Então eu falo, vai para tal parte, vai para tal outra parte... Eu consigo direcionar a resposta aos problemas e então isso me traz satisfação.

Com a resignação tomando conta depois de muitos anos de negação e resistência, seu José me abre as portas da sua casa e assim, com esses novos e desacelerados ritmos que a vida lhe impôs, se dão início nossas entrevistas, todas muito extensas e abundantes em detalhes. Como ele mesmo diz, o seu corpo podia estar desfeito, mas a sua mente e as suas lembranças continuavam intactas. Os relatos do seu José começam com a descrição do vivido [e sofrido] na sua infância. Ele insiste em defender que aquilo tudo foi responsável de torná-lo um homem de luta e resistência, defensor incansável do direito à cidade, à permanência e à identidade.

Seu José nasceu muito longe de Moravia, em um Estado vizinho, em 1935. Sua história retrata as incertezas que a violência e os deslocamentos conseguem deixar em alguém que se enfrenta a elas desde tenra idade. Os diversos processos de fuga e recomeço que viveu com a sua família durante muitos anos da sua vida, lhe evitaram consolidar laços sociais, lhe evitaram se sentir parte de algum lugar e de uma comunidade e dissolveram por muito tempo a sua identidade e referências no espaço habitado.

Ele, que já conhece o deslocamento e os atos violentos de longa data, narra todas as lembranças que tem de quando ainda era uma criança, no tempo que a fuga era a única constante. Lembra que nas suas memórias mais distantes, sempre está presente a migração de um povoado para outro e o medo dos seus pais, impossível de não estender aos filhos. Desde muito pequeno entendeu que nasceu em meio de um conflito e, a força de medo e silêncio, teve que identificar o conflito no que nasceu inserido e seu lugar dentro dele, a partir dos referentes imediatos e dos seus pais. Para questionar ou entender as causas e as razões dessa violência toda, o tempo na sua infância não bastou, pois era destinado integralmente à sobrevivência.

A sua família fugiu de um lugar a outro, na tentativa de evitar a guerra campal que então era travada pelos apoiadores do Partido Liberal e os apoiadores do Partido Conservador, no período que foi conhecido como *La Violencia* e que registrou entre 1948 e 1958 um intenso conflito civil que se desenvolveu nos campos colombianos e que promoveu grandes usurpações de terras.

Ele ainda relata como homens com tochas e machados chegavam aos sítios na madrugada, entravam e batiam nas portas, perguntando se as pessoas de dentro de casa eram conservadores ou liberais. Aquilo era uma encruzilhada sangrenta, da que muitos não conseguiram sair. Dessa forma se deu início um longo período de terra arrasada na Colômbia.

Depois de muitas migrações no interior do Estado de Caldas, na idade adulta decide migrar para o Estado de Antioquia, para provar sorte na sua capital. Carregava nas suas costas o deslocamento forçado, mas também seguia as promessas de progresso que naquela época se popularizavam no país inteiro, sobre a abundância de oportunidades que se concentravam em Medellín.

Seu José abomina os campos colombianos. Hoje depois de tantos anos, nem para passear, eles lhe resultam ser uma boa opção. Confia na abundância e aglomeração urbana e acredita que essa dispersão é sinônimo de segurança.

Chegou à cidade de Medellín e nela começou a desenvolver algumas artes que aprendeu naqueles tempos de fuga. Com a produção de artigos de couro, deu início à vida de estabilidade e permanência que tantos anos levava desejando. Estabeleceu-se

inicialmente no bairro Santa Cruz, bairro próximo de Moravia, que na época também era um bairro deprimido da cidade. Aos poucos anos chegou a Moravia, àquela Moravia receptora de lixo, da que quase todos tinham desprezo.

As promessas de progresso e pluralidade que persegue a migração

No caso específico do Estado de Antioquia e da cidade de Medellín, sua capital, existe um traço cultural muito importante, vinculado com sua identidade regional e com a promoção da pluralidade de ofertas. Os *paisas*, como são comumente chamadas às pessoas que nascem no Estado de Antioquia, têm uma tradição muito forte de crença e promulgação da ação empreendedora auto gestada, traço que parece fazer com que os *paisas* se tornem diferenciados em relação ao resto dos seus conterrâneos.

Acompanhando estas lógicas seria possível pensar que um aspecto que se torna relevante na relação do migrante forçado (e de muitos migrantes voluntários) e a cidade de Medellín como principal destino de migração, possa estar vinculada com as estruturas e dinâmicas econômicas da gestão empresarial, em todas as escalas. Um legado histórico que não perde suporte, nem vaidade com o tempo, nem com as novas gerações. Um legado que consagra a ideia de força e vigor para desenvolver as ações, de amor pelo trabalho, de disciplina, de tenacidade, de esforços constantes, de inteligência (e claro, da malandragem) para os negócios.

O caráter empreendedor do *paisa* destaca no país pela sua liderança e tem gerado contribuições importantes na industrialização da região e do país. Estas características têm levado a que no âmbito nacional, frequentemente o *paisa* seja identificado como um negociante instintivo, muito interessado no desenvolvimento da indústria e o comércio e que tem consagrado e enaltecido o espírito mercantil, capitalista e acumulativo.

No auge do surgimento da cidade moderna, a cidade de Medellín se alçou com um enclave econômico regional; a introdução de maquinarias, a facilidades para o acúmulo de matérias primas, a exploração da mineração, a crescente demanda por bens e serviços, a construção da Ferrovia Antioquia, dentre outros fatores se conjugaram para que a final do século XIX começar no Estado de Antioquia um profundo processo de criação de indústrias. Nesse contexto, tomaram especial importância a mineração e os cultivos de café, que geraram na região a necessidade de produzir peças de reposição tanto para as máquinas

de uso na mineração, bem como para as novas empresas de cultivo e processamento de café, devido ao fato de estas peças serem extremamente caras, não apenas para compras no exterior, mas também pelo seu transporte em mula até Medellín e até outros municípios⁸³.

Esta constituição como enclave econômico provocou um crescimento demográfico dramático na cidade de Medellín, dado principalmente pelo fluxo constante de imigrantes rurais, a maioria camponeses provenientes de regiões do mesmo Estado. Este foi o caso do seu José, que chegou à cidade de Medellín, perseguindo esse espírito empreendedor, perseguindo essas aparentes oportunidades de progresso, de autogestão e independência.

A história tem nos mostrado que este traço cultural e esse espírito empreendedor que caracteriza as pessoas da capital do Estado de Antioquia, também tem se tornado um incentivo cultural e social no surgimento das economias ilegais das drogas e o narcotráfico.

A vida do seu José transcorreu de forma tranquila nos seus primeiros anos na cidade de Medellín, até que duas das suas filhas pequenas sofreram uma intoxicação e uma delas morreu. O senhor José conta que nesse momento perdeu controle absoluto da sua vida, fez negócios que não resultaram bem e entrou em falência.

Esses eventos trágicos coincidiam com um período da história da cidade em que se popularizava entre os habitantes dos bairros periféricos, que lá, bem no centro da cidade era possível tomar um pedaço de terra e que o único necessário era demarcar o terreno e construir com madeira e telhado da qualidade que for. Assim foi José e sua família chegaram no bairro no ano de 1979.

O senhor José relata como desde a sua chegada em Moravia liderou e ajudou a organizar as pessoas para superar os frequentes operativos de despejo que a polícia e um grupo denominado “segurança e controle” executavam ou tentavam executar. A partir da liderança nessas situações e a clara conquista em todas elas, o senhor José ganhou renome e respeito no bairro. Ele conta que mesmo querendo dialogar, quase todos os encontros com a polícia terminavam em enfrentamentos violentos e quando a situação ficava violenta, a comunidade ali radicada de forma geral se unia em torno do direito à moradia como instrumento de luta. A estas lutas de resistência também se juntavam, moradores de bairros vizinhos e estudantes da Universidade pública de Antioquia.

⁸³ Alejandro Arbeláez Arango, *Inicios de la Producción Industrial en Antioquia*, Universidad de Medellín, Revista Científica Semestre Económico, vol. 3, No. 6 pp. 105-111. Medellín, 2000.

A construção simbólica, social e urbana de Moravia

Pela forma em que foi constituída Moravia e pelas especificidades dos habitantes que fizeram de forma autônoma e com poucos recursos o processo de urbanização no território, Moravia representava na maioria dos seus moradores a reivindicação do direito à Moradia, mas também representava a reivindicação do sentido do ser e estar na cidade e da produção social do espaço.

Moravia tem representado desde as suas origens um constante cenário de complexos processos de disputas, muitas vezes inclusive entre atores que se apresentam assimétricos entre eles. Moravia nasceu e se consolidou em meio de lutas sociais, de resistência, de reivindicações, de união, de trabalho e esforço. Moravia integrou isso tudo aos diálogos com as entidades do governo local para obter avanços jurídicos na procura da garantia dos seus direitos.

Moravia conquistou direitos, conquistou o espaço. Moravia conquistou o reconhecimento da sua existência no território e da sua construção social. As moradias e o habitat que elas constituíram, configuraram os sistemas privados da habitação (e ratificaram seu direito a eles), mas também definiram os sistemas estruturantes do espaço público e determinaram as lógicas de ocupação a partir dos princípios e as diretrizes auto gestadas. Vindo eles todos, da integração dos imaginários que seus habitantes tinham da cidade e dos imaginários que tinham da sociabilidade.

Ao falar do imaginário de um território, esta tese quer fazer referência à construção das relações subjetivas do seu humano com o seu meio. Imaginário entendido como formas de pensar, opinar, entender, atuar, de criar consciência e cultura, em resposta a um tempo, a um espaço físico e a umas condições sociais específicas, sendo construídos a partir das vivências. Assim, o território é constituído através das experiências ativas que nele acontecem, mas também são dadas pelo conjunto de crenças, valores, costumes e rituais que as pessoas que integram nesse território adquirem em todos os diversos âmbitos nos que se desenvolvem, sejam estes na escala familiar, no contexto social ao interior do bairro, no contexto social do bairro com o entorno urbano e na cidade como um todo.

Moravia construiu as suas relações indentitárias no território a partir da conjugação de todos os antecedentes históricos conturbados dos seus habitantes. Estes antecedentes na

maioria dos seus casos levam algum traço violento e também, na maioria dos casos, denotavam uma espécie de abandono e desamparo generalizado. Os habitantes de Moravia representavam as problemáticas de ordem pública e político que o país levava vivendo durante anos. Conflitos sociais derivados da violência política, da expansão do narcotráfico, dos grupos armados ilegais e da delinquência comum e se associavam com contradições econômicas, com inequidade social, com deslocamentos forçados e com a frequente incapacidade estatal para dar respostas e contingenciamento aos fenômenos sociais mais agudos que lá aconteciam.

Estas condições se integraram com os imaginários e as construções simbólicas que realizaram estas pessoas a partir da precariedade, a informalidade, a invasão, os processos ilegais de urbanização, mas também com as lutas pela legitimidade do seu assentamento [do seu lugar no mundo] como cenário social de pose e transformação. Mas Moravia também foi o cenário da integração dos assuntos e problemas que se tornavam comuns a muitas pessoas por conta do conflito armado interno: deslocamentos, desarraigo, limitações econômicas, diversidade cultural, democratização e superlotação urbana, alta pressão pelo uso do solo, insuficiência generalizada nas infraestruturas e nos mobiliários para os serviços de educação, saúde e lazer, além claro, da moradia.

O território em Moravia é compreendido além das definições de dimensões físicas e por cima disso, muito além dos espaços urbanos que devem ser plenamente planejados pelas administrações públicas locais. Em Moravia a pose do território estava além da construção da habitação própria. Neste espaço, os seus habitantes se organizaram para gerar redes de abastecimento elétrico, redes de esgoto, ruas e becos. Considerando inclusive um aspecto fundamental no planejamento urbano contemporâneo; a disposição de espaços para a promoção da ativação econômicas locais, com a criação de várias lojas comerciais de pequeno porte. A organização social em Moravia também dá conta de várias associações democratizadas, surgidas para gerar identidade social no território; juntas de ação comunal, eleições para líderes comunitários, grupos juvenis, oficinas infantis, grupos de atividade e apoio para idosos, mães comunitárias que além de prestar serviços de acolhimento com menores de idade, também foram capacitadas para oferecer serviços como vigias em assuntos de saúde.

Em Moravia os espaços foram socializados e culturalizados, o território em Moravia se vivia [até hoje] desde as suas formas (esse resultado da autoprodução), mas também desde suas cores e texturas, dos seus ritos e costumes, e claro desde seus sons, cheiros e sabores, porque ao final, um lugar conformado por pessoas de tantas regiões do país como não poderia ser rico nesses aspectos. Moravia como assentamento informal, se consolidou em reconciliação e significado com muitas pessoas ao seu interior, mas simultaneamente se consolidou em rejeição com muitos segmentos da cidade exterior.

O seu José conta que para ele as agrupações sociais com fins determinados e a capacitação para as pessoas que as integravam, sempre foi um assunto muito importante. Durante a época que foi presidente da junta de ação comunal, promoveu a capacitação constante entre os moradores do bairro, para tentar atender as suas próprias necessidades de forma rápida e autônoma, em um cenário no que não pareciam existir muitas ofertas de ajuda ou suporte. Dentre dessas capacitações, fala com especial orgulho da capacitação que realizaram um grupo de pessoas com médicos do hospital Universitário San Vicente de Paúl, hospital vinculado à Universidade pública de Antioquia. Para criar a brigada de vigias de saúde. Inclusive o lugar para todas essas capacitações foi a sala da casa dele.

Na visão do seu José, todas as formas de capacitação fortaleceriam a autonomia do bairro e diminuiriam a precariedade e as necessidades dentro dele. Enfatiza na criação e capacitação dos vigias de saúde, porque, certamente, as condições ambientais e de salubridade associadas com o lixo a céu aberto, geraram no bairro muitos problemas de saúde, particularmente entre as crianças, e como não existiam postos de saúde nem hospitais que atendessem a esta população, dar atenção a estas necessidades de forma interna, era, na sua visão a única solução, ou pelo menos a única que garantisse atenção e solução constante.

Quando a necessidade abunda, a ajuda é sempre bem recebida e pouco importar da onde vem. A incursão política e ação social de Pablo Escobar em Moravia.

A esposa do seu José se tornou líder dentre desse grupo de vigias da saúde e atuou com essa função durante muitos anos dentro do bairro. Esse grupo, promovia atenção integral, além do atendimento pontual das complicações de saúde, que era possível ser

tratados por eles com seus conhecimentos como vigias. Campanhas constantes de higiene, com orientações e com doações de artigos e produtos, melhoraram muito as condições de saúde dentro do bairro, particularmente aquelas vinculadas às doenças como infecções cutâneas, nos olhos e respiratórias.

Quando questionei a dona Ana da onde saíam essas doações de artigos e produtos para as campanhas internas de promoção e prevenção na área da saúde no interior do bairro, respondeu de forma muito serena: - do Pablo.

Questionei de novo, - Pablo Escobar? [*Levantou os ombros como se a minha pergunta fosse absurdamente óbvia e respondeu simplesmente*] - Sim, claro. [*Com um gesto sereno e sorridente no seu rosto*].

Pablo e não Pablo Escobar, Pablo e não “El Patrón”, Pablo, simplesmente Pablo, se referindo a ele como se faz referência a qualquer pessoa próxima.

A Ana, esposa do seu José começa a falar do Pablo Escobar.

Pablo Escobar vinha muito para o bairro para ajudar as pessoas pobres, ele fez muito pelo bairro, ele ajudou muito, fez a quadra⁸⁴ e quando se incendiaram 60 barraquinhos ele ajudou muito essas pessoas e fez um bairro em La Milagrosa⁸⁵ que se chama o bairro Pablo Escobar. Nesse sentido eu questionei: - Se chama bairro Pablo Escobar socialmente, mas a administração pública o reconhece como o bairro Pablo Escobar? O senhor José responde rapidamente. Não, não lhes convém [...] ele fez o que devia ter feito a administração pública. Ele sempre esteve muito atento com as coisas do bairro, mandava pessoal para ver si estavam fazendo as coisas da

⁸⁴ Por se tratar de um assentamento informal, construído fora dos parâmetros do planejamento urbano da administração pública da cidade, o assentamento não teve muitos espaços destinados para equipamentos de dotação urbana, que servissem para atender necessidades básicas como saúde, educação, lazer, esportes e recreação. Nesse sentido esta quadra esportiva, que durante muito tempo serviu como único espaço para a comemoração de eventos e recreação local, também foi cenário de importantes acordos de negociações de paz entre bandas criminais que se enfrentavam pelo controle do território no bairro Moravia e no bairro “El Oasis”. Desta forma, por iniciativa da própria comunidade e para superar as barreiras invisíveis de circulação entre estes bairros, se começaram a realizar torneios de futebol integrando ambos os bairros. Nesses torneios os jogadores chegaram fantasiados com roupas de mulher, nas palavras deles mesmo com a finalidade de alegrar e divertir a comunidade que tem sofrido tanto e então surgiu a popular “Partida das Loucas”, que a partir desse momento, passou a ter comemoração desse mesmo evento anualmente, em sã paz e convivência, inclusive atraindo a participação de outros bairros. (Estas histórias são relatadas pelos habitantes do bairro).

⁸⁵ “La Milagrosa” é um dos 17 bairros que integram a Comuna ou região administrativa número 9 da cidade de Medellín e está localizada ao leste da cidade.

cancha. Ele também criou uma organização que se chamava “Medellín sin Tugurios”.

“Medellín Sin Tugurios”, o que numa tradução forçada para o português seria algo como “Medellín Sem Barracos” é um programa social, que engloba o conceito de criação de habitação de interesse social para os sem teto assentados no lixão a céu aberto de Moravia. Este programa foi criado por Pablo Escobar e executado com dinheiro do narcotráfico.

A incursão do Pablo Escobar na política se deu nas ruas da cidade de Medellín, através do movimento “Civismo em Marcha”. Este movimento, que inicialmente se apresentou como projeto ecológico, incluía nas suas principais ações a plantação de árvores e o resgate de animais que estivessem em perigo. Posteriormente, o movimento se dedicou a realizar pequenas intervenções urbanas de criação e manutenção da iluminação pública em centenas de quadras esportivas pela cidade, assim como a doação de infraestrutura e mobiliários urbanos, especialmente destinada ao esporte, junto com o apoio para a criação e escolas de futebol nos bairros das regiões administrativas do Nordeste e Noroeste de Medellín.

A obra mais destacada e completa do programa Civismo em Marcha, foi a construção do bairro denominado “Medellín Sin Tugurios”, reconhecido pelos seus habitantes e pelos habitantes do entorno como o bairro Pablo Escobar. Pablo Escobar, que anos depois foi amplamente reconhecido como o chefe do Cartel de Medellín, destinou uma significativa soma de dinheiro na compra dos terrenos e na construção do complexo habitacional que acolheria a mais de 600 famílias, que viviam em condições precárias no lixão a céu aberto de Moravia e que tiveram os seus barracos destruídos por um incêndio em 1982⁸⁶.

Através das suas obras de inversão social, Pablo Escobar pretendia somar adeptos e obter votos para a sua chegada ao congresso [como de fato aconteceu]. Depois de obter reconhecimento público pelas suas expressões benéficas e assistencialistas, Pablo Escobar atingiu seus objetivos, conquistando um cargo no Congresso Colombiano como suplente de Jairo Ortega em 1982, aderido ao projeto político “Alternativa Popular”, dirigido por Alberto Santofimio Botero. Com a chegada ao Congresso, Pablo Escobar obtinha o que

⁸⁶ La Incursión en la Política de Pablo Escobar, Grupo Medellín Abraza su Historia, Alcaldía de Medellín, junio de 2019.

muitos assinalaram como seu verdadeiro objetivo; a imunidade parlamentar que o protegia da extradição.

No entanto, a carreira política de Pablo Escobar foi curta e conturbada e um ano depois abandonaria seu cargo no Congresso por uma série de escândalos com os que não soube lidar muito bem. Antes de ser eleito, Escobar pretendia fazer parte do partido político “Novo Liberalismo” dirigido por Luis Carlos Galán, o qual eliminou toda possibilidade de integração política quando durante um discurso público assinalou de forma enfática que não permitiria o ingresso de Pablo Escobar, nem de qualquer um ao seu partido, que tivesse vínculos ou proximidades com o narcotráfico.

Um ano depois, já como congressista suplente, em setembro de 1983, Pablo Escobar teve novamente um grande golpe na sua vida política. O Ministro de Justiça Rodrigo Lara Bonilla, durante um debate na plenária do Congresso, assinalou de forma aberta os nexos de Pablo Escobar com o narcotráfico. Dando suporte a estas acusações, o diretor do jornal *El Espectador*, um dos jornais mais importantes do país, Guillermo Cano, fez uma publicação resenhando o passado judicial de Pablo Escobar. Posteriormente Guillermo Cano faria várias publicações denunciando os crimes do Cartel de Medellín. Rodrigo Lara Bonilla, sendo ministro de Justiça, Guillermo Cano, sendo jornalista e diretor de um importante jornal e Luis Carlos Galán, sendo candidato presidencial (que se perfilava como favorito), foram assassinados em 1984, 1986 e 1989 respectivamente. As suas mortes foram acusadas a Pablo Escobar e ao narcotráfico.

Depois de perder seu cargo no Congresso foi dissolvida a sua imunidade parlamentar e se tornou fugitivo da justiça.

Muitos dos crimes do Pablo Escobar, inclusive antes de se tornar o chefe do Cartel de Medellín, não tinham precedente na história colombiana. A barbárie e crueldade que definiam muitos dos seus atos criminosos, numa guerra frontal contra o Estado, atravessaram praticamente todas as esferas da sociedade civil. As mortes de milhares de pessoas incluíam militantes de esquerda, jornalistas, políticos, juízes, integrantes das forças armadas, organismos de segurança do Estado, traficantes rivais e praticamente todo aquele que se apresentasse em oposição dos seus desejos e objetivos.

De fato, em finais da década dos 80 e começo da década de 90, Pablo Escobar e o Cartel de Medellín estimularam frequentes e indiscriminados ataques em lugares públicos a membros da Polícia Nacional e membros do “*Bloque de Búsqueda*”⁸⁷ em português “Bloco de procura”, a através do que foi conhecido como o “Plano Pistola” que acabou com a vida de centenas de policiais. Neste macabro plano, o Cartel de Medellín colocou preço às vidas dos militares, oferecendo recompensas pelos seus assassinatos, segundo sua patente militar. Com isso as estações de Polícia, os Centros de Atenção Imediata- CAI- e inclusive a circulação próxima de pessoas com farda, se transformaram em lugares de passo ou ações proibidas para grande parte da população urbana, pelo iminente risco que representavam.

*Eu, que quando era criança passava todas as férias em Medellín, na casa dos meus avós, lembro-me bem de uma experiência específica. Estava no parque, fazendo qualquer diligência com uma tia, sempre de mãos dadas, quando passamos perto de um “Bachiller” [o que seria em português um soldado na menor patente hierárquica da PM], minha tia apertou forte a minha mão e falou, “Bora rápido que é perigoso”. Eu fiquei olhando para aquele garoto, magrelo e tão jovem, tentando entender porque ele era perigoso. Percebi que só tinha como elemento de defesa um cassetete policial e que a sua expressão não era para nada ameaçante ou assustadora. Perguntei a minha tia porque ele era perigoso e respondeu “porque estão matando eles e a gente pode ficar na metade”. Ele não era o perigo, o perigo assombrava a ele, no cumprimento de uma obrigação que o Estado lhe impôs*⁸⁸.

⁸⁷ O denominado “*Bloque de Búsqueda*” em português “Bloco de procura” foi uma unidade de Operações Especiais, integrado 700 agentes, membros do Exército, o Departamento Administrativo de Segurança –DAS- e a Polícia Nacional. Este grupo foi criado em setembro de 1992 depois da fuga de Pablo Escobar do presidio “La Catedral”, e seu objetivo era a captura do capo e a desestabilização do Cartel de Medellín. Este grupo contava com apoio tático e militar da Agência Antidrogas dos Estados Unidos. Várias acusações indicavam que ao “Bloco de procura” também se somaram [não oficialmente] os PEPES– Perseguidos Por Pablo Escobar-, paramilitares e narcotraficantes amparados pelo Cartel de Cali. Todos com um propósito em comum; neutralizar ao Capo da droga, Pablo Escobar. 15 meses depois da sua conformação, em 2 de dezembro de 1993 o Bloco de procura assassinou a Pablo Escobar na cidade de Medellín.

⁸⁸ Na Colômbia, a Lei 48 de 1993 “Pela qual se regulamenta o serviço de Recrutamento e Mobilização” estabeleceu que o serviço militar fosse de caráter obrigatório para todos os homens do país. O Artigo terceiro da sua norma Reitora estabelece que “O serviço militar é obrigatório e todos os colombianos estão obrigados a tomar as armas quando as necessidades públicas assim o exigem para defender a independência nacional e as instituições públicas com as prerrogativas e as exceções que estabelece a presente Lei”. Dessa forma ficou estabelecido no Título II da situação Militar, Capítulo I, Serviço Militar Obrigatório que: Artigo 10. Todo varão colombiano está obrigado a definir a sua situação militar a partir da data na que completa a sua maioria de idade, a exceção dos estudantes que ainda estejam cursando os últimos anos da serie escolar, que definiram a sua situação quando terminem o ensino médio. A obrigação militar dos colombianos termina o dia em que completam os cinquenta anos de idade. PARAGRAFO: a mulher

Na Colômbia, o Auxiliar de Polícia Bachiller ou simplesmente Bachiller como são conhecidos popularmente, é uma modalidade de prestação do serviço militar obrigatório que oferece a Polícia Nacional, orientada para a prestação de serviços à comunidade “em prol do bem-estar e a educação desta”. Tem inscrições anuais e um dos seus requisitos fundamentais é ser maior de 18 anos e menor do que 24 anos. Nesta modalidade é proibido o uso de qualquer arma para uso de defesa pessoal no exercício do serviço.

Os crimes dirigidos e perpetuados pelo Cartel de Medellín, sob comando de Pablo Escobar, vão muito além dos múltiplos assassinatos seletivos. Grande quantidade de sequestros com fins extorsivos para financiar suas ações e muitos sequestros políticos e de familiares de importantes personagens da vida política nacional, foram também executados pelo Cartel, para exercer pressões contra o Estado. Dentro do inúmero mosaico de modalidades de crimes, também se têm atentados terroristas com bombas em edifícios públicos e em sedes administrativas de entidades do governo e inclusive se registra a explosão intencional de um avião comercial com mais de 100 passageiros, sem nenhum sobrevivente. Estes e muitos outros tantos fatos, fizeram parte da ampla gama de modalidades criminais e de onda terror que caracterizaram a este cartel de droga.

Pablo Escobar e o Cartel de Medellín, igual que todos os grupos armados ilegais no país, definiram a critério próprio os mecanismos para a resolução dos seus conflitos com as partes externas. Quase todos eles, sem diálogo ou negociação mediadora, e com o claro objetivo da eliminação da oposição, para garantir a superação de tais conflitos.

Essa forma popularizada da resolução de conflitos ou desentendimentos, permeou a esfera social, fazendo que inclusive nela, a resolução de conflitos entre indivíduos que não tivessem participação dentro dos grupos armados em conflito no país, também solucionassem os seus conflitos individuais, a partir de atitudes e ações próprias, também definidas pelo uso desmedido da violência e a força e também estabelecida nos pilares da eliminação da oposição para a resolução do conflito.

colombiana prestará serviço militar voluntario e será obrigatório quando as circunstancias do país o exijam e o Governo Nacional assim o determine e terá direito a os estímulos e prerrogativas, não importando a modalidade na que se preste o serviço.

Porém, por cima de todos os fatos que deixaram ver a crueldade e os estragos do capo⁸⁹, muitas pessoas também o amavam e seus vínculos com ele e o seu legado continuam representando orgulho entre eles até hoje [*e ao que sugerem as indagações desta tese, continuarão assim por muito tempo*]. Este é o caso de muitas pessoas em Moravia e ainda mais latente no bairro Pablo Escobar. Um legado que estas pessoas têm levado ao longo dos anos, mas que também têm replicado nas gerações mais jovens, como uma espécie de orgulho perpétuo, de reconhecimento e gratidão sem limites.

Na entrada do bairro, existe um enorme mural com a imagem de Pablo Escobar e com a legenda de “Bem-vindos ao bairro Pablo Escobar, aqui se respira paz”, ver Figura 24, que parece ainda maior quando comparado com as estreitas e íngremes escadas que estruturam este bairro e que por vezes parecem não terem fim, ver Figura 25.



Figura 24- Foto mural entrada do bairro. Tomada do Jornal Clarín.com, Un trágico mito, “Pablo Escobar”, el barrio que rinde culto al capo del narcotráfico. 27/11/2018.

⁸⁹ A palavra “*Capo*” vem do italiano e do latim “*Caput*”, que quer dizer “*cabeça*”. A cabeça é relacionada com o mando, por ser a parte do corpo que controla todas as demais partes. Tomou força e popularidade no sentido metafórico a partir da consolidação das máfias italianas. Em uma tradução para o português poderia ser entendido como “chefe de máfias” ou “barão das drogas”, dentre outros que contenham a mesma conotação simbólica de poder e domínio sobre a cadeia plena do narcotráfico.

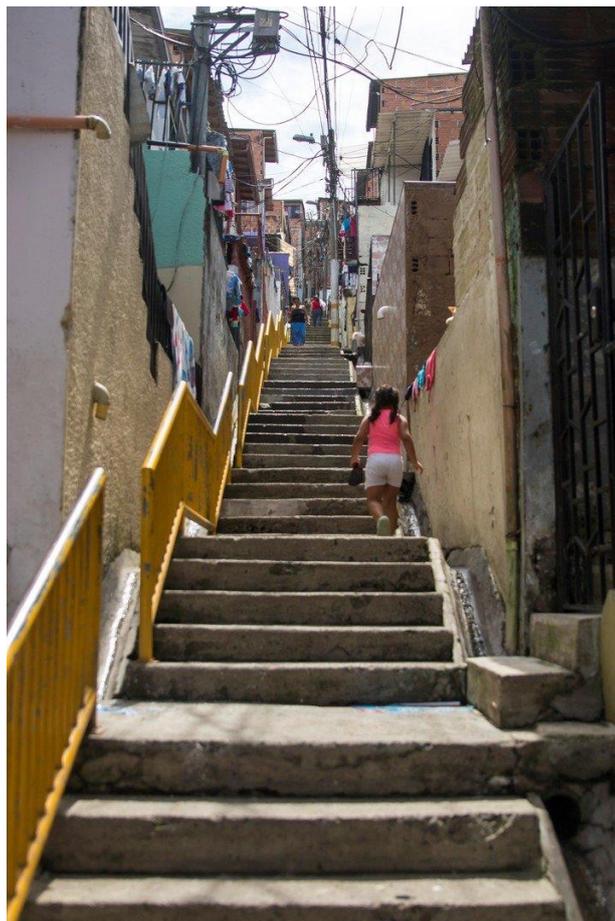


Figura 25- Foto escadas que estruturam o bairro. Tomada do Jornal Clarín.com, Un trágico mito, “Pablo Escobar”, el barrio que rinde culto al capo del narcotráfico. 27/11/2018.

Este bairro, que também sofreu um processo de expansão acelerado, como o resto da cidade, hoje conta com mais de 5.000 moradias e dentre dos seus habitantes a devoção por Pablo Escobar continua intacta, inclusive entre adolescentes e crianças que jamais lhe conheceram.

Mesmo que o bairro foi fundado com o nome de "Medellín sin tugurios" por Pablo Escobar, lá em 1984, com a morte dele, os seus habitantes decidiram mudar de nome e lhe atribuírem o nome do capo, como uma homenagem. O Bairro, com esse nome, nunca foi e provavelmente nunca será reconhecido pela administração pública local. O reconhecimento do bairro dentro do marco legal leva anos de disputas com a administração, não só pela sua origem ilegal e sim porque ele está localizado em terrenos instáveis.

Os seus habitantes conhecem muitos dos crimes que são atribuídos a Pablo Escobar, porém, pouco parece importar-lhes.

“De manhã ele era ruim, de tarde já era bom. De dia ele mandava detonar um carro bomba, mas de tarde dava comida aos pobres. Pela manhã dava a ordem para matar um ministro, mas depois enviava medicamentos para os idosos” (Ivan Hernández, de 81 anos, um dos fundadores do Barrio "Pablo Escobar". Jornal Clarín.com.)

O bairro inclusive conta com um museu em homenagem ao capo e com percursos guiados onde são narradas as relações do bairro com Escobar e muitas outras histórias que são consideradas façanhas do chamado por eles, o Robin Hood colombiano.

“Aqui contamos a quem vem, como é que a gente percebe ao Pablo. Sabemos que ele fez muito mal, mas a gente prefere contar o bom. Temos um teto graças a ele”. Indica em entrevista um dos guias turísticos Esteban Valdéz. (Jornal Clarín.com⁹⁰).

Enfim, Escobar era definido por muitos como um “ruim” bom, cujos atos ruins em pouco ou nada os afetava, mas cujos atos bons, em muitos casos, foram inclusive determinantes para o seu bem-estar permanente. Se por um lado o desprezo por seus atos e o temor que seu nome infundia tomou conta de uma boa porção da sociedade colombiana, por outro lado, todas as suas obras sociais e a proximidade que tinha com as pessoas que habitavam em zonas carentes ou de baixos recursos, lhe valeram de reconhecimento e respaldo social de setores populares em Medellín, particularmente por aqueles que diretamente foram beneficiados por algum dos seus programas ou inversões sociais. O certo é que Pablo Escobar com a execução de todos os seus programas sociais, ocupou na cidade de Medellín um vazio que as pessoas achavam que o Estado tinha deixado.

Fantasia social e culturais alimentadas pelo narcotráfico e suas máfias

Na época que Escobar fazia abundantes inversões sociais, os termos “narcotráfico” “narcotraficantes” e inclusive “cocaína”, suas formas e efeito não eram comuns, nem cotidianos na linguagem dos colombianos. Naquela época existia, uma especulação generalizada na que se acreditava que aquilo que gerava rendimentos em abundância era o

⁹⁰ Jornal Clarín.com, *Un trágico mito*, “Pablo Escobar”, el barrio que rinde culto al capo del narcotráfico. 27/11/2018.

contrabando e que essa rede de negócios ilegais era possível pela falta de leis, controles e punições para estes delitos, por serem considerados menos graves, pela sua não letalidade. Isto por falar do panorama na Colômbia, mas parecia que o panorama no mundo fora, aquele onde a droga tinha o destino final e, portanto, os consumidores potenciais, esses mesmos conceitos também não eram amplamente dominados na esfera social, nem nas entidades de controle e segurança. Isso evidenciado nos inúmeros carregamentos de cocaína que durante anos ingressou Pablo Escobar em países como os Estados Unidos. Em meio de todo esse contexto de falta de clarezas, a droga se apresentava como um negócio bastante lucrativo, que aparentemente não fazia mal a ninguém por perto e pela conjugação desses dois aspectos, esse negócio ganhou apoiadores e até defensores no contexto nacional.

Além disso, o fato de que na sua maioria, os grandes narcotraficantes tinham uma origem humilde e de que o negócio do narcotráfico tivesse uma imensa rentabilidade, fazendo possíveis consumos desmesurados de alcance rápido no tempo, gerou uma espécie de onda de sentimentos simpatizantes e cumplicidade social e inclusive chegou a gerar estímulos em relação às projeções e desejos para uma vertiginosa ascensão econômica e de uma rápida captação de riquezas nas classes populares. Os narcotraficantes, com as suas formas abertas e exageradas de socializar, geralmente implicando gastos excessivos e desnecessários de dinheiro, deram origem a uma nova classe social, que tinha direito ao gozo pleno da abundância e o desperdício, mas que eram vindos de uma classe popular ascendente. Esta nova classe social, referenciada por Pablo Escobar como ícone da opulência e do poder, se infiltrava e fraturava uma classe social dominante tradicional na Colômbia. E isso parecia gerar entusiasmo em alguns cidadãos, que também queriam fazer parte dessa mudança social.

Mas o narcotráfico e as suas máfias tiveram muitas implicações sociais. Em Medellín, especialmente, a máfia e a cultura mafiosa atravessaram a sociedade e em muitos casos provocaram uma tergiversação dos valores, tornando o dinheiro fácil e rápido em uma necessidade imediata, esta cultura popularizou a opulência e a exibição dela. Essa cultura mafiosa servia de espelho e desejo para muitos e conseguiu por anos, ser replicada pelas gerações que precederam o desmantelamento do cartel de Medellín e a reestruturação e reorganização de muitos outros grupos armados que seguem até hoje as linhas desde cartel de drogas.

Um exemplo do que o “*Narco-fanatismo*” gerou socialmente em Colômbia, de forma pontual em Medellín, pode ser visto claramente mediante o que a figura de *Popeye*⁹¹ representa. Este indivíduo, considerado como um dos maiores delinquentes do país, sempre fez entrevistas e declarações para meios nacionais e internacionais, manifestando seu profundo orgulho pelos crimes cometidos sob ordens de Pablo Escobar. Depois de cumprir a sua primeira condenação, em 2014, se converteu em um fenômeno em massa, se auto proclamando como a memória histórica e viva do Cartel de Medellín, que além de se tornar *Youtuber* ou *influencer* com mais de um milhão de seguidores, quando saía às ruas de Medellín, era perseguido por uma peregrinação de pessoas que desejavam autógrafos e fotos com ele. *Popeye* que sempre encontrou formas de fabricar discursos para justificar seus crimes e os crimes do Cartel de Medellín, representava uma cultura tergiversada, que floresceu em uma época em que algumas pessoas pensavam que a ilegalidade e a maldade eram formas rápidas de escalar socialmente na Colômbia.

O passo de *Popeye* de criminal a Narco-Estrela, pode ser também entendido como a simbologia do que ele carregava, representando a experiência mais real e próxima que as pessoas do comum podiam ter de Pablo Escobar e do Cartel de Medellín, em uma escala de acesso e de contato. Ele era o retrato vivo da maldade, da opulência, da história vivida, mas também da história vendida pelos meios narco-difusores, com uma chuva de narco-novelas, narco-seriados e narco-filmes que têm sido amplamente produzidos e têm-se popularizado nos últimos tempos.

Voltando à entrevista com o senhor José, eu já sabia por comentários soltos no bairro, dos vínculos que ele teve com Pablo Escobar, mas até aquele momento eu não tinha comentado nada em relação a isso.

O senhor José dá continuidade aos comentários da esposa em relação a Pablo Escobar e começa a relatar seus contatos com ele. Começa me mostrando uma foto *[modulada e pendurada na parede, do lado das outras fotos dos seres amados, exibidas orgulhosamente na sala]*. Essa foto era de um ato público dirigido por Pablo Escobar em

⁹¹ Jhon Jairo Velásquez Vásquez, pseudônimo “Popeye” foi o mais famoso guarda-costas e assassino de aluguel de Pablo Escobar. Foi também a pessoa que mais tempo ficou preso na Colômbia por crimes vinculados a Pablo Escobar e ao Cartel de Medellín, reconhecendo mais de três mil assassinatos e a participação no planejamento e a execução de muitos outros crimes, ele passou mais de 23 anos preso. De 1992 a 2014. Depois em 2018 foi capturado e condenado por extorsão e morreu em 2020, enquanto estava encarcerado, por causa de um câncer de esôfago.

Moravia, na foto também aparecia o seu José, do lado de Escobar, porque nesse ato estavam discutindo assuntos em relação à construção da quadra e seu José, naquele momento era líder no bairro. Essa foto, segundo o seu José, tem especial relevância porque o Pablo Escobar não gostava de ser fotografado, então ter essa foto é considerado por ele um privilégio.

Mostram-me mais outras fotos e nelas relacionaram os nomes de algumas pessoas e as suas funções dentro bairro, ao serviço da organização do Pablo Escobar. O seu José define todos eles como “os políticos do Pablo”.

Olha para o quarto do lado da sala e me diz:

Quando ele vinha aqui, gostava de ficar nesse quarto, às vezes dançando, às vezes só conversando. Ele gostava muito dos esportes e se comprometeu com a gente para ajudar a fazer a quadra e cumpriu. [...]. Quando ele vinha aqui conversávamos muito e ele me dizia e dizia “eu invejo a vida de todos vocês, porque vocês vivem com necessidades, mas têm tranquilidade. Olhe para mim, tenho todos estes guarda-costas e não sei qual deles em determinado momento, seja quem, vai me matar”.

A esposa do seu José interrompe e relata que quando uma neta deles morreu, quem mandou o dinheiro para pagar todos os gastos fúnebres e o enterro foi Pablo Escobar. *[Ela respira fundo e continua]* - *Como querem que a gente não goste dele, se ele fez tanto por nós?* Com o tempo e as minhas visitas no bairro, confirmei que esse sentimento de gratidão a Escobar era comum em muitos moradores no bairro. Todos seus apoiadores alegavam que quando a cidade inteira os rejeitava, só o Pablo Escobar apareceu com ajuda eficaz, por cima de meras palavras e promessas.

Por cima de tudo que pode ser apontado, discutido e validado, a realidade é uma só e é bastante clara. A intervenção de capital de Pablo Escobar, representada no melhoramento da qualidade de vida destas pessoas, lhe serviu ao reconhecido capo da droga uma gestão eficiente, com uma sólida relação de respeito, respaldo e gratidão popular. Dentro destas comunidades carentes, Escobar era escutado e era merecedor da confiança porque ele “já tinha feito algo” e com isso ele já tinha, ao ver de muito, demonstrado a sua verdadeira capacidade de intervenção. Assim, se o propósito de Escobar com suas participações em Moravia, era de lhe dar um uso político à pobreza, seus objetivos foram alcançados de forma muito bem-sucedida.

Os laços políticos e sociais que saíram dessas relações do Pablo Escobar com a comunidade do Lixão de Moravia, lá na década de 80 do século passado, seja talvez a relação de lealdade que se consagrou com maior permanência na história e nos imaginários vinculados a Pablo Escobar. Inclusive até hoje, quase nada consegue abalar essa relação, porque acima de tudo está o reconhecimento a ele, na ajuda proporcionada para a satisfação das necessidades de moradias de forma imediata, no que também poderia ser entendido como as relações dadas a partir da economia do bem-estar social que foram estabelecidas com Pablo Escobar.

A organização comunal e a autogestão para o controle da segurança interna

Com o decorrer das entrevistas, as fotos já não eram somente as expostas na sala. Os álbuns de fotos foram integrados e com essas novas fotos, novas histórias iam chegando. As histórias pessoais se entrelaçavam com as histórias do processo de consolidação do bairro, inclusive desde que nele só existiam lixos e barracos.

Dentre das tantas histórias que o senhor José narra em relação ao bairro, duas em especial chamam muito a minha atenção: a primeira é a que ele conta como depois de um dispendioso processo de negociações com a administração local, surgiram os “bônus de ajuda mútua”. Ele diz que foi uma proposta que partiu da comunidade de Moravia para o então prefeito da cidade Juan Felipe Gaviria. Como a prefeitura queria cobrar pelos terrenos, mas os moradores não tinham dinheiro para pagar por eles, propuseram trabalhar na construção de obras comunitárias dentro do bairro e que fosse reconhecido esse trabalho como parte do pagamento dos terrenos. Assim, as pessoas passaram a trabalhar nessa modalidade, jornadas de 8 horas. Cada um dos bônus tinha um preço e as pessoas que não podiam sair para trabalhar pagavam para outros moradores para trabalharem no nome deles. *“com isso mercávamos, isso se transformou numa moeda que circulava no bairro”*.

Foi assim, como de forma criativa e desde a organização ao interior da comunidade, os habitantes de Moravia, no tempo que solucionavam um problema estruturante como a ilegalidade na posse da terra, ativaram novamente as dinâmicas econômicas locais. Foi a partir desse programa de bônus de ajuda mútua que se dá início o processo de legalização de Moravia. E esse processo é fundamental para entender como as lógicas da

informalidade se entrelaçaram com as lógicas dessa Moravia que se inseria na formalidade, nessa Moravia que avançava para o reconhecimento como parte da cidade.

A segunda história é na que ele me conta como foram criados os grupos de vigilância ao interior do bairro.

-Foi preciso conformar um grupo de vigilância. Questionei: vigilância para que? Ele respondeu; - Para controlar muito mal que havia [no bairro]. Questionei de novo: - que tipo de mal? – Muito roubo, muito furto e muitas cozinhas⁹². Aqui no bairro chegavam pessoas de todas as partes, muitos eram deslocados pela violência que vinham do campo, mas também tinha muitos que foram expulsos dos seus bairros pelo que aprontavam lá. Então para nos defendermos, tivemos que formar esse grupo... Mas era um grupo legal. Questionei: - legal? A que se refere você quando fala grupo legal? – *Que a gente conseguiu identificação mediante crachá com a secretaria de governo para poder funcionar como vigilância no bairro.* Questionei se tinham posse e porte de armas e respondeu que sim, que justamente por isso lhes tinham dado identificação. No entanto, respondeu que não eram armas do governo, nem eram armas registradas, mas que com esse crachá eles certificavam o porte de armas. Por várias vezes tentei questionar a veracidade da legalidade na posse e porte das armas que ele tanto defendia, mas a resposta sempre foi a mesma. Com absoluta convicção, o tempo todo defendeu o amparo dado pela secretaria de governo, como autoridade capaz e plena de lhes prover tais direitos. Não consegui, nem com ele, nem como ninguém mais nas minhas diversas indagações na prefeitura, alguma validação dessa informação. O seu José continua a sua fala, defendendo que o grupo tinha maior proceder por convicção do que por ação e sempre tentavam solucionar mediante diálogo, antes de usar a força.

Ainda diz que quando uma pessoa era pega cometendo um ato ilegal, era entregue à polícia. Questionei se esse “grupo de vigilância legal” tinha se vinculado em algum momento a um grupo armado insurgente e respondeu que não. Com o tempo entendi que isso poderia ter sido verdade, ao final eles já tinham armamento, já exerciam controle no território e já gozavam de um aparente respaldo institucional do poder público local, ou pelo menos isso defendiam e promulgavam, dessa forma, eles por si, já estruturavam um grupo paraestatal.

⁹² Se referindo a lugares onde se preparavam, armazenavam e distribuíam drogas dentro do bairro.

Seu José relata que suspenderam seus labores com a vigilância quando foi prometida a chegada da polícia no bairro. Conta que uma viatura foi instaurada em uma pequena pracinha que existia no bairro e várias outras estratégias de controle por parte do Estado foram implementadas. Mas nas próprias palavras dele “foi pior a cura que a doença”. Diz ele que a desordem voltou e que a comunidade teve que tomar de novo o controle. Citou um padre chamado Hernando Cuartas que trabalhava com Pablo Escobar no programa Medellín sem barracos e com ele foram estabelecidas estratégias para retomar o controle no território. Chamou muito a minha atenção que os recursos econômicos que esse padre administrava e injetava no bairro, eram recursos vindos diretamente do Pablo Escobar⁹³. Ele ainda diz que Escobar ajudou por pouco tempo ao bairro, pois os assuntos judiciais pessoais dele interferiram com mais ajudas.

Já que estávamos falando de grupos de controle dentro do bairro, aproveitei para perguntar pela presença e participação dos grupos milicianos no bairro e ele foi enfático em afirmar que “*esses grupos se dedicaram a matar a todas as pessoas que estivessem fazendo coisas entendidas como erradas por eles*”. Diz também que estes grupos rapidamente passaram a cobrar um imposto pela segurança prestada, passando de casa em casa e segundo as condições econômicas de cada casa se cobrava um valor diferente. Ainda diz que durante esse tempo foram cometidas muitas injustiças, porque qualquer comentário ou qualquer fofoca ou calúnia já era razão para matar alguém.

Seu José não conclui a sua fala sobre os grupos milicianos sem voltar à defesa do grupo de vigilância do qual ele fez parte, insiste em que eles eram “*bons*” e os milicianos eram “*ruins*”, defende novamente que jamais fez parte de nenhum grupo armado, inclusive as inúmeras ofertas e pressões que sofreu por parte deles, depois da dissolução definitiva do seu grupo de vigilância. Para ele, a criação do seu grupo de vigilância, mesmo fazendo uso de armas e da força a critério próprio, era uma necessidade imperante no bairro para garantir a autopreservação. Insiste em dizer que a sua criação tem origens legítimas de sobrevivência e que nunca foram um grupo paraestatal, segundo ele, esse grupo sempre foi uma representação do Estado em Moravia e por essa representação eles ganhavam maior

⁹³ A família de Pablo Escobar, como a maioria das famílias *paisas*, tem uma extensa tradição religiosa vinculada com o catolicismo. As ajudas que eram intermediadas por esta respeitada figura da igreja católica, nunca foram questionadas dentro do bairro. Em primeiro lugar porque eram ajudas ofertadas, em um contexto de carências e em segundo lugar porque todas essas ajudas eram administradas mediante uma figura muito respeitada no Estado, representando a religião católica.

legitimidade. Ele também insistiu bastante em dizer que seu contato com Pablo Escobar foi exclusivamente para tratar de assuntos comunitários dentro do bairro.

Com esse último relato do seu José, ficou confirmada, mais uma vez, essa aparente [*e permanente*] necessidade de criação de grupos armados no território colombiano, sob todos os discursos legitimadores cabíveis. Dentro desses discursos, sempre, qualquer outro grupo armado não tem legitimidade e suas origens e procederes, são igualmente desestimados. E esse vem sendo o caldo de cultivo, de todos os grupos paraestatais na Colômbia, desde que a história registra os primeiros grupos deste tipo e provavelmente também será o caldo de cultivo dos grupos paraestatais que seguirão se formando. Na Colômbia, as poucas memórias que possam existir de um país que não leva uma realidade concomitante com vários grupos armados em disputa pelo poder e toda a violência que isso desencadeia, estão condenadas ao esquecimento. Hoje no país, já somos muitas gerações que não conhecemos uma realidade diferente a essa.

CAPÍTULO 6

Quando se é vítima, inclusive desde antes de nascer, o futuro não parece sortear muitas opções.

*Mi tierra ya no es mi tierra.
Fui expulsado de ella, salí a medianoche sin rumbo,
salvando la vida como si mi vida valiera alguna cosa.
El resto lo perdí; la casa, los muebles,
las fotos y las cartas que me conectaban con los muertos de mi sangre.
Todo quedó abandonado,
de alguna manera muerto,
muerto como yo, que comencé a morir entonces.
Salí con las manos vacías, sin tiempo para llorar,
también sin pasado salí de esta tierra que ya no es mía.
El espejo de esta casa se niega a reflejarme,
nadie me reconoce.
Sin lugar y sin pasado,
esta tierra no me reconoce.
Ya no hay casa.
En el lugar habitan gentes que llegaron de ninguna parte.
Ahora soy un nómada, una planta sin raíces,
un hombre sin nombre y sin memoria.*

Monólogo de alguien sin voz
Darío Jaramillo Agudelo

Dona Maria

Com dona Maria realizei várias visitas guiadas ao interior do bairro, que com o passar dos dias terminaram sendo mais encontros prazerosos e tertúlias, do que vistas técnicas com finalidades acadêmicas. Ela, sempre simpática e muito gentil, não parece que carregara consigo a dor de tantas mortes e perdas violentas dentro da sua família.

Ela, que hoje representa uma das figuras mais importantes dentro da memória histórica o de todos os diferentes processos de transformação do bairro, me narra de forma detalhada cada um deles, desde quando naquele lugar só existia mato, sem nenhuma estrada e nenhum transporte público que chegasse sequer por perto. Naquela época não passavam ônibus no interior do bairro, mas essa realidade não tem mudado até hoje. As suas estreitas ruas impossibilitam isso, por isso o transporte público, costuma transitar envolta do bairro.

Dona Maria, que chegou ao bairro no ano 1968 com seis anos de idade, conta que Moravia tem suas origens a partir da ferrovia do trem da cidade, que passava pelo limite do bairro, a partir dela é que começam a se assentar as primeiras famílias no bairro. Estes fenômenos de povoamento a partir dos sistemas ferroviários são comuns em muitos lugares do mundo e de fato eles se constituem como um importante componente nas mudanças territoriais de ocupação e urbanização e, claro, do significado do deslocamento.

Ambos os seus pais são do estado do *Valle del Cauca* e assim como a história de seu José, eles também tiveram que migrar para a cidade de Medellín fugindo da guerra bipartidária entre conservadores e liberais. Naquela época o casal só tinha uma criança pequena, o irmão mais velho de dona Maria.

“Meu pai era de renda baixa e até onde eu entendo, nesse tempo os liberais eram as pessoas de renda baixa e os conservadores as pessoas de renda alta, então meu pai era dos liberais, os conservadores ou Godos, o obrigaram a sair de lá sob ameaça de morte. Então meu pai teve que sair de lá às pressas, deixando tudo o que tínhamos, que não era muito, mas era nosso. Nesse momento eu estava no ventre da minha mãe, por isso eu falo que comecei a ser deslocada pela violência desde antes de nascer”

A dona Maria me faz questionar o lugar das mulheres grávidas, e o lugar da mulher de forma geral, no marco do conflito armado interno colombiano. As informações do

registro dos crimes sofridos por mulheres no marco deste conflito são muito mais dispersos e inexatos em relação ao registro dos crimes sofridos por homens no mesmo contexto de conflito. Adicionalmente, os crimes de guerra que estão historicamente concentrados em mulheres, são também modalidades de crimes que são menos denunciadas. O medo a retaliações futuras por parte dos perpetradores dos crimes, se conjuga com afetações às concepções da honra e da moral em cenários primordialmente camponeses ou rurais, no nível individual, familiar e social, e estes fatores continuam representando obstáculos aos processos de denúncia, de reconhecimento do crime e por tanto do reconhecimento da condição de vítima, bem como aos processos de punição e reparação.

As mulheres no marco do conflito armado

A violência que antecede ao deslocamento forçado ou a violência que acontece durante a perpetuação deste flagelo, também se manifesta de forma diferenciada entre homens e mulheres. O Centro Nacional de Memória Histórica indica que se por um lado é certo que as vítimas de violação do direito à vida, que antecedem a esta modalidade violenta, como execuções, torturas, massacres e desaparecimentos, está concentrada majoritariamente em homens, apontando a partir dos registros, que nove de cada dez vítimas fatais ou de desaparecimento forçada são homens, outras violências, decorrentes dessas anteriores, se concentram em mulheres.

Segundo o Auto 092 de 2008, as mulheres estão expostas no marco do conflito armado interno colombiano a dez (10) riscos de gênero, que têm sido identificados pela Corte Constitucional da seguinte forma; (i) Violência sexual, exploração sexual e abuso sexual; (ii) Exploração e escravização para exercer trabalhos domésticos e funções consideradas femininas em uma sociedades com traços patriarcais, por parte dos atores armados ilegais; (iii) Recrutamento forçado dos seus filhos e filhas pelos atores armados à margem da lei; (iv) Contato ou relacionamentos; familiares ou pessoais -voluntários, acidentais ou alegados- com membros de qualquer dos grupos armados ilegais, ou força pública; (v) Participação em organizações sociais, comunitárias ou políticas de mulheres, ou em sua liderança e promoção dos direitos humanos; (vi) Perseguição e assassinato por estratégias de controle coercitivas; (vii) Assassinato ou desaparecimento de seu provedor econômico ou pela desintegração de seus grupos familiares e de suas redes de apoio material e social; (viii) Desapropriação de suas terras, patrimônio e ativos mais

facilmente por atores armados ilegais; (ix) Condição de discriminação e maior vulnerabilidade de mulheres indígenas e afrodescendentes e (x) Perda ou ausência de seu parceiro ou provedor econômico durante o processo de deslocamento. (Mujeres y conflicto armado, gobierno de Colombia, Unidad de Víctimas. 2015).

Em relação ao panorama de afetação da mulher, no marco do conflito armado interno, a Unidade de Víctimas do governo nacional indica que de um total de 9.057.952 de vítimas em todas as modalidades violentas, 4.557.774 (50.3%) são mulheres. Desse total de vítimas mulheres registradas, 4.152.133 são vítimas do deslocamento forçado, o que representa o 91,1% do total das vítimas mulheres. 492.240 (10.8 %) são vítimas de homicídio, 255.230 (5.6%) são vítimas por ameaças direitas, 82.040 (1.8 %) são vítimas por desapareição forçada. No caso de delitos contra a liberdade e a integridade sexual 28.636 ocorrências têm sido registradas, o que representa o (0.63%) do total de vítimas registradas⁹⁴.

Destas modalidades violentas, duas são de especial interesse para esta tese. O deslocamento forçado, por ser foco nessa pesquisa e a violência sexual, por ter-se tornado um mecanismo de controle e poder perpetuado por todos os grupos armados em Colômbia, legais e ilegais, tanto nos contextos rurais, como nos contextos urbanos.

Em relação à segunda modalidade violenta, a Anistia Internacional realizou um informe sobre a ocorrência de estupros a mulheres no marco de perpetuação de crimes de guerra na Colômbia, documentando que sobre os fatos violentos acontecidos entre 1986 e 2001, se permitiam inferir que existiam indícios que apontavam que a violência sexual foi implementada de forma habitual, especialmente na ocorrência daqueles crimes que envolvem massacres e despejos na posse de terras. Mas essas práticas bárbaras, mesmo sendo mais adjudicada a grupos paramilitares, não são limitadas só a esse grupo armado específico; todos os atores armados, incluindo os grupos guerrilheiros e as forças de segurança do Estado, têm convertido o corpo das mulheres em um botim de guerra, em um campo de batalha e também em um território a conquistar. A violência sexual é usada como forma de estratégia prática para comunicar às comunidades quem manda no território,

⁹⁴ Dados consultados em 08/03/2020 em <https://www.unidadvictimas.gov.co/es/registro-unico-de-victimas-ruv/37394>

ela é a forma de informar que os corpos das mulheres e meninas, assim como o território, já têm novos donos.

Nesse sentido, a *Corporação Humanas* identificou que no exercício da violência sexual, estas organizações armadas mostravam a centralidade dos imaginários tradicionais sobre o corpo e a sexualidade feminina nas práticas de guerra, como instrumento coacionador da população civil e disciplinador da população combatente. A violência sexual era uma das formas de derrotar moralmente às populações, de estabelecer as hierarquias por sexo e de consolidar regimes de controle, mas a violência sexual também tinha objetivos por cima da recompensa e coesão pelas “conquistas militares” ao interior dos grupos armados, perseguindo outras finalidades como a dissuasão das pessoas, especialmente das mulheres, na sua intenção de denúncia e perícia em relação aos crimes sofridos. Esta modalidade também serviu para obter informações e para exterminar organizações, grupos sociais ou políticos⁹⁵.

Geralmente o lugar da mulher no marco do conflito, vem conjuntamente com o lugar das crianças, cuja situação social também é altamente vulnerada e, paradoxalmente, igualmente invisibilizada.

Já em relação ao deslocamento forçado de mulheres chefas do lar ou de mulheres sozinhas, durante todo o tempo de conflito, se tem que ele é ainda mais despercebido que no caso de famílias ou comunidades inteiras, ou inclusive que o deslocamento forçado em homens. Este deslocamento é invisível, porque é dado normalmente de forma individual e geralmente as mulheres [predominantemente camponesas, com baixa escolaridade e baixa representatividade resolutiva nos assuntos do lar, referentes à produção de recursos econômicos de manutenção] não têm acesso aos canais de comunicação em condições de equidade com os homens. Muitas destas mulheres tiveram que encararem as suas novas e demandantes responsabilidades econômicas para sustentar seus lares, sem sequer saber ler ou escrever. Em outros casos, ainda mais dramáticos, resultou especialmente tortuosa a demonstração e validação jurídica da propriedade familiar no marco dos mecanismos de reparação do Estado, porque “esses assuntos” eram de domínio, quase exclusivo, dos homens. Isso, porque o lugar da mulher nos campos, antes da violência, estava especialmente marcado por um rol tradicionalmente designado ao cuidado e ao sustento

⁹⁵ *Corporação Humanas*, 2009 p. 23-33

afetivo do lar e em alguns casos em consonância com os assuntos da plantação e o cuidado dos animais⁹⁶.

Também é importante destacar que esta modalidade de violência involucra muitas outras modalidades violentas. A violência que nesta modalidade transita não é pontual, nem poderia ser tipificada em uma modalidade só. Antes desta modalidade violenta, várias outras modalidades violentas já foram perpetradas e posteriormente à provocação do ato em si do deslocamento forçado muitas outras violências são reproduzidas, por cima dos traumas gerados pelo assassinado do conjugue ou familiares, pelas perdas dos seus bens físicos, e meios frequentes de subsistência e por cima do medo e das ameaças, está também a ruptura com os elementos da única realidade conhecida, que envolve uma cotidianidade predominantemente doméstica. Com a chegada abrupta aos núcleos urbanos, as suas relações sociais primárias são dissolvidas e obrigadas a serem redefinidas a partir de relações distantes e desconhecidas e sempre em desvantagem.

As permanentes lutas para o estabelecimento de vínculos e para a reivindicação do direito ao lugar

No caso da dona Maria, a realidade não deu oportunidade para o estabelecimento de muitos vínculos, ela sabia que aquele lugar no campo, que um dia foi tranquilo e que tiveram que deixar às presas, de alguma forma lhes pertencia, só que até agora, não entendia bem de que forma. Ela fala que sempre que a tristeza, o desespero ou a morte aparecem, ela idealiza aquele lugar como refúgio primário, elaborando a partir dos seus imaginários o que lá deveria existir e como lá ela deveria viver, mas como ela mesma conta, a fantasia dura pouco e termina quando ela lembra que aquele lugar já não lhes pertence mais e se por acaso ainda lhes pertencesse, o medo ao retorno a esse lugar, que também um dia foi de sombras, é sempre maior. Diz ela que nada garante que agora as coisas sejam melhores e se por acaso estivessem melhores, nada garante que essa melhoria dure, nem que os mandantes de turno lhes permitam ter uma vida lá.

Eu tinha escuta inúmeras vezes desses medos específicos e dessas incertezas em relação “ao retorno” do lugar de origem. Entorno de 90% das pessoas com as que teve a oportunidade de conversar, já tinham perdido o interesse ou a confiança de poder voltarem

⁹⁶ Centro Nacional De Memoria Histórica - Grupo DE Memoria Histórica-. Informe ¡BASTA YA! Colombia: Memorias de guerra y dignidad. Imprenta Nacional, Bogotá, 2013, pág. 306.

a seus lugares de origem, todos pelas mesmas alegações. Os pouquíssimos casos de pessoas com desejos de voltar, um pessoal mais velho e carregado de nostalgia da vida no campo, viam seus desejos superados pelas diversas condições atuais que os envolviam. Alguns deles inclusive, conservando documentos das suas “propriedades abandonadas”, também não têm condições para voltar por várias razões que terminam se conjugando e tomando força para evitar um possível retorno. Um dos assuntos mais recorrentes está vinculado justamente com o medo de perder novamente os referentes e as redes que têm sido configuradas e estruturas nas últimas décadas. Adicionalmente, estas pessoas que geralmente não têm aposentadoria (nem previsão de ter), vivem da ajuda dos filhos e já não têm mais força nem para gerar ingressos, nem para trabalhar e viver da terra.

Hoje não temos nem casa, nem com que pagar aluguel. Hoje em dia a gente não tem nada, absolutamente nada. No Valle a gente tinha casa, cultivos, estabilidade. Não éramos ricos, mas também não passávamos fome. Meus pais me contaram que o que fizeram foi vender o que mais puderam, o resto, simplesmente o deixaram. Eles fugiram para Buenaventura, porque lá morava um irmão do meu pai, então meu pai pensou que lá podia ser o melhor lugar porque, além do apoio do irmão, lá estava o porto e os portos significam dinheiro. Com o dinheiro que ele conseguiu das vendas das nossas coisas, pretendia comprar e comercializar mercadorias. Assim, entregou todo o dinheiro para um marinheiro do porto com quem ele achava que estava fazendo bons negócios, mas o marinheiro até hoje não retornou. Por isso todos nós ficamos de novo sem nada, só que meus pais já estavam à espera de um novo bebê. A minha mãe diz que eu nasci sem nada, que ela teve que ir caminhando para o hospital, chegar lá e pedir roupinha para mim. Depois meu pai conseguiu arrumar um emprego, pintando barcos e com isso alcançava pelo menos para comer.

Vimos para Medellín, porque meus pais achavam que aqui poderiam ter melhores oportunidades econômicas. Às vezes foi bom e às vezes bastante ruim.

Quando a gente chegou à cidade de Medellín eu me lembro de que moramos em muitos lugares, muitos mesmo, sempre em inquilinatos. Em um desses lugares, meu pai conheceu ao único dono legítimo de terrenos em Moravia naquele então e com ele negociou um pedacinho de terra que pagou em prestações por um bom tempo. Aqui por esses dias não tinha quase casas, só oito ou dez casas, tinha um lago e muita zona verde. Um lugar como esse representava um sonho

para meus pais, representava voltar às suas origens de tranquilidade camponesa.

Nossa história é totalmente diferente da maioria das histórias do bairro, no entanto a gente acompanhou a história deles de perto desde o começo. Além de ver todos os processos que aconteciam no bairro, vivemos em carne própria também toda a violência.

Mesmo que a história que a Dona Maria conta em relação à ocupação no bairro, sugere uma “ocupação legal”, o certo é que disso só existe um documento de *promessa de compra e venda*, que para efeitos legais não tem nenhuma validade. Assim, o lugar onde ela e a sua família moraram por décadas, inclusive por mais tempo que a maioria de habitantes da região, foi expropriado pelo governo local, para destinar nesse local a construção da creche pública do bairro. Com isso, a família de dona Maria não tinha mais como participar de qualquer outro processo de legalização de terrenos e habitações no bairro.

O conflito armado consagra o silêncio e torna perpétuas as incertezas

*Eu tinha três irmãos homens, todos três estão mortos. O primeiro caiu nas barreiras invisíveis entre Moravia e o Bosque⁹⁷. Os outros dois sofreram um atentado em Zamora⁹⁸, sobreviveram e fugiram juntos para o estado do Valle, porém eles foram assassinados lá, primeiro um e semanas depois o outro. Pelo que eu sei eles estavam vinculados de alguma maneira com as milícias. Mas eu nunca percebi nada, como muitos dos milicianos eram os mesmos garotos do bairro, com os que a gente cresceu, para mim nunca existiu nada estranho. Ou na verdade eu acho que como mecanismo de defesa eu pensava **não vejo, não escuto, não sei de nada**. Depois da morte deles a gente recebeu muitas informações das suas mortes, mas a gente não tinha como fazer denúncia. Como iríamos arriscar mais a nossas vidas, se já só restávamos as mulheres e também sentíamos que como eles tiveram nexos com as milícias, provavelmente a justiça iria achar bom a morte deles. Você acha que eles iriam correr atrás de esclarecer a morte dos meus irmãos?*

⁹⁷ Bairro limítrofe com Moravia para o sudeste.

⁹⁸ O bairro Zamora e o bairro Moravia não são bairros limítrofes, porém estes dois bairros têm uma longa história de enfrentamentos e disputas, desde antes da consolidação do bairro Moravia até os dias recentes.

O medo por retaliações e a falta de credibilidade no sistema judiciário e penal, são aspectos fundamentais que dificultam a denúncia dos crimes na Colômbia, mas não só os crimes acontecidos no interior dos campos colombinos têm incidência direta por esses aspectos, nas cidades, essa realidade se torna prevalecente até hoje em dia. Dessa realidade, duas situações costumam ser decorrentes; em primeiro lugar a promoção da impunidade pela falta de denúncia e com essa ineficácia nos canais de punição, a prevenção dos crimes mediante os canais de controle, também se tornam ineficientes. Em segundo lugar, está o fortalecimento e a efetivação do ajustamento por contra própria.

A vida da dona Maria e a sua mãe sozinhas, não durou muito tempo. Dentro do bairro conheceu a quem se tornaria seu esposo e pai da sua única filha.

Em 1979 conheci meu esposo, ele era mestre de obras, ou pelo menos tentava. Desde criança trabalhou para ajudar em casa. O meu esposo desde jovem teve problemas de consumo de drogas, mas imagino que você já deve saber que quando a pessoa está apaixonada, não enxerga as coisas da mesma forma. Ele foi meu primeiro namorado e vai ser o único. Para mim ele foi um ser humano muito belo, eu dele só tive coisas boas. Mas infelizmente ele fez coisas não muito boas com outras pessoas. Ele foi muito bom esposo, pai, filho e irmão, já as outras coisas que ele fez são coisas aparte, não têm a ver com o que ele era dentro de casa.

É curioso como a dona Maria elabora essa separação moral e julgadora em relação ao comportamento do marido. Isso mesmo aconteceu inúmeras vezes no bairro, em relação a Pablo Escobar e de fato, lembro-me muito bem desse mesmo discurso em relação às CONVIVIR em Urabá ou os diferentes grupos paramilitares ou guerrilheiros. De lado sempre eram deixados os julgamentos das situações e fatos perfeitamente questionáveis, passíveis de discriminação e desprezo, quando eles não eram direcionados a si, nem a ninguém próximo, mais ainda, quando daquela “figura violetas” se usufruía algum bem-estar, seja ele o que for.

Parece-me que um pouco disso esteve espalhado nas regiões urbanas, onde os atores do conflito e as suas formas de fazer a guerra eram também julgados em relação a posicionamentos, vantagens e bem-estar próprio. Por exemplo, um dos lemas eternos de

campanha política de Álvaro Uribe Vélez era elaborado a partir do direito “para voltar a fazer uso das fazendas ou casas de campo”, daquelas pessoas de renda média / alta, com residência permanente nas regiões urbanas, mas que tinham lugares de repouso, longe do barulho e a vida agitada das cidades. Com a extensão do domínio dos grupos guerrilheiros e suas táticas de guerra e financiamento, em particular os sequestros com fins extorsivos, frequentar esses lugares se tornou perigoso para essas pessoas e por tanto, aqueles lugares, confortáveis e geralmente estimados em valores expressivos, tiveram que ficar em desuso.

Uribe promovia o ataque frontal a esses grupos guerrilheiros com o fim de retomar o direito a transitar em segurança pelas estradas da Colômbia para poder voltar a esses lugares. Com isso, muitas pessoas residentes na cidade, passaram a demonizar os grupos guerrilheiros e aceitar, defender e até justificar todas as formas nas que fossem atacados e neutralizados estes grupos, podendo ser essas formas legais ou ilegais. Dessa forma muitos grupos paramilitares ganharam adeptos nas regiões urbanas, no que pode ser entendido coloquialmente como as lógicas de “os inimigos dos meus inimigos, são meus amigos”. Foi assim, como em muitos casos os abusos das forças da ordem e as ações bélicas dos grupos paramilitares, foram diminuídas, relevadas e ignoradas. Ao final, dificilmente elas atingiam a este setor da sociedade e em contraposição, do seu acionar podiam tirar proveito.

Quando meu marido tinha oportunidade de trabalhar bem [se referindo a formas legais de trabalho] ele trabalhava, mas quando as crises chegavam ele tinha que fazer as merdas. A raiz disso foi a morte dele. Quando o mataram eu não fiquei com medo por retaliações contra minha família, porque achava que ele tinha sido morto pelo F2⁹⁹, pelo Estado, mas depois eu fiquei sabendo, muito tempo depois, que não foi bem assim.

⁹⁹ Sob o Comando Geral das Forças Armadas, durante o governo do General Gustavo Rojas Pinilla, o Decreto 1814 de 1953, reestruturou o Ministério de Guerra, hoje Ministério da defesa, incorporando a Polícia Nacional às Forças Armadas como quarta Força do Estado, junto com o Exército, a Armada e as Forças Aéreas. Na década de 60 o corpo da Polícia se organizou em Direção Geral e Ramas Técnica e Administrativa. A Rama Técnica estava organizada por áreas e denominada da seguinte forma: F-1 Pessoal; F-2 Informação, Criminalidade e Estatística; F-3 Planejamento; F-4 Serviços administrativos; F-5 Contabilidade, Controle e Orçamento; F-6 Docente; F-7 Sanidade e F-8 Relações Públicas. O F-2 ou F-2 do Estado Maior. O Departamento de Inteligência F-2 era na esfera social um temido departamento de inteligência, contra inteligência e repressão criminal que ganhou amplo reconhecimento nas décadas de 70, 80 e 90. A este departamento são associados casos de desaparecimento forçada, limpeza social, associação com narcotraficantes e paramilitares para exercer controle nos territórios, entre outros. A partir de 1971 o F-2 mudou de nome para Divisão de informação, Polícia Judicial e Estatística DIPEC, em 1986 muda mais uma vez seu nome, se tornando a Direção de Polícia Judicial e Investigação DIJIN. Depois em 2001 se tornaria a Direção Central de Polícia Judicial e a partir 2010 é a Direção de Investigação Criminal INTERPOL, depois que a Organização Internacional de Polícia, confiou à Polícia Nacional da Colômbia as funções de contribuir no nível internacional, no combate ao crime. Policía Nacional, Dirección de Investigación Criminal e

Questionei; então quem matou seu esposo?

Desde que a gente começou a falar do esposo dela, a dona Maria ficou muito ansiosa e desconfortável, toda aquela leveza e generosidade com as histórias tinha ido embora, olhava muito para os lados, falava baixo, por vezes sentia que ela queria se comunicar com o corpo, com os olhos e com os seus gestos faciais. Para mim foi impossível acompanhar essas suas intenções. Eu não entendia bem, precisava mais informações, para poder interpretar elas.

A resposta à pergunta de quem tinha matado o esposo foi: -“Uma banda de delinquência, que trabalhava com Pablo” [se referindo a Pablo Escobar]. Eles faziam isso. Questionei – Faziam o que? –Limpar? Questionei de novo – Limpar o que? –Limpar tudo que o Pablo quisesse que desaparecesse.

Nesse momento a dona Maria pede para desligar o gravador, indica que se eu quiser eu poderia escrever sobre isso, mas que ela não queria que existissem provas do que ela iria me narrar.

Ela conta que um dia, naqueles dias de crise laboral e dívidas sufocando, o seu esposo foi contatado por um ex colega da escola para fazer um trabalho em Bogotá para o Pablo [Escobar]. Nos relatos dela, o seu esposo inicialmente resistiu ao convite, mas terminou aceitando, porque precisam muito do dinheiro e todos os trabalhos para Escobar eram muito bem pagos. Ele me falou “*eu não sei se você decide ficar no meu lado ou decide ir embora, mas eu tenho que resolver a situação econômica e não existe outro caminho*”.

Então foi aí que ele entrou nesse grupo. Ele foi e voltou poucos dias depois. Da mesma forma que saiu de casa, voltou: em silêncio e sem dar explicações.

Ela diz que sabia e sentia no seu coração que ele tinha feito um estrago muito grande. Ela conta que desde que ele voltou, quase não voltaram a se falar. Na casa passou a reinar uma espécie de vergonha, um peso que sabiam que teriam que carregar a vida toda. Não foi preciso palavras, não foi preciso comentários ou justificativas.

INTERPOL celebra sus sesenta y cuatro años de servicio a la comunidad. Consultado en <https://www.policia.gov.co/noticia/direccion-investigacion-criminal-e-interpol-celebra-sus-sesenta-y-cuatro-anos-servicio>

Com o tempo ele não aguentou mais e me contou uma coisa que até hoje me carcome por dentro. Ele falou que lhe ordenaram matar a uma pessoa da União Patriótica e ele e nós dois éramos dos que pensávamos que eles [os dirigentes da UP] eram os que iriam mudar as coisas no país. A primeira vez que ele e eu votamos, foi por eles¹⁰⁰.

A União Patriótica –UP-, partido de esquerda no radical na Colômbia, foi consolidado a partir da reincorporação à democracia de um grupo de ex guerrilheiros, depois de um Acordo de Paz com o presidente em turno, como meio para atuar na política e diminuir as desigualdades sociais, a traves de reformas no sistema político, sem abandonar o marco institucional vigente. Este partido político, posteriormente foi exterminado de forma sistemática¹⁰¹.

O genocídio praticado contra o Movimento Político colombiano União Patriótica –UP- se inscreve no processo de extermínio de forças políticas de oposição no mundo. Tirara-se de um caso paradigmático de aniquilação dos membros e líderes de um grupo em razão das suas convicções ideológicas, assim como a perseguição dos seus simpatizantes e a destruição do seu entorno social. (Cepeda, Genocídio político: el caso de la Unión Patriótica en Colombia. Revista CEJIL. Historia de América: Debates sobre Derechos Humanos y el Sistema Interamericano, año I, número 2, septiembre de 2006).

A dona Maria conclui a história dizendo:

Não vou te falar seu nome. Nem vou falar mais desse assunto específico.

Só vou te contar que um dia na madrugada chegaram e invadiram a nossa casa e nesse operativo levaram meu marido. As pessoas que chegaram em nossa casa se apresentaram como agentes do F2. Eu perguntei para eles que para onde eles estavam levando o meu esposo e um deles me respondeu que para o F2. Então no outro

¹⁰⁰ Com a expedição do Ato legislativo 01 de 09 de janeiro de 1986, o 13 de março de 1988, foi realizada a primeira eleição mediante voto popular de prefeitos em Colômbia. “todos os cidadãos elegem diretamente Presidente da República, Senadores, Representantes à Câmara, Deputados, Conselheiros de Intendências e Comissários, Prefeitos e Vereadores Municipais de do Distrito Especial”. Antes das eleições populares de Prefeitos, os mandatários eram designados pelo Governador do Estado, que eram escolhidos pelo Presidente da República. Com a Constituição Política de 1991, foi permitida também a eleição de Governadores mediante voto popular. Historia del voto en Colombia. Registraduría Nacional del Estado Civil.

¹⁰¹ No capítulo seguinte é ampliado o processo de surgimento, consolidação e extermínio político do Partido União Patriótica –UP-.

dia, bem cedo fui para lá com meu sogro. Quando chegamos, a única resposta foi “aqui não tem ninguém com esse nome, a gente não faz esse tipo de operações de noite”. Até hoje, não tivemos respostas.

Mais uma vez a dona Maria tinha uma perda familiar e mais uma vez teve que aceitar com resignação a sua sorte. Não sabia a quem procurar para achar respostas. Novamente se viu transitando entre o sentimento de não se sentir com direito à denúncia e a desacreditação que tinha na eficácia do sistema judicial colombiano.

As mulheres ficaram de novo sozinhas. Ela, a sua mãe e a sua filha, tiveram que encarar a vida, como der e puder. A mãe da dona Maria, na época da entrevista tinha 81 anos e a filha dela 32. Nenhuma das duas aporta economicamente ao sustento do lar. A mãe dela pela idade e a filha por uma dependência em drogas desenvolvida e praticada de forma contínua desde os 15 anos. Hoje a dona Maria habita na cidade sem referentes fixos. Não tem lar, não tem um pedaço de cidade que possa chamar de seu. Também não existem vínculos com uma forma de renda constante. Ela transita na informalidade e nas formas ambulantes de gerar recursos econômicos. Na sua vida, além da sua mãe e sua filha, não identifica permanência em quase nada. Não sente sua a cidade, nem quase nada do que ela integra. Sente que a violência, de uma forma ou outra, insiste em expulsá-la de todos os cantos nos que pretendeu se estabelecer. Carrega consigo nostalgia da desapropriação e as perdas. Carrega consigo o peso da negação; quando precisavam ser reconhecidos como vítimas, quando precisavam denunciar e esclarecer os fatos, quando precisavam justiça e reparação, quando precisavam reconhecimento como moradores, como cidadão, quando precisavam oportunidades de inclusão.

Esse direito à cidade no que Lefebvre (1968) constrói uma proposta política e democrática, para reivindicar a possibilidade de que as pessoas sejam as donas da cidade e possam nela, viver dignamente e reconhecessem todos como parte dela é um sonho utópico para a maioria dos deslocados pela violência na Colômbia. Para eles a cidade nunca se apresentou como esse lugar onde fosse possível a distribuição equitativa dos diferentes tipos de recursos como o trabalho, a educação, a saúde, a moradia. Além disso, os recursos simbólicos também lhes foram negados, quase na sua totalidade; a livre circulação e apropriação dos espaços públicos de recreação e lazer, o acesso à informação, a participação nos canais políticos, democráticos e culturais, etc.

Esses fragmentos de cidades, constituídos a pulso próprio pelos deslocados pela violência, têm-se erguido sempre como um dos problemas emergentes de maior complexidade na cidade contemporânea colombiana. As cidades, pobremente preparadas para enfrentar os inúmeros desafios que a migração forçada traz consigo, se tornam em grandes geradores de inequidade, exclusão, segregação e privação na esfera social, econômica e espacial.

A proliferação de assentamentos informais (e em grande medida precários), especialmente aqueles conformados por uma participação importante de deslocados pela violência, se consolidam em um marco de amplas dificuldades para avançar na integração social porque lhes é impossível acompanhar as lógicas mercantilizadoras e exclusivistas, da hoje, natureza do desenvolvimento urbano.

As cidades e os seus planos de governo, de desenvolvimento urbano e de ordenamento territorial, continuam, de forma recorrente, fracassando em fazer frente aos maiores problemas do migrante forçado na cidade receptora; o desemprego, as limitações econômicas, a precarização laboral, a propagação do trabalho informal, o acesso igualitário aos serviços públicos e o acesso e permanência na moradia digna.

Nas cidades colombianas, o pensar do urbano e o papel social da cidade contemplando a ótica e as necessidades específicas do deslocamento forçado, nunca foi um assunto relevante. Nunca, mesmo os intensos fluxos migratórios provocados por esta modalidade violenta do conflito armado que é uma das mais antigas, a que mais vítimas não letais registra e a que mais incidência, alterações e transformações tem causado no interior dos contextos urbanos.

CAPÍTULO 7

Colômbia e seus intermináveis esforços por conquistar a paz nacional

Espero que meus filhos e os filhos deles possam ter a oportunidade de se reconhecerem dentro de uma Colômbia distante daquela estruturada em violência, na que a minha geração e várias antes dela se tiveram que ver reconhecidas. Muitos daqueles que já a viveram dessa forma, partiram desse mundo sem conseguir compreender, nem digerir suas razões e o que dizer dos seus efeitos. Os que ainda restamos, continuamos também longe de um adequado entendimento, porque ao final, parece ser que esta violência, absurda e desmedida, supera toda capacidade de entendimento.

Uma breve passagem pelas conquistas e fracassos na construção da paz na Colômbia.

Pouco tempo depois de ter chegado ao Brasil, um brasileiro, companheiro de turma, em meio de uma conversa sobre o conflito armado na Colômbia, me perguntou porque o Estado tinha deixado que as FARC tivessem sobrevivido durante tanto tempo. Tentei explicar algumas das medidas tomadas nos país em relação a isso, todas lhe pareceram insuficientes. Provavelmente ele esteja certo.

A fim de contextualizar um pouco melhor as inquietações entorno do que tem acontecido entre o Estado e os diversos grupos armados, durante todos estes anos, serão apontados alguns fatos relevantes que têm pautado a relação do Estado com os grupos insurgentes no país.

Como mencionado anteriormente, os grupos guerrilheiros na Colômbia têm uma trajetória que em tempo, já supera meio século. Mesmo a história registrando vários grupos guerrilheiros, uns com mais anos de sobrevivência que outros, os dois grupos guerrilheiros de maior porte, maior número de frações, e, portanto, maior presença na extensão da geografia nacional são as guerrilhas das FARC – Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia e as guerrilhas do ELN – Exercito de Liberação Nacional.

As guerrilhas da FARC, que se auto definem como um movimento de caráter político militar, nasceram o 20 de julho de 1964 nas montanhas do Sul do Estado do Tolima, na região de Marquetalia, em uma colônia agrícola fundada por 48 camponeses e suas famílias, que para a época já tinha dez anos de existência. Um ano depois, em 1965, nasce o ELN – Exercito de Liberação Nacional e em 1968 é criado o EPL –Exercito popular de libertação¹⁰².

As guerrilhas das FARC nasceram como uma guerrilha camponesa com ideologia comunista e seus líderes principais desde suas origens e até o momento da sua morte, foram Manuel Marulanda Vélez¹⁰³ e Jacobo Arenas¹⁰⁴. Em 1982 sob comando de Jacobo

¹⁰² Antecedentes históricos e historia de las FARC, Razón de una lucha. Partido Político Fuerza Alternativa Revolucionária Del Común – FARC. 2018

¹⁰³ Pedro António Marín Marín, pseudônimo *Manuel Marulanda Vélez* ou *Tirofijo* nasceu em 1930 e morreu em 2008. O pseudônimo *Manuel Marulanda Vélez* provém de um antigo líder comunista assassinado durante o tempo conhecido como A Violência e o pseudônimo “*Tirofijo*” que traduzido para o português

Arenas as FARC sofreram uma reorganização ideológica profunda, a partir da socialização dos ideais e princípios que orientavam sua luta política e militar. Depois disso, as FARC passaram também a se autodenominar exército do povo e sua sigla também muda, passando a ser FARC–EP- Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – Exército do Povo.

As tentativas por negociações e acordos de paz entre os grupos guerrilheiros e o governo não são novas na Colômbia, de fato as primeiras datam de mais de três décadas atrás.

Oficialmente desde 1982 diferentes governos colombianos têm tentado desenvolver negociações com as FARC- EP e com o ELN, os dois mais impotentes grupos guerrilheiros da Colômbia. Em todas essas negociações têm se estabelecidos pontos em comum, no entanto nenhuma delas deu como resultado avanços significativos que dessem abertura concreta ao final do conflito armado no país.

Era Belisario Betancur (1982 – 1986)

Em 1984, sob comando do presidente Belisario Betancur, depois de ter elaborado uma proposta de Lei de Anistia em 1981 e ser aprovada em 1982, foram assinados os acordos de cessar-fogo, a suspensão de sequestros e uma Trégua, *com o compromisso de uma procura conjunta para uma saída política ao conflito*. Estes acordos de Paz foram conhecidos como os acordos da Uribe e além das FARC-EP, também entraram nos acordos os grupos das Autodefesas Obeiras –ADO-, o Exército Popular de liberação –EPL- e as guerrilhas do M-19. Nesse processo foram combinadas basicamente duas estratégias: um processo de diálogo e outro de pacificação, no que foram desenvolvidos três eixos de negociação: reforma política, reabilitação social e reabilitação econômica, definindo o que

seria algo como “Tirofíxo” faz referência às habilidades para acertar no alvo ao disparar com arma de fogo durante seus dias como combatente. Pedro António Marín Marín que integrou e militou nas FARC até o dia da sua morte é considerado como o guerrilheiro mais veterano do mundo.

¹⁰⁴ Luis Alberto Morantes Jaimes, pseudônimo *Jacobo Arenas* nasceu em 1924 e morreu em 1990. Além de ter sido líder ideológico e fundador das FARC também foi uma importante figura na organização e criação da UP- União Patriótica em 1985 (este partido político surge depois de um acordo de paz entre o governo do presidente Belisario Betancur em 1984 e as FARC). Segundo declarações públicas de membros das FARC, Luis Alberto Morantes Jaimes tinha aspirações de ser candidato presidencial em 1986. Depois da *Toma do Palácio de Justiça* em 1985 pelas guerrilhas do M-19 - Movimento 19 de abril- ele tinha renunciado a suas aspirações presidenciais. Durante o tempo que integrou a UP teve que ver a execução do genocídio político que se concretou contra os integrantes da UP com o assassinato de uns 3 mil militantes do seu partido a mãos de organizações radicais, dentre deles dois companheiros cujas candidaturas presidenciais foram oficializadas e desenvolvidas; Jaime Pardo Leal e Bernardo Jaramillo Ossa.

seria conhecido como o Plano Nacional de Reabilitação (PNR). Nesses diálogos o governo de Betancur realizou a Anistia mais generosa para os grupos insurgentes que tem acontecido na história recente do país¹⁰⁵.

Como resultado deste processo surgiu a União Patriótica –UP-, partido político conformado por antigos combatentes guerrilheiros, agora em condição de reinseridos à vida civil. Esse partido se constituiu como alternativa política em 1985 e se expressava como o lugar para a articulação de diversas correntes e a possibilidade do destaque da diversidade regional.

Segundo a Línea de Conflito, Paz e Pósconflito da Fundação Paz e Reconciliação – PARES¹⁰⁶, esse acordo para negociar uma paz democrática e duradoura, não foi bem-sucedido porque o presidente Belisario Betancur, não teve o suficiente apoio político para a aprovação dos acordos com as FARC-EP, o que finalmente provocou que este grupo armado abandonasse as negociações de paz em 1987 e dessem continuidade a suas ações bélicas no território nacional.

Adicionalmente a isso, depois da conformação da UP, na sua primeira participação no debate eleitoral em 1986, as suas propostas tiveram grande aceitação e respaldo entre a população, dando como resultado a eleição mediante voto popular de 14 congressistas, 18 deputados, 335 vereadores. Não obstante, os seus integrantes, militantes, políticos e simpatizantes, sofreram uma perseguição direta por parte de grupos paramilitares, Forças de segurança do Estado (Exército, Polícia, Polícia secreta e Inteligência) e narcotraficantes que provocou o extermínio físico e ideológico deste partido. Já desde o mesmo processo de fundação, seus militantes começaram a serem assassinados e depois de terem obtido um resultado bem-sucedido nas eleições, foi assassinado o primeiro congressista da UP, dois dias depois o segundo e com o tempo, tantos outros¹⁰⁷.

¹⁰⁵ Centro del Pensamiento y Seguimiento al Dialogo de Paz. *Factores de éxito en la resolución negociada de conflictos armados: logros y fracasos de los procesos de solución de conflictos armados en Colombia*. Universidad Nacional de Colombia, Vicerrectoría de Investigación, Documentos de Políticas Públicas, Bogotá, Octubre de 2013.

¹⁰⁶ PROCESOS DE PAZ EN COLOMBIA, Línea Conflicto, Paz y Postconflicto- Fundación Paz y Reconciliación – PARES-. 4 enero, 2019. Consultado el 4 de marzo de 2020 en <https://pares.com.co/2019/01/04/procesos-de-paz-en-colombia/>

¹⁰⁷ EL GENOCIDIO CONTRA LA UNIÓN PATRIÓTICA, Colectivo de Abogados “José Alvear Restrepo” (CCAJAR), 12 de octubre de 2006. Consultado el 10 de marzo de 2020 en <https://www.colectivodeabogados.org/EL-GENOCIDIO-CONTRA-LA-UNION>

Segundo o informe do Centro Nacional de Memória Histórica da Colômbia – CNMH- *Todo pasó frente a nuestros ojos. El genocidio de la Unión Patriótica 1984-2002*, a violência desbordada contra a UP deixou pelo menos 4.153 vítimas entre pessoas assassinadas, sequestradas ou desaparecidas; dentro das vítimas letais se têm dois candidatos presidenciais, cinco congressistas, 11 deputados, 8 prefeitos (mais 8 ex prefeitos), 109 vereadores (e vários outros ex vereadores) e milhares de militantes foram submetidos a extermínio físico e sistemático. Em 2014 a Fiscalía Geral da Nação, declarou os assassinatos a membros da UP como delitos de Lesa Humanidade por ter concluído que se tratou de um plano por parte de setores políticos tradicionais em aliança com grupos armados legais e ilegais para impedir que este novo partido tivesse consolidação e respaldo na política colombiana. Em 2013 o Conselho do Estado deu de volta a personería jurídica à UP e hoje se constituem como o único partido de esquerda do país.

Com o fracasso nesse acordo de paz no que o país esperava uma saída política e pacífica ao conflito, a Colômbia perdeu a confiança no poder do Estado para alcançar a reconciliação nacional. E o que a história mostraria no futuro seriam infundáveis ciclos de tentativas por alcançar essa reconciliação, novas promoções da geração de confiança política e a recorrente aniquilação dela. Isso terminou promovendo uma profunda descredibilidade no Estado colombiano.

Era Virgilio Barco (1986 – 1990)

Entre 1986 e 1990, durante o mandato do presidente Virgilio Barco, se negociou um novo acordo entre os grupos guerrilheiros do M-19 - Movimento 19 de Abril-, o EPL – Ejército Popular de Libertação, o PRT – Partido Revolucionário dos Trabalhadores- e o MAQL – Movimento Armado Quintín Lame¹⁰⁸, que finalizou com um novo Acordo de Paz entre as partes. Esse acordo de paz desenvolveu um modelo de diálogo, desmobilização e desarme e a partir deste se estipulou uma trégua unilateral de ações militares desses grupos guerrilheiros em troca de condições políticas seguras de desmobilização e reintegração à vida civil, que incluíssem ofertas de bem estar social para os ex combatentes e que

¹⁰⁸ O Movimento Armado Quintín Lame, foi um grupo guerrilheiro indígena colombiano, que esteve ativo desde sua fundação em 1984 até sua desmobilização e entrega de armas em 1991, só teve presença no Estado de Cauca, onde quase a metade da sua população é indígena. Este é considerado como o primeiro grupo guerrilheiro na América Latina. Seu nome é inspirado em Manuel Quintín Lame Chantre (1880-1967), líder indígena da região que viveu o período conhecido como *La Violência* bipartidária no país e que lutou contra a exploração das comunidades indígenas e a desigualdade na posse da terra.

posteriormente serviram como base para a elaboração de uma Lei de Anistia que concedia indultos aos membros do M-19 e ordenava a liberação de guerrilheiros presos pelos delitos de rebelião, sedição e assonada¹⁰⁹.

Segundo Vargas (2009) Este Acordo foi considerado como o único processo exitoso com as organizações guerrilheiras da história recente (até o Acordo de Paz, pactuado entre o governo Nacional e as FARC-EP, em Havana 2016), dele saiu a proposta de política pública denominada “Iniciativas para a Paz”. Resultado deste processo foi possível pactuar a o fim do conflito armado com os grupos guerrilheiros envolvidos e serviu como base para a desmobilização da Corrente de Renovação Socialista no governo Gaviria (governo posterior a esse) e também proporcionaria o cenário para as grandes mudanças políticas que aconteceriam no país no começo dos anos noventa, como foi o caso da Assembleia Nacional Constituinte.

Não obstante, devido aos intensos e constantes ataques à UP, as aproximações com os integrantes das FARC-EP e com o ELN –Exercito de Liberação Nacional- não conseguiram avançar e estas organizações alçadas em armas deram continuidade aos seus projetos de expansão no território nacional.

Era César Gaviria (1990 – 1994)

Logo no começo da era do presidente César Gaviria (1990 – 1994) todos os avanços conseguidos pelo seu antecessor no mandato, Virgilio Barco, ficaram comprometidos, depois que o presidente Gaviria ordenou um ataque à Casa Verde, então centro de comando das FARC-EP e cujos alvos específicos eram os altos comandantes dessa organização. Esse atentado aconteceu no mesmo dia das eleições dos membros que integrariam a Assembleia Nacional Constituinte¹¹⁰.

Em 1991 se concretaram as primeiras negociações com os grupos guerrilheiros do ELN, FARC-EP e com os membros dissidentes do EPL em meio do conflito e com escassa confiança entre as partes. Essas negociações que aconteceram inicialmente em Caracas, na

¹⁰⁹ Revista Cidob D'afers Internacionals, Dossier proceso de paz en Colombia, Procesos de paz anteriores (FARC-EP y ELN), Alba Moreira, Marcela Forero y Ana Maria Parada, 10/2015, Barcelona, Espanha.

¹¹⁰ Para consultar mais informações desse atentado e das suas implicações na política e no conflito colombiano ver: *Operación Colombia – Casa Verde Parte 1, Operación Colombia – Casa Verde Parte 2*).

Venezuela, foram trasladadas para Tlaxcala, no México, depois que a Venezuela sofreu um Golpe de Estado. Estas negociações foram mediadas pela Coordenadora Nacional Guerrilheira *Simón Bolívar* –CNG-, grupo que pretendia coordenar o acionar dos diferentes grupos guerrilheiros na Colômbia. Não obstante, em março de 1992, só dez meses depois de iniciadas as negociações, foi assassinado em cativeiro Argelino Durán, ex ministro de Defesa, quem já levava várias semanas sequestrado. Ambos os crimes foram cometidos pelas guerrilhas do EPL. Em virtude disso foram suspensas as negociações¹¹¹.

Mesmo que neste processo de paz as negociações com as FARC-EP e o ELN fracassaram mais uma vez, o governo de César Gaviria conseguiu concluir o processo que tinha iniciado seu antecessor no mandato, Virgílio Barco, e foi possível dar início ao processo de reintegração à vida civil do M-19, do EPL, do PRT e do MAQL em 1992 e da Corrente de Renovação Socialista (fração dissidente do ELN) em 1993.

Era Ernesto Samper (1994 – 1998)

Nesse período da história, as negociações entre o Governo e as FARC-EP não renderam grandes frutos em relação a avanços para a paz. No entanto, as negociações com as guerrilhas do ELN foram as mais significativas da história colombiana até agora.

¹¹¹ Em 14 de março de 1992, morreu o ex-ministro Argelino Durán Quintero (com 78 anos de idade), depois de ter ficado sequestrado durante várias semanas, pela fração *Libardo Mora Toro* do EPL. Isso aconteceu em meio a múltiplas promessas públicas de liberação e em um momento no que o governo estava em diálogos com a Coordenadora Nacional Guerrilheira. Quando se tornou pública essa informação o presidente César Gaviria ordenou que fossem imediatamente suspensas as negociações de paz. A morte em cativeiro deste político gerou muita comoção e repúdio na Colômbia, por ser tratar de uma pessoa com avançada idade e pelas condições nas que se deu a sua morte. Durán Quintero, que padecia de vários quebrantos de saúde, vinculados a sua idade, foi sometido a longos períodos de caminhadas, em meio de um mato úmido e quente, que tinha como objetivo ficar o mais longe possível, para evitar uma emboscada e um enfrentamento com o Exército. Segundo relatos de guerrilheiros, no dia 12 de março, depois de ter sido obrigado a caminhar durante vários dias, durante a marcha, Durán Quintero pediu para parar um momento porque se sentia mal. Sentou e de imediato caiu. Sofreu um infarto cardíaco e morreu. Até hoje a morte deste político estende o sabor amargo na história do conflito colombiano, não só pelas causas nas que se deu sua morte e sim pela precariedade em termos de justiça e reparação que este crime tem representado. Mesmo que é de conhecimento público qual foi o grupo armado insurgente que perpetuou o sequestro e a submissão física que finalmente levou a sua morte, até hoje ninguém pagou pelo crime. Como se a falta de resultados nas investigações não bastasse, a família de Durán Quintero, teve que aceitar de maneira dolorida, depois de muitos embates na justiça, que o ex-dirigente não fosse reconhecido como uma vítima do conflito armado. A Unidade de Vítimas negou por diversas vezes a solicitação de que seu caso fosse incluído no Cadastro Único de Vítimas e reconhecido pelo Estado como tal. Mesmo os diversos recursos e apelações impostas, em todas as instâncias o reconhecimento como vítima foi negado, sob o argumento de que Argelino Durán Quintero não foi assassinado em cativeiro, senão que sua morte foi produzida por causas naturais. Também importou pouco que por esta morte as negociações de paz entre o governo de César Gaviria e a Coordenadora Nacional Guerrilheira fossem suspensas. Tomado dos arquivos de El Tiempo, *EL CALVARIO DE ARGELINO DURÁN*, María del Rosario Arrazola, Bogotá, 29 de marzo 1992.

Em 1996 e sob comando do assessor Werner Mauss, começaram as negociações com o ELN. Estas negociações que aconteceram em Maguncia, na Alemanha, são conhecidas como as “*Conversas de Maguncia*” e concluíram em 1998 com o pacto de um pré-acordo em Madri, na Espanha, chamado de “*Pré-acordo do Palácio de Viana*”. Este pré-acordo fracassou pela falta de confidencialidade e seus efeitos na confiança entre as partes, depois que fosse divulgado de maneira irregular por setores da direita espanhola¹¹².

Paralelamente a isso, morreu “El Cura Pérez”, então chefe desta organização, deixando esse grupo guerrilheiro em um vácuo de autoridade que não permitiu dar continuidade às negociações e que parece ter desencadeado uma nova onda de sequestros e ataques de forma descontrolados. Dentre deles, o atentado ao Oleoduto Central em Machuca, no estado de Antioquia, que deixou mais de 84 vítimas letais marcou¹¹³ o fim de qualquer possibilidade de negociação com o governo¹¹⁴.

Era Andrés Pastrana (1998 - 2002)

O sucesso da campanha presidencial de Andrés Pastrana teve muito a ver com as promessas de um mandato de paz, em um contexto de violência desacerbada que atormentava a nação, provocado por sucessivas ofensivas militares das FARC-EP à Força Pública.

Estas condições, nas que a Força Pública aparecia em desvantagens das forças guerrilheiras, demandaram do governo a procura de uma saída diplomática de paz. Como estas negociações se deram em meio de um momento da história no qual o conflito armado estava bastante intensificado, foram criadas umas zonas livres da presença das forças armadas do Estado – *Zonas de Distensão*-, vistas como territórios neutros, que facilitassem

¹¹² Vargas, 2009.

¹¹³ Com o propósito de afetar a infraestrutura do petróleo no país, o ELN executou um atentado terrorista com dinamite no Oleoduto Central da Colômbia, tramo Cusiana – Coveñas, e também explodiram a ponte desse município (prática muito comum exercida pelos grupos guerrilheiros para isolar comunidades e disseminar terror). O petróleo que saiu do oleoduto, chegou no rio e por ele transitou e se encontrou com as chamas da ponte, provocando uma disseminação rápida e voraz do fogo, consumindo o povoado de “Pueblo Nuevo”, um pequeno povoado assentado nas margens do rio Pocuné. O ELN em diversos comunicados tem reconhecido sua responsabilidade e pedido perdão, mas em todos os casos aponta como um erro a morte das pessoas da comunidade, já que o atentado inicial não proferia vítimas humanas no seu planejamento. Tomado de El Espectador, 20 años de la tragedia de Machuca, Artículo 818575, Redacción Nacional, 18 octubre 2018, Bogotá, Colombia.

¹¹⁴ Revista Cidob D'afers Internacionals, Dossier proceso de paz en Colombia, Procesos de paz anteriores (FARC-EP y ELN), Alba Moreira, Marcela Forero y Ana Maria Parada, 10/2015, Barcelona, Espanha.

as negociações entre as partes e inclusive a participação da sociedade civil. Para tais fins, mais de 40 mil km², foram desmilitarizados e destinados a relocação dos militantes das FARC-EP¹¹⁵.

Este processo de paz foi caracterizado por nunca ter tido cessar-fogo, nem ações criminais por parte das FARC-EP, o que provocou constantes interrupções devido à violação de direitos humanos, que entre outros incluíram o sequestro de um avião da Avianca, para sequestrar o deputado Jorge Eduardo Géchem. Ao final, todos estes fatores levaram a entender a falta de vontade política das FARC-EP para negociar a paz, inclusive deixando para a história a icônica e popularizada “cadeira vazia”, quando o chefe maior das FARC-EP, Manuel Marulanda Vélez, não compareceu à abertura das negociações de paz, deixando ao presidente da Colômbia sentado na mesa das negociações, sozinho, do lado de uma cadeira vazia, que se transformaria então, no símbolo do fracasso na negociação de paz.

Depois, em 2002, com inúmeras denúncias e provas, o governo concluiu que as FARC-EP estavam usando a zona de distensão, aproveitando a ausência da Força Pública colombiana, para seu fortalecimento, rearmamento e para a livre prática do seu acionar criminal. Assim o presidente deu a ordem de que as força pública retomasse toda a zona de distensão, colocando desta forma ponto final nas negociações.

Era Álvaro Uribe Vélez (2002 – 2010)

O pilar dos dois mandatos de Álvaro Uribe, foi a promoção do que ele definia como a *Política de Segurança Democrática*. Nesse sentido, o que ele definia como seu modelo de paz, tinha como objetivo aberto a luta frontal e direita com as FARC-EP, o que implicava um gasto maior militar e a profissionalização das forças armadas para aprimorar a luta contra estes grupos armados. As conquistas em matéria de negociação com os grupos guerrilheiros não avançaram muito, e ficaram quase que limitadas aos acordos de intercâmbio humanitário de sequestrados por presos das FARC-EP.

A proposta de paz oferecida pelo presidente Uribe corresponde no essencial, ao modelo de negociação que se

¹¹⁵ PROCESOS DE PAZ EN COLOMBIA, Línea Conflicto, Paz y Postconflicto- Fundación Paz y Reconciliación – PARES-. 4 enero, 2019. Consultado el 4 de marzo de 2020 en <https://pares.com.co/2019/01/04/procesos-de-paz-en-colombia/>

constitui sobre a formulação de uma agenda fechada (ou pelo menos muito restrita) de conversações, que concerne à oferta de possibilidades institucionais que se faz a uma força derrotada, na qual se demanda um cessar-fogo unilateral, a liberação dos sequestrados, a desmobilização, o desarmamento e a reintegração social do grupo armado, longe de qualquer outra pretensão política ou social que comprometa qualquer câmbio ou transformação. Factores de éxito en la resolución negociada de conflictos armados: logros y fracasos de los procesos de solución de conflictos armados en Colombia, Romero M. A., Gutiérrez F, Medina C., Hernández L. H., Vargas A., Mantilla J.

Com as guerrilhas do ELN, mesmo tendo existido conversas e inclusive ter-se pactuado compromissos com a intenção de uma saída política ao conflito durante os mandatos de Uribe, poucos avanços foram consolidados.

No entanto, o contrário aconteceu com os grupos armados paramilitares de direita, com quem foi consolidado processos de paz, que integrou a desmobilização e a entrega de armas de boa parte dos seus integrantes. Este acordo de paz, que se deu no marco da Lei de Justiça e Paz¹¹⁶ pretendia garantir às vítimas o direito à verdade, justiça e reparação. No entanto, depois da entrega de arma de boa parte dos integrantes deste grupo e a sua submissão à justiça, o ex presidente Uribe promoveu e consolidou a extradição da maioria dos chefes e comandantes desta organização criminal para os Estados Unidos, passando então a responder por crimes vinculados com o narcotráfico naquele país, sem ter feito nenhum processo de reparação às vítimas do conflito na Colômbia. Adicionalmente, esta situação de falta de cumprimento com o pactuado nos esforços por atingir a paz, desacreditaram ainda mais a imagem o governo nacional em futuras negociações.

A modo de resumo, seria possível afirmar que durante o mandato de Uribe Vélez os esforços em matéria de paz transitaram entre a guerra total contra o que o governo denominou como terrorismo, representado em maior medida, segundo o governo, pelas guerrilhas das FARC-EP, o fracasso de paz tanto com este grupo, quanto com as guerrilhas do ELN e a desmobilização parcial dos grupos paramilitares. Porém, aquele que pareceu ser o único avanço verídico, terminou sendo além da promoção da impunidade pelos crimes locais, uma reorganização dos ex combatentes do paramilitarismo, agora também

¹¹⁶ COLÔMBIA, Lei 975 de 2005 (julho 25). Lei de Justiça e Paz, pela qual se ditam as disposições para a reincorporação de membros de grupos armados organizados à margem da lei que contribuíam de maneira efetiva à consecução da paz nacional e se ditam outras disposições para acordos humanitários.

com extensão da sua presença nas regiões urbanas em formas de Bandas Criminais emergentes, popularmente conhecidas como Bacrim¹¹⁷.

Ou seja, se bem é certo que o processo de desmobilização paramilitar permitiu que parte dessas estruturas armadas ilegais se submetesse a um programa de desmobilização, desarme e reintegração à vida civil, e, portanto, conseguiu tirar um grupo significativo violento do cenário do conflito armado interno colombiano nas zonas rurais, tal processo não representou a dissolução plena de todas as expressões de criminalidade e violência do paramilitarismo no país.

Esta condição se tornou evidente em uma carta enviada pelo então líder paramilitar Iván Roberto Duque Gaviria, pseudônimo “Ernesto Báez” para Luis Carlos Restrepo, então Alto Comissariado para a Paz do governo de Álvaro Uribe Vélez, levantando questionamentos como:

(...) Nesse sentido, nem eu, nem o país entendemos o que você quis dizer, quando reafirma na sua entrevista que o processo foi bem sucedido, bem sucedido? Se a profusa e difusa semente paramilitar, ficou espalhada e viva nos campos colombianos. Conte para o país e para o senhor presidente quantos e quais cargos superiores da nossa organização paramilitar, com poderosa capacidade para guerra, saíram do seu controle porque não acreditaram na seriedade da palavra oficial do Estado. Por que nas suas declarações não faz referência às zonas onde o paramilitarismo novamente está estabelecendo suas ações bélicas? (Duque, 2006, pág. 4)

Posteriormente, no mesmo texto, Baéz assinala com veemência que um importante número de combatentes das AUC, em todos os níveis, desde os mais altos até os mais baixos, ficaram fora de qualquer acordo com o governo e ainda com capacidade de se reestruturarem em novas organizações emergentes:

¹¹⁷ Em agosto de 2007, através da polícia nacional, o governo do ex-presidente Uribe, adotou a denominação de BACRIM, para designar, as bandas criminais que integravam os diferentes grupos do crime organizado que surgiram no país, depois da desmobilização das Autodefesas Unidas da Colômbia –AUC-. Esta nova designação atendeu duas necessidades do governo; em primeiro lugar, apontar a que tais organizações delinquentiais eram organizações dedicadas ao narcotráfico e ao crime organizado nas cidades, mas que nada tinham a ver com os antigos grupos paramilitares, apontando assim a um sucesso rotundo nas negociações de desarme que o governo tinha desenvolvido com as Autodefesas. Em segundo lugar, o governo queria eliminar destas expressões do crime qualquer conotação política e social, que no caso do surgimento e consolidação do paramilitarismo em Colômbia, foi sempre ficha chave.

Enfim, no meio desse panorama de equívocos, também não poderia você se subtrair diante dos seus próprios equívocos, dentre dos quais brilha, pela sua imprecisão, aquele de afirmar na sua entrevista que o paramilitarismo tinha sido desmontado e que seus chefes então presos. A respeito disso, me vejo forçado a lhe lembrar que dos 40 grandes chefes que você conheceu dentro da cúpula federada das AUC, só 19 estão detidos, isso quer dizer que mais de cinquenta por cento destes altos comandantes disfrutaram de livre arbítrio, dentre deles o co-fundador histórico das AUC. Em igual condição estão mais de 500 segundos comandantes e entorno de mil cargos médios. Ninguém como você sabe no fundo, que as mal chamadas Bandas Criminais, não são mais do que grupos paramilitares reconstruídos por muitos dos grandes chefes que fugiram prófugos do incumprimento, da zombaria e do sonho destruído da paz. (Duque, 2006, pág. 4) ¹¹⁸

Em concordância com estas declarações a Comissão Nacional de Reparação e Conciliação, relatou no seu segundo informe em 2010, que várias estruturas paramilitares não se desmobilizaram em 2006, quando se estabeleceram os acordos de paz entre o governo e as AUC. Este informe também indica que diversas estruturas ligadas ao paramilitarismo, depois de ter-se submetido aos processos de desmobilização, retornaram às práticas violentas. Mas estas práticas violentas não somente se consolidaram novamente nos campos colombianos com maior força, sendo considerados inclusive como os geradores de violência com maior intensidade e sevícia, em diversas regiões do país. Estes desmobilizados também expandiram seu poder para os grandes núcleos urbanos.

Para Granada (2009) as chamadas bandas emergentes ou bandas criminais possuem características e distintivos particulares que coincidem com o fenômeno do paramilitarismo na Colômbia. Estes novos grupos com estruturas armadas, tomaram vantagens das oportunidades lucrativas dos vazios de poder territorial, econômico e social que o paramilitar deixou nas regiões que estes grupos dominavam, por trás do processo de desmobilização das AUC [processo que se deu de forma parcial ou incompleto].

Este processo de desmobilização parcial dos grupos paramilitares durante o governo de Álvaro Uribe Vélez desencadeou um fenômeno violento que tem se desenvolvido sob a denominação das BACRIM e mesmo todos os esforços do governo em definir estes grupos do crime organizado como BACRIM –Bandas Criminais-, a realidade

¹¹⁸ Para ter acesso ao conteúdo completo desta carta, consultar no seguinte link: https://www.arcoiris.com.co/wp-content/uploads/2013/01/carta_baez_comisionado_restrepo.pdf

é que não existe um consenso vinculante respeito à denominação que deva ser apropriada para conotar a estas organizações armadas ilegais, cujas estruturas e mecanismo criminais possuem muitas semelhanças com o paramilitarismo das AUC.

Dar um rol exclusivo de narcotraficantes e não reconhecer a diversidade de negócios que têm em suas mãos, assim como não reconhecer as diversas relações (em muitos casos reconhecidas, inclusive abertamente pela sociedade civil) com setores políticos e empresariais e com membros da força pública em vários níveis, tem limitado o alcance das estratégias para enfrentar e desmontar estes grupos (Valencia, 2016).

A fundação Paz e Reconciliação –PARES- (2016) indica que as bandas criminais mostraram desde 2008 uma tendência a intensificar a sua presença nas cidades. Esta fundação tem detectado atividades destas forças em 275 municípios de 27 Estados e segundo suas investigações, estas organizações podem ter 12.000 integrantes no país. Mesmo que eles indicam que estas cifras podem ser prestes para muitas discussões, o certo é que existe uma grande volatilidade nestes grupos pelas capturas, as mortes e as dissoluções e reassociações das suas estruturas criminais. Segundo esta Fundação, por cima de todas as imprecisões possíveis, o que está plenamente demonstrado é que o número e a extensão das bandas criminais excedem bastante os cálculos efetuados pela força pública, que só registra uns 4.900 membros nestas organizações.

A redefinição destes grupos no cenário urbano, constitui para o país o recrudescimento da violência urbana e a redefinição do crime organizado nestes contextos, gerando, além de muitos assassinatos seletivos e intimidações, muitos outros crimes que têm provocado massivos deslocamentos no interior da cidade ou entre cidades grandes. Ou seja, enquanto em décadas anteriores, tínhamos a violência concentradas nos campos, que geravam processos migratórios populacionais em direção às grandes cidades, nos tempos recentes temos cidadão migrando dentro das mesmas cidades, ou procurando novas cidades, com características semelhantes à cidade deixada. Esta condição leva mais uma vez à redefinição das lógicas, das dinâmicas e das configurações espaciais das cidades. É importante citar aqui, que muitos desses migrantes forçados pelas novas forças em ação nos contextos urbanos, já tinham passado por processos de expulsão nas zonas rurais. Ou seja, este representa para essas pessoas mais um processo de perseguição, migração pelo

medo, perda da estabilidade física e emocional, perda dos laços de apoio, incerteza, fragilização e recomeço em um cenário desconhecido.

Era Juan Manuel Santos (2010 – 2018)

O presidente Santos estabeleceu um processo de diálogo dado fundamentalmente com as guerrilhas das FARC-EP. Este processo que acolheu experiências na procura da paz no passado, também contou com um cenário em termos de ordem pública e conflito diferenciado; com sua intensidade bastante diminuída, que presumia um enfraquecimento da insurgência e um deterioro pelos efeitos do tempo.

Destas negociações iniciais se deu abertura a um *Acordo Geral para a finalização do conflito armado e a construção de uma paz estável e duradoura* que contemplavam acordos políticos com possibilidade de serem transformados em reformas e mudanças substanciais para a realidade social, política, econômica e de igualdade da Colômbia, que também trazia a possibilidade da desapareição do grupo guerrilheiro mais antigo da América Latina. Estas negociações tinham como foco, dentro de muitos outros temas, uma proposta para o desenvolvimento agrário, a ampliação dos espaços para a democracia, soluções para o problema de produção e tráfico de drogas ilícitas, a justiça e reparação às vítimas e seus mecanismos de implementação e verificação. Mesmo que negociações não aconteceram no marco de um cessar-fogo, nem de tréguas, as conquistas que este acordo atingia, pareciam representar os mais importantes avanços em matéria de encerramento do conflito armado no país.

Estas negociações que começaram em 2012, tiveram a supervisão de Noruega, Chile, Venezuela e tiveram Cuba como país anfitrião. Deram como resultado, quatro anos mais tarde, a redação de um Acordo Final em 24 de agosto de 2016, que promovia a presença do Estado, o avanço da justiça transicional e o reconhecimento das causas do conflito. Este Acordo foi protocolado em Cartagena de Índias, na Colômbia, em 26 de setembro de 2016, mas teve de ser reformado, devido ao resultado negativo do plebiscito consultado em dois de outubro do mesmo ano. Finalmente o Acordo de Paz é assinado em 24 de novembro de 2016.

A Colômbia disse não ao plebiscito para a paz

Como explicar que uma consulta (mediante plebiscito) para conquistar a paz, tivesse dado como resultado uma maioria de votos que se opôs a ela, em um país que leva mais de meio século submetido pela violência e o conflito?

Só uma semana depois de protocolar o acordo e em concordância com a Lei Estatutária, o governo determinou que fosse votado pela população o Acordo de Paz, para saber se o povo aprovava ou rejeitava a proposta. Com esta votação o presidente Juan Manuel Santos buscava um respaldo popular para os Acordos. Esta votação era composta só por uma pergunta (“*Você apoia o acordo final para a terminação do conflito e a construção de uma paz estável e duradoura?*”) e tinha só duas opções de resposta “*sim*” ou “*não*”.

O resultado dessa votação que aconteceu no dia 2 de outubro de 2016, foi a rejeição aos acordos estabelecidos entre o Governo e as FARC-EP. O “*Não*” teve uma estreita vitória sobre o “*Sim*”, totalizando um 50,21% do total dos votos contra o 49,79% dos votos do “*Sim*”.

Cabe esclarecer que na Colômbia o voto não é obrigatório, ou seja, vota quem quiser e puder. E nesse sentido é importante citar dois aspectos fundamentais:

1. O conflito concentra as suas vítimas nas regiões rurais do país, longe das centralidades urbanas, lugares onde inclusive pode ser complicada a própria mobilidade local e onde exercer o direito ao voto pode significar longos percursos, o que claramente coloca em absoluta desproporção as condições para exercer o direito ao voto entre estes dois cenários. Além disso, muitos camponeses não têm sequer o documento de identidade que os habilita para votar.
2. Nessas zonas rurais (e de fato, em todos e cada um dos lugares onde a população civil sofreu mais agudamente a violência, muitas vezes proferida pela própria FARC-EP) a votação foi arrasadoramente favorável aos Acordos para a Paz. Com isso, o resultado final de rejeição aos acordos para a paz é responsabilidade majoritariamente pelos votos obtidos nas regiões urbanas, onde além de condições muito mais favoráveis para exercer o

direito ao voto, o conflito exacerbado e desproporcionado que acabou com a vida de muitos e mudou para sempre a vida de tantos outros, foi só conhecido –ainda de maneira superficial e tardia- através dos meios massivos de comunicação, das telas e do conforto que profere saber de conflitos, longe de si e longe dos seres amados.

Segundo o DANE, na época a Colômbia contava com uma população de 48.747.632 habitantes¹¹⁹. Desse total, até agosto de 2016, estavam inscritos no Censo Eleitoral 34.899.945 como pessoas habilitadas para votar. No entanto, só 13.066.047 participaram da votação, ou seja, esta votação teve 63% de abstenção, deixando como resultado que só o 37% das pessoas habilitadas para votar exerceram seu direito e seus votos definiram o resultado final da consulta.

Tanto a convocação para o Plebiscito, quanto sua campanha e seus resultados agitaram mais a animosidade e a divisão no país com respeito ao tema. A oposição aos acordos para a Paz esteve [e continua estando] dirigida pela direita (Partido Centro Democrático) e pelo seu líder o ex presidente Álvaro Uribe Velez. Eles, de forma aberta, sempre promoveram a rejeição ao acordo de paz, justificando uma falta de severidade na punição para estes ex combatentes pelos seus crimes e assinalando constantemente que com os Acordos “O país seria entregue às FARC-EP”. Os seus discursos de promoção do ódio e o medo, tiveram boa acolhida nos simpatizantes do partido e em muitas outras pessoas do comum, principalmente pela ignorância em relação aos verdadeiros efeitos e amparos jurídicos que teriam estas pessoas com o Acordo de Paz.

Os promotores do “Não” se centraram em não socializar, nem discutir o Acordo de Paz e sim em promover a negação ao perdão e um sentimento de “indignação” que agora sim, deviam sentir todos os colombianos perante a uma guerra que aconteceu por mais de meio século, mas à que boa parte da sociedade civil deu as costas.

Muitos outros assuntos vinculados a “*Fake News*” imperaram durante a campanha do plebiscito e na campanha presidencial celebrada depois dele, que teve em uma sociedade absolutamente tradicional, conservadora e religiosa o melhor ninho de recepção e reprodução delas. Assuntos que nunca tiveram nada a ver como o Acordo de Paz,

¹¹⁹ DANE. Series de población 1985 - 2020 Colombia: Estimaciones 1985-2005 y Proyecciones 2005-2020 nacional y departamental desagregadas por sexo, área y grupos quinquenales de edad. Consultado el 5 de mayo de 2020.

ganharam protagonismo no debate; Castrochavismo¹²⁰, “ideologia de gênero” e as ameaças de destruição da “família tradicional”.

Neste ponto foram muito mal-intencionados os discursos dos promotores do “Não” porque se bem é certo que o Acordo de Paz define o “enfoque de gênero” para feitos de verdade, justiça e reparação, tal aspecto nada tem a ver como a tal “ideologia de gênero” que os líderes do partido Cento Democrático abominam tanto e sim com o fato de as mulheres sofreram o conflito de forma particular e que muitas manifestações violentas e abusos são direcionados prioritariamente a mulheres. Exatamente o mesmo aconteceu com as pessoas LGBT que sofreram de forma específica pelas condições vinculadas à sua identidade, o que quer dizer que o Acordo de Paz quer reconhecer que estas pessoas são uma população vulnerável.

Este resultado nas urnas, mesmo inesperado e desnorteador para o processo, não representava um fracasso definitivo para os Acordos. O presidente em turno convocou a todos os estamentos do país, incluindo a oposição, para apresentarem propostas para melhorarem os acordos, e pediu um pacto nacional das forças políticas para que o processo de paz tivesse continuidade. Cinco dias depois do fracasso nas urnas, em 7 de outubro, o presidente Juan Manuel Santos ganhou o Prêmio Nobel da Paz 2016.

Depois que o documento original foi submetido a ajustes e mudanças, por fim foi assinado o Acordo para a Terminação Definitiva do Conflito, em 24 de novembro de 2016, em Bogotá.

Poucas semanas depois do plebiscito, começou na Colômbia a temporada eleitoral. E o presidente Santos, com pouco respaldo político e pouco tempo a seu favor, não conseguiu avançar muito nas reformas iniciais para dar continuidade ao Acordo de Paz. Já

¹²⁰ O termo Castrochavismo é um neologismo, que no contexto colombiano foi inventado e promulgado pelos partidos de direita da Colômbia e principalmente pelo líder do partido Centro Democrático Álvaro Uribe Vélez. Este termo descreve uma suposta ideologia consolidada pela esquerda que integra e unifica o Castrismo (Fidel Castro) e o Chavismo (Hugo Chávez), cujo fim é a procura pela instalação do socialismo do século XXI ou comunismo, mesmo sem existir até agora uma definição clara da política pública a que isto faria referência. Este conceito tem encontrado bases sólidas numa sociedade ignorante e temerosa. As pessoas têm medo dessa palavra e das suas possíveis implicações porque gera neles a sensação de que vão perder tudo e se tornaram comunistas, que não existiram recursos nem comida e que as FARC se tomaram a país com suas ideologias, o que também é entendido por muitos como o medo de se tornarem como a Venezuela. Esta ideia tem tomado grande força pela crise econômica e social na Venezuela e pela proximidade com que a Colômbia tem convívio essa crise. Colômbia é o país que tem recebido mais migrantes venezuelanos tentando fugir da crise.

em 2017, como era de esperar, o processo de paz ocuparia um lugar central na agenda e nas propostas dos candidatos. Em 17 de junho de 2018, depois do segundo turno nas eleições presidenciais, Ivan Duque (Partido Centro Democrático), o candidato que estava em maior oposição ao acordo de paz e a o governo Santos, ganhou as eleições presidenciais com o 53,98% dos votos.

As travas para a paz e as ameaças de recrudescimento do conflito no país

Desde a campanha e depois como presidente, Ivan Duque promoveu uma proposta para uma “Paz com legitimidade” interferindo no tecido institucional que permitiria a efetivação do Acordo de Paz já assinado. Talvez sua maior ação, foi a radicação no Congresso de uma série de objeções à Jurisdição Especial para a Paz –JEP¹²¹- encarregada da justiça transicional, para a investigação dos crimes cometidos durante o conflito. A JEP é a ferramenta mais importante criada na história colombiana com fins de esclarecimento de fatos, identificação dos responsáveis pelos crimes, promoção da justiça e reparação, ou seja, a JEP é a figura instaurada para permitir os processos de reconciliação. A Câmara de Representantes não aceitou as mudanças à JEP propostas pelo presidente e o Senado não teve consenso sobre o número de votos que eram necessários para que fossem aprovados. Finalmente a Corte Constitucional considerou que as objeções de Duque não conseguiam obter a maioria de votos e determinou que não deveriam ser implementadas tais objeções¹²².

Porém, por aí não terminam as travas, nem os posteriores incumprimentos ao acordo de paz. Em dezembro de 2016 a Corte Constitucional deu via livre ao Congresso para que fosse possível tramitar na metade do tempo legislativo as leis e reformas constitucionais que fossem necessárias para a implementação do acordo de paz e para definir o futuro das pessoas que deixariam as armas nos próximos meses.

¹²¹ A Justiça Especial para a Paz (JEP) é um componente de justiça para as vítimas do Sistema Integral de Verdade, Justiça, Reparação e não Repetição, criado pelo Acordo de Paz entre o Governo Nacional e as FARC-EP com o propósito de construir uma paz estável e duradora. A JEP tem a função de administrar a justiça transicional e conhecer dos delitos cometidos no marco do conflito armado que se cometeram antes do 1 de dezembro de 2016. A existência da JEP não poderá ser superior a 20 anos. Presidência da República da Colômbia.

¹²² Noguera, Susana. El Acuerdo de Paz que promete cambiar la historia de Colombia. TRT. 31 de diciembre de 2019.

O chamado *fast track* (via rápida), foi um mecanismo contemplado no ato legislativo 01 de 2016, que reduz o número de debates no Congresso, que são requeridos para a aprovação de lei e reformas constitucionais. Neste caso específico, de todas as aprovações que são necessárias para dar chão para o Acordo de Paz que o governo assinou como as FARC-EP. Este aspecto era vital para as FARC-EP, dado que não podia esperar muitos meses para ter a anistia, então se essa lei tivesse sido submetida aos tratamentos pela vida normal, sem *fast track*, teria demorado meses e eles só tinham 180 dias para deixar as armas. Por outro lado, o caminho para o debate fica praticamente inexistente nesse cenário, porque com o *fast track* o governo apresenta uma lei e o congresso se limita a aprovar ou rejeitar as iniciativas, e dependendo dessa decisão, se daria vida jurídica ao pactuado com as FARC-EP.

Nesse Contexto, o governo tinha até o dia 30 de novembro de 2017 para aprovar as leis que surgiram do Acordo de Paz, fazendo uso da *fast track*. De um total de 68 projetos para tornar real o acordo de paz, o governo só apresentou 24 pelo *fast track* e deles, só 10 foram aprovados.

Em resumo, hoje, mais de três anos depois da assinatura do acordo para a paz, temos uma implementação que se enfrenta cada dia com obstáculos para materializar o que ficou pactuado em papel e que deixa no cenário dos campos colombianos [*principal cenário da guerra na Colômbia*] a esperança abatida, ao ver como todas as promessas de que os problemas rurais que impulsaram o conflito, finalmente seriam resolvidos mediante o acordo de paz, hoje estão altamente comprometidas.

Dentre das tantas condições agitadas que têm acontecido desde a assinatura do acordo de paz, se encontra o fracasso político que enfrentaram as FARC-EP, depois de se tornarem partido político amparado nos acordos, conservando a sua sigla de guerra, agora no cenário político auto definidos como partido das Forças Alternativa Revolucionária do Comum - FARC-. Se por um lado os colombianos conseguiram comemorar o fato de que, pela primeira vez em mais de meio século, a Colômbia teve uma jornada eleitoral sem violência [principalmente nas zonas rurais, onde sempre, eleição trás de eleição se teve hostilidade, atentados terroristas e assassinatos], por outro lado devido à impopularidade pelo seu historial de crimes contra a população civil, principalmente sequestros e assassinatos, o partido das FARC não teve sucesso na sua primeira participação política;

nas eleições legislativas de 2018, com pouco mais de 85 mil votos em todo o território nacional, as FARC não conseguiram nenhuma representação política mediante voto popular. Porém, dentro do Acordo de Paz estavam estipuladas 5 representações na Câmara e 5 no Senado para esse partido político, fixos durante dois mandatos consecutivos (8 anos). Em março de 2018 a candidatura presidencial do líder desse partido também foi retirada. Rodrigo Londoño, mais conhecido como *Timochenko*, abandonou a contenda presidencial justificando fragilidade na saúde e as tentativas de agressões que sofreu durante o curto tempo de campanha.

Só um mês depois desse contundente fracasso político, em abril, Jesús Santrich, um dos maiores dirigentes das FARC, que participou ativamente na formulação do processo de paz, foi acusado por um juizado de Nova York de narcotráfico, proferido depois da assinatura do acordo para a paz, e a partir disso foi gerada uma ordem de captura pela INTERPOL. Nunca foi extraditado, mas depois de duas capturas nacionais, duas consequentes ordens de liberdade carregadas de incertezas, pelos amparos no seu novo status político, e uma prolongada greve de fome, ele desapareceu do contexto público nacional.

Jesús Santrich que iria se tornar congressista pelo partido FARC (nunca conseguiu tomar posse), abandonou seu esquema de segurança e desapareceu na madrugada de 30 de junho, pouco antes de chegar a data de indagação imposta pela Corte Suprema de Justiça, no processo que seguia contra ele, junto com o pedido de extradição pelo delito de conspiração para traficar cocaína para Estados Unidos.

Dele só se teve notícia dois meses depois, quando importantes comandantes desse grupo guerrilheiro manifestaram, mediante um vídeo, a reintegração das FARC-EP e sua retomada à luta armada pelo que eles definiram como o incumprimento e a traição aos acordos de paz.

Dessa forma, à uma hora e 45 minutos da madrugada do dia 29 de agosto de 2019, através de um vídeo de 32 minutos realizado desde a selva colombiana e publicado em YouTube em uma conta chamada “Jacobó Alape” foi informado ao mundo *o manifesto: Enquanto existir vontade de luta, haverá esperança de vencer*. Nesse vídeo liderado pelo comandante Iván Márquez e outros grandes dirigentes desse grupo guerrilheiro, eles expõem as razões para reintegrar as FARC e fazem o anúncio do nascimento de uma nova

guerrilha. No seu discurso, Marquez assinala que estão exercendo seu “*direito universal de se levantarem em armas contra a opressão*”... E que esta será “*a continuação da luta guerrilheira em resposta da traição do Estado aos Acordos de Paz de La Habana*”. Nesse mesmo comunicado eles indicam que buscaram coordenar esforços com a guerrilha do ELN e com todos aqueles companheiros que sintam simpatia ideológica pela sua causa.

Nesse discurso, o comandante Iván Márquez também assinala que esta nova guerrilha não repetirá a modalidade operativa de terror das antigas FARC-EP; que em matéria de ataques só responderão na defensiva e que em matéria de crimes de sequestro também mudaram as técnicas: “*anunciamos nosso desmarque total das retenções [de pessoas] com fins econômicos. Priorizaremos o diálogo com empresários, fazendeiros, comerciantes e as pessoas com maiores recursos no país, para buscar por essa via a sua contribuição para o progresso das comunidades rurais e urbanas. A única cobrança de impostos válida será sempre em função do financiamento da rebelião, o que se aplique às economias ilegais e às multinacionais que saqueiam nossas riquezas*”.

Nesse sentido, as FARC-EP indicaram dois aspectos igualmente paradoxais. Por um lado, em nenhum contexto, uma negociação pacífica e justa será possível, se na mesa está sentada uma das partes armada, “pedindo favores”. O que pressupõe novos cenários de intimidação, temor e coação, e um provável panorama de retomada dos sequestros como forma de financiamento diante da possível negação dos comerciantes, empresários e fazendeiros às demandas das FARC-EP. Em segundo lugar, a cobrança de impostos sobre o que eles definem como economias ilegais, está vinculado principalmente à produção e tráfico de drogas e o que eles definem como cobranças a multinacionais, são os cobranças com caráter extorsivos, sempre sob ameaças e em alguns casos atentados, para mandar mensagens de dominação. Ou seja, continuaram replicando as suas mais velhas formas de geração de recursos, provavelmente de uma forma mais acelerada e intensa, dada a recente fragmentação e enfraquecimento desse grupo armado, pelo Acordo de Paz e pela quantidade de ex-guerrilheiros que se estão submetendo a ele.

Este manifesto, mesmo focado em justificar o rearmamento a partir do que eles definem como “faltas do governo para efetivar o Acordo de Paz”, coloca como objetivo claro desta nova reestruturação guerrilheira a intenção de legitimação política e a possibilidade de gestar a conformação de um governo. No marco de do conflito, tais

avanços políticos são dados geralmente mediante a entrega de armas, o abandono da vida subversiva e a reintegração à vida civil, ou seja, mecanismo todos que são historicamente alcançados mediante negociações e acordos de paz. Portanto no discurso se entende a possibilidade de abertura para uma nova mesa de negociação entre essa nova guerrilha e o governo em turno. Este manifesto também indica a necessidade de que tais acordos integrem uma nova constituinte, que garanta o seu cumprimento e é enfático em assinalar que em caso contrário, essas conquistas serão dadas mediante a rebelião.

“Ou se abre à porta para uma recomposição como resultado de um diálogo político e da institucionalização das mudanças, resultado de um processo constituinte aberto, ou essas mudanças, cedo ou tarde, serão conquistados mediante a explosão da inconformidade de todo um povo em rebelião”.

O comandante Iván Márquez conclui o seu discurso assinalando que além do não cumprimento dos compromissos por parte do Estado e a perseguição judicial, também as garantias de segurança para se inserirem na vida civil foram absolutamente vulneradas.

“Desde a assinatura do Acordo de Paz de La Habana e do desarme ingênuo da guerrilha em troca de nada, a matança não cessa. Em dois anos mais de 500 líderes de movimentos sociais têm sido assassinados e já são mais de 150 ex guerrilheiros mortos em meio da indolência e indiferença do Estado”

O assassinato de líderes, principalmente sindicalistas, estudantis, defensores de direitos humanos, políticos opositores ao governo e os membros das juntas de ação comunal, é uma modalidade de violência bastante antiga na Colômbia. Pensar e opinar diferente neste país sempre representou acusações, discriminação, ameaças, atentados, tortura e morte. Esta violência foi provocada principalmente pelas disputas constantes pelo território, entre os diversos atores à margem da lei.

Os recursos e as posições estratégicas das regiões têm sido fatores historicamente determinantes para o conflito. Com a firma do acordo de paz se esperava que essa condição mudasse, mas na realidade o que ficou evidenciado no período pós-Acordo foi a elevada vulnerabilidade em que estão os líderes sociais e os ex combatentes. Enquanto o panorama geral mostra que novos grupos armados ilegais, bem armados e procurando poder, estão ocupando o vazio deixado pelas FARC-EP, o governo colombiano não tem manifestado grandes preocupações por este aspecto, nem pelos mortos que desses novos processos de ocupação e domínio estejam ficando.

Esta dominação territorial ilegal e a falta de controle por parte do Estado, que impera nas regiões rurais e nos povoados mais distantes, muitos desses onde inclusive imperam o cultivo e a produção de coca, se configuram na Colômbia como cenários que favorecem a morte de muitos ativistas sociais, muitos dos quais inclusive têm tentado servir como medidores com os grupos armados. As ameaças e a violência contra os defensores dos direitos humanos, os líderes dos processos de restituição de terras, os líderes comunais e os promotores das negociações de paz, têm-se recrudescido desde a firma dos acordos de paz com as FARC-EP e esta violência específica está ligada, abertamente no cenário nacional, às bandas criminais e aos antigos grupos paramilitares das AUC e suas novas estruturas.

Segundo o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento e a Paz –IDEPAZ- pela sua sigla em espanhol, desde o Acordo de Paz em 2016 até o final abril de 2021, foram assassinados 1.160 líderes ou defensores dos direitos humanos. Na maioria dos casos, a autoria intelectual e material dos crimes não foi estabelecida, dos poucos que se tem certeza, são assinalados como responsáveis os grupos paramilitares, organizados em pequenos grupos locais para exercer o mando local. Segundo as Nações Unidas, 50% dos líderes assassinados desde a assinatura do acordo de paz, eram integrantes de Juntas de Ação Comunal, seguido estão os advogados e os líderes de restituição de terras, líderes sindicais, líderes indígenas, mulheres com liderança política, defensores dos direitos LGBT e líderes negros. Pela sua parte, o partido político Forças Alternativas do Comum –FARC- indica que até a mesma data, 272 de ex-guerrilheiros assinantes e participantes do Acordo de Paz com o governo e em processo de reincorporação à vida civil, foram assassinados. Para completar este panorama de uma ineficiente contraparte governamental em relação às garantias de proteção para a continuidade do Acordo de Paz, hoje, muitos desses ex combatentes que entregaram as armas e pretendem se inserir de novo na vida civil, continuam sem estar ocupados, sem serem capacitados, sem uma oferta laboral que prometa estabilidade por um mínimo de tempo ou no aguardo de uma terra para trabalhar nela e a partir disso, gerar subsistência econômica. Todos os projetos produtivos propostos no Acordo de Paz para o ex combatentes que deixaram as armas no Acordo, estão muito atrasados.

Velhos problemas bem conhecidos que continuam sendo mal resolvidos

Além das condições de segurança para líderes e ex-combatentes, e a reativação de massacres sequenciais no país, outros assuntos mal resolvidos, também no cenário dos campos colombianos, continuam ameaçando a conquista da paz. No cenário pós-acordo, para os agricultores de pequeno e mediano porte, o cultivo de folha de coca, que é o primeiro passo para produção da cocaína, continua sendo uma opção vigente.

O acordo de paz estabelecia um programa de substituição de cultivos de folha de coca, que prometia pagos em efetivo para os produtores que desmatassem as plantações de coca e as substituíssem por cultivos legais. Os primeiros pagos foram efetivados, posteriormente, com a posse do presidente Ivan Duque, esses pagos foram suspensos. A final de 2019 foram retomados, no entanto, os funcionários do governo que deveriam dar início à implementação dos novos cultivos alternativos, nunca chegaram às zonas de redefinição de cultivos e com isso, muitos agricultores voltaram a plantar coca. Esta condição de mudança de cultivos está trazendo dois grandes problemas de ordem social; em primeiro lugar, as famílias que cultivam a folha de coca, têm nessa atividade uma fonte histórica de sustento e os ingressos recebidos pelos cultivos de folha de coca por hectare, são muito maiores que os ingressos que recebe um agricultor de médio e pequeno porte por cultivos legais tradicionais.

Em segundo lugar se tem o fato de que todos os lugares em que estes camponeses e agricultores cultivam a folha de coca, estão sob controle de grupos armados ilegais, que já têm gerado ameaças contra eles, perante uma possível mudança de cultivos, o que afetaria ao negócio da coca de forma geral. Esta população, de novo se vê enfrentada a dois cenários igualmente obscuros: se continuam com os cultivos da folha de coca o governo exercerá pressões e imporá punições, mas se mudam de cultivos, os grupos armados ilegais também exercerão pressões e imporá punições, que costumam ser muito mais severas e radicais.

A Colômbia também tem uma história longa de reformas rurais fracassadas. No país, muitos dos camponeses não têm como provar que as terras nas que trabalham faz décadas, geração após geração, lhes pertencem. Esta situação termina agravando a sua vulnerabilidade, porque sem esse aporte legal é muito mais fácil expulsar eles das terras e

por sua vez, também torna quase impossível a possibilidade de recuperar essas terras em processos de reinstituição de terras no marco da efetivação do Acordo de Paz.

De uma forma geral é possível afirmar que a terra foi e continua sendo uma das principais razões pelas quais nunca tem existido paz na Colômbia, e enquanto não sejam resolvidos esses assuntos, não será possível pensar na paz, porque uma paz sem equidade é difícil de existir. O Centro Nacional de Memória Histórica de Colômbia indica que não existe maior problema no país que o agrário e a distribuição equitativa de terras, estes dois assuntos constituem uma dívida histórica do Estado, que se agudizou com o conflito armado e que colocou no meio do fogo cruzado a milhares de camponeses, os obrigando a abandonar as suas terras.

O conflito armado interno colombiano estruturou em muitos lugares do país um cenário em que a riqueza dos solos para seus cultivos, a existência de minerais como carvão e ouro, uma estrutura agrária concentrada no poder da pecuária extensiva, grupos armados em disputa, alentados pelo lucro do narcotráfico ou o simples o desejo da extensão da posse, conduziram a pressões para satisfazer interesses socioeconômicos não legítimos, em muitos casos mediante intimidação, os camponeses, pequenos agricultores e comunidades, foram coagidos para ceder à venda barata das suas terras ou nos casos do uso de maior violência, ao deslocamento, ao abandono e ao despejo da terra também foram provocados. Nessa última modalidade, é promovido um fenômeno de terra arrasada, onde particulares tomam posse dessas terras abandonadas e as usufruem da forma que melhor lhes satisfaça.

Estas mudanças que o despejo ocasiona na posse da terra e nos bens, gera um processo de vitimização que está diretamente ligado com o empobrecimento dessa população. Paralelamente é promovida uma concentração da posse da terra, que reduz a produção de alimentos e na maioria dos casos muda o uso da terra para fins pecuários ou plantações florestais para lucrar depois com elas em forma de madeira.

No marco do conflito armado o território teve valores diferenciados para os dois maiores grupos armados em disputas; os grupos guerrilheiros e os grupos paramilitares. O primeiro grupo teve interesse em procurar simpatizantes e colaboradores entre a população local e ter influência nas juntas de ação comunal, as organizações sociais e os estamentos gremiais, mas não tiveram na apropriação e acúmulo da terra um interesse como capital.

As lógicas sociais que os grupos guerrilheiros instauravam nas suas regiões de domínio tradicional tinham muito a ver com a regularização das colonizações, as doações de terras para reassentar população deslocada pela violência de outras zonas e o controle na deflorestação, na pesca, na plantação de alimentos e até nos cultivos ilícitos. Desta forma, passou a substituir as funções regulatórias do Estado e, portanto, ganhou legitimidade social nestas regiões de colonização periférica. Nestas lógicas, os grupos guerrilheiros ampararam os direitos informais à terra dos pequenos camponeses, dentre os quais estavam também as famílias de guerrilheiros e alguns comandantes que quiseram ter patrimônio às margens da organização armada.

Já os grupos paramilitares nasceram para proteger as terras de narcotraficantes e grandes proprietários. Com o tempo os grandes chefes da organização passaram a se interessarem e se apropriarem de grandes extensões e em alguns casos os vínculos com o narcotráfico também os induz, igual que no caso dos narcotraficantes, a inverter dinheiro na aquisição de terras, muitas vezes com preços muito baixos dos comerciais como resultado da pressão armada para intimidar aos vendedores¹²³.

O CNMH indica que mesmo que a terra tivesse valores diferenciados para estes dois grupos armados, o certo é que a terra sempre esteve presente como símbolo de poder e portanto, de disputa. No entanto, também é certo que o controle territorial dos grupos paramilitares provocou um entorno social muito mais hostil para os camponeses e um entorno favorável para os grandes fazendeiros. Esta condição foi agravada pelo fato de muitos paramilitares também decidissem tomar posse sobre essas terras. Este contexto deu como resultado um vínculo pessoal nas suas estratégias de guerra, especialmente aquelas que provocaram o maior número de massacres, deslocamentos, abandonos, despejos e apropriações fraudulentas e criminosas de terra.

Porém, os grupos guerrilheiros não só cederam e controlaram o uso da terra, também provocaram deslocamentos nas suas regiões de domínio, mas as razões principais que provocaram isso, não foram o roubo de terras, nem a promoção da terra arrasada e sim as razões vinculadas ao recrutamento forçoso, à perseguição de familiares de militantes e policiais, o controle sobre os supostos informantes do Exército e forçou expulsões de terra

¹²³ Centro Nacional de Memoria Histórica, Tierras, Balance de la contribución del CNMH al esclarecimiento histórico, Alejandro Reyes Posada, Relator, Bogotá, 2018.

a quem desacatavam as suas regras de conduta ou não manifestavam lealdade à organização guerrilheira.

Além dos deslocamentos, abandonos e despejos de terra provocados por esses dois grandes grupos armados ilegais, também o acionar das Forças Armadas nas suas operações contra estes dois grupos como os bombardeios e a fumigação de cultivos ilícitos contribuíram ao deslocamento forçado.

Os fenômenos de deslocamento na Colômbia vêm de longa data e têm sido provocados por todos os grupos armados, ilegais e legais. Essa modalidade de violência, aconteceu de forma invisível para a sociedade, mais ainda para aqueles que habitavam nas grandes cidades, até que sua magnitude o converteu em uma emergência humanitária. E mesmo constituindo um problema desta envergadura, já reconhecido por todos os setores da sociedade civil, os deslocados e as suas necessidades nunca se tornaram prioridade em matéria de políticas públicas, investimento ou amparo no país. Só no governo de Santos (2010-2018), foi reconhecido plenamente o conflito armado e a necessidade de reparar às vítimas. Foi durante o mandato de Santos que foi aprovada a Lei 1448¹²⁴, de vítimas e restituição de terras, para proteger a quem tinha abandonado o tinha sido vítima de despejo.

Mesmo com essas mudanças e esforços, o fenômeno do deslocamento forçado e seus efeitos continuam latentes no país, porque os conflitos e as ações dos grupos armados continuam vivos. Em relação a este fenômeno o CNMH, no seu informe Uma Nação Deslocada indica que:

A evolução do deslocamento forçado no tempo e sua análise, permitem concluir que pese a magnitude e sistematicidade com que tem se produzido este delito e os graves danos causados à população vítima deste, o tardio reconhecimento do Estado, as contínuas mudanças institucionais e a limitada capacidade das entidades responsáveis pela sua atenção, não têm permitido conseguir uma resposta adequada às necessidades mais urgentes desta

¹²⁴ A Lei 1448 de 2011, também conhecida como a lei de vítimas e restituição de terras, foi criada para estabelecer medidas judiciais, administrativas, sociais e econômicas, individuais e coletivas de atenção, assistência e reparação integral às vítimas deste crime, no contexto do conflito armado interno. Esta Lei que está no marco da Justiça Transicional permite efetivar os direitos à verdade, justiça e reparação com garantias de não repetição, de modo a ser reconhecida a condição de vítima e seja dignificada através da materialização dos direitos constitucionais. Com esta Lei foi criada a Unidade de Restituição de Terras, adscrito ao Ministério de Agricultura, encarregada de fazer o registro das terras abandonadas e despejadas no marco do conflito armado e de fazer as gestões da restituição ante os juízes e tribunais de restituição de terras.

população, também não têm conseguido garantir o gozo efetivo dos seus direitos e sua reparação integral [...] se aprecia a ausência de uma política efetiva de prevenção e mais grave do que isso, se aprecia uma ausência de intervenção estatal na remoção dos fatores e causas estruturantes que ocasionam estes delitos. Também resultam preocupantes os novos, persistentes e ambiciosos interesses que permanecem e adicionalmente se expandem sobre os territórios habitados por populações rurais e urbanas em condições de marginalidade e vulnerabilidade, que hoje continuam sendo afetadas pelo êxodo forçado. (Una Nación Desplazada, CNMH, página 127, 2015).

O informe de *Uma Nação Deslocada* indica que muitas são as causas do deslocamento, abandono ou despejo de terras na Colômbia, mas afirma que o conflito armado interno foi o contexto que propiciou agendas de apropriação de terras por razões rentistas e de lucro para grandes empreendimentos produtivos. O assunto da terra na Colômbia tem sido sempre a coluna vertebral do conflito. Sem importar o período da história ou os perpetuadores da violência em turno, a terra na Colômbia sempre tem sido um fator de disputa, e em um país que não conhece outra forma para a resolução dos conflitos, com tantos atores armados em jogo, encontra nele o melhor cenário para a efetivação e replicação da violência.

Para tentar entender a situação atual da distribuição da terra no país, veremos os dados de um artigo da *Revista Semana Sustentável*, que indica que a Colômbia é o país com maior desigualdade na América Latina em matéria de distribuição de terra, já que a maioria da terra está concentrada em mãos de uns poucos. Tendo como base o Censo Nacional Agropecuário, a Oxfam¹²⁵ realizou o informe Radiografia da desigualdade, no qual, além de fazer um chamado de alerta pela grave situação do campo na Colômbia, assinalava cifras alarmantes, dentre outros, destacando os seguintes indicadores: Só o 1% das fazendas e sítios de maior tamanho têm no seu poder 81% da terra colombiana. Nos 19% de terras restantes se repartem o 99% das fazendas e sítios de menor envergadura, e destas, aproximadamente o 70% das fazendas e sítios têm um tamanho menor a cinco hectares. Assim o primeiro balanço indica que poucas mãos são donas da Colômbia. Adicionalmente se tem que:

¹²⁵ A *Oxfam International* é uma confederação de 19 organizações e mais de 3000 parceiros, que atua em mais de 90 países na busca de soluções para o problema da pobreza, desigualdade e da injustiça, por meio de campanhas, programas de desenvolvimento e ações emergenciais.

- 42,7% dos proprietários das fazendas e sítios de maior tamanho indicam não conhecer a origem legal das suas terras.
- As mulheres só têm uma titularidade sobre 26% das terras¹²⁶.

Outros dois aspectos muito importantes nesse contexto são a desatualização no sistema de regulação fundiária e a destinação do uso da terra. Na Colômbia, o sistema de regulação fundiária nos contextos rurais e nos campos está desatualizado. Uma atualização nesses sistemas de informação, implicará provavelmente um incremento no pagamento de impostos e isso pode não resultar interessante para os grandes proprietários de terras e as agremiações de empresários, daí que muitas das pressões para não atualizar este sistema de regulação fundiária venham justamente deles.

Segundo as Nações Unidas, a Colômbia é um dos países com maior vocação para se transformar em uma das despensas alimentares do mundo. Porém a realidade colombiana indica que as nossas condições atuais estão longe de poder satisfazer tais expectativas. Dando continuidade com a análise de Oxfam;

- No país, dos 111,5 milhões de hectares que aparecem no censo, 43 milhões (38,6 %), têm uso agropecuário, enquanto que 63,2 milhões (56,7 %) se mantêm como superfície de bosques naturais.
- Dos 43 milhões de hectares para uso agropecuário, 34,4 hectares (80%) estão dedicados à pecuária e só 8,6 hectares (20%) à agricultura. Desse 20% só o 1,4% é destinado para o cultivo de alimentos para uso interno.
- Esta situação deveria ser inversa, pois o recomendado é que 15 milhões de hectares deveriam ser usadas para pecuária, mas se usa mais do que o dobro. Assim mesmo, 22 milhões de hectares são aptas para cultivar, mais o país está longe de atingir essa cifra. Entendido de outra forma, a pecuária tem uma porcentagem de uso de 229% em relação à área destinada para esse fim e a agricultura tem uma porcentagem de uso de 38,6% respeito à área destinada para esse fim.
- As fazendas e sítios de mais de 1.000 hectares dedicam 87% do solo para pecuária e só o 13% a agricultura. Entretanto, as fazendas e sítios menores,

¹²⁶ Para ver o informe completo Radiografía de la Desigualdad: Lo que nos dice el último censo agropecuario sobre la distribución de la tierra en Colombia. Visitar https://www-cdn.oxfam.org/s3fs-public/file_attachments/radiografia_de_la_desigualdad.pdf

com menos de 5 hectares, destinam o 55% do uso do solo à pecuária e 45% à agricultura. Mesmo que a situação é menos dramática neste último setor, a tendência à pecuária continua sendo mais alta que outras formas de exploração da terra. Assim, a pecuária constituída como um setor tradicional, continua sendo dominante nas áreas mais produtivas para o cultivo de alimentos, assim como nas áreas com ecossistemas estratégicos.

Na Colômbia, o assunto da terra tem sido sempre um problema, de fato a desigualdade no seu uso e posse tem sido reconhecida amplamente como um dos detonantes na criação dos grupos guerrilheiros, especialmente o grupo guerrilheiro das FARC. Este tema constitui tanta importância, que foi o primeiro ponto a ser negociado nos Acordo de Paz de La Havana. Nele, desafios de alto nível foram colocados na mesa de negociação. O desenvolvimento integral no campo, a equidade na propriedade privada e o suporte para a competitividade, requerem de um investimento alto em infraestrutura, educação, participação, ciência, tecnologia e comércio. Porém, este tema é tão sensível que qualquer reforma que se pretenda executar vai bater de frente com os interesses de grandes proprietários de terras, que mesmo sendo poucos, são muito poderosos e claramente não querem mudanças que possam alterar a suas hegemonias.

Finalmente o cenário pós-acordo de paz enfrenta com o governo Duque o que poderia ser o seu maior desafio; a falta de continuidade nas garantias judiciais pactuadas no Acordo de Paz. Um dos pilares centrais desse processo era a promessa de esclarecer a verdade do que aconteceu durante o conflito armado, como parte do esforço para alcançar a reconciliação nacional. A partir disso foi estabelecida a Jurisdição Especial para a Paz, que são os tribunais que processaram os crimes e abusos cometidos no marco do conflito armado. Dentro do Acordo de Paz, ficou pactuado que, sob um amplo manto de imunidade, os ex-combatentes e membros da Força Armada se comprometiam a declarar, podendo ser responsabilizados, mas sem serem presos (a não ser em uns delitos específicos).

Essa garantia de não pagar condena em complexos penitenciários, junto com a possibilidade de ter participação política livre, se tornou fundamental para que as FARC-EP assinaram o acordo. E justamente esses pontos, têm se tornado um dos maiores focos do governo Duque e dos opositores ao Acordo de Paz, para serem revogados e redefinidos dentro do documento final do Acordo de Paz. Com a revogação nesses pontos, muitas das

peessoas envolvidas no acordo, poderiam ver no processo um engano e com isso, abandono ao acordo e a reintegração a grupos ilegais poderiam se tornar como uma possibilidade.

Assim, a Colômbia vê hoje, quatro anos depois de assinar o mais importante acordo de paz no marco do conflito armado, o otimismo gerado a partir do Acordo se desvanecer entre as pessoas.

Qual é a implicação dos infundáveis embates para a efetivação do Acordo de Paz no contexto urbano colombiano?

Antes de tentar fazer alguns aportes nesse sentido, é fundamental fazer menção à implicação dos infundáveis embates no acordo de paz no cenário rural e no interior dos campos colombianos.

Hoje, sem sobra de dúvida, é possível afirmar que toda essa violência que aconteceu nos campos colombianos, teve consequências na vida de todas as pessoas que viram a sua existência atravessada pelo conflito. Tais consequências se veem manifestadas, na medida e intensidade com que a violência apareceu, com as mudanças que provocou e com as marcas que ela deixou.

Com o Acordo de Paz, naqueles lugares da efetivação da violência [*principalmente*], por cima dos temores e incertezas para superar as barreiras estruturais e simbólicas do conflito, prevaleceu uma onda de otimismo que sugeria a desestruturação dessa violência prolongada, mediante a possibilidade de desenvolver um processo de transformação estrutural, territorial, institucional, político e social, mas com as constantes travas que o processo vem enfrentando, essa onda de otimismo tomou um novo curso, muito menos esperançoso.

No caso colombiano, como todas as negociações para o último acordo de paz foram realizadas com um governo que não teve continuidade no mandato, já era possível imaginar que a efetivação do Acordo de Paz, não iria levar a mesma fluidez e continuidade que levou durante a sua formulação. Para completar este panorama desfavorável, o governo que ganhou a disputa presidencial, sempre se apresentou contra do Acordo de Paz, desde as negociações (inclusive como chave da sua campanha política nas eleições). Assim, o período mais importante para a conquista da paz, aquele que deveria permitir as maiores

mudanças para a geração da confiança entre as partes e entre a sociedade civil, neste caso, só semeou mais dúvidas e desconfianças.

Como o Executivo se tornou o primeiro grande opositor, os seus interesses em uma correta implementação dos compromissos do Acordo, eram quase nulos. Com isso, os dinheiros públicos que se destinariam para apoiar o cumprimento desses compromissos, não foram incluídos no Plano de Desenvolvimento Nacional, provocando uma redução de 30% do orçamento destinado para a Comissão de Verdade e para a Jurisdição Especial para a Paz; e que, decididamente, o governo tem tratado de impedir o adequado funcionamento desta última ou a aprovação de circunscrições especiais que confirmem visibilidade aos territórios mais abatidos pela violência¹²⁷. Assim, todas as promessas de verdade, justiça, reparação e as promessas de não repetição dos atos criminais feitas às vítimas vêm sendo um dos pontos mais afetados e ameaçados em termos de efetivação, no período pós-acordo.

Em temas de ordem pública e segurança o país enfrenta uma nova carreira pela expansão no controle territorial e uma disputa pela hegemonia dos recursos ilícitos entre outros grupos armados [*de esquerda e de direita, nos cenários rurais*] e das bandas criminais [*concentradas nas regiões urbanas*]. Assim, mais uma vez os velhos ciclos da violência aparecem novamente em cena, com todos os seus mecanismos de terror e violência, deixando ao seu passo os mesmos rastros de destruição, onde a população civil é sempre a mais afetada.

Quando os combatentes das FARC-EP abandonaram os seus lugares de concentração e entregaram as armas, se esperava que mediante programas especiais, naqueles lugares se fosse dando a ocupação física das Forças Armadas oficiais da Polícia e do Exército, mas isso nunca aconteceu. Assim, sem a presença integral das forças do Estado, esses lugares parecem ficar à mercê dos grupos armados ilegais que neles desejem imperar, fortalecidos pelo vazio de poder e controle, deixado pelas FARC-EP, com sua saída do território.

Nesse ponto é importante assinalar que um dos fatores mais relevantes na falta de precisão de responsabilidade dos atos violentos e, portanto, a falta de culpáveis e punições

¹²⁷ La violencia en Colombia tres años después del Acuerdo de Paz con las FARC-EP. Jerónimo Ríos Sierra, Universidad Complutense de Madrid, España, consultado en Centro de Estudios Estratégicos del Ejército del Perú, Pensamiento Estratégico en Seguridad y Defensa. Consultado el 20 de mayo de 2020,

pelos crimes, está vinculado justamente ao fato de ter muitos atores em jogo exercendo todos os tipos de violência. Desta forma e em um cenário de prolongada impunidade, a violência transita de forma livre no seu exercício cotidiano.

Por cima de todas as diversas travas à efetivação do Acordo de Paz, a Colômbia continua sendo atravessada de forma estrutural por elementos que permitem e fomentam de forma pontual a desigualdade social e territorial, a debilidade institucional local, os negócios ilícitos vinculados ao narcotráfico e a violência como mecanismo de resolução de conflitos. Estes cenários não têm uma proposta de transformação imediata, também não conta com interesses políticos para gerar uma transformação no tempo. O Acordo de Paz traz consigo um enfoque de fortalecimento das territorialidades, em termos de poder e recursos, mas esse é talvez o aspecto que de forma mais contundente colide de maneira frontal com a realidade colombiana; a sua centralidade em matéria de poder e recursos. Assim, os desejos trazidos pelo Acordo de Paz, se desvanecem pela já tradicional ausência das capacidades locais e regionais e pelos vagos e insuficientes interesses em mudar esta situação que os diversos governos têm manifestado.

Colômbia segue com os mesmos problemas irresolutos; fraca institucionalidade na extensão do território, centralização do poder, falta de garantias para o exercício da livre democracia [de forma acentuada nos lugares distantes das grandes capitais], problemas de inclusão e justiça social e o narcotráfico em todos seus níveis. Enquanto esses assuntos continuarem sem serem resolvidos, o país dificilmente será capaz de trilhar o caminho da superação da violência. Simultaneamente, o país vê atores violentos renovados e fortalecidos e velhas dinâmicas violentas liderando um cenário de conflito sem projeção de resolução. Entre as pessoas, e perante ao passo do tempo sem mudanças significativas, a esperança de que todos esses problemas por fim melhorassem é cada vez menor e isso é diretamente proporcional à perda de confiança no governo e na sua capacidade de governar.

Já focando no cenário urbano, as principais implicações dos infindáveis embates para a efetivação do Acordo de Paz têm se visto manifestados principalmente através de uma nova onda de violência nas regiões rurais que tem gerado novos processos de expulsão nessas regiões e, portanto, o fenômeno dos deslocamentos populacionais pela violência tem se intensificado novamente, colocando assim às grandes cidades novamente como receptoras de migração em alta escala. Também o recrudescimento das bandas

criminais além de intensificar as modalidades de violência nos contextos urbanos, têm provocado, por essa mesma violência, novos processos migratórios dentro da cidade e entre cidades grandes, na procura de fugir do conflito. Ou seja, a modalidade de violência que mais vítimas registra o conflito armado, tem uma afetação global no território nacional e é também a modalidade violenta que mais mudanças físicas territoriais, rurais e urbanas, se constituem no marco geral do conflito armado interno colombiano. É esta a modalidade violenta que tem provocado as maiores redefinições das dinâmicas e lógicas da apropriação e uso do solo e os espaços e dos sistemas sociais envolta deles.

Hoje os grupos guerrilheiros não possuem mais a força e o poder de ataque que já tiveram no passado, mas diferente é o caso do paramilitarismo, esse que se apresenta modificado, transformado no tempo, persiste em ser o reservatório das bandas criminais emergentes. Estes grupos que inicialmente floresceram na maioria dos territórios onde as denominadas autodefesas, segundo o governo, entregaram armas em negociações com ele, passaram a expandir e concentrar seu acionar criminal nos centros urbanos, passando de ter uma estrutura organizacional vertical a funcionar com estruturas organizativas com funcionamento em rede. Persistido no negócio do narcotráfico, mas derivando com grande eficácia para o microtráfico nos contextos urbanos. Adicionalmente, parecem ter desenvolvido destreza para administrar suas ações criminais de forma paralela nos cenários rurais e urbanos, porque na medida na que consolidam a sua expansão no microtráfico de entorpecentes nas cidades, e desenvolvem atividades criminosas como a extorsão, o furto de celulares e peças automotivas, também ampliam a sua participação na mineração ilegal e o contrabando de uma, cada vez mais, ampla variedade de produtos, constituindo assim um portfólio diverso e potente¹²⁸.

Isso, sem falar na diversidade de negócios ou rendas que estes grupos administram e controlam, sob opressão de ameaças; impostos a comércios locais e à circulação deles dentro do território. Adicionalmente, um dos aspectos mais importantes em matéria do paramilitarismo ou do acionar das bandas criminais nos contextos urbanos está vinculado à influência social e política que exercem nas zonas que dominam. Muitos ex líderes paramilitares inclusive têm manifestado, em versões livres perante à lei, que uma ação frequente era a de promover a influência e cooptação política e social em várias regiões do

¹²⁸ Las bandas criminales y el postconflicto. León Valencia y Carlos Montoya, Fundación Paz y Reconciliación –PARES-, POSTCONFLICTO | Bandas Criminales, 24 febrero, 2016

país, mediante a mobilização de grandes quantidades de dinheiro, em função de candidatos ligados aos seus interesses.

CONCLUSÃO

Notas Finais

Notas finais

Até aqui, já foram apresentados os argumentos ao longo do texto, agora resta fazer uma recuperação deles, assim como relaciona-los, para, a partir disso, procurar expor de forma resumida os argumentos desta tese. Neste capítulo, mais do que conclusões são apresentadas as anotações e apontamentos que delineiam a relação entre as principais categorias analisadas seguidas nesta tese.

Estas notas finais são, por demais, preliminares. A minha compreensão [e aceitação] das condições globais dos processos estudados e seus efeitos sociais e urbanos na Colômbia estão ainda distantes de um entendimento e análises mais completo, profundo e elaborado. Quero aqui, fazer uma retomada dos argumentos principais desta tese e realizar uma verificação das suas relações internas territoriais e dos seus significados sociais e urbanos.

O primeiro argumento trata da relação entre o conflito armado interno, detonado no interior dos campos, e as formas de cidade que temos hoje na Colômbia. Neste sentido, o aspecto morfológico e espacial se torna protagonista ao vincular os fenômenos do deslocamento forçado emergente nos contextos rurais, como um fenômeno que supera suas delimitações físicas locais, capaz de estender seus efeitos até os cenários urbanos de maior envergadura no contexto nacional, mediante a recepção constante de deslocados pela violência, expulsos das regiões rurais. Desta forma, o deslocamento forçado, que é, dentro das modalidades de violência na Colômbia, a que maior número de vítimas tem deixado em todos seus anos de história é também um dos responsáveis das mudanças do uso do solo e transformações que sofreram os territórios urbanos, principalmente as periferias das grandes cidades colombianas, colocando no marco desta tese um desses assentos informais, integrados amplamente por população deslocada pela violência, localizado excepcionalmente na região central da cidade de Medellín; Moravia.

O deslocamento forçado na Colômbia é um processo histórico, presente em todos os momentos de conflito no país e é uma modalidade de violência que tem sido promovida por todos os diversos atores armados. O medo disseminado, a desapropriação, a migração forçada e a violação sistemática dos direitos humanos, vêm impactando, há décadas, os processos vitais das vítimas deste crime a nível individual, familiar e social, pelas

condições de saída nos lugares de origem e de inserção nos novos lugares de recepção, é, na maioria dos casos, gerado um profundo deterioro na qualidade de vida destas pessoas.

Na Colômbia o deslocamento forçado é uma forma de migração intensa que redefiniu os territórios rurais pelo seu despovoamento e os territórios urbanos pela concentração de intensos fluxos ingressantes de pessoas. Fazendo um exercício comparado para mostrar as dimensões deste flagelo, seria possível afirmar que fosse como se cidades inteiras de médio e grande porte da América Latina fossem obrigadas a desabitatar de forma violenta seus lugares de origem e desenvolvimento cotidiano. Por exemplo, a cidade de Bogotá, capital da Colômbia, que é a cidade mais densa em termos demográficos do país, registra um total de 7.181.569 habitantes¹²⁹. Essa cifra é inferior ao total de vítimas de deslocamento forçado no país [7.585.536 de vítimas¹³⁰]. Levando essa comparação ao Brasil, no caso de Rio de Janeiro, segunda cidade mais densa em termos demográficos do Brasil, a cidade tem 6.718.903 habitantes, essa cifra também é inferior ao total de vítimas de deslocamento forçado na Colômbia. Fazendo a comparação com a capital do Brasil, Brasília, incluindo as suas 33 regiões administrativas, tem 3.015.268 pessoas¹³¹. Isso quer dizer que toda a população deslocada de forma forçosa na Colômbia é 2.5 vezes a população total do Distrito Federal no Brasil.

Ver as vítimas de forma individual e surgindo de forma progressiva no tempo, levou àquela sensação generalizada de cotidianidade no censo social e essa sensação de cotidianidade fez com que todo assombro com a guerra e seus efeitos desaparecesse rapidamente. Ou seja, a atenção, o impacto, a empatia, a solidariedade e o reconhecimento dessas vítimas são de uma forma, quando apresentado de maneira individual e acumulados no tempo, e são outros, que aparecem de forma diametralmente oposta, quando são vítimas concentradas em um evento pontual. Isto faz com que seja desestimado o fato de que estas vítimas acumuladas sejam muito maiores que as vítimas de todos os eventos catastróficos ou tragédias específicas, pontuais em tempo e espaço. Em Colômbia, durante muito tempo não reconhecemos as vítimas do conflito e quando por fim começamos a reconhecê-las, simplesmente as tornamos cotidianas. Um efeito residual da guerra, a implicação cotidiana.

¹²⁹ Segundo o último censo de população e moradia realizado no país em 2018, pelo Departamento Administrativo Nacional de Estatística – DANE-.

¹³⁰ Cifras atualizadas a agosto de 2020, pelo Registro Único de Vítimas em Colômbia-RUV-.

¹³¹ Os dados demográficos das cidades do Rio de Janeiro e Brasília foram obtidos do Censo realizado pelo O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE atualizado a 2019.

O deslocamento forçado e todas as suas implicações sociais e urbanas são constituídos de forma particular na Colômbia. Em primeiro lugar, é uma modalidade violenta que se tornou permanente durante o tempo total de conflito armado interno no país. Este conflito, entendido como um todo, também foi constituído de forma diferenciada, porque é um conflito de longa duração, não apenas reduzido a uma conjuntura específica ou a uma disputa pontual e exclusiva entre determinados atores armados, nem centrada em uma delimitação espacial e temporal específica. Este conflito armado tem se estendido pelo território nacional ao longo de décadas.

O conflito armado interno colombiano se configura como uma confrontação armada multipolar e multicenário, que também se apresenta com variações de intensidades violentas entre territórios. Como o conflito acontece paralelamente em várias regiões do país, as suas vítimas também são diversas, quer dizer, não pertencem a uma única comunidade, classe, grupo social, coletividade ou ideologia política, assim como também não pertencem a uma única etnia ou religião. Esta condição é contrária a o que acontece na maioria dos países que se vêm afetados por êxodos forçados de raiz violenta, de grande envergadura.

Todas estas especificidades fazem do deslocamento interno colombiano um fenômeno de alta complexidade e profunda heterogeneidade, difícil de medir, conter e mitigar. Assim, a conjugação de todos estes fatores, parecem ter facilitado a invisibilidade das suas vítimas, efeitos sociais e urbanos. Os deslocados pela violência têm se diluído no marco de uma guerra irregular com presença intemporal.

A condição de conflito interno permanente, com variação de intensidade, foi concomitante com o surgimento e consolidação de organizações delinquentiais entorno da cadeia completa do narcotráfico e em torno a prestação de serviços privados e ilegais de segurança, que se abriram caminho nos contextos urbanos. Mesmo que esta condição seja parecida com a de outros países, na Colômbia estes fenômenos tiveram maior alcance e extensão no tempo e não por isso a sua situação teve o reconhecimento internacional que merecia, nem ao interior do país ocupou lugares destacados de diálogo, debate e nem de propostas sólidas e permanentes de atenção, mitigação e solução ao conflito. A guerra, seus efeitos e vítimas sempre ocuparam um lugar marginal na agenda nacional, na sua política interna e na opinião pública. Esta condição de indiferença e despreocupação foi mais

acentuada nos contextos urbanos, portanto nunca foram realizados, nem implementados programas de intervenção ou ordenamento territorial com foco nas necessidades pontuais desta população migrante.

Na Colômbia todas as modalidades de violência e as vítimas que estas deixaram, constituem uma catástrofe humanitária. De forma específica, a dimensão do fenômeno de deslocamento forçado pode ser dificilmente comparada com outras condições semelhantes no mundo, por conta da sua magnitude, intensidade, complexidade, diversificação e prolongação no tempo. Mesmo isso, o desconhecimento, a indiferença e o silêncio têm reinado e têm se sobreposto a esta condição por décadas.

O lugar de recepção da população migrante costuma ser muito diferente, em todas as esferas, dos lugares de origem, sendo comumente as zonas mais deprimidas e precárias das grandes cidades. Nestes novos espaços, esta população predominantemente camponesa e rural, também deve se enfrentar com a inexistência de espaços para o desenvolvimento das destrezas, técnicas e conhecimentos exercidos a vida toda. O que encontram nesses novos lugares, são lógicas e dinâmicas econômicas já consolidadas e competitivas que lhes resultam totalmente distantes e desconhecidas. Portanto, as condições de competência nas novas lógicas do capital estão dadas em absoluta inequidade.

Como foi descrito, para evitar consequências mortais ou outras situações violentas, muitas pessoas tiveram que abandonar seus lugares de origem no interior dos campos colombianos como alternativa de sobrevivência. Ou seja, estes sujeitos fugiram principalmente para reivindicar o direito à vida, e nessa travessia os grandes núcleos urbanos se tornaram os principais destinos para estes desabrigados. Em primeiro lugar por estar distantes dessas centralidades do conflito e em segundo lugar por, aparentemente, representar um lugar de pluralidade de ofertas, que poderia facilitar o desenvolvimento depois do desarraigo. Assim, comumente a invasão e autoconstrução nas periferias é a primeira forma de presença nas cidades receptoras, para a reconstrução da vida dos migrantes forçados que não têm laços de solidariedade, nem apoio preestabelecidos nesses novos destinos. Na Colômbia, Medellín é a segunda cidade receptora de população deslocada pela violência, superada só pela capital do país, Bogotá.

A migração forçada, por razões violentas na Colômbia teve a capacidade de redefinir muitas lógicas e dinâmicas tanto nos espaços rurais, quanto nos espaços urbanos,

com isso é possível afirmar que a Colômbia configurou espaços rurais e urbanos, resultado da violência. Em alguns casos, caracterizados pelos despejos, o despovoamento e abandono de lugares e em outros, pela ocupação acelerada e irregular. Em ambos os casos, os efeitos econômicos, territoriais e nas estruturas sociais e individuais, se estendem durante anos.

É competência do planejamento urbano considerar a incidência dos intensos fluxos migratórios na reestruturação e definição dos espaços no interior das cidades. Assim como também lhe compete reconhecer, aceitar e direcionar esforços mediante a intervenção no território, com a execução de projetos públicos em modalidade de interesse social, com foco na caracterização e necessidades próprias desta população. Isto quer dizer que a intervenção e execução de projetos de habitação de interesse social [que já é bastante limitada e precarizada na maioria dos casos] poderia, por exemplo, sugerir a ativação das economias locais, a partir das destrezas e práticas agrárias que são comuns na maioria destas pessoas. Nesses espaços periféricos onde é promovida a megaprodução de micro habitação de interesse social, também poderiam ser desenvolvidos de forma integrada projetos agrícolas, aproveitando justamente a maior concentração de terras livres, bem como seus baixos custos. O texto anterior está citado para exemplificar o desejo global da proposta; entender, na nossa função como arquitetos urbanistas e produtores de cidades, para quem estamos produzindo cidade e acolher, na medida do possível, as suas particularidades e necessidades diferenciadas.

Os fenômenos de deslocamento forçado na sua manifestação com intensos e contínuos fluxos migratórios em direção à cidade, devia ter sido prioridade em matéria de agenda pública, faz muito tempo, nos governos locais de cada cidade que foi afetada por isso e no governo nacional. Os deslocados pela violência na cidade não só representam a ocupação, geralmente irregular, e a expansão das cidades, estão muito além disso; a sua presença gira em torno de novos assuntos demográficos, novas dinâmicas econômicas, novas condições precarizadas da condição humana nos lugares de migração e a sua relação com a concentração da pobreza nos polos urbanos, novas demandas na prestação de serviços básicos. Com a produção de novos espaços periféricos massificados, a segurança pública também entra em jogo, porque estes espaços, distantes das centralidades do poder local, em muitos casos, terminam sendo lugares que passam a serem dominados por forças alternas e ilegais, que fazem uso de mecanismos violentos.

Em matéria de segurança pública o conflito armado interno colombiano, foi geralmente visto como um conflito concentrado nas delimitações espaciais originais da perpetuação da violência, ou seja, nos campos colombianos. Fica demonstrado, que mesmo sendo certo que a maioria das modalidades violentas têm uma origem e delimitação espacial rural, muitas destas formas se expandiram e reproduziram nos contextos urbanos.

Para estes deslocados forçados, como para muitas outras das vítimas de todas as modalidades de violência na Colômbia, não é sempre claro identificar aos seus agressores, nem as razões pelas quais eles se tornaram alvo dessa violência. Na maioria dos casos, os membros dos grupos armados, legais e ilegais, que perpetuam os crimes não são judicializados, condenados ou punidos. A falta da identificação clara dos agressores, também representa travas enormes nos processos de reconhecimento de qualidade de vítima e nos possíveis processos de justiça e reparação.

Os mecanismos de domínio e controle territorial, não são exclusivos das regiões rurais. Assim como o deslocamento forçado também não é exclusivo dessas regiões. A violência urbana, em muitos casos operada a partir da expansão urbanas de algumas forças guerrilheiras e a reestruturação de antigos grupos paramilitares de incidência rural, também tem gerado novos e importantes processos de migração forçada ao interior das cidades e entre grandes cidades. Esses deslocados pela violência urbana, não têm nenhum tipo de reconhecimento na sua condição de vítima, portanto também não têm nenhum tipo de amparo jurídico ou auxílio do Estado, na promoção da proteção dos seus direitos vitais.

Na Colômbia muitas dessas associações criminais de presença urbana, tiveram e ainda têm, a sua origem em antigos grupos armados de presença rural. Mesmo que hoje, a grande presença desses grupos organizados armados, particularmente na cidade de Medellín, esteja representado pela reestruturação de antigos membros e chefes de grupos paramilitares, nos grupos guerrilheiros também existiu origem de organizações armadas nas cidades. No país, aquela aparente necessidade de se organizar em armas e defender a partir da organização e força autônoma os interesses próprios, parece impassível de vigência. Esse entendimento autônomo também se estende aos critérios e sentidos de justiça e, em um cenário de fraca e fragmentada presença das forças de controle do Estado, a resolução dos desentendimentos, dos litígios e os conflitos, continuam tendo base violenta e em muitos casos de aniquilação do opositor ou de tudo aquilo que represente travas à

conquista dos objetivos. Dessa forma, a Colômbia continua transitando hoje, meio século depois, nas lógicas, onde o poder e a terra, sempre têm valido mais que a vida.

Na Colômbia as vítimas não estão definidas por uma única identidade preexistente, mas todas elas têm uma característica em comum; o fato de ser colombianos e estarem em meio do conflito, em muitos casos inclusive sem entender as suas causas e sem compreender a dimensão das lógicas que o mandante em turno deseja estabelecer.

O que estas pessoas conseguem entender de forma bastante clara são os efeitos desta guerra, que lhes resultam comuns a todos eles: a perda; da vida dos seres amados, dos vizinhos, da propriedade, dos laços, da tradição, dos costumes. A tristeza, que com a perda e o desarraigo chegam. O abandono e a marginalização que carregam por serem vítimas. E no caso específico dos deslocados pela violência, a condição de exclusão, expulsão e desenraizamento, a ausência de reconhecimento, a perda de sentidos elaborados e consolidados, a confusão e opacidade com a que passam a viver e todas as feridas físicas e morais que o conflito lhes tem deixado. Na Colômbia, qualquer pessoa pode se tornar vítima do conflito armado interno, desse que acontece nas zonas rurais e desse que acontece nas zonas urbanas, independente do que faça ou não com a sua vida, por ele já passaram muitos camponeses, mas também indígenas, negros, crianças, mulheres, jovens, jornalistas, deputados, ministros e candidatos presidenciais. Isso porque o conflito na Colômbia é assim; desmesurado e cego contra a população civil.

Quando muitas destas vítimas e as suas diversidades se concentram em um mesmo lugar [as cidades], dois fenômenos sociais costumam aparecer; em primeiro lugar, categorizações imputadas por nomações externas são dadas a eles. Em muitos casos estas pessoas são vistas como marginais, e as condições de carência com que chegam à cidade, são vinculadas com passível detonador de fatos criminosos e com perda do status dos lugares urbanos consolidados, nas proximidades dos seus assentamentos. Com estes processos de estigmatização a sociedade os olha, os juga, os discrimina e lhes impõe severas consequências de tipo social e econômicos, limitando ainda mais o seu desenvolvimento nos contextos urbanos.

Por outro lado, todas estas condições extremas geradas pela expulsão dos seus territórios gera o entremado de uma sorte em comum e essa condição provoca a articulação das suas necessidades e demandas desde o auto reconhecimento pleno das

novas realidades e as novas identidades. Uma história, um drama e uma dor coletivamente vividos. Semelhanças entre os diversos processos de despejos e perda em todos eles e a predominância da exclusão e a ausência de assistência e reconhecimento são os fatores que estimulam estas reagrupações sociais para a atenção das suas novas demandas sociais.

Emerge a necessidade de associação e luta pelo reconhecimento como sujeitos em pleno direito tanto na esfera local e nacional. O direito à cidade dos duplamente marginalizados (pela sua condição de deslocados forçados e pela pouca capacidade para se inserirem nas lógicas e competências da cidade), também se conjugam com as lutas pelo reconhecimento como parte da nação como um todo e as lutas pelos direitos que acreditam merecer; o reconhecimento social, o suporte para a estabilização socioeconômica, a inclusão e oportunidade política, bem como a reparação moral.

Em relação ao reconhecimento das vítimas de deslocamento forçado e à implementação de mecanismo de proteção e geração de garantias, é possível afirmar que de forma geral a observação, o registro e a medição da migração deste fenômeno é um processo muito complexo e certamente os dados que se têm dele são dispersos e inexatos. Na Colômbia, muitas das pessoas que conheci em Moravia, vindas de outras regiões, não são consideradas pelo Estado colombiano como vítimas do deslocamento forçado, por não ter seus nomes nas listas oficiais ou por não ter realizado o cadastro no Registro Único de Vítimas - RUV-.

Muitas destas pessoas que não realizaram tal cadastro, optaram por isso por uma falta de confiança no sistema, por medo de se manifestarem e reclamar direitos (aquele medo perpétuo e consagrado nas suas vidas, por causa das marcas que a guerra deixou) ou inclusive foram vítimas das limitações que a falta de alfabetização e educação gerava neles. O mesmo aconteceu com várias outras pessoas que conheci em Moravia, mas que eram migrantes internos na escala da cidade. Ou seja, aqueles que tiveram que sair de um lugar em conflito dentro da cidade, para outro lugar dentro da mesma cidade, também por fatores violentos.

O deslocamento forçado urbano e interurbano não é reconhecido pelo Estado como um crime, nem por uma condição que provoca a fragilidade humana de quem o padece, portanto, estas pessoas não são reconhecidas pelo Estado como vítimas na Colômbia. Assim como não são reconhecidas as vítimas, também não é reconhecido o problema como

uma modalidade violenta. Dessa forma temos que o estudo da migração forçada, apresentada como um êxodo rural ou urbano, continua representando no contexto colombiano, grandes desafios, investimentos, pesquisa, canais de contato e diálogo com o governo, espaços mais flexíveis de delimitação das categorias e, claro, maior espaço e dinamismo nas agendas de políticas e investimentos públicos, dado que os deslocados pela violência não representam o produto de um evento trágico furtivo e pontual, acontecido de forma isolada e excepcional, eles são uma das vítimas mais permanente ao longo do conflito. O reconhecimento da condição de vítimas, tanto de origem urbanas, quanto de origem rural, é o primeiro passo para aceder aos canais de ajuda e reparação, estabelecidos por Lei na esfera local e nacional.

Os territórios (urbanos e rurais) são o que são, resultado de processos sociais, culturais, simbólicos, históricos, políticos e econômicos sempre inacabados, sempre em construção, só que no caso colombiano, todos esses processos estão atravessados pela violência e o conflito. Isso quer dizer que, pela sua duração, quantidade de vítimas e efeitos, estas condições de conflito na Colômbia devem ser entendidas como eixo estruturante da sua configuração social, mas também territorial, de apropriação e usos que em muitos casos acompanham os ritmos da guerra. Nessa dimensão territorial, o conflito também tem tido capacidade de estabelecer definições e demarcações de fronteiras reais ou implícitas; o dentro e o fora, o pertencente e o não pertencente, as delimitações de segurança e as de perigo.

Na Colômbia, a nação se estruturou em meio a um estado de guerra permanente, que colocou em xeque a autoridade e a soberania do Estado. Uma soberania profundamente fragilizada e desintegrada na extensão total do território. Assim, o Estado colombiano foi incapaz [e continua sendo] de mediar, administrar e controlar de forma bem-sucedida no curto, médio e longo prazo o conflito, todas as suas manifestações e efeitos, de forma tal que possa garantir a finalização dele.

A modalidade de deslocamento forçado, no marco do conflito armado interno colombiano, não parece ter uma finalização futura próxima no panorama nacional. Nem essa, nem muitas das outras modalidades violentas, assim como o conflito armado em si entendido como um todo. Para isso, deveria ser implementado o mecanismo mais recente e de fato o que maiores avanços teve na história nacional para acabar com o conflito; o

Acordo de Paz e as suas promessas de câmbios, mas isso estão cada vez mais desestimado e deteriorado.

Mesmo que o Acordo de Paz seja irreversível, não existem garantias para aplicar o pactuado no Acordo, nem interesse político no atual governo para dar continuidade aos processos. A violência está recrudescida no país. A persistência e a ascensão de grupos criminais herdeiros ou dissidentes de antigos grupos violentos dissolvidos, estão desafiando a segurança do país com a determinação de novas dinâmicas do conflito, com os velhos mecanismos violentos, bastante conhecidos já no marco do conflito armado interno colombiano. Enfrentar esta complexa situação, requer em primeiro lugar, da consolidação da presença do Estado no território nacional.

Colômbia, paradoxalmente sendo assinalada como um dos países dentro da região com maior estabilidade democrática é um dos mais violentos politicamente. Essa violência, substancialmente repressiva continua impossibilitando qualquer tentativa de procurar reajustes no sistema. Continuam sem existir garantias das práticas políticas livres, assim como a livre defesa dos direitos, a violência na Colômbia continua reinando. Os assassinatos sistemáticos e seletivos a líderes sociais nunca cessaram, a violência voltou a fazer parte da nossa realidade nacional, as ameaças e a hostilidade voltaram a imperar em alguns lugares do país.

A reativação dessa violência se integrou com as formas violentas que nunca perderam vigência. As ameaças, o controle da circulação, o desaparecimento forçado, e os deslocamentos promovidos por razões violentas são cada vez mais frequentes e revivem com força uma nova onda de violência nacional e assim novos ciclos de ocupação acelerada se dão nas cidades e como eles, todos efeitos que já conhecemos . E assim vamos terminando cada dia com um ato violento diferente, criando novas formas de ver a vida, de entendê-la, de aceitá-la. Com atos violentos diários, a gente se resigna e finalmente a gente se acostuma.

Hoje, passados mais de 4 anos da assinatura do acordo de Paz entre as guerrilhas das FARC-EP e o governo colombiano, que prometia a diminuição da violência, o país se enfrenta novamente a uma realidade na que os massacres são rotineiros, um dia são homens operários do campo, no outro são indígenas, depois líderes comunitários, estudantes universitários, e até crianças. Parece que a violência na Colômbia se estabelece

por ciclos inacabáveis e quando parecem acabar, têm absoluta capacidade de se redefinir, reinventar e consolidar de novo. No país onde muitas gerações não conhecem uma realidade diferente à do conflito. Por vezes penso, quando o desespero e a tristeza me vencem, que como a Colômbia leva tantos anos submersa nessa realidade violenta, reconhecendo-a e naturalizando-a como a sua única realidade, não é capaz já de pensar em outra.

Mas o recrudescimento da violência não é a única grande afeição do incumprimento ou falta de continuidade do Acordo de Paz. O Acordo de Paz, trazia consigo uma proposta chave, atendendo um dos maiores fatores determinantes do conflito armado interno colombiano; a terra, a sua capacidade produtivas e a sua posse. Este Acordo definia como o eixo da construção da paz, uma alternativa democrática configurando o desenvolvimento territorial com planejamento participativo. A Paz com enfoque territorial definia uma Reforma Rural Integral (RRI), que introduzia a necessidade de incorporar um enfoque territorial diferenciado, principalmente em aqueles lugares onde o Acordo de Paz teria maior incidência. Este processo teve início em 2017 e foi suspenso em 2018, com a mudança do governo nacional.

Assim, se dava paralização a um dos processos fundamentais na implementação do Acordo de Paz. Isso, por falar em só uma vertente na implementação do Acordo de Paz. A realidade mostra que até hoje, o marco normativo para conseguir a implementação do pactuado no Acordo de Paz tem conseguido avanços menores, principalmente pela falta de expedições de leis, planos e políticas que permitam a sua efetivação. Na Colômbia, nesse país que ganhou espaço na mídia mundial por ser o país da negociação da paz, as pessoas continuam morrendo de forma violenta, as comunidades continuam estando cercadas pelas inseguranças, as ameaças e o terror e as pessoas continuam fugindo despavoridas dos seus lugares de origem na procura da preservação da vida, em detrimento da perda física e afetiva de quase tudo o que se tinha até então.

As investigações desses fatos violentos voltaram a ser proibidas, passíveis de geração de mais violência contra os investigadores amparados na figura institucional do Estado e os pesquisadores acadêmicos e jornalistas que desejem procurar a verdade. A determinação de causas, culpados, geração e cumprimento de penas, continuam fazendo

parte de um limbo institucional e jurídico que replica, anos através anos, década através década, um estado de impunidade que parece ter-se tornado contínuo no país.

Na Colômbia é preciso reconsiderar o conceito de paz, esse que concebia a paz não como a conquista de uma utopia de castigo, severidade e não perdão, idealizada e promulgada por líderes políticos de oposição ao Acordo de Paz atual e sim como o que poderia ser definido como uma paz imperfeita, mas uma paz possível, essa na que se faz preciso institucionalizar sistemas e mecanismo de gestão não violenta mediante diálogo, negociação, inclusão e participação, na procura de mecanismo de saída às tensões estruturantes que desencadearam o conflito no país. Essa que apresenta propostas e soluções alternas a todas as outras que já fracassaram em matéria de negociação no país, incluídas aquelas que determinavam um enfrentamento frontal e de propósito aniquilador fazendo uso do aparato militar nacional.

No marco do entendimento das formas de cidade contemporâneas que a Colômbia tem é fundamental entender que durante as últimas décadas, o crescimento urbano na Colômbia, foi alimentado principalmente pelas intensas migrações do campo em direção às cidades, dadas pelo êxodo rural, que obedeceu a várias condições particulares ao interior do país. Ou seja, cidades colombianas, paralelamente ao crescimento orgânico, natural das grandes cidades, recebiam intensas doses de migrantes não planejados, nem projetados. Este não planejamento e esta não projeção estão dadas em via dupla; as pessoas que se deslocam não tinham entre seus planos tais mudanças radicais e a cidade receptora também não as considerava. Da falta de planejamento voluntário partem muitos dos desequilíbrios gestados nos contextos urbanos, com as migrações forçadas.

Dentro das particularidades que englobam o êxodo rural está que à violência que imperava nos campos, se somaram as precárias históricas condições de posse e uso da terra no país e com o passar do tempo chegou também a mercantilização agrícola e a incursão da indústria da construção civil como motor da economia, alimentado acirradamente pela mão de obra barata e desqualificada, proveniente do campo.

Essas condições estruturantes permaneceram constantes no tempo e hoje nem as pessoas que desejam permanecer nos campos ou voltar a eles, depois dos seus êxodos forçados, para estabelecer as suas vidas lá, contam com condições favoráveis para isso. A violência continua incessante e, portanto, todas as implicações e fragilidades que foram

citadas nesse trabalho também, sejam elas nos cenários rurais, quanto urbanos. As condições para trabalhar e produzir a terra, que têm os pequenos e médios camponeses continuam sendo precárias e muito desvantajosas em relação dos grandes fazendeiros, o investimento e desenvolvimento nas zonas rurais continua sendo escasso e a falta de infraestrutura continua sendo reinante. As condições da posse e uso da terra estão, de fato, muito mais confusas e precarizadas hoje em dia, e também não existem condições de segurança para os que podem ou conseguem voltar. Ou seja, os infundáveis ciclos, com as suas, bem conhecidas, infundáveis consequências, continuam vigentes no cenário nacional.

A terra tem sido a estrutura medular do conflito armado interno colombiano, durante todos seus anos de existência. Ela também foi ponto focal nas mais recentes negociações de Paz, mas os avanços em matéria para caminhar na solução deste problema, demonstram que hoje, em cenário pós-assinatura do mais importante Acordo de Paz celebrado no país, das lições do passado, pouco temos aprendido.

Com a urgente necessidade de uma reforma agrária e fundiária, o país atravessou a segunda metade do século passado e as duas décadas que vão deste, com isso, o país se foi afundando de forma devagar, mas irremediavelmente, em uma guerra que deixou, dentre suas tantas consequências, mais de sete milhões e meio de habitantes deslocados pela violência.

Depois de todos esses anos, a Colômbia continua sem entender que é preciso solucionar um dos maiores problemas que tem em relação às terras; até hoje, ninguém sabe quanta terra tem Colômbia e a quem pertence, não existe uma administração séria nesse assunto e também não existe um inventário forte, consolidado, transparente e público das terras no país.

Em tempos recentes e com propósito de ressarcir este grave flagelo e reparar os danos do conflito, foi criada a Lei 1448 de 2011, conhecida como a *Lei de Vítimas e Restituição de Terras*, que a partir do de seu título IV, Capítulo II, cria um procedimento legal para restituir às vítimas os territórios que lhes foram desapropriados ou aqueles que tiveram que abandonar forçosamente a partir do dia 01 de janeiro de 1991 até o dia 10 de junho de 2021.

Antes de falar em relação à efetividade do processo até agora é indispensável apontar para a ampla discrepância nos tempos que esta lei contempla. Todas as vítimas de desapropriação e abandono forçoso de antes de primeiro de janeiro de 1991 não serão reparadas, portanto a sua condição de vítimas também não é reconhecida plenamente. Esta lei de reparação é baseada em uma política excludente.

Em relação aos avanços do processo, nesses primeiros quase dez anos de lei, o governo indica que tem recebido 129.211 solicitações de restituição¹³², das quais 11.991 têm sido resolvidas mediante sentença judicial, ou seja, apenas o 9,29 % do total, restando ainda por resolver mais de 117.000 solicitações. Estas cifras evidenciam a lentidão nos processos e o quanto ainda resta por fazer, em outras palavras, faltando só poucos meses para a data de finalização do processo, os resultados são muito pequenos em relação à magnitude da desapropriação e o abandono de terras por causas violentas.

Adicionalmente, neste processo as vítimas continuam enfrentando inúmeras dificuldades para demonstrar a titularidade, a posse ou ocupação nos territórios e com isso, todos os processos para tais verificações, são comumente demorados e carregados de imprecisões.

Muitos territórios estão aparecendo com várias solicitações de diversos donos e confirmar a veracidade das informações de uns, sobre as informações de outros é muito dispendioso. E a essa condição se somam os embates judiciais surgidos a partir dos muitos terrenos que foram comprados “de boa-fé isenta de culpa¹³³” por pessoas naturais ou empresas (que alegam não ter tido uso da violência, nem pressões) que estão obrigadas a entregar o bem que foi adquirido, para ser restituído e que serão compensados.

Este último ponto é de importante relevância, dado que, a condição de “de boa-fé isenta de culpa”, é basicamente autodeclarada, ou seja, os atores violentos, as pessoas que eles ampararam fazendo uso dos seus nomes, para que figuraram como titulares, sem sê-lo e todos os indivíduos, que sem serem atores do conflito, aproveitaram as condições para tomar posse sobre terras abandonadas ou para comprar por valores muito abaixo do valor

¹³² Cifras atualizadas a março de 2021

¹³³ A lei define que uma pessoa atuou de boa fé, isenta de culpa, se no momento de realizar a compra, teve consciência de obrar com honestidade, lealdade e retidão, na realização do negocio e com a certeza de ter usado todos os meios para saber se com a pessoa que estava fazendo negocio era o legítimo dono, que pagava preço justo e que a propriedade não tinha sido desapropriada, nem abandonado por violência

comercial, também estão demandando direitos sobre essas terras. E a modalidade de confirmação de uso tradicional das terras, mediante demonstração de pagamentos de serviços públicos ou permanência verificada com vizinhos, favorece a essas pessoas, pelo tempo que levam ocupando as terras e não aos camponeses que levam décadas ausentes, pelas condições de ordem pública. A estruturação legal deste ponto continua sendo imprecisa e frágil, e com isso, imprecisos e frágeis continuam sendo a proteção e os direitos das vítimas.

Enquanto os problemas de raiz, os que têm estruturado o conflito armado ao longo de décadas, não sejam atendidos de forma integral, na Colômbia continuaremos vendo vítimas emergir desta guerra sem trégua. Acompanhando essas lógicas, provavelmente os deslocados forçados pela violência, continuem engrossando as cifras, da que provavelmente também continue sendo a modalidade violenta que mais vítimas concentrem, no marco deste conflito. Assim, os intensos processos migratórios internos, também não terão trégua e com isso, os processos de urbanização na cidade, continuaram acompanhando o surgimento incessante de assentamentos informais e precários, assim como a superlotação dos que já existem.

A conurbação e a metropolização serão fenômenos estendidos na Colômbia. As suas cidades de médio porte, rapidamente se tornaram cidades de grande porte e essas por sua vez, terão um crescimento e uma urbanização transbordada, superando as suas margens, consumindo áreas rurais circundantes, que na ausência de planejamento urbano territorial, como vemos hoje na maioria de aglomerados urbanos periféricos, estarão desconexos dos interesses e investimentos da cidade central e com isso, seu desenvolvimento será lento e tardio. Muitos destes espaços se tornarão cidades dormitórios, muitos outros se tornarão extensões de pobreza da cidade principal.

Essas mudanças, radicais e aceleradas, continuaram acontecendo sem que as estruturas administrativas e fiscais da territorialidade nacional, consigam acompanhar seus ritmos. Com isso, a preparação e adequação antecipada ou de contingência concomitante para a atenção de todas as mudanças em relação a volume e localização das novas demandas, continuará sendo inexistente ou insuficiente na maioria dos casos.

As lógicas e dinâmicas da recepção na cidade, provavelmente continuarão sendo em condições de precariedade social e econômica, e com isso, além de colocar a migração

e os deslocamentos forçosos como importantes fatores no crescimento urbano, também o serão para a concentração do fenômeno da equidade e da pobreza nas cidades. De fato, informes recentes do Banco Mundial (2017) indicam que a pobreza é um fenômeno cada vez mais urbano.

Não seria possível realizar o fechamento desta sequência de ideias, sem indicar mais uma particularidade da realidade colombiana; a assombrosa capacidade que possui para albergar abundantes grupos armados ilegais, ricos em variedade de tamanho, diversidade ideológica e incidência e afetação social. Em todas as regiões do país, urbanas, semiurbanas e rurais, com maior ou menor intensidade, existem forças alternas de domínio e controle social, instituídas em grupos armados paraestatais. O Estado até hoje não conseguiu ter uma presença generalizada no território, das suas forças de ordem e segurança. Isso continua favorecendo o surgimento, a consolidação e a renovação de grupos armados ilegais, em um país onde muitos acreditam na legitimidade da organização armada para o benefício próprio.

Reflexão Final

Persegui com cada pesquisa teórica e prática, com cada leitura e conversa, com cada relato e experiência que englobaram esta tese de doutorado, desvendar algumas histórias mal contadas do conflito na Colômbia. Mal contadas ou incompletas. Procurei me reconhecer dentro dessas verdades ocultas ou ignoradas e acreditava que teria a capacidade acadêmica de vincular toda essa violência exacerbada no interior da Colômbia com mudanças sociais e urbanas abruptas na dimensão urbana contemporânea.

Acreditava que exerceria um legítimo direito à verdade e à história, e que nessa prática de reconhecimento e direito à difusão, eu seria mais plena [e claro, feliz]. Ninguém nunca me avisou dos terríveis efeitos que trairiam consigo o mergulho no mais profundo [e prolongado] mar de práticas violentas que o cone sul do continente americano registra.

Termino este documento com a alma destroçada e a esperança dilacerada. A desesperação e a tristeza tomaram conta. Não existe esperança que aguente tanto derramamento de sangue, tanta morte, tanta injustiça, tanta dor, tantas perdas e tanta impunidade. Não existe confiança na ideia de um futuro melhor, em um contexto de injustiça imperante e de consolidações incessantes de infinidade de grupos armados. Não existe confiança, quando se resume que ao tempo presente, a Colômbia talvez já não seja capaz de se reconhecer em um contexto de não violência, porque desse, já faz muitas décadas que a Colômbia não sabe muito e por não saber, nem se reconhecer nesse contexto, que por vezes parece que nunca existiu, talvez, só talvez, não saiba encontrar os caminhos certos para chegar a ele, ou talvez, só talvez, só não tenha mais interesse nessa realidade, porque já não acredita que ela seja possível.

A condição pós-Acordo de Paz e a falta de efetivação no pactuado nele, abriram caminhos para novos ciclos violentos. Quer dizer, novos ciclos de uma violência bastante conhecida de profundas raízes de guerra e de diversidade assombrosa de atores armados em jogo. Hoje na Colômbia os grupos armados ilegais continuam exercendo pressões e controle, com maior ou menor intensidade, em boa parte do território nacional e o Estado continua sendo incapaz de exercer governança plena.

Os jornais continuam relatando dia a dia, atos violentos diversificados e nós, os que contemplamos essa violência desde a distância, seguimos escutando, vendo, desestimando,

naturalizando. Na Colômbia perdemos total capacidade de assombro com a violência interna, com nossos mortos, com nossas vítimas, com nossas cifras. Aceitamos, só aceitamos. Entre o medo e a indiferença já se passaram décadas nas que simplesmente aceitamos tudo de ruim e infame que esse conflito tem deixado e continua deixando.

Naturalizamos essas vítimas distantes, mas aquelas próximas, nas regiões urbanas, também foram naturalizadas. Hoje a Colômbia vê emergir novas ondas de deslocados pela violência, arribando nas cidades, as vê em silêncio, impávida e serena, as vê hoje, como sempre as viu; com indiferença.

E quando a vontade de ajudar, procurar, achar respostas e saídas, encorajam indivíduos e coletividades, parece que uma sentença de morte é invocada e efetivada. Na Colômbia, quase qualquer defensor dos direitos humanos se torna, por A ou por B, objetivo militar das forças em conflito. Mas a violência não fica concentrada só neles. As pesquisas com fins acadêmicos ou de esclarecimento de fatos e perseguição da memória histórica, também estão sujeitas de ameaças e hostilidade.

A Colômbia parece condenada a viver eternamente cercada pela violência social em alta escala. E essa violência incessante, com um caráter cambiante e cíclico do fenômeno, desgastou a pele e as emoções. Fomos, sem perceber, criando uma barreira estimulada pela cotidianidade e no desenvolvimento dessas lógicas, o que mais ganhamos foi medo pela segurança própria e insensibilidade pela segurança e desgraça alheia.

Termino esta tese citando parte da intervenção do autor colombiano Fernando Vallejo, no Encontro Ibero-americano de Escritores, em 2000 em Bogotá. Faço das suas palavras a representação do meu desespero e desconsolo hoje, com a Colômbia que me restou. Os sentimentos que me embargam, em seu momento, provavelmente também tomaram conta dele. Já se passaram vinte anos desde aquele dia em que Vallejo socializava o seu sentir por Colômbia, essa Colômbia da que teve que ir embora. Hoje, não muitas coisas têm mudado.

A LOS MUCHACHOS DE COLOMBIA

Muchachitos de Colombia: Ustedes que han tenido la mala suerte de nacer, y en el país más loco del planeta, no le sigan la corriente, no se dejen arrastrar por su locura. Pues si bien la locura ayuda a sobrellevar la carga de la vida, también

puede sumarse a la desdicha. El cielo y la felicidad no existen. Esos son cuentos de sus papás para justificar el crimen de haberlos traído a este mundo. Lo que existe es la realidad, la dura realidad: este matadero al que vinimos a morir, cuando no es que a matar, [...] La patria que les cupo en suerte, que nos cupo en suerte, es un país en bancarrota, en desbandada.

Unas pobres ruinas de lo poco que antes fue. Miles de secuestrados, miles y miles de asesinados, millones de desempleados, millones de exiliados, millones de desplazados, el campo en ruinas, la industria en ruinas, la justicia en ruinas, el porvenir cerrado: eso es lo que les tocó a ustedes. Los compadezco. Les fue peor que a mí. Y como yo, que un día me tuve que ir y justo por eso hoy les estoy hablando (vivo, a lo que parece), probablemente también se tengan que ir ustedes, pero ya no los van a recibir en ninguna parte, porque en ninguna parte nos necesitan, ni nos quieren.

Un pasaporte colombiano en un aeropuerto internacional causa terror: "¿Quién será? ¿A qué vendrá? ¿Qué traerá? ¿Coca? ¿Vendrá a quedarse? No. No vinimos a este mundo a quedarnos. Vinimos a pasar como el viento y a morir. A veces ese viento al pasar hace estragos y tiene nombre: se llama Pablo Escobar, se llama Miguel Rodríguez Orejuela, se llama Carlos Castaño, se llama Tirofijo, se llama Gaviria, se llama Samper, se llama Pastrana. Aprendan, mientras se van, a ponerle nombres propios a la infamia.

Cuando yo nací me encontré aquí con una guerra entre conservadores y liberales que arrasó con el campo y mató a millares. Hoy la guerra sigue aunque cambió de actores: es de todos contra todos y ya nadie sabe quién fue el que mató a quién. Ni sabe, ni le importa, ni lo piensa averiguar, ¿porque para qué? ¿Para qué, si a ningún asesino lo van a castigar en el país de la impunidad? ¿Si nuestro primer mandatario va en peregrinación a los Llanos a abrazar a nuestro primer delincuente? como diciéndoles con la iniquidad de ese abrazo: "¡Maten, roben, extorsionen, destruyan, secuestren, pero eso sí, háganlo a cabalidad para que se queden con lo que queda de Colombia!"

Y aquí vamos, por estas calles de este país embotellado, por entre perros y niños abandonados, sacándoles el cuerpo a los baches, a las balas y a los impuestos del gobierno y de las FARC. [...] Yo he vivido a la desesperada, y se me hace que a ustedes les va a tocar vivir igual. Y un día me tuve que ir, sin quererlo, y se me hace que a ustedes les va a tocar irse igual.

El destino de los colombianos de hoy es irnos. Claro, si antes no nos matan. Pues los que se alcancen a ir no sueñen con que se han ido, porque adondequiera que vayan Colombia los

seguirá. Los seguirá como me ha seguido a mí, día a día, noche a noche, adonde he ido, con su locura. Algún momento de dicha efímera vivido aquí e irrepitable en otras partes, los va a acompañar hasta la muerte. (Fernando Vallejo. Bogotá, Encuentro Iberoamericano de Escritores, 2000).

AOS GAROTINHOS DA COLÔMBIA

Garotinhos da Colômbia: Vocês que tiveram o azar de nascer, e no país mais louco do planeta, não se deixem levar pela sua loucura. Pois embora a loucura ajude a suportar o fardo da vida, ela também pode aumentar a miséria. O céu e a felicidade não existem, são histórias de seus pais para justificar o crime de tê-los trazido a este mundo. O que existe é a realidade, a dura realidade: este abatedouro ao que viemos para morrer, quando não é para matar [...] A pátria que por sorte lhes restou, a que por sorte também restou por essa mesma sorte para todos nós, é um país que está falido, está em abandono.

Hoje são pobres ruínas do pouco que foi antes. Milhares de sequestrados, milhares e milhares de assassinados, milhões de desempregados, milhões de exilados, milhões de desabrigados, o campo em ruínas, a indústria em ruínas, a justiça em ruínas, o futuro encerrado: isso foi o que restou para vocês. Tenho pena de vocês, para vocês está pior do que foi para mim. E como eu, que um dia tive que ir embora e é exatamente por isso que estou falando com vocês hoje (vivo, ao que parece), vocês provavelmente também terão que ir, mas agora não vão receber vocês em lugar nenhum porque em lugar nenhum ninguém precisa de nós, nem nos querem.

Um passaporte colombiano em um aeroporto internacional causa terror: “Quem será? “Para onde virá”? “O que trará”? “Coca”? “Virá para ficar”? Não! Não viemos a este mundo para ficar. Viemos para passa como o vento e a morre. Às vezes aquele vento que passa causa estragos e tem um nome: seu nome é Pablo Escobar, seu nome é Miguel Rodríguez Orejuela, seu nome é Carlos Castaño, seu nome é Tirofijo, seu nome é Gaviria, seu nome é Samper, seu nome é Pastrana. Aprendam, enquanto vocês vão embora, a dar nomes próprios para a infâmia.

Quando eu nasci, me encontrei aqui com uma guerra entre conservadores e liberais que arrasou com o campo e matou milhares. Hoje a guerra continua, embora tenha mudado

de atores: é de todos contra todos e ninguém sabe quem foi que matou quem. Ninguém sabe, nem se importa, nem pretende descobrir, porque para quê? Se nenhum assassino vai ser punido no país da impunidade? Se nosso primeiro mandatário vá em peregrinação aos Llanos para abraçar nosso primeiro criminoso? Como se lhes contasse na iniquidade daquele abraço: "Matem, roubem, extorquem, destruam, sequestram, mas por favor, faça-o plenamente para que vocês fiquem com o que sobrou da Colômbia!"

E lá vamos nós, por estas ruas deste país engarrafado, entre cachorros e crianças abandonadas, esquivando o corpo dos buracos, das balas e dos impostos do governo e das FARC. [...] Eu vivi desesperado e me parece que você vai ter que viver da mesma forma. E assim como um dia eu tive que sair, sem querer, me parece que vocês vão ter que sair do mesmo jeito.

O destino dos colombianos hoje é ir embora do país. Claro, se não nos matarem primeiro. Para quem consegue ir, não tornem disso um sonho, porque aonde quer que vá, a Colômbia os seguirá. Os seguirá como me seguiu, dia após dia, noite após noite, para onde eu tenho ido, com sua loucura. Algum momento de felicidade efêmera vivida aqui e irrepitível em outros lugares os acompanhará até a morte. (Fernando Vallejo. Bogotá, Encontro Ibero-Americano de Escritores, 2000).

REFERÊNCIAS

- Acuerdo 03 de 1977, **“cambio de destinación de uso del suelo en Moravia”** Concejo Municipal, Alcaldía de Medellín.
- ALFONSO, O. (Edit.) **“Ciudad y Región en Colombia, Nueve Ensayos de análisis socio-económico y espacial”**. Universidad Externado de Colombia, Bogotá, Abril. 2001.
- ÁLVAREZ J. C.; GONZÁLEZ B., A. **Moravia: un pasado que se niega a ser enterrado**. De La Urbe, Periodismo Universitario para la Ciudad. Medellín, 2017.
- ARBELÁEZ, A., **Inicios de la Producción Industrial en Antioquia**, Universidad de Medellín, Revista Científica Semestre Económico, vol. 3, No. 6 pp. 105-111. Medellín, 2000.
- AMNISTÍA INTERNACIONAL. Colombia. Los paramilitares en Medellín: ¿desmovilización o legalización?, Amnistía Internacional [en línea], septiembre de 2005, disponible en <http://www.amnesty.org/es/library/info/AMR23/019/2005> consulta realizada en noviembre 15 de 2019.
- ARANGUREN, M. **Mi confesión: Carlos Castaño revela sus secretos**. Editorial La Oveja Negra Limitada. Bogotá, 2001.
- APRILE-GNISET, J. **La ciudad colombiana. Siglo XIX y siglo XX**. V 2. Biblioteca Banco Popular, Colección textos universitarios. Bogotá, 1992.
- APRILE-GNISET, J. **Memorias del destierro y del exilio**. Cátedra Jorge Eliécer Gaitán, Universidad Nacional de Colombia. Bogotá. 2007.
- ARANGO G. **Seminario Internacional de procesos urbanos informales, Moravia una historia de mejoramiento urbano**. Universidad Nacional de Colombia. Medellín, 2006.
- ARGOTE, L. A.; VÁSQUEZ, M. L. **Ante la desesperanza del desplazamiento: un hijo sano, el mayor anhelo de la mujer gestante**. Revista Colombia Médica. Vol. 38 N° 4 (Supl 2), 2007 (Octubre - Diciembre).
- BELLO, M. **las familias desplazadas por la violencia un tránsito abrupto del campo a la ciudad**, Revista de Trabajo Social N.º 2, Universidad Nacional de Colombia, Departamento de Trabajo Social, Bogotá, 2000.
- BLANCO, D. **La migración interna contemporánea en Antioquia desde la perspectiva de la teoría de sistemas**. Revista Virajes, Vol. 16, No. 2. Manizales: Universidad de Caldas. 2014.
- BLANCO, C. **Las migraciones contemporáneas**. Alianza Editorial S.A, Madrid, 2000.

- BOOT, J. A. **Rural violence in Colombia: 1948-1963.** The Western Political Quarterly, Associação de Ciência Política Ocidental, Universidade de Utah, Salt Lake, 1974.
- CARABALLO, V. **Órdenes locales, acuerdos de paz y presencia diferenciada del Estado. Negociación con las milicias populares de Medellín.** Colombia Internacional, 77, pp. 241-270, (2013).
- CARDONA, A.; LATAM, M. **Un millón de hogares campesinos en Colombia tienen menos tierra que una vaca.** Revista Semana Sostenible, Bogotá, 25 de abril de 2018.
- CENTRO DE INVESTIGACIÓN SOBRE DINÁMICA SOCIAL. CIUDAD, ESPACIO Y POBLACIÓN: **el proceso de urbanización en Colombia.** Universidad Externado de Colombia. Bogotá, 2007.
- CENTRO DE INVESTIGACIÓN SOBRE DINÁMICA SOCIAL, **Universidad Externado de Colombia, Ciudad, espacio y población: el proceso de urbanización en Colombia.** Bogotá. Agosto 2007
- CENTRO DEL PENSAMIENTO Y SEGUIMIENTO AL DIALOGO DE PAZ. **Factores de éxito en la resolución negociada de conflictos armados: logros y fracasos de los procesos de solución de conflictos armados en Colombia.** Universidad Nacional de Colombia, Vicerrectoría de Investigación, Documentos de Políticas Públicas, Bogotá, Octubre de 2013.
- CENTRO NACIONAL DE MEMORIA HISTÓRICA - Grupo de Memoria Histórica-. Informe **¡BASTA YA! Colombia: Memorias de guerra y dignidad.** Imprenta Nacional, Bogotá, 2013.
- CENTRO NACIONAL DE MEMORIA HISTÓRICA - Grupo de Memoria Histórica-. Informe **“Todo pasó frente a nuestros ojos. Genocidio de la Unión Patriótica 1984-2002”.** Imprenta Nacional, Bogotá, 2018.
- CENTRO NACIONAL DE MEMORIA HISTÓRICA, **Tierras, Balance de la contribución del CNMH al esclarecimiento histórico,** Alejandro Reyes Posada, Relator. Imprenta Nacional, Panamericana Formas e Impresos S.A. Bogotá, 2018.
- CENTRO NACIONAL DE MEMORIA HISTÓRICA - **Informe Una nación desplazada. Informe nacional del desplazamiento forzado en Colombia.** Imprenta Nacional, CNMH – UARIV. Bogotá, 2015.
- CEPEDA, I. **Genocidio político: el caso de la Unión Patriótica en Colombia.** Revista CEJIL. Historia de América: Debates sobre Derechos Humanos y el Sistema Interamericano, año I, número 2, Bogotá, septiembre de 2006.
- CODHES –UNICEF, **Un País que Huye: Desplazamiento y violencia en una nación fragmentada.** Compilación de los boletines de la Consultoría para el Desplazamiento Forzado y los Derechos Humanos (CODHES), publicados entre el 20 de agosto y el 15 de febrero de 1999. Este libro fue editado en mayo de 1999 con el apoyo de UNICEF-Colombia. Bogotá, 1999.

- Decreto 356 do 11 de fevereiro de 1994, pelo qual se expede o **Estatuto de Vigilância e Segurança privada na Colômbia**. Superintendência de vigilância e segurança privada, Ministério da defesa nacional, República da Colômbia.
- ECHANDÍA, C. **La violencia en el conflicto armado durante los años 90**, Revista Opera, N° 1, Observatorio de Políticas Públicas de la Facultad de Finanzas, Gobierno y Relaciones Internacionales de la Universidad Externado de Colombia, Bogotá, 2001.
- ELIZAGA, J. C. **Migración interna. Dinámica y economía de la población**. Santiago de Chile: Celade. 1979.
- GARCÍA, M. “**Con su dolor sin rumbo**” en *El desplazamiento en Colombia*. Revista Universitas Humanística. VOL 47, Núm 47., Pontificia Universidad Javeriana. Bogotá, 1999.
- Gobierno de Colombia, Unidad de Víctimas, **Mujeres y conflicto armado**, 2015.
- GÓMEZ, G.; ASTAIZA, G.; DE SOUZA, M.; **Las migraciones forzadas por la violencia: el caso de Colombia**, Revista Ciência & Saúde Coletiva, VOL. 13 N°, Rio de Janeiro, 2008.
- GRANADA, S.; RESTREPO, J. A.; VARGAS, A. M.; **El agotamiento de la política de seguridad: evolución y transformaciones recientes en el conflicto armado colombiano**, En Guerra y violencias en Colombia, herramientas e interpretaciones, eds. Jorge A. Restrepo y David Aponte. Pontificia Universidad Javeriana, CERAC, ODECOFI, pp. 27-124. Bogotá, 2009.
- GUEREÑA, A. **Radiografía de la desigualdad: Lo que nos dice el último censo agropecuario sobre la distribución de tierra en Colombia**. Oxfam América, Departamento de Asuntos Gubernamentales, 2017.
- HONNETH, A. **La lucha por el reconocimiento: por una gramática moral de los conflictos sociales**, Barcelona: Crítica, 1997, pp. 114-159.
- HURTADO, I.; **La expansión urbana de las ciudades en Colombia a partir del desplazamiento forzado: una aproximación al caso de Medellín**. Seminario: Agricultura y Urbanización I, Mesa El desplazamiento forzado y las reconfiguraciones territoriales en Colombia, Bogotá, 2013.
- Instituto Popular de Capacitación –IPC- **Informe Especial, Hacienda Monteverde: Historia de las víctimas de despojo**, Medellín, 2010.
- JARAMILLO, L. P.; VALENCIA, A. G. D. **Atipicidades del proceso de paz con las Milicias Populares de Medellín**. Revista de Estudios Políticos de la Universidad de Antioquia, Núm. 46. ISSN (impreso) 0121-5167ISSN (en línea) 2462-8433, 2015.
- Grupo Medellín Abraza su Historia. **La Incursión en la Política de Pablo Escobar**. Alcaldía de Medellín, junio de 2019.

- NARANJO, G. **Medellín en zonas**. Corporación Región, Medellín, 1992.
- NOGUERA, S. **El Acuerdo de Paz que promete cambiar la historia de Colombia**. TRT. 31 de diciembre de 2019.
- NIETO, JR; ROBLEDO, LJ. **Conflicto, violencia y actores sociales en Medellín**. Medellín: Edición Universidad Autónoma Latinoamericana, 2006.
- MEDINA, G. **Una historia de las milicias de Medellín**. Instituto Popular de Capacitación, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. Medellín, 2006.
- MOREIRA, A.; FORERO, M.; PARADA, A. M, **Proceso de Paz en Colombia, Procesos de paz anteriores (FARC-EP y ELN)**, Dossier Revista Cidob D'afers Internacionals, 10/2015, Barcelona, Espanha.
- Observatório ADPI – Observatório pela Autonomia e os Direitos dos Povos Indígenas na Colômbia**, consultado 10 de abril de 2017 em <http://observatorioadpi.org/emberaca>
- Observatório do Programa Presidencial de Direitos Humanos e Direito Internacional Humanitário, **Dinâmica Recente da Confrontação Armada no Urabá Antioqueño**. Bogotá, 2009.
- OLIVEIRA, F. **A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista**. Estudos CEBRAP, No.2:3-82. São Paulo, 1972.
- OQUIST, P. **Violencia, conflicto y política en Colombia**, Bogotá: Banco Popular. 1978.
- Plan Parcial de Mejoramiento Integral del Barrio Moravia**, Documento Técnico, Tomo I, Departamento Administrativo de Planeación, Alcaldía de Medellín, 2006.
- Público.es, 2010, **“El crimen se enquistó en América Latina”**, Sitio Web Público.es, [em línea], disponível em: <http://www.publico.es/internacional/333151/el-crimen-se-enquista-en-america-latina>, consulta: 01 de julho de 2015.
- Fundación Paz y Reconciliación – PARES-, **Procesos de Paz en Colombia**, Línea Conflicto, Paz y Postconflicto- 4 enero, 2019. Consultado el 4 de marzo de 2020 en <https://pares.com.co/2019/01/04/procesos-de-paz-en-colombia/>
- Resolução 368 de 27 de abril de 1995 **“Criação das Associações Comunitárias de Vigilância Rural para a autodefesa agrária”**. Superintendência de vigilância e segurança privada, Ministério da defesa nacional, República da Colômbia. Bogotá, 1995.
- RÍOS, S. J. **La violencia en Colombia tres años después del Acuerdo de Paz con las FARC-EP**. Universidad Complutense de Madrid, España, consultado en Centro de Estudios Estratégicos del Ejército del Perú, Pensamiento Estratégico en Seguridad y Defensa. Consultado el 20 de mayo de 2020,
- SÁNCHEZ, L. M. **La tierra, los territorios y el cruce de conflictos en Urabá: La persistencia del lugar campesino en el Corregimiento de Macondo (1960 - 2014)**.

Universidad Nacional de Colombia, Facultad de Ciencias Humanas, Departamento de Trabajo Social, Bogotá, 2014.

SEPÚLVEDA, J. P. **“Todo pasó ante nuestros ojos”**: *claves del informe sobre el exterminio de la UP*. LEE, VER, OÍR, MEMETECA – PACIFISTA!. Publicado el 31 de Julio de 2018, consultado el 4 de febrero de 2020.

SUÁREZ, A. F. **Identidades políticas y exterminio recíproco: Masacres y guerra en Urabá 1991-2001**. Editora IEPRI y La Carreta. Bogotá, 2007.

TRIBUNAL SUPERIOR DO DISTRITO JUDICIAL DE BOGOTÁ - Sala de Justiça e Paz. Magistrado: EDUARDO CASTELLANOS ROSO. Sentencia ao postulado JOSÉ HÉBERT VELOZA GARCÍA. [Número de Radicado: 11-001-60-00 253-2006 810099 Rad. interno 1432] Bogotá D.C., 30 de outubro de 2013.

TRIBUNAL SUPERIOR DEL DISTRITO JUDICIAL DE BOGOTÁ - Sala de Justiça e Paz, sentencia ao postulado, José Barney Veloza García, [Número de Radicado: 110016000253200680585] Bogotá D.C., 31 de janeiro de 2012.

VARGAS, A. **“Reiterada presencia de la guerra y la búsqueda de la paz”**. Prólogo al libro: Medina Gallego, Carlos (2009). **“Conflicto Armado y Procesos de Paz en Colombia, memoria de los casos de las FARC-EP y el ELN”**. Universidad Nacional de Colombia, 2009.

VALENCIA, L.; MONTOYA, C. **“Las Bandas Criminales y el Postconflicto”**. Fundación Paz y Reconciliación –PARES-, POSTCONFLICTO | Bandas Criminales, Bogotá, 24 febrero de 2016.

VELÁSQUEZ, A. P. **La formalidad en los derechos de propiedad: ¿Determinante de la estrategia militar de los actores armados? Revistas Desarrollo y Sociedad**. Editorial Universidad de los Andes, Facultad de Economía, Centro de Estudios Sobre Desarrollo Económico – CEDE. Bogotá, 2008.

VELÁSQUEZ, E. **Historia del paramilitarismo en Colombia**. História, São Paulo, v. 26, N° 1, p 134-153, São Paulo, 2007.

VERDADEABIERTA.COM- **Frente 5 de las FARC, protagonista de la guerra**. [en línea], disponible em: <http://www.verdadabierta.com/reconstruyendo/243-la-historia/farc/4293-frente-5-de-las-farc-protagonista-de-la-guerra-en-antioquia>

VERDADEABIERTA.COM- **El saldo rojo de la Unión Patriótica**. [en línea], disponible em: <http://www.verdadabierta.com/justicia-y-paz/157-el-saldo-rojo-de-la-union-patrioticaSee>

VERDADEABIERTA.COM- **La historia de las milicias en Medellín pasa por Justicia y Paz**, [en línea], 2016. <https://verdadabierta.com/la-historia-de-las-milicias-en-medellin-pasa-por-justicia-y-paz/>. publicado el 15 septiembre, 2016, consultado el 04 de enero de 2020.

VILLARRAGA, A Gobierno del Presidente César Gaviria, 1990-1994: **acuerdos con el EPL, PRT, MAQL y CRS diálogos con la CGSB**. Biblioteca de la paz, tomo 3. Bogotá, D. C.: Fundación Cultura Democrática. (2009).